

pós-pandemia (?) pós-pandemia (?)

ANAIS DO
3º SEMINÁRIO

MULHER, CIDADE E ARQUITETURA

SALVADOR . 18 a 20 de agosto de 2022



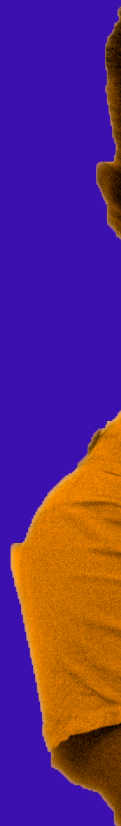
José Carlos Huapaya Espinoza
Alexandre Pajeú Moura
Laís da Silva Cerqueira

ORGANIZADORES



**ANAIS DO
3º SEMINÁRIO**

**MULHER,
CIDADE E
ARQUITETURA**



pós-pandemia (2) pós-pandemia (2)





UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Penildon Silva Filho



FACULDADE DE ARQUITETURA

Diretor

Sergio Kopinski Ekerman

Vice-diretor

João Maurício Santana Ramos

REALIZAÇÃO



APOIO



APOIO CULTURAL



José Carlos Huapaya Espinoza

Alexandre Pajeú Moura

Laís da Silva Cerqueira

Organizadores

ANAIS DO
3º SEMINÁRIO
**MULHER,
CIDADE E
ARQUITETURA**



Salvador | UFBA | 2023

2023, autores.

Direitos para esta edição cedidos à UFBA.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Diretora da EDUFBA • *Susane Santos Barros*

Analista editorial • *Mariana Rios*

Coordenação gráfica • *Edson Nascimento Sales*

Coordenação de produção • *Gabriela Nascimento*

Projeto gráfico • *Igor Gonçalves Queiroz*

Editoração • *Miriã Santos Araújo*

Revisão • *Aline Silva Santos*

Normalização • *Tainara Santos de Azevedo*

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

S471 Seminário Mulher, Cidade e Arquitetura : pós pandemia? (3. : 2022: Salvador, BA)
Anais [do] 3º Seminário Mulher, Cidade e Arquitetura : pós-pandemia? /
José Carlos Huapaya Espinoza, Alexandre Pajeú Moura, Laís da Silva
Cerqueira, Organizadores. - Salvador: UFBA , 2023.
PDF (58,6 Mb)

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37025>

ISBN: 978-65-5631-087-9

1. Arquitetura e mulheres – Congressos. 2. Mulheres negras –
Condições sociais. 3. Estudos feministas - Congressos. 4. Arquitetura –
Estudo e ensino. I. Espinoza, José Carlos Huapaya. II. Moura, Alexandre
Pajeú. III. Cerqueira, Laís da Silva.

CDU: 72:305

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Arquitetura

Rua Caetano Moura, 121, Federação, 40210-905 – Salvador – Bahia

Tel.: +55 (71) 3283-5884/3283-5889 | arqufba@ufba.br

ANAIS 3º SEMINÁRIO
MULHER, CIDADE E ARQUITETURA

COMISSÕES



COMISSÃO ORGANIZADORA

COORDENAÇÃO GERAL

José Carlos Huapaya Espinoza

Coordenador (UFBA)

Maribel del Carmen Aliaga Fuentes

Vice-coordenadora (UnB)

SECRETARIA

Alexandre Pajeú Moura

(UFBA)

Laís da Silva Cerqueira

(UFBA)

Viviane Oliveira de Jesus

(UFBA)

Tamires Mayumi Ishiko

(UFBA)

DESIGN GRÁFICO

Adrian Christian Freire Ferreira

(UFBA)

Alyssa Volpini Lustosa

(UnB)

Brenda Araujo Fiuza

(UFBA)

Chrys de Araújo Oliveira

(UFBA)

Elaine Mirelly De Almeida Carvalho

(UFBA)

Hannah Clara Saraiva Pfeifer

(UFBA – bolsista Pibiex)

COMUNICAÇÃO

Aline Kedma Araujo Alves

(USP)

Julia Bianchi Ferreira

(UnB)

Leandra Paranhos de Santana Lima

(UFBA)

Lorrany da Silva Arcanjo

(UnB)

Luiza Rego Dias Coelho

(UnB)

Manuella Novaes Pedra

(UFBA)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Gabriela Godinho Lima

(Universidade Presbiteriana Mackenzie)

Carolina Pescatori Cândido da Silva

(Universidade de Brasília)

Eduardo Rocha Lima

(Universidade Federal da Bahia)

Flávia Brito do Nascimento

(Universidade de São Paulo)

Flávia Nacif da Costa

(Universidade Federal de São João del-Reis)

Gabriela Leandro Pereira

(Universidade Federal da Bahia)

Guilah Naslavsky

(Universidade Federal de Pernambuco)

José Carlos Huapaya Espinoza

(Universidade Federal da Bahia)

Maribel del Carmen Aliaga Fuentes

(Universidade de Brasília)

Patrícia Orfila Barros dos Reis

(Universidade Federal do Tocantins)

MONITORES

Angela Regina Lage Santos

Gisele Costa Santos

Tiago Barreto da Silva

Tila Freitas Leal

EXPOSIÇÃO “ARILDA. ARQUITETA, URBANISTA, PAISAGISTA”

IDEALIZAÇÃO E TEXTOS

José Carlos Huapaya Espinoza

PROJETO GRÁFICO

Alexandre Pajeú Moura

PESQUISA

Alexandre Pajeú Moura

Brenda Araujo Fiuza

José Carlos Huapaya Espinoza

Sara Cardoso Sousa

DIAGRAMAÇÃO

Esther María Espinoza Ubillús

Jhostin Bailon Espinoza

PLANTAS, FOTOGRAFIAS E DESENHOS

Arquivo de Arilda Maria Cardoso Sousa

MONTAGEM

Alexandre Pajeú Moura

Brenda Araujo Fiuza

Bruna Corrêa Barbosa Menezes

Laís da Silva Cerqueira

Leandra Paranhos de Santana Lima

Luiza Goulart dos Santos

Tamires Mayumi Ishiko



ANAIS 3º SEMINÁRIO
MULHER, CIDADE E ARQUITETURA

SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO

O 3º SEMINÁRIO MULHER, CIDADE E ARQUITETURA. REFLEXÕES SOBRE UM PERCURSO EM CURSO

José Carlos Huapaya Espinoza

17

PALESTRAS

22

SESSÃO TEMÁTICA 1 –
HISTORIOGRAFIA E RAÇA:
NARRATIVAS E DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS

POPULAÇÃO DAS MULHERES
NEGRAS: PRODUZINDO AS CIDADES
E DOMINANDO O COMÉRCIO DE
RUA. BREVES CONSIDERAÇÕES
SOBRE MULHERES NEGRAS
E O DIREITO ÀS CIDADES

Maria Asenate Conceição Franco
Henrique Cunha Júnior

30

FLORIM: A REPRESENTAÇÃO
DA MULHER NEGRA NA CIDADE
DE SALVADOR

Isabele Brotas

40

A MULHER NA CIDADE:
A SOCIALIZAÇÃO DO CUIDADO
NO CONTEXTO URBANO

Milena Damasceno, Liliane Vasconcelos
e Liana Viveiros

48

À PROCURA DE GIUSEPPINA
PIRRO: ENTRE OS INDÍCIOS DE
UMA TRAJETÓRIA PLURAL E SUA
INVISIBILIDADE HISTORIOGRÁFICA

Giovanna Freire

60

BRASÍLIA 62 ANOS DE “INVASÕES” –
NARRATIVAS IMAGÉTICAS
EM DISPUTA: AS REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS DAS MULHERES
EM PARALELOS TEMPORAIS

Luciana Jobim Navarro
Anie Caroline Figueira Afonso

72

SESSÃO TEMÁTICA 2 –
CIDADES MAIS JUSTAS
NA PERSPECTIVA DO GÊNERO

ENSINO, CAMINHABILIDADE
E GÊNERO: BREVE ANÁLISE

Verônica Vaz Oliveira Barbosa

86

MULHERES NA VIVÊNCIA
DAS CIDADES: O EXERCÍCIO
DE PROJETAR UM PARQUE PÚBLICO
INCLUSIVO

Lorena Colares, Mylene Costa,
Verônica Garcia Donoso e Alice Lautert

98

PENSAR O LIMITE A PARTIR
DO GÊNERO: AS PROPOSTAS
DO TRANSPORTE ATIVO “A PÉ”,
DO PLANO DE MOBILIDADE
SUSTENTÁVEL DE SALVADOR

Claudia Puzzuoli dos Santos Costa

110

PRÁTICAS URBANÍSTICAS
FEMINISTAS: DA HABITAÇÃO
À CIDADE

Phâmela Alves, Laura Baccarin, Eloísa
Parteka, Maria Rita Soares e Andréa Viana

122

A NOVA MULHER SOVIÉTICA
E O TRABALHO DOMÉSTICO

Cristiane Nanami Ito
e Flávia Brito Nascimento

132

SESSÃO TEMÁTICA 3 – PENSAR
A CIDADE: OUTROS OLHARES

*ENSAYO PARA UNA CARTOGRAFÍA
FEMINISTA: PONDERAÇÕES
EM DIREÇÃO A UMA PRODUÇÃO
DE CONHECIMENTO ESPACIAL
FEMINISTA*

Renata Nogueira

146

MULHERES OCUPAM: UM OLHAR
PARA AS MOVIMENTAÇÕES
FEMININAS NA CIDADE

Beatriz Brunialti Justo, Adriano Tomitão
Canas e Patricia Andrea Soto Osses

158

DIREITO À CIDADE: UMA
PERSPECTIVA FEMINISTA
EM CACHOEIRA DO SUL (RS)

Raquel Pahim e Ricardo Rocha

170

ATELIÊ DE URBANISMO
E PAISAGISMO: URBANISMO
IGUALITÁRIO E GÊNERO

Anelis Rolão Flores, Juliana Lamana Guma
e Ananda Medina Xavier

182

SESSÃO TEMÁTICA 4 – PRÁTICAS E COTIDIANOS URBANOS

MULHERES E O ENSINO DE
ARQUITETURA E URBANISMO:
ENSINANDO A TRANSGREDIR

Dandara V. Luigi

194

TRABALHO SEXUAL E PANDEMIA:
REPRESSÃO E RESISTÊNCIA
DAS MULHERES EM SÃO PAULO

Patrícia Costa

204

CORPOS ESTRANHOS, FRAGMENTOS
ATIVOS: DESOBEDIÊNCIA
E MARGINALIDADE NA CONSTITUIÇÃO
E DESENVOLVIMENTO DOS ESPAÇOS

Thaysa Malaquias

262

VOZES PERIFÉRICAS:
APROPRIAÇÕES DA CIDADE
PELAS MULHERES EM PALMAS

Anna Clara Neves Bezerra, Ester Melo
Santos Daniel e Maria Eduarda Santana
de Araújo Souza

278

O CORPO DA MULHER E A CIDADE:
TEORIAS DE SUJEIÇÃO E TEORIAS
DA CIDADE

Beatriz Rezende Gonçalves

288

ATIVIDADES

ATIVIDADES DA SESSÃO TEMÁTICA 1

OFICINA AMARUA

Marcela C. Porto, Beth Soares, Igor Queiroz,
Marta R. Alves e Nathan Bastos

302

PODCAST ELAS FAZEM CIDADE:
COLETIVO TRAMA

Atailon Matos, Flora Tavares, Marina Muniz,
Marina Novaes, Matheus Tanajura,
Lucas Ribeiro, Luisa Caria e Zara Rodrigues

304

CORPO, DANÇA E ARQUITETURA.
UM CONVITE À ESCUTA DO ESTAR
LADO A LADO

Clara Passaro

306

ATIVIDADES DA SESSÃO TEMÁTICA 2

OFICINA IMERSIVA DE FOTOGRAFIA URBANA E LEITURA IMAGÉTICA

Luciana Jobim Navarro

310

PENSAR E NARRAR A CIDADE NO ENCONTRO: EXPERIMENTANDO LINGUAGENS

Luar Vieira Santos, Aleida Fontoura Batistoti,
Anna Raquelle Edington, Vanessa Alves
Cordeiro, Yago Bruno Santos de Souza,
Zara Pereira Rodrigues Silva
e Marina Silveira Muniz Ferreira

312

ATIVIDADES DA SESSÃO TEMÁTICA 3

URBANA: GUIA DE PRODUÇÃO URBANA FEMINISTA

Beatriz Rezende Gonçalves

316

CAÇA ÀS MULHERES

Clarissa Vaz Oliveira Barbosa
e Verônica Vaz Oliveira Barbosa

318

POSFÁCIO

321

CARTA DE SALVADOR POR UMA CONSTRUÇÃO DA CIDADE NA PERSPECTIVA DO GÊNERO

322

PROGRAMAÇÃO

326

ANAIS 3º SEMINÁRIO
MULHER, CIDADE E ARQUITETURA

APRESENTAÇÃO

O 3º SEMINÁRIO MULHER,
CIDADE E ARQUITETURA.
REFLEXÕES SOBRE UM
PERCURSO EM CURSO



APRESENTAÇÃO

Entre os dias 17 e 18 de outubro de 2019 foi realizado o 1º Colóquio Mulher, Cidade e Arquitetura, organizado pelos grupos de pesquisa LAB20 do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e ELAS da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de Brasília (UnB), em Salvador (BA). O evento surgiu com um duplo objetivo: discutir a arquitetura e o urbanismo a partir da experiência e contribuição das mulheres na cidade e promover a aproximação de pesquisadoras e pesquisadores que vinham se debruçando sobre essa temática, a partir de múltiplas e diversas perspectivas.

O segundo colóquio, inicialmente pensado para acontecer no ano seguinte, teve que ser adiado por causa da pandemia da covid-19 e foi realizado entre os dias 26 e 27 de março de 2021, em Brasília (de modo virtual). No início desse ano, infelizmente, a situação da covid-19 revelou e trouxe à tona uma série de problemáticas ligadas às mulheres, profissão e cidade; muitas questões sofreram mudanças e retrocederam pela situação política e econômica que ainda enfrenta o país. Nessa perspectiva entendemos que era necessário ampliar o debate,

buscando compreender o estado da arte das pesquisas, apostar no fortalecimento e aproximação dos grupos de pesquisa ativos e fundamentalmente, refletir sobre o espaço das mulheres na profissão e na participação política.

Esses dois encontros foram decisivos para entendermos, de um lado, como a temática proposta vinha se consolidando de forma significativa em outros espaços (mesas redondas, mesas temáticas, pesquisas individuais, pesquisas coletivas, publicações etc.) e, do outro, o vazio no que se refere a seminários especializados, no Brasil. Foi, justamente, pensando nessa última questão que apostamos e enfrentamos um novo desafio, mudar a escala do evento, passando de colóquio para seminário.

A realização do 3º Seminário Mulher, Cidade e Arquitetura (3SMCA), realizado na Faculdade de Arquitetura da UFBA entre os dias 18 e 20 de agosto de 2022, possui uma dupla significação. Primeiro, porque ele vem se consolidando como o único evento especializado na área que aborda essa temática; e segundo, porque ele aconteceu em um ano eleitoral chave que permitirá uma reflexão sobre a participação das mulheres nas demandas

por políticas públicas inclusivas vistas a partir da perspectiva do gênero.

Apesar disso, e levando em consideração diversos fatores, dentre eles o econômico, propomos que esta terceira edição do evento fosse realizado de forma híbrida (presencial, virtual e presencial transmitido) para permitir uma maior abrangência do evento, como aconteceu na segunda edição.

Outra mudança significativa tem a ver com a possibilidade de submissão de trabalhos em duas modalidades: artigos e atividades. Em ambos os casos as propostas submetidas foram avaliadas pela comissão científica formada pelos principais pesquisadores e pesquisadoras da área no país, que vêm se debruçando nas temáticas de gênero, domesticidade, feminismo e sexualidade.

Os eixos temáticos propostos para esta edição do evento foram:

- **Gênero, arquitetura e urbanismo na pós-pandemia?**

É notório que as cidades foram e são pensadas, predominantemente, privilegiando determinados corpos e classes

sociais. No entanto, é essa a cidade que queremos e precisamos? Qual o papel da arquitetura e do urbanismo na construção de sociedades mais justas? Quais são as mudanças, nesta atuação, que uma crise sanitária e socioeconômica global traz? Quais são os desafios que este “futuro” nos impõe? Neste eixo propomos refletir e tecer diálogos sobre novas realidades possíveis como produto da ação de profissionais que atuam como agentes transformadores do espaço.

- **O gênero no ensino da arquitetura e do urbanismo**

Considerando que a arquitetura e a produção do espaço urbano são feitas por sujeitos com experiências e intenções diferentes, sem necessariamente refletir diversidade, pensa-se então nos corpos que existem neste espaço e de quem está por trás de sua construção. Desta forma, como a mulher se insere na produção da cidade e como suas vivências são consideradas? Este eixo pretende discutir como o ensino da arquitetura e urbanismo contribui para reproduzir ocultamentos e/ou visibilidades de corpos na cidade, assim como refletir a questão

de gênero na arquitetura e os desdobramentos da falta de protagonismo das mulheres na academia.

- **Patrimônio, arte e práticas cotidianas urbanas no pós-pandemia?**

A arte e as ações cotidianas que envolvem o urbano afetam diretamente as experiências e a história da mulher e da cidade. Tendo em vista o processo de reconstrução de uma sociedade com mais equidade, consideram-se tais atividades como protagonistas na produção e compreensão de provocações em diversas escalas. Este eixo busca, portanto, a partir do contexto de gênero e da realidade pós-pandêmica, teorizar e ampliar visões sobre práticas diárias e artísticas que, ao se manifestarem, geram impactos sociais, além de contribuir para conquistas das lutas urbanas, artísticas e de gênero.

- **Urbanismo e gênero, políticas e práticas urbanísticas**

A criação, desenvolvimento e crescimento das cidades contemporâneas, tem no seu cerne o urbanismo moderno, quase sempre pensado por e para homens. A equi-

dade urbana precisa ultrapassar as fronteiras da militância. Assim como a historiografia está em constante revisão histórica, o planejamento das cidades deve acompanhar o processo e ter uma nova leitura dos agentes que compõe a cidade. Este eixo busca estudos teóricos e proposições práticas de revisões de planos e legislações em busca de uma cidade mais justa e inclusiva.

O evento contou com a participação de duas palestrantes na abertura e encerramento: a vereadora do PT Maria Marighella e a arquiteta argentina Ana Falú.

No seminário, ainda, foram realizadas duas mesas temáticas: Mesa I “Cidades mais justas. Desafios contemporâneos” na qual participaram Maria França – Movimento Vai Ter Gorda; Raíssa Uchoa – Movimento Olga Benário/BA – Casa de Referência Preta Zeferina; Gilcinéa Barbosa da Conceição – Instituto Odara, Yuna Vitória – Ativista Social; Jecilda Cruz Mello – Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH), tendo a coordenação de Maribel Aliaga Fuentes – UnB. A Mesa II “(Re)construindo a arquitetura: da formação a prática desafios para profissão mais equânime” teve a participação de Camila Leal Costa – Conselheira

Federal do CAU/BR e coordenadora adjunta da Comissão Temporária Raça, Equidade e Diversidade; Ariadne Moraes Silva – CAU/BA; Maria Elisa Baptista – IAB; Brunna Barcelos Gianordoli – diretora geral da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura; Ricardo Trevisan – ENANPARQ, tendo a coordenação de Luiza Rego Dias Coelho – UnB.

Foram organizadas 18 comunicações em quatro sessões temáticas: Sessão Temática I (Presencial) “Historiografia e raça: narrativas e desafios contemporâneos”; Sessão Temática II (Presencial) “Olhares na cidade na perspectiva do gênero”; Sessão Temática III (Híbrida) “Pensar a cidade: outras perspectivas”; e Sessão Temática IV (Híbrida) “Práticas e cotidianos urbanos”.

Também foram realizadas sete atividades interativas de diferentes linguagens sendo elas: Atividade AMARUA; Atividade TRAMA; Atividade Oficina Corpo, dança e arquitetura; Atividade Oficina Imersiva de Fotografia Urbana e Leitura Imagética; Instalação Caça às Mulheres; Instalação Urbana – Guia de Produção Urbana Femi-nista; e Instalação Pensar e Narrar a Cidade no Encontro – Experimentando Linguagens. O 3SMCA contou ainda com

a exposição “Arilda. Arquiteta, urbanista, paisagista” idealizada e montada como parte das atividades do seminário.

Por fim, o evento foi concluído com a elaboração e redação coletiva de “A Carta de Salvador” que traz uma série de discussões e propostas que tem o objetivo de pensarmos em cidades mais justas e equânimes, além da necessidade de pensarmos os processos de construção da cidade de forma crítica, levando em consideração a questão do gênero.

O conjunto de atividades e comunicações apresentadas no 3SMCA, ora nos respectivos anais, evidenciam, de um lado, diversos olhares e experiências voltadas para aproximações e entendimentos do campo ampliado da arquitetura e do urbanismo tendo como eixo norteador a questão do gênero; e do outro, servem como um termômetro sobre como a discussão sobre a construção de cidades inclusivas e justas vem sendo refletida em várias partes do país.

José Carlos Huapaya Espinoza



ANAIS 3º SEMINÁRIO
MULHER, CIDADE E ARQUITETURA

PALESTRA

MARIA MARIGHELLA

18.08.2022



Foto
Aju Paraguassu

Atual vereadora de Salvador, Maria Marighella, pauta questões importantes sobre política, cidade, gênero, natureza e cultura e responde perguntas do público. A princípio faz uma cronologia histórica tocando em pontos importantes para entendermos o momento político e social em que estamos atualmente, vertendo sobre a suas experiências enquanto “pessoa da política institucional na cidade”, as relações coletivas e individuais. Além disso, discorre sobre a natureza e cultura embrenhada no habitar o mundo através de quem somos, e sobre sua experiência de vida pessoal, em que a política nunca foi algo tranquilo, e sempre foi associado a violência, sendo um “interditador da vida familiar, social e íntima”, por conta da sua história familiar.

Destaca as jornadas de junho de 2013 como fundamentais, já que questões sobre a vida nas cidades, o modelo de desenvolvimento, e as decisões que os governos estavam tomando, geraram as revoltas e ocupações nas ruas, trazendo também novos atores para a vida política. Pontua o surgimento na vida pública de um conjunto de movimentos culturais, feministas, cidadãos não vinculados a partidos políticos ou sindicatos que manifestam e pautam a vida na cidade de

uma forma diferente, como nas ocupações das escolas públicas de São Paulo.

Sinaliza a dimensão da cultura e da natureza, entendendo esta última como sujeito de direito esquecido pelas cidades, lembrando a gravidade que é o fato da cidade ser conduzida pelo capital. Assinala os feminismos, assim como o movimento negro, como organizações e pensamentos que tiram a brutalidade e que podem mover, guinar e desorganizar o poder capitalista, conduzindo, portanto, a um novo modo de ser, habitar e estar no mundo e nas cidades.

Como resposta às perguntas feitas, traz provocações acerca da ordem de poder e de precisarmos olhar o mundo a partir de outras riquezas, exemplificando como se dá a reorganização do poder nas ofertas dadas no 2 de julho na Gamboa, e a representação disto como forma de guinar o projeto de sociedade ativando outras riquezas, como a cultura e a natureza. Destaca que as mudanças realizadas por governos progressistas mudaram a vida das pessoas, mas não a mentalidade delas, levando ao mesmo sistema segregador de cidade, com o mesmo modelo de desenvolvimento. Para ela, é preciso, portanto, agir em diversas

frentes e camadas, já que não temos mais uma frente ou bandeira única de ação, pautando a mudança da cultura como um dos elementos importantes para a agenda de igualdade do século XXI. Pontua a importância de reconhecer o verdadeiro poder popular, sendo a “periferia brasileira uma fonte inesgotável de cultura, beleza, desejo, possibilidades, organização social”.



ANAIS 3º SEMINÁRIO
MULHER, CIDADE E ARQUITETURA

PALESTRA

ANA FALÚ

19.08.2022



Foto
Arquivo pessoal Ana Falú

A palestra de Ana Falú traz em discussão três temáticas basilares: o urbanismo em debate, o direito à cidade das diferentes mulheres e, a visão e contribuições do feminismo. O contexto no qual centra sua fala, segundo ela, está relacionado às contribuições da agenda feminista que, de forma contínua, tem possibilitado a reflexão e propostas de temas inovadores na agenda pública sendo que, um deles, seria o direito das mulheres. Assim, o contexto da pandemia da covid-19 possibilita ponderar e relativizar velhas e novas epistemologias, conceitos, metodologias e ferramentas de trabalho. A fala dela estruturou-se em duas partes: a primeira foi voltada para nos apresentar um panorama geral sobre o estado da questão apontando para um diagnóstico dos efeitos da pandemia na América Latina e a segunda parte centra-se em experiências que tem enfrentado para solucionar essa problemática.

Em relação à primeira parte Ana Falú aponta para a desigualdade como questão central. Nesse sentido, ela assinala, tomando como referência as contribuições da antropóloga Rita Segato, a necessidade de “inventar com criatividade novos conceitos que nos ajudem a dar conta dessa desigualdade” acentuada em tempos de pandemia e de crise

política, social e econômica. Ainda, ela explicou que a covid-19 permitiu um entendimento mais ampliado da diversidade na desigualdade; nesse sentido, faz-se necessário entender a desigualdade a partir da transversalidade levando em consideração, por exemplo, questões como etnias, raça, identidade, subjetividade, idades, lugar onde se habita etc.

Já em relação à segunda parte Ana Falú aponta para a necessidade e importância do “diagnóstico inclusivo” nas novas práticas de pensar as cidades, bairros e casas. Segundo ela, esse instrumento político nos permitiria identificar onde estão, como e quem são as mulheres, visibilizando injustiças sociais, injustiças de gênero e injustiças espaciais. Isto nos permitiria conhecer e nos aproximarmos dos perfis e condições de vida das mulheres. Outro ponto de reflexão o constitui o próprio território; nesse sentido, ela discute sobre a necessidade de “conhecer e mapear nossas cidades” para compreender suas desigualdades territoriais, além de fragmentos de vulnerabilidade territorial a partir de indicadores sócio/demográfico/econômicos e urbano/territoriais.



pós-pandemia (?) pós-pandemia (?)

ANAIS DO
3º SEMINÁRIO

**MULHER,
CIDADE E
ARQUITETURA**



SESSÃO TEMÁTICA 1

HISTORIOGRAFIA E RAÇA: NARRATIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS



FRANCO, Maria Asenate Conceição

Doutora – UFBA/PPGNEIM;
assistente social IFBaiano
masenatecf@gmail.com

CUNHA JÚNIOR, Henrique

Pós-doutor, professor visitante
da UFBA/PPGAU
cunhahenrique@yahoo.com

POPULAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS

PRODUZINDO AS CIDADES
E DOMINANDO O COMÉRCIO DE
RUA. BREVES CONSIDERAÇÕES
SOBRE MULHERES NEGRAS
E O DIREITO ÀS CIDADES



EIXO TEMÁTICO
URBANISMO E GÊNERO, POLÍTICAS
E PRÁTICAS URBANÍSTICAS



INTRODUÇÃO

Este trabalho é fragmento do projeto de pesquisa de pós-doutorado, em andamento, intitulado *Feiras públicas itinerantes, cidades e mulheres artesãs-feirantes: sociabilidade urbana e transformações das cidades do Recôncavo Baiano*, submetido ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), linha de pesquisa: Processos Urbanos Contemporâneos.

Esta proposta de investigação parte do fenômeno contemporâneo dos processos de sociabilidade urbana e ambiência enquanto transformações das cidades do Recôncavo Baiano nos últimos anos, em ocasião da participação de mulheres artesãs em feiras públicas itinerantes. Neste sentido, trata-se de investigar as dinâmicas que constituem e mobilizam as feiras públicas itinerantes que ocorrem sazonalmente em municípios do Recôncavo Baiano, com um olhar relacionado à participação destas mulheres neste processo atual de urbanização.

Importantes dinâmicas de desenvolvimento das economias regionais, as feiras públicas itinerantes existem desde o pas-

sado escravagista e sempre contaram com relevante participação das mulheres em distintas interfaces, como produção, transporte e distribuição das mercadorias. Por isso, justifica-se a proposta de investigação considerando a perspectiva da mulher artesã-feirante, pois favorece a compreensão de como as relações de gênero também atuam na constituição e transformação do espaço urbano.

Para tanto, faz-se necessária uma investigação em torno das dimensões de produção e regulação das mencionadas feiras e a atual relação existente entre os múltiplos papéis exercidos por mulheres artesãs-feirantes no tocante à percepção, apreensão, apropriação enquanto sujeitas que também atuam nas relações de sociabilidade e constantes transformações do espaço.

O debate acerca do espaço público é plural. Neste sentido, visões múltiplas são consideradas para classificá-lo, dado sua relevância para os territórios urbanos a partir dos aspectos sociais, políticos, ideológicos, culturais, estruturais econômicos. (CUNHA JÚNIOR, 2020b) Neste estudo o espaço público será analisado como lugar privilegiado para desenvolvimento de relações comerciais. Para tanto,

O espaço público é concebido como de livre acesso a todos, sem barreiras físicas ou simbólicas. [...] O espaço público contém, no seu ordenamento, composição e função, as suas formas de apropriação pelo público, fazendo parte do seu uso a sua percepção social. O espaço público pode ser concebido também enquanto suporte físico de serviços, redes de transporte público e de comunicação com o ambiente urbano, tendo como função o desenvolvimento de feiras públicas, mercados e pequenos comércios urbanos. (COTRIM; MARTINS, 2005 apud CUNHA JÚNIOR, 2020b, p. 34-35)

Historicamente, as feiras ao ar livre e os mercados são atividades populares capazes de desenvolverem as ruas, e a sociabilidade urbana de natureza comercial e integra a formação social do desenho urbano, se se considerar imóveis nas proximidades, comércios outros, o contingente de pessoas que circulam e comercializam nesses espaços. (BONAMICHI, 2013; CUNHA JÚNIOR, 2020b)

Para fins deste artigo, apresentam-se os conceitos de cidades negras e mulheres negras. De início, cidades negras integram o Território de Identidade do Recôncavo Baiano, em que espaços públicos são

transformados em feiras de franco acesso que mantêm viva a cultura do lugar, sendo as dinâmicas das relações sociais nesse espaço comercial dos negócios econômicos ressignificados como locus de fortalecimento da sociabilidade e ambiência socioculturais.

Em geral, os produtos ali comercializados são originários do trabalho artesanal das mulheres negras que acessam as ruas como estratégia de trabalho para provisão familiar. Mulheres negras, categoria formada por mulheres afrodescendentes seguidoras dos passos ancestrais femininos na lida para resistirem e reafirmarem sua existência como sujeitas políticas na sociedade brasileira e baiana alicerçada pelo racismo antinegro estrutural. (CUNHA JÚNIOR, 2020a) Destarte,

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da

ST 1. HISTORIOGRAFIA E RAÇA: NARRATIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

modernidade racializada e racista em que vivemos. (WERNECK, 2010, p. 10)

No Brasil, a análise que recai sobre a trajetória sócio-histórica feminina alusiva à relação das mulheres negras, classe trabalhadora imersa nas relações sociais do comércio de rua, as feiras livres, sempre foi marcada por relações sociais tensionadas pelo escravismo criminoso, regime ditatorial praticado pelo escravizador contra a população africana. (CUNHA JÚNIOR, 2017) Nos dias atuais o racismo antinegro é o reflexo originário desse “[...] problema estrutural da sociedade brasileira [...]”. (CUNHA JÚNIOR, 2020a, p. 17) Não obstante, as bases patriarcais do Brasil Colônia se incumbiram de delimitar o espaço privado às mulheres, enquanto a rua apropriada para circulação masculina.

Não obstante, a sociedade brasileira oitocentista normatizou a divisão sexual para acesso ao público e franqueava ao homem a circulação nesse espaço, já as mulheres administravam o espaço privado. Essa regra não abarcava todas as mulheres, haja vista a frequência de mulheres negras no comércio de rua a venderem suas mercadorias como gêneros alimentícios, bebidas e outros produtos. Eram elas que dominavam o espaço de

ruas, vielas, becos e praças de Salvador, trabalhando no comércio dos mercados de alimentos para suprir necessidades básicas de pessoas que circulavam nesse espaço urbano. Esses trabalhos de ganho de rua (SOARES, 1994) contribuíram para o desenvolvimento da capital baiana e não isentavam do ônus essas trabalhadoras, sujeitas históricas com suas vidas marcadas por trajetórias de resistências e conquistas vividas pela

[...] mulher negra anônimo sustentáculo, econômico, afetivo e moral de sua família é quem, [...] desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite-nos a nós, suas irmãs afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. (GONZALEZ, 2018, p. 51)

A cidade de Aratuípe integra o território do Baixo Sul do Recôncavo Baiano e é formada pelo distrito sede e Maragogipinho, que abriga centenas de olarias dispostas às margens do Rio Jaguaripe. Maragogipinho recebeu da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) destaque internacional na área artística da cerâmica baiana. As peças de barro são exportadas

e comercializadas nas feiras e locais turísticos de Salvador. A produção de peças de cerâmica é uma herança ancestral africana, cultural, secular, aprendida, preservada e transmitida pela oralidade como pedagogia do processo educativo aprendido e apreendido sobre a arte do barro ao longo dos séculos. (BARRETO, 1999; PEREIRA, 1957) A comunidade de Maragogipinho, influenciada por fenômenos multirraciais e pluriculturais, (CARNEIRO, 2003) reflete, nas suas produções cerâmicas, culturas distintas e a lida com o barro. Neste enfoque,

O artesanato é uma das manifestações de identidade de uma cultura, posto que é a arte do saber fazer, alicerçado pelo lugar, pelas tradições do local e pela cultura que ali se recria. A arte ceramista de Maragogipinho foi aprendida pelos seus artesãos/artesãs através do contato e aprendizagem partilhada com seus familiares e ancestres. As peças produzidas, manejadas e comercializadas, dentro e fora das olarias desse distrito, são exemplos materiais de representações e influências imemoriais, atualizadas em cada peça produzida pelas mãos artesãs. As peças, independente do tamanho e/ou do formato, carregam em si o valor cultural de todo o saber, construído a partir da educação

dialogica existente dentro das olarias, mas que não se limitam a um único espaço geográfico. Elas, de uma só vez, se enraízam no lugar e transcendem o lugar, tornando-se patrimônio material e imaterial, produção de artefato e de saberes, arte e epistemologia da comunidade. (SANTANA; BARRA, 2020, p. 26-27)

A tradição secular de mulheres negras desempenhando atividades laborais nos espaços públicos é parte constitutiva da realidade contemporânea de mulheres negras, produtoras e comerciantes de cerâmicas artesanais de Maragogipinho-Aratuípe (BA) que, ao conquistarem seus espaços de labor como vendedoras do comércio das feiras itinerantes, ganham autonomia econômica e financeira. O movimento de sociabilidade e ambiência das feiras ocorre, a exemplo das cidades de Nazaré, espaço urbano sociocultural onde acontece a tradicional e secular Feira dos Caxixis, feira de cerâmica popular; (PEREIRA, 1957) Cachoeira, na Feira Literária Internacional de Cachoeira (Flica), espaços urbanos constituídos por bairros negros (CUNHA JÚNIOR, 2017, 2020a, 2021) do Território de Identidade do Recôncavo Baiano.

ST 1. HISTORIOGRAFIA E RAÇA: NARRATIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Destaca-se a Feira dos Caxixis como evento artístico e cultural e importante para comercialização e visibilidade das louças de Deus. (MOTA, 2011; PEREIRA, 1957) No calendário festivo da cidade o período da Semana Santa é marcado por essa feira festiva, promotora de sociabilidade urbana, capaz de atrair pessoas de diversos lugares do mundo, assim como possibilitar estreitar laços comerciais entre produtores e produtoras com rede de comerciantes do ramo cerâmico, contribuindo na transformação da cidade de Nazaré e do distrito de Maragogipinho.

Esses dois territórios culturais mobilizados pela sociabilidade e comercialização de peças artesanais que agrega sujeitos e sujeitas artesãos e artesãs numa dinâmica dialógica entre visitantes e protagonistas da Feira de Caxixis ressignificam esses espaços geográficos, distintos, mas

[...] Duas cidades estão entrelaçadas através da produção e comercialização das peças. Sendo que, enquanto em Maragogipinho é realizado todo o processo produtivo dos caxixis, em Nazaré essas relíquias são expostas para diversas localidades [...] há relatos não oficiais que a mesma contribuiu demasiadamente na reorganização e divisão flexível na produção

do trabalho, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e econômico para a cidade de Nazaré. Trazendo como concretude dessa parceria, podemos atestar alguns pontos tais como o crescimento das vendas das peças, a visibilidade para a cidade de Nazaré, a realização de uma prática cultural, e as boas histórias e lembranças pertencentes a esses momentos. (SOUZA; MOREIRA, 2018, p. 4-5)

Na atualidade essa feira é promovida pelas prefeituras de Aratuípe (BA) e Nazaré (BA), contudo sua materialização é condicionada ao planejamento entre instâncias governamentais e a Associação de Auxílio Mútuo dos Oleiros de Maragogipinho (AAMOM).

O cotidiano das mulheres, mães, esposas, artesãs, profissionais, trabalhadoras e feirantes é envolto pelo continuísmo, imitação da vida cotidiana vivida pelas gerações passadas e reorganizada na contemporaneidade. Dá-se pela produção das cerâmicas como possibilidades de ganhar a vida para prover o sustento familiar, que muitas vezes é acompanhada pelas atividades domésticas e, como parte dessas, são marisqueiras e lenhadoras. (BARRETO, 1999; HELLER, 2008) A valorização do trabalho feminino,

garantia para administrar seus negócios financeiros, motiva conflitos de gênero, pois que “A antiga estrutura baseada no sistema patriarcal historicamente construída, passou então a ser questionada pela participação cada vez maior das mulheres no processo produtivo e na sua comercialização [...]”. (BARRETO, 1999, p. 60)

O reconhecimento e a valorização das mulheres negras de Maragogipinho que sobrevivem do artesanato e sua comercialização nas feiras itinerantes são atravessados pela desigualdade de gênero e negação do direito à cidade, embora a dinâmica das feiras contribua para sociabilidade, ambiência e desenvolvimento urbano através da circulação de mercadorias, a convivência com problemas de mobilidade urbana para deslocamentos entre as cidades e a taxaço de impostos que recai sobre as trabalhadoras, sem direito a acomodação e estrutura urbana que atendam suas necessidades, inviabilizam o direito às cidades, planejadas nos moldes brancocêntrico, sexista, misógino, reprodução de práticas do racismo antinegro e confinam às mulheres negras espaços periféricos do urbanismo, a sub-representação da categoria na participação política do processo decisório

de planejamento, da produção do espaço urbano coletivo.

Portanto, as mulheres negras artesãs e feirantes geram renda que movimenta o comércio das cidades e contribuem para o desenvolvimento urbano. Entretanto o acesso para praticarem a comercialização de seus produtos é condicionado a taxas e impostos, numa relação compulsória entre o agente público fiscalizador e as trabalhadoras que, quando exercem a chefia doméstica e não dispõem de rede de solidariedade sociofamiliar ou equipamentos públicos para auxiliar na guarda e segurança de suas crianças, são obrigadas a exercerem duplo papel nesses espaços da rua: ser mãe e trabalhadora concomitantemente.

Apesar de pagarem para trabalhar, não usufruem o direito à cidade para mobilidade urbana, inexistem políticas públicas da rede socioassistencial para cuidados maternos, equipamentos para higiene pessoal. Enfim, a estrutura urbana se auto desobriga para atender necessidades de mulheres negras que se deslocam de suas cidades para garantirem a sobrevivência familiar com as rendas oriundas da comercialização de suas peças artesanias. Decerto, fazer parte da população negra

ST 1. HISTORIOGRAFIA E RAÇA: NARRATIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

incide na desimportância e desobrigação de quem administra as cidades sobre as vidas dessa população, e as mulheres negras são parte majoritária desse contingente populacional.

Em todos os sentidos, a cidade é planejada e organizada de forma oficial sem a participação dessa classe profissional de mulheres negras artesãs. As suas necessidades materiais e imateriais não estão espelhadas no fazer formalizado da cidade e do seu projeto e execução. A cidade não é pensada formalmente como negra, feminina e de atividades de artesãs.

Por fim, busca-se nesta breve discussão ressignificar a figura da mulher negra ocupante dos espaços de produção e reprodução, que com seu trabalho contribui para o desenvolvimento urbano, quer seja pela via do pagamento de impostos e taxas para acessarem os espaços das feiras itinerantes, ou mesmo indiretamente, o acesso de visitantes para conhecerem ou revisitarem as feiras tradicionais, a exemplo da Feira dos Caxixis.

Essas pessoas movimentam o comércio local, como hotéis, pousadas, restaurantes, bares, espaços de lazer. Faz-se necessária

a participação política das mulheres negras nas agendas urbanísticas dessas cidades negras a fim de decidirem a cidade humanizada que contribui para sua melhoria de vida.

REFERÊNCIAS

BARRETO, V. Q. *Viver do barro: trabalho e cotidiano de oleiros Maragogipinho – Bahia, 1970–1998*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

BONAMICHI, N. C. *Feiras livres: um breve estudo sobre tradição urbana, sociabilidade e resistência na cidade do Rio de Janeiro*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/5512>. Acesso em: 15 out. 2021.

CARNEIRO, S. Mulheres negras, violência e pobreza. In: BRASIL. Presidente da Republica; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (Brasil). *Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas*. Brasília, DF: A Secretaria, 2003. p. 10-19. Disponível em: <https://prceu.usp.br/repositorio/programa-de->

prevencao-assistencia-e-combate-a-violencia-contra-a-mulher-plano-nacional/. Acesso em: 10 jun. 2020.

CUNHA JÚNIOR, H. Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil: disciplina da pós-graduação em arquitetura e urbanismo crítica e sociedade. *Crítica e Sociedade*, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 16-27, 2020a. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/57847>. Acesso em: 3 dez. 2021.

CUNHA JÚNIOR, H. Bairros negros: epistemologia dos currículos e práticas pedagógica. In: COLÓQUIO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE QUESTÕES CURRICULARES, 3., 2017, Praia, CV. *Anais [...]*. [S. l.: s. n.], 2017. p.1-10. Disponível em: <https://proceedings.science/coloquio/trabalhos/bairros-negros-epistemologia-dos-curriculos-e-praticas-pedagogica?lang=pt-br>. Acesso em: 2 dez. 2021.

CUNHA JUNIOR, H. Bairros negros uma discussão necessária no ensino da sociologia no ensino médio. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA, 7., 2021, Belém. *Anais [...]*. Campina Grande: Ed. Realize, 2021. p. 1-15. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/75727>. Acesso em: 5 fev. 2022.

CUNHA JUNIOR, H. *Espaço público, urbanismo e bairros negros*. Curitiba: Appris, 2020b.

GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... São Paulo: Diáspora Negra, 2018.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MOTA, U. T. *Louça de Deus: o caxixi em Maragogipinho*. Salvador: Fast Desing, 2011.

PEREIRA, C. J. da C. *A cerâmica popular da Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.

SANTANA, J. C.; BARRA, C. de C. S. A pedagogia artesã de Maragogipinho: experiências de autoria poética. *Boitatá*. Londrina, v. 15, n. 29, p. 12-30, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/boitata/article/view/40151>. Acesso em: 19 ago. 2021.

SOARES, C. M. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1994._soares_cecilia_moreira._mulher_negra_na_bahia_no_seculo_xix.pdf. Acesso em: 6 fev. 2022.

SOUZA, T. S. de; MOREIRA, R. P. de S. *Das olarias aos encantos: feira de caxixis uma beleza cultural de Nazaré-Ba*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL "EDUCAÇÃO E COMTEMPORANIEDADE", 12., 2018, São Cristovão, SE. *Anais [...]*. Aracaju: Educon, 2018. p. 1-10. Disponível em: http://anais.educonse.com.br/2018/das_olarias_aos_encantos_feira_de_caxixis_uma_beleza_cultural_de_.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.

ST 1. HISTORIOGRAFIA E RAÇA:
NARRATIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe!
Movimento de mulheres negras e estratégias
políticas contra o sexismo e o racismo.
Revista da ABPN, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1-11,
2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4962102/mod_resource/content/1/Nossos%20passos%20v%C3%AAm%20de%20longe%21%20Movimentos%20de%20mulheres%20negras%20e%20estrat%C3%A9gias%20pol%C3%ADticas%20contra%20o%20sexismo%20e%20o%20racismo%20%281%29.pdf. Acesso em: 13 mar. 2015.

CAPÍTULO 2

BROTAS, Isabele

Mestranda no PPGTAS, UCSal
belebrotas@gmail.com

FLORIM

A REPRESENTAÇÃO
DA MULHER NEGRA NA
CIDADE DE SALVADOR



EIXO TEMÁTICO
URBANISMO E GÊNERO, POLÍTICAS
E PRÁTICAS URBANÍSTICAS



INTRODUÇÃO

Buscar, nas representações da cidade, aquilo que não se deseja ali, aqueles que foram jogados para o lado de fora, é preciso um esforço muito grande para encontrar, em meio a uma literatura tão marcadamente branca e masculina como a brasileira, uma construção diferente sobre a experiência urbana contemporânea. (DALCASTAGNÉ, 2010, p. 289)

Por esta razão, o presente artigo busca ampliar o olhar para as questões de gênero e cidade, mais especificamente as representações da mulher negra na cidade de Salvador, seus desafios e lutas diárias de sobrevivência nos espaços urbanos a partir da obra literária brasileira contemporânea *Florim*, da escritora baiana Luciany Aparecida, que assina a obra por Ruth Ducaso.

Numa perspectiva multidisciplinar, o trabalho busca expandir o olhar para as questões de gênero e cidade na modalidade bibliográfica, de forma explicativa a partir de uma pesquisa metodológica qualitativa de diferentes autoras e autores como: Henri Lefebvre (2008), Regina Delcastagné (2012), Milton Santos (1987) e Carla Akotirene (2018).

A pesquisa científica iniciada através da pesquisa bibliográfica é aquela em que o pesquisador busca obras já publicadas relevantes para conhecer e analisar o tema problema da pesquisa a ser realizada. Na conceitualização de pesquisa bibliográfica, para Macedo (1994), ela é a primeira coisa a se fazer quando o pesquisador/investigador/científico se propõe a iniciar qualquer produção científica, pois é a partir dela que o investigador vai buscar para fazer um levantamento crítico.

A pesquisa bibliográfica é uma importante metodologia, o pesquisador pode buscar, a partir de conhecimentos estudados e analisados, a maneira teórica para responder o problema do objeto de estudo ou comprovar suas hipóteses, adquirindo novos conhecimentos sobre o assunto pesquisado. Para realizar uma pesquisa bibliográfica o pesquisador precisará de tempo e cuidado para analisar os levantamentos das obras publicadas.

No romance/novela *Florim* (2020) as diversas problemáticas que envolvem a cidadania da mulher negra na sociedade brasileira são evidenciadas claramente quando este corpo ocupa um espaço na cidade, portanto, é necessário interrogar:

quais os limites e possibilidade das mulheres negras no espaço urbano? Frente a esta questão, é indissociável duas vias de investigação. A primeira, seria os tipos de violências sofridas por elas no momento em que seus corpos ocupam o espaço urbano. A segunda põe em xeque as invisibilidades concentradas a essas mulheres na tentativa de adentrar os espaços hegemônicos na sociedade.

O ponto de partida será a própria personagem protagonista do romance, nome Maldita ou Dita, que descreve no seu diário particular as vivências de um corpo negro que ocupa uma cidade colonial que, ora é vista como cartão-postal, ora como sinônimo de desigualdade.

ESCREVIVÊNCIAS DE UM CORPO NEGRO

Além de ser um corpo que ocupa mais um espaço num transporte público superlotado, atuar no tráfico de drogas, vender dendê na feira e não fazer parte da hegemonia literária, a personagem de nome Dita sonha em ser nomeada poeta com as poesias que escreve a partir de suas experiências no espaço urbano.

Este espaço, nos romances contemporâneos, apresenta-se não só como cenário, mas como elemento problematizador das subjetividades femininas. Na passagem da trama, a personagem afirma:

Como não posso ser poeta? Sou poeta. Escrevo no tempo do querer. Recebi um diário do Mudo aos 10. Catei palavras guardadas no mundo e escondi no diário. As palavras guardadas do mundo dançavam quadrilha no diário. Vários diários me contam de mim. Ignoram minha letra. Sou poeta, queria arrumar meus poemas num papel só. (DUCASO, 2020, p. 40)

O interesse de Dita pela escrita literária faz lembrar as novas vozes que aparecem na cena da literatura, como Maria Carolina de Jesus e Conceição Evaristo, ambas mulheres negras e periféricas, que lutaram e lutam não só por espaço urbano, mas também por outros tipos de espaços dentro da sociedade que tanto as invisibiliza. A participação dessas mulheres na literatura é um dos fatores que possibilitam que suas histórias sejam contadas por elas mesmas, de maneira que apareça uma construção diferente sobre a experiência urbana.

A literatura é vista como um elemento de construção do pensamento social, e o

poder de escrever essas experiências sempre esteve nas mãos de uma hegemonia formada por homens, brancos e héteros, mas a literatura brasileira contemporânea surge com um fator positivo diante das forças homogeneizadoras que excluem a multiplicidade de temas e vozes, portanto, a narrativa *Florim*, assim como outras, aparecem como veículo fundamental para ampliar as representações das mulheres negras na cidade de Salvador, pois possibilita refletir e revelar de que forma elas estão descritas no espaço urbano e o quanto a invisibilidade, exploração e exclusão são as únicas condições dadas a elas. Pensar nesta literatura como um território contestado, é entender que a presença dessas novas vozes causam desconforto e incômodo para a crítica ao tratar de outras temáticas.

A literatura pode dar a ver situações que são tomadas “invisíveis” e, assim, contribuir minimamente para a sua discussão, é importante que sejam inseridas novas vozes, provenientes de outros espaços sociais, em nosso campo literário. Afinal, são essas vozes autorais que podem, efetivamente, acrescentar substância e originalidade à literatura brasileira. (DALCASTAGNÉ, 2012, p. 53)

É possível afirmar que hoje em dia há um número crescente de “novas vozes” na literatura brasileira, que inclui mulheres negras, homens negros, gays, lésbicas, sujeitos periféricos, travestis, transexuais, porém, como afirma Dalcastagné (2012, p.7) “Para isso, é preciso dizer, em primeiro lugar, que o campo literário brasileiro ainda é extremamente homogêneo”. Além dessas novas vozes, a literatura contemporânea do Brasil também revela-se interessada por diversas temáticas que surgem dos espaços urbanos brasileiro: violência, miserabilidade, exclusão e crime. Isso confirma o que fora dito antes sobre a missão da literatura brasileira em relacionar-se com a realidade do país.

As questões na obra de Ruth Ducaso parecem, ao longo de toda a sua trajetória, desenvolver um projeto literário que procura representar a experiência urbana da mulher negra socialmente marginalizada, que não possui direito à cidade, que desenvolve trabalhos informais e que para isso, é necessário enfrentar transportes públicos precários, como se vê nas idas da personagem à feira, local onde tira o sustento também. Percebe-se abaixo a denúncia de Lefebvre a respeito desse movimento:

Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retornar a tarde o mesmo caminho e voltar para a casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte. (LEFEBVRE, 2016, p. 118)

Henri Lefebvre (1968) relata que a cidade é estruturada a partir das relações sociais do sistema capitalista, o que contribui para os processos de segregação, aumento das desigualdades e uma delimitação de contrastes dentro da cidade. Ele afirma ainda que o próprio projeto urbanístico das cidades advém racionalizado de separações, e percebe-se isso pelo termo “zoning” ou zoneamento, que o filósofo denuncia ser já um instrumento de planejamento urbano interessado em separar. Como o próprio Henri afirma “Na representação urbanística, o termo “zoning” já implica separação, segregação, isolamento nos guetos arranjados”. (LEFEBVRE, 1968, p. 103)

Portanto, levantar essas questões, é também informar que o local de interseccionalidade marca os corpos dessas mulheres negras, pois a tríade opressora – racismo,

capitalismo e patriarcado – atua em conjunto, como formas de opressões a essas pessoas. Para Akotirene (2018), esse conceito instruído pelas feministas negras, pode ser considerado uma forma de analisar, através de suas próprias experiências e reivindicações, que os fatores raça, classe e gênero são aparatos de exclusões e violências.

Este local interseccional que marca a mulher negra, é notadamente visto no romance de Ducaso, quando a própria personagem, que é uma mulher, negra e periférica, é a mais afetada na utilização desse espaço. Ela, portanto, que sempre foi uma controversa no projeto devastador de urbanização das cidades brasileiras, foram descritas como um dos sinônimos de degradação desses espaços que buscavam um ideal de progresso.

Quanto a essa campanha urbanística desigual, o geógrafo Milton Santos ao inaugurar os estudos do espaço geográfico a partir das desigualdades produzidas por esse mesmo local, conceitua esse processo como de cidadania mutilada. Para ele, o processo de modernização das cidades brasileiras foi construído sob a ótica da segregação e remoção. Ao desenvolver esse pensamento, Santos

afirma que em vários ramos da sociedade essa mutilação.

Poderíamos traçar a lista das cidadanias mutiladas neste país. Cidadania mutilada no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas. Cidadania mutilada na remuneração, melhor para uns do que para outros. Cidadania mutilada nas oportunidades de promoção. Cidadania mutilada também na localização dos homens, na sua moradia. Cidadania mutilada na circulação. (SANTOS, 1987, p. 134)

Portanto, compreender que as mulheres negras devem ser incluídas em todos os âmbitos da sociedade, no espaço urbano e espaços de poder, é um passo importante para o processo de democratização da vida cultural, e principalmente, de toda a vida urbana, e essa abertura para novas vozes dentro dos locais dominantes, não é simplesmente uma abertura, sobretudo, o resultado das lutas constantes em torno da diferença, resultado das políticas culturais que trabalham essas diferenças das produções de novas identidades que agora passam a ter voz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ser mulher e ser negra marca um espaço de interseccionalidade – onde atuam diferentes modos de discriminação – que ainda é pouco reconhecido”. (CRENSHAW, 2004 apud DALCASTAGNÉ, 2012, p. 299) A partir do enfoque desta pesquisa – cidade e gênero – é possível perceber que os fatores raça, classe e gênero são razões que demarcam o desenho do espaço urbano e reproduz as muitas formas de exclusão e segregação dos diferentes corpos que habitam a cidade, impossibilitando que esses corpos ocupem outros espaços de poder na sociedade.

A literatura como sendo um instrumento de construção do pensamento social, possibilita dar visibilidade às situações invisíveis e refletir sobre o fato de que as contradições sociais contribuíram para os desenhos socioespaciais, especificamente aos processos sócio-históricos que destinaram à mulher negra o lugar de subalternidade e marginalidade na sociedade. Afinal, são essas temáticas escritas por novas vozes que acrescentam substância à literatura brasileira.

De acordo com Stuart Hall, dentro da cultura, a marginalidade nunca foi um lugar

tão produtivo quanto nos dias de hoje, 'e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural'. (HALL, 2003, p. 338) Entender as mulheres negras e pobres como parte fundamental desse processo é um passo importante para a democratização de nossa vida cultural e de nossa vida urbana. (DALCASTAGNÉ, 2010, p. 299)

Pelo caminho percorrido ao longo desse estudo, somos levados ao questionamento sobre a existência de uma produção contemporânea efetiva que inclua mulheres negras ao debate das discussões. Como resposta, nossas impressões de leitura revelam um cenário produtivo. Porém, apesar de todo espaço que a literatura brasileira contemporânea já conquistou, ainda há muito a ser conquistado, e isso se dará na constante inclusão de novas vozes na cena desses espaços ditos hegemônicos, pois contribui efetivamente para que a multiplicidade e a pluriculturalidade existam no cenário brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- CARRASCOSA, D. Posfácio. In: DUCASO, R. *Florim*. Salvador: Paralelo 13S, 2020.
- CRENSHAW, K. W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: CRENSHAW, K. W. et al. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.
- DALCASTAGNÉ, R. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Ed. Horizonte, 2012.
- DALCASTAGNÉ, R. Representações restritas: a mulher no romance brasileiro contemporâneo. In: DALCASTAGNÉ, R.; LEAL, V. M. V. (org.). *Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea*. Vinhedo: Ed. Horizonte, 2010.
- DUCASO, R. *Florim*. Salvador: Paralelo 13S, 2020.
- EVARISTO, C. Depoimento. In: DUARTE, E. de A.; FONSECA, M. N. S. (org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: história, teoria, polêmica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. v. 4.
- GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ST 1. HISTORIOGRAFIA E RAÇA:
NARRATIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2016.

MACEDO, N. D. *Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa*. São Paulo: Loyola, 1994.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Ed. Nobel, 1987.

DAMASCENO, Milena

Mestranda em Território,
Ambiente e Sociedade pela Universidade
Católica do Salvador (UCSal);
milenadamasceno.nascimento@ucsal.edu.br

VASCONCELOS, Liliane

Doutora em Literatura e Cultura pela
Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Professora orientadora e docente do
Programa de Pós-graduação em Território,
Ambiente e Sociedade da Universidade
Católica do Salvador (UCSal).
liliane.vasconcelos@pro.ucsal.br

VIVEIROS, Liana

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela
Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Professora orientadora e docente do
Programa de Pós-Graduação em Território,
Ambiente e Sociedade da Universidade
Católica do Salvador (UCSal).
liana.oliveira@pro.ucsal.br

A MULHER NA CIDADE

A SOCIALIZAÇÃO DO CUIDADO NO CONTEXTO URBANO



EIXO TEMÁTICO
URBANISMO E GÊNERO, POLÍTICAS
E PRÁTICAS URBANÍSTICAS



INTRODUÇÃO

A divisão sexual do trabalho produziu e naturalizou a responsabilização do trabalho de cuidado às mulheres. Historicamente cabe a elas a tarefa de cuidar não somente de seus filhos, mas dos maridos, idosos, enfermos e de suas casas, resultando em uma rotina exaustiva e um déficit de tempo em relação aos homens para se dedicar a suas relações sociais e de trabalho remunerado.

A associação entre mulher e domesticidade [...] funciona como dispositivo na alocação de responsabilidades – na vida privada, entre os indivíduos associados por laços familiares, afetivos e de convivência, mas também na esfera pública, nas normas que determinam ou favorecem uma certa divisão das responsabilidades entre Estado, famílias e indivíduos. (BIROLI, 2015, p. 92)

Ainda que essencial para a vida e para a manutenção do sistema capitalista, visto que as pessoas necessitam desses serviços, como o preparo de refeições e a limpeza da casa, para continuarem a exercer suas funções, o trabalho doméstico e de cuidado, além de ser não remunerado, é invisibilizado pelo Estado e pela sociedade, o que marca a desigualdade de

gênero, raça e classe. (BIROLI, 2015; FEDERICI, 2017)

A participação cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho, aliado ao envelhecimento da população, coloca em xeque essa divisão sexual do trabalho, uma vez que a demanda pelo trabalho reprodutivo se torna cada vez maior e o tempo dedicado a ele por essas mulheres é reduzido devido às demandas do trabalho remunerado destas, gerando uma crise socioeconômica denominada “crise do cuidado”, que afeta toda a população e nos leva a pensar alternativas tanto para evidenciá-la quanto para enfrentá-la. Discute-se aqui, como possibilidade, a via da socialização do cuidado.

A crise sanitária da covid-19 no Brasil veio atrelada a uma crise política e econômica e à assunção de um governo de direita, negacionista e propagador de valores machistas. O descaso com a vida contribuiu para o agravamento da desigualdade social durante a pandemia e evidenciou a sobrecarga de trabalho sobre as mulheres. (BULHÕES, 2021)

O objetivo deste trabalho é entender, por meio de uma revisão bibliográfica, em quais dimensões as desigualdades de gênero e a crise do cuidado foram eviden-

ciadas pela pandemia da covid-19 e como as mulheres foram afetadas durante esse período. Além disso, este estudo propõe pensar a inserção da perspectiva do cuidado no planejamento urbano como mecanismo para a promoção de cidades mais equitativas no período pós-pandemia. A partir de um referencial multidisciplinar apoiado nos estudos de gênero, cuidado e do planejamento urbano, o artigo utiliza reflexões de autores como Federici (2017), Biroli (2015) e Brenner (2015) para destripar as relações entre a sobrecarga de trabalho da mulher e o seu direito à cidade.

O artigo está dividido em duas seções, precedidas desta introdução e seguidas de uma breve conclusão. A primeira seção trata dos impactos da pandemia na vida das mulheres e sobre como a divisão sexual do trabalho foi reforçada durante esse período, designando às mulheres a responsabilidade de cuidar das crianças, do marido, dos enfermos e da casa. A segunda seção explora alternativas e mecanismos que colocam o cuidado como fator essencial no planejamento urbano, no sentido da formação de cidades mais democráticas e não opressoras para as mulheres.

A DESIGUALDADE DE GÊNERO E A CRISE DO CUIDADO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

O primeiro caso brasileiro de infecção por SARS-CoV-2, o vírus da covid-19, foi detectado em 26 de fevereiro de 2020. Desde então teve início uma das maiores crises sanitárias já vistas no país. (ESTRELA et al., 2020) A doença atingiu rapidamente a população, principalmente os estratos sociais vulnerabilizados, e colocou em evidência o abismo social já existente no Brasil. A pandemia impactou homens e mulheres de maneiras diferentes, desde o grau de exposição e suscetibilidade à infecção até as implicações sociais e econômicas; não há dúvidas de que a população feminina foi a mais atingida pelos efeitos negativos da crise.

Cerca de 85% dos profissionais de enfermagem – incluindo auxiliares e técnicos – no Brasil são mulheres, ou seja, elas formaram a linha de frente do combate à doença. (PIMENTA, 2020) Além das pressões trabalhistas vivenciadas nos hospitais e clínicas, essas mulheres também foram afetadas psicologicamente, porque além de estarem em situação de risco, elas tiveram que se isolar de suas famílias para não infectá-las, muitas tive-

ram que sair de suas casas e morar sozinhas, perdendo suas redes de apoio presenciais.

Além de serem a maioria das cuidadoras na área da saúde, as mulheres também são as responsáveis pelo trabalho de cuidado no âmbito doméstico, sobretudo as mulheres negras e mães, devido a uma construção social onde “o trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras”. (CARNEIRO, 2011, p. 128)

Nesse contexto de isolamento, as mulheres se responsabilizam pelo cuidado de pessoas em situação de vulnerabilidade, por exemplo, 85% dos cuidadores de idosos são do sexo feminino. (BRUNO, 2020) Além disso, cai para elas a responsabilidade de cuidar das crianças, do companheiro e porventura de algum familiar acometido pela doença. Durante a pandemia, cerca de 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém. (GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2020) Logo, as mulheres estão sujeitas a um risco maior de contaminação por serem as maiores responsáveis pelos doentes; mas quem cuida da mulher?

O desemprego teve um impacto avassalador sobre a população feminina durante a pandemia. Em março de 2020, primeiro mês de *lockdown*, 7 milhões de mulheres foram forçadas a sair do mercado de trabalho, segundo dados da PNAD Contínua, e dessas 58% eram negras. (GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2020) Sendo assim, houve um aumento drástico de famílias chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade, que também aumenta a suscetibilidade ao vírus, pois segundo estudo desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), as famílias que sobrevivem com orçamento entre 0 e 2 salários mínimos possuem 20% mais chances de contrair o vírus do que aquelas pertencentes à classe média. É importante ressaltar que a maioria dessas famílias são chefiadas por mães negras que sustentam sua família sozinhas. Portanto, o vírus pode até ser democrático, mas a crise gerada pela pandemia possui alvo certo, a base da pirâmide social, sobretudo as mulheres negras. (CRUZ, 2021; PIMENTA, 2020)

O contexto do isolamento social trouxe à tona também a pandemia invisível da violência doméstica. Desde o início da pandemia, a Organização das Nações

Unidas (ONU) já havia previsto o aumento nos casos de violência à mulher devido ao fato de estarem confinadas e mais próximas de seus agressores. Segundo pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, encomendada pelo Instituto DataFolha:

[...] a perda de emprego e renda (25,1%) e a maior convivência com o agressor (21,8%) são os principais pontos destacados por mulheres que sofreram violência nos últimos doze meses como fatores que contribuíram para sua vulnerabilidade à violência. Mais da metade das entrevistadas também afirma que a pandemia influenciou no agravamento da violência sofrida, tragédia anunciada e de proporções nacionais. (BUENO; PIMENTEL; LAGRECA, 2021)

Os casos de violência doméstica tendem a aumentar em períodos de crise financeira ou desastres naturais e, sendo assim, o contexto da pandemia age veemente no aumento da taxa de violência doméstica e feminicídio e na dificuldade dessas mulheres de buscar ajuda, uma vez que muitas delas encontravam nas ruas suas redes de apoio e modos de denunciar os abusos sofridos, porém com a instauração de medidas restritivas de enfrentamento ao vírus, elas foram obrigadas a ficar em

casa, local onde estão na presença constante de seus agressores. (BULHÕES, 2021; MENDES, 2020; THINK OLGA, [202-]a)

As sobreviventes da violência podem enfrentar obstáculos adicionais para fugir de situações violentas ou acessar ordens de proteção que salvam vidas e/ou serviços essenciais devido a fatores como restrições ao movimento em quarentena. O impacto econômico da pandemia pode criar barreiras adicionais para deixar um parceiro violento, além de mais risco à exploração sexual com fins comerciais. (ONU MULHERES, 2020)

Ademais, a pesquisa também relata que mesmo com os protocolos de restrição ao espaço público, 26,5 milhões de mulheres afirmaram ter sofrido assédio sexual, sendo a rua o lugar com maior número de acontecidos, 31,9%. (BUENO; PIMENTEL; LAGRECA, 2021)

O aumento da violência contra a mulher no contexto de pandemia, tanto nos espaços privados como nos públicos, é alarmante e cobra dos poderes uma medida efetiva, por meio de políticas públicas com enfoque de gênero que promovam uma rede de apoio e um espaço seguro onde a mulher se sinta fortalecida.

POLÍTICA DO CUIDADO NO PLANEJAMENTO URBANO PARA CIDADES MENOS DESIGUAIS E MENOS OPRESSORAS NO PÓS-PANDEMIA

É possível perceber como o contexto de crise sanitária e política agravou valores, crenças e costumes machistas enraizados na sociedade brasileira. As mulheres são as mais afetadas em contextos endêmicos e também as mais invisibilizadas e sem suas redes de apoio, devido ao confinamento social, elas se veem ainda mais vulneráveis às intempéries da pandemia. Apesar do avanço da vacinação, da diminuição de casos e do relaxamento das medidas de controle da disseminação da doença, os impactos da pandemia perduram na sociedade. A pandemia do coronavírus apenas agravou situações que há muito tempo já existem em nossas cidades, como por exemplo, no Brasil pré-pandemia “de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, a cada dois minutos uma mulher realiza registro policial por violência doméstica no país”. (MENDES, 2020) Ou seja, a vida das mulheres afetadas não voltou “ao nor-

mal” e os obstáculos a serem superados são ainda maiores.

As cidades brasileiras não são planejadas para acolher as mulheres. Ao contrário, as formas de intervenção nas cidades e o planejamento são refratários à sua presença e reforçam a segregação, além de colocá-las em posição de vulnerabilidade ao frequentar o espaço público. Isso interfere diretamente em suas rotinas, visto que as cidades não oferecem equipamentos e estruturas que atendam às suas necessidades, como, por exemplo, quantidade suficiente de creches para deixar seus filhos enquanto vão trabalhar (ou procurar emprego). Também constantemente sofrem com assédio e violência nas ruas enquanto tentam executar as suas tarefas diárias e são impelidas a incluir medidas autoprotetivas, como alterar os seus percursos e horários, por exemplo, e assim a organizar suas vidas cotidianas sob o espectro da opressão.

Para a superação dessa desigualdade social e de gênero é preciso dar voz aos relatos das mulheres e é nesse contexto que entra a socialização do cuidado e a promoção de cidades que tenham o viés do cuidado no planejamento urbano e nas suas políticas públicas, produzindo

do uma inflexão após a crise no sentido do pleno exercício do direito à cidade, onde elas possam não apenas usufruir do meio urbano, mas participar dos processos de decisão de suas transformações. (LEFEBVRE, 2016)

A não valorização e não remuneração do trabalho doméstico e de cuidado impede a mulher de viver uma vida social plena como a dos homens, além de possuírem rendimentos menores na esfera pública. Logo, esse contexto sustentado pela divisão sexual do trabalho promove “formas desiguais de inclusão” no espaço público, (BIROLI, 2015; BRENNER, 2015) que são evidenciadas na estrutura urbana por meio de espaços que segregam a sua presença e impulsionam e facilitam casos de assédio e violência à mulher na cidade. Além disso, a desigualdade de gênero coloca os lares chefiados por mulheres, principalmente mulheres negras, entre aqueles com os maiores índices de famílias abaixo da linha da pobreza, como demonstra o estudo realizado pela Made-USP (2021), no qual foi constatado que desde o início da pandemia a taxa de mulheres negras abaixo da linha de pobreza subiu de 33% para 38% mesmo com o auxílio emergencial; e a

taxa de mulheres brancas subiu de 12% para 15%.¹ tal fator diminui o acesso ao transporte público e à cidade em geral, uma vez que, não tendo acesso ao solo urbano em áreas infraestruturadas e centrais, vivem em regra nas margens das cidades, o que restringe seu acesso à estrutura urbana. (DAMASCENO; VASCONCELOS, 2021)

A vivência urbana é radicalmente diferente para homens e mulheres e muito mais difícil para as mulheres negras, trans e/ou habitantes das periferias, que são as que mais frequentemente sofrem os impactos deste padrão de urbanização excludente e patriarcal [...] A cidade pensada a partir dos interesses do capital não é um lugar seguro para as mulheres, que são

1 Estudo publicado pelo Made-USP (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da FEA-USP) que utilizou de base dados da PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio e da PNAD Covid, feitas pelo IBGE, para demonstrar e analisar a desigualdade de gênero e o aumento da pobreza na crise da covid-19. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/25/Desigualdade-de-g%C3%A9nero-e-ra%C3%A7a-o-perfil-da-pobreza-na-crise>. Acesso em: 2 maio 2022.

ST 1. HISTORIOGRAFIA E RAÇA: NARRATIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

historicamente responsabilizadas pelo cuidado (evidenciado nos atos cotidianos de levar as crianças à escola, as pessoas doentes ao atendimento médico-hospitalar, auxiliar os idosos em seu cotidiano), mas que *são constantemente violentadas no caminho*. As mulheres que se movem de uma zona para outra da metrópole por meio de um transporte público precário, caro e inseguro, escancaram a dissintonia entre o corpo e a materialidade urbana. (OLIVEIRA, 2018, p. 125-134, grifo nosso)

A luta pela inclusão de creches e escolas em período integral e a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) também são pontos cruciais para a promoção de cidades mais equitativas. São aspectos determinantes do planejamento urbano, uma vez que atualmente a quantidade de creches e postos de saúde se encontra defasada e não atende a demanda existente, deixando as mulheres desamparadas em relação ao cuidado de seus filhos e impactando em sua saúde.

A via da socialização dos cuidados através de instituições públicas têm mostrado efeitos muito positivos sobre as desigualdades de classe e de gênero no Brasil. Apesar de o acesso à educação infantil, notadamente às creches, ser muito res-

tritativo, as mães cujos filhos frequentam creches e pré-escolas não apenas apresentam maior taxa de ocupação no mercado de trabalho como trabalham em atividades mais formalizadas, ampliam o número de horas trabalhadas e auferem maior renda do trabalho. (SORJ, 2014, p. 127)

O aumento da violência contra a mulher durante a pandemia traz luz ao fato de que somente 7% das cidades no Brasil possuem Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). Este dado é alarmante pois demonstra a dificuldade da mulher realizar denúncias e encontrar apoio jurídico, tornando urgente a implantação dessas instituições nos planos urbanos. Além disso, para tornar as cidades mais seguras e menos opressoras para as mulheres, é necessário garantir a participação delas na vida política e no planejamento urbano, ocupando espaços de poder de modo a colocar as questões de gênero na agenda pública de política urbana e mesmo para que possam compartilhar suas experiências na cidade e assim apontar para soluções mais assertivas em direção ao exercício do direito à cidade.

Apesar de não haver uma ligação direta entre a baixa participação de mulheres na esfera pública e a sobrecarga de trabalho, é possível inferir que essa dualidade entre o público e o privado é um fator a mais que a impede de estar presente, uma vez que o seu tempo livre para se dedicar a essas atividades é consideravelmente reduzido.

Para tanto, é preciso também construir afirmativamente as condições para essa vocalização, assegurando práticas e arranjos, na vida doméstica e no trabalho, que permitam que os indivíduos tenham tempo e recursos para tomar parte na vida política, no debate público e em esforços coletivos que lhes pareçam relevantes. (BIROLI, 2015, p. 113)

Logo, para assegurar que essas mulheres participem ativamente das decisões em relação ao planejamento urbano é preciso desconstruir essa responsabilização do cuidado como atividade restrita a elas e para isso, Sorj (2014, p. 127) defende que deve haver “a construção de um Estado solidário, que por meio de políticas públicas de qualidade coloque o cuidado no centro da sua definição de bem-estar social”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da covid-19 afetou as mulheres de maneira drástica, principalmente as mulheres negras e pobres. Entretanto, a pandemia apenas evidenciou um abismo de desigualdade de gênero, raça e classe há muito existente no Brasil. A segregação no espaço público, a sobrecarga de trabalho, a desigualdade salarial e a responsabilidade pelo trabalho de cuidado sempre estiveram presentes nas vidas das brasileiras.

Para mudar essa realidade nas cidades no pós-pandemia é preciso uma reavaliação do planejamento urbano hegemônico, incluindo a perspectiva do cuidado em suas pautas. Isso significa garantir a participação dessas mulheres de modo que possam compartilhar suas vivências e posicionamentos. Isto implica em proporcionar condições para que elas possam dispor de tempo hábil para estar no espaço público e participar ativamente das esferas de decisão. A via da socialização do cuidado se faz necessária nesse aspecto, permitindo a coexistência entre a esfera pública e privada, retirando a sobrecarga das mulheres e permitindo uma maior liberdade de tempo. O caminho para alcançar cidades pautadas na

ST 1. HISTORIOGRAFIA E RAÇA: NARRATIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

equidade de gênero, vista como condição de exercício do direito à cidade, é longo e árduo. Entretanto, as crises, como a atual, ao colocar essas questões mais visíveis, podem apresentar possibilidades maiores de enfrentamento e, nesse propósito, o planejamento urbano é certamente um espaço de disputas a ser ocupado pelas mulheres.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY DE VASCONCELOS, V. Coronavírus e violência de gênero contra a mulher no espaço doméstico: pandemias cruzadas. *Cadernos de Informação Jurídica (Cajur)*, Brasília, DF, v. 7, n. 1, p. 62–84, 2020. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/266>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGS. Somos todas feministas. *Abong*, São Paulo, 2021. Disponível em : <https://abong.org.br/somostodasfeministas/>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- BIROLI, F. Responsabilidades, cuidado e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 18, p. 81-117, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/FYnRDP9FzFYX3hgmNxmV5q/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- BRENNER, J. Democracia, comunidade e cuidado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 18, p. 301-316, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/PX656PrvCrF4wwLwb6hww3P/?lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- BRUNO, M. M. Cuidadoras enfrentam abusos e riscos na pandemia de Coronavírus. *Instituto Azmina*, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/cuidadoras-enfrentam-abusos-e-riscos-na-pandemia-de-coronavirus/>. Acesso em: 18 jun. 2021.
- BUENO, S.; PIMENTEL, A.; LAGRECA, A. A cada minuto, oito mulheres agredidas. *Revista piauí*, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/cada-minuto-oito-mulheres-agredidas/>. Acesso em: 14 jun. de 2021.
- BULHÕES, R. D. F. *Espaços públicos na pandemia do coronavírus: reflexões sobre usos e apropriações na construção do direito à cidade*. 2021. Dissertação (Mestrado em Território, Ambiente e Sociedade) - Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2021.
- CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. (Série Consciência em debate).
- CFEMEA. O cuidado e o feminismo em tempos de pandemia. *Outras Palavras*, [s. l.], 2020. Coluna Baderna Feminista. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/o-cuidado-e-o-feminismo-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

CRUZ, A. S. G. Sobrecarregadas, mulheres sofrem com “pobreza de tempo” e se tornam menos disponíveis para o mercado de trabalho. *Gênero e Número*, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/livro-mulher-trabalho/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

DAMASCENO, M.; VASCONCELOS, L. A mulher na cidade: a naturalização das relações de poder sobre o corpo feminino e a política do cuidado no contexto urbano. In: SEMINÁRIO URBANISMO NA BAHIA, 21., 2021, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Faufba, 2022. p. 1-13. Disponível em: https://7461fa71-6abe-4d59-8ccf-ddbf964c417b.filesusr.com/ugd/818140_f12496fa885a4b7fa278fd5ff5d5c418.pdf. Acesso em: 2 maio 2022.

ESTRELA, F. M. et al. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 25, n. 9, p. 3431-3436, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25n9/3431-3436/pt/>. Acesso em: 19 jun. 2021.

FARIA, G.; FERREIRA, M. O papel do Estado na provisão do cuidado: entre a cobertura social e a crise do cuidado. *Revista Ciências Humanas*, Taubaté, v. 12, n. 1, p. 8-24, 2019. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/481/273>. Acesso em: 4 maio 2022.

FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa*: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Sem parar*: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. [S. l.]: Gênero e Número, 2020. Disponível em: https://mulheresnapanidemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua - PNAD Contínua. *IBGE*, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=27774&t=destaques>. Acesso em: 17 jun. 2021.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Itapevi: Nebli, 2016.

MENDES, J. D. S. As mulheres a frente e ao centro da pandemia do novo coronavírus. *Metaxy*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-9, 2020. Disponível em: http://www.nepp-dh.ufrj.br/artigo_20_05_2020_doutora_Janaina.pdf. Acesso em: 7 maio 2022.

MOLINIER, P. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 17-33, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/8P99gKzNYJM6bFLhhKfMmNP/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 26 ago. 2021.

OLIVEIRA, A. L. de. Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 111-140, 2018. Disponível em: <https://www.>

ST 1. HISTORIOGRAFIA E RAÇA: NARRATIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724619402018111/pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

ONU MULHERES. *Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta*. Brasília, DF: ONU Mulheres, 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.

PARADIS, C. Os desafios do bem-estar na América Latina, as políticas de igualdade de gênero e as respostas governamentais para a “Crise do Cuidado”. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 323-339, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/8197>. Acesso em: 4 maio 2022.

PIMENTA, D. Pandemia é coisa de mulher: breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica. *TESSITURAS - Revista de Antropologia e Arqueologia*, Pelotas, v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18900>. Acesso em: 11 jun. 2021.

RUBIM, I. Mães na pandemia: a invisibilidade e sobrecarga do trabalho materno em meio à crise global. *Think Eva*, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://thinkeva.com.br/wp-content/uploads/2021/05/e-book-think-eva-maes-na-pandemia.pdf>. Acesso em: 14 jun. de 2021.

SARMENTO, D. P. G. A participação da mulher na construção da cidade contemporânea: contribuições para um novo modelo de planejamento urbano em Blumenau. *Dearq*, Santa Catarina, n. 23, p. 64-71, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18389/dearq23.2018.06>. Acesso em: 8 out. 2020.

SORJ, B. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social*, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 123-128, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/jts/a/x3QD6kvmf3thbpsPBCBrh8C/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2021.

THINK OLGA. Eixo 1: Violência contra as mulheres. *Think Olga*, [s. l.], [202-]a. Disponível em: <https://thinkolga.com/report/violencia/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

THINK OLGA. Eixo 2: Economia e Trabalho. *Think Olga*, [s. l.], [202-]b. Disponível em: <https://thinkolga.com/report/economia-trabalho/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

THINK OLGA. Eixo 3: Mulher e Saúde. *Think Olga*, [s. l.], [202-]c. Disponível em: <https://thinkolga.com/report/saude/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

THINK OLGA. Mulheres em tempo de pandemia. *Think Olga*, [s. l.], [202-]d. Disponível em: <https://thinkolga.com/report/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FREIRE, Giovanna

Graduanda; Escola da Cidade – Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo
giovannafreire.arq@gmail.com

À PROCURA DE GIUSEPPINA PIRRO

ENTRE OS INDÍCIOS DE UMA
TRAJETÓRIA PLURAL E SUA
INVISIBILIDADE HISTORIOGRÁFICA



EIXO TEMÁTICO

**O GÊNERO NO ENSINO DA
ARQUITETURA E URBANISMO**



PISTAS ENTRELAÇADAS DE UMA TRAJETÓRIA

Este escrito é fruto de uma pesquisa de iniciação científica, desenvolvida entre 2020 e 2021, que buscou encontrar e registrar a trajetória da arquiteta Giuseppina Pirro. Para tanto, a pesquisa investigou os detalhes de sua trajetória, em um processo de imersão em cada etapa de sua vida pessoal e profissional, correlacionando ambas e concluindo, portanto, o registro de sua trajetória não registrada pela historiografia canônica do campo profissional. Trazemos aqui, porém, uma aproximação do trabalho, dando enfoque à sua formação como arquiteta e sua atuação em instituições, a fim de discutir a dicotomia entre o “ser” e o “estar” invisível.

Em 1930, Giuseppina Pirro Tonini, nascida na cidade italiana de Anzio, em 4 de fevereiro de 1921, embarcou no transatlântico Giulio Cesare, (PELO “GIULIO CESARE”, 1930) que saiu de Gênova rumo à Buenos Aires. Apesar da conturbada situação enfrentada pela Itália, que naquele momento lidava com o regime fascista de Mussolini, os fatores que levaram a família a emigrar são desconhecidos. O segundo registro que temos em

nossa pesquisa do nome de Giuseppina Pirro é de 1935, com a informação da chegada da família no porto do Rio de Janeiro. (PELO “AUGUSTUS”, 1935) A lista de bordo, disponibilizada digitalmente pelo Arquivo Nacional, do transatlântico Augustus, que ancorou em 3 de março de 1935, descrevia a chegada no país de imigrantes de nacionalidades diversas, principalmente da América Latina, incluindo a família de Giuseppina. Na mesma documentação, que lista Giuseppina e sua família como tripulante da primeira classe do navio, é possível esclarecer algumas outras questões pontuais: como a ida direta da família para o bairro da Glória, uma área privilegiada da capital carioca nos anos de 1930, e a comprovação de que Giuseppina desembarca no Brasil aos 14 anos de idade.

Já em 1938, Giuseppina inicia sua formação profissional como arquiteta, ingressando na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) da Universidade do Brasil (UB). Ao confrontarmos as poucas pistas encontradas sobre a vida discente de Giuseppina Pirro e os vários relatos sobre a trajetória da instituição nesses anos, veremos então que o apagamento historiográfico das arquitetas pode partir já nos primeiros anos de inserção de suas

formações profissionais, seja na ENBA, seja em outras instituições de ensino da arquitetura país afora. É evidente que o campo arquitetônico, que ainda consolidava o ensino autônomo de arquitetura, a prática do arquiteto tal como ainda a conhecemos, bem como o restante das esferas públicas da sociedade, sobretudo as de maior poder, eram caracterizados pela predominância da figura masculina – o que fica explícito quando encontramos apenas duas mulheres listadas em uma turma de 20 formandos em arquitetura: Pirro e Fernandes. No Brasil, nos anos de 1940, embora cada vez mais numerosa, a inserção das mulheres no campo arquitetônico era ainda lenta e permeada por incompreensões masculinas enraizadas na sociedade e, de acordo com Sá (2010, p. 28), apesar de tais questões culturais, os fatos indicam que não havia impedimentos legais para o ingresso das mulheres no campo arquitetônico no Brasil, ao contrário de outros cenários nacionais que vedavam esse acesso sobretudo ao restringirem os espaços de formação.

Se olharmos para o campo tal como nos sugere Merwood-Salisbury (2008), como um sistema com mecanismos de poder, hierarquia e certo conservadorismo,

é possível compreender que o autoritarismo mitificado dentro da arquitetura, e reforçado por suas instituições, ilumina por si só a pouca quantidade de mulheres no campo e a ausência de um destaque feminino considerado significativo. Talvez, inconscientemente, mas partindo da veneração do homem arquiteto e da determinação de um gênio, o campo profissional e a historiografia da arquitetura passam a ignorar a atuação individual feminina e a colaboração, construindo a segregação entre “[...] os ‘grandes arquitetos’ e as ‘mulheres arquitetas’, como se fossem esferas diferentes”. (WRIGHT, 2007, p. 2, tradução nossa)¹ O fato é que a invisibilidade feminina parte, no caso de Giuseppina, já da grande ausência de mulheres nas universidades, e, mais especificamente, nos cursos de arquitetura, naquele momento. Mais do que isso, as poucas arquitetas formadas, mesmo que muito atuantes como será apontado nos próximos tópicos, não foram consideradas pela historiografia por algum tempo e somente atualmente vêm tendo suas trajetórias exploradas.

1 [...] on ‘great architects’ and a few on ‘women architects,’ as if these were separate spheres.

E se não fosse suficiente a dificuldade do gênero feminino no campo da arquitetura, para uma mulher imigrante, a situação pode ter sido ainda mais delicada. Ainda na graduação, Giuseppina dá entrada em seu processo de naturalização como brasileira, a garantia de que sua vida teria continuidade no Brasil, mas tem seu pedido negado em 1941. Somente em 1944, Giuseppina tem sua naturalização autorizada e completa. Diferentemente de arquitetos estrangeiros, no caso de Giuseppina, não existem dados que comprovem que sua busca pela naturalização tenha sido efetivamente pela profissão. Em 1945, portanto, a italiana, naturalizada brasileira, Giuseppina se forma arquiteta.

GIUSEPPINA E AS INSTITUIÇÕES

Antunes (2012) afirma que a arquitetura manteve seu discurso sob domínio da masculinidade (com o papel de protagonismo), no qual o feminino se posiciona em lugar de subordinação, em sua grande maioria, como uma colaboração e não em seu lugar de autoria. Merwood-Salisbury (2008) traz questionamentos sobre o mito do “gênio” e sobre a restrição

do pensamento criativo como resultado de um único indivíduo, que desconsidera e desvaloriza as redes de produção de projeto, formalizadas ou não, e as colaborações. Curiosamente, apesar de tal desvalorização, evidencia-se no discurso corrente que um bom trabalho de arquitetura sempre prossegue por meio de colaboração. (MERWOOD-SALISBURY, 2008) Ainda que a historiografia nos faça questionar, a atuação de Giuseppina Pirro foi completamente plural e não se limitava a apenas projetar e sim, às discussões e ensino da profissão.

No processo de difusão de um novo ideário profissional, muito associado à perspectiva modernista, a imprensa especializada em arquitetura exerceu papel central, estabelecendo caminhos da relação entre arquitetos e sociedade, entre os próprios arquitetos, assumindo-se como espaços de divulgação de ideias e projetos, de discussões e da difusão de valores arquitetônicos. Era muito comum, por exemplo, que mulheres arquitetas estivessem frequentemente presentes no jornalismo – sobretudo o especializado em arquitetura, sejam eles nacionais ou internacionais. O primeiro indício da atuação de Giuseppina em revistas aparece em julho de 1944,

quando a arquiteta ainda cursava a ENBA. Na edição 62 da *Revista de Arquitetura*, ela está listada como membro de seu conselho técnico. Giuseppina segue como membro do conselho técnico até a edição nº 9, de julho e agosto de 1945. Simultaneamente, Giuseppina atua como membro do conselho editorial da revista *A Casa*, do número 245 de outubro de 1944 ao número 249, do mesmo ano. De acordo com Rabelo (2011, p. 131), o periódico foi fundado em 1923 e teve textos publicados até 1949. Apesar do título “*A Casa*”, em uma espécie de democratização de estilos, a revista teve um público plural e não somente profissionais da arquitetura, tendo assim o objetivo, bem como outras similares, de referenciar estilos arquitetônicos, além de apresentar as novas técnicas construtivas ou tecnologias domésticas. Giuseppina Pirro também atuou como correspondente internacional da revista francesa *L'Architecture D'aujourd'hui*, talvez um dos periódicos de maior circulação entre as revistas de arquitetura no período, dedicado a “difundir as obras de arquitetura moderna no plano internacional assim como o debate sobre elas”. (ROLDAN, 2018, p. 83)

A década de 1940 foi marcada pela politização intra e extra disciplinar, tanto na esfera pessoal, como coletiva. O Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) que antes, para além da pauta da defesa da profissão, buscava apenas debater o futuro da arquitetura do ponto de vista da linguagem, naquela década, passava a se posicionar politicamente em defesa da democracia, contrapondo-se à ditadura varguista que se fortalecia naquele momento, relacionando diretamente as práticas do campo profissional aos debates políticos. Finalmente, no início da década de 1950, Giuseppina dá início à sua trajetória como membro dos conselhos diretor e fiscal do IAB. De acordo com um levantamento dos conselhos do IAB, Dedecca (2018, p. 514) aponta a primeira aparição de Giuseppina Pirro como membro do conselho fiscal entre os anos de 1951 e 1952. Já nas duas gestões seguintes, que perduram entre 1952 e 1954, Giuseppina, mais uma vez está presente, agora como membro do conselho diretor.² (DEDECCA, 2018,

2 Giuseppina divide seu cargo de membro do conselho diretor do IAB com grandes nomes da arquitetura, inclusive quem tornara-se seu esposo: Jorge Machado Moreira.

p. 514) Sua atuação mais intensa ocorre nas duas últimas gestões, em que Giuseppina é citada em alguns eventos do instituto. Em 1953, Giuseppina é citada como presidente da Comissão de Congressos e Exposições de Âmbito Nacional do IAB. (CONGRESSOS, 1953) No mesmo ano, também atuou como membro da comissão organizadora da II Bienal de Arquitetura, sendo a única mulher em meio aos outros integrantes da organização. A relação de Giuseppina com os congressos e eventos de arquitetura, nacional e internacionalmente, é uma das facetas de sua atuação no IAB. Giuseppina, ao lado de Sebastião Almeida Pocinhos,³ participa da fundação da União Internacional de Arquitetos (UIA), no seu primeiro congresso realizado em Lausanne, em 1948. A ata do evento, bem como uma nota no jornal

Correio da Manhã, apontam que os dois eram os únicos membros de uma delegação que representaria o Brasil no congresso. Não se sabe exatamente os motivos de Giuseppina ter sido a representante do IAB no evento. Após as eleições de 1952 no departamento nacional do IAB, Giuseppina, além de ingressar como membro do conselho diretor, em 1953, também assume a presidência da Comissão de Congressos e Exposições de Âmbito Nacional do IAB (CONGRESSOS, 1953). Esta atuação no IAB ainda incorporou sua presença nos Congressos Brasileiros de Arquitetura (CBA). Segundo os anais do IV Congresso Brasileiro de Arquitetura, ocorrido em janeiro de 1954, Giuseppina atua como representante do estado do Rio de Janeiro e como 2ª secretária da comissão executiva.

³ Nada foi encontrado sobre quem foi Sebastião Almeida Pocinhos, mas de acordo com imagens presentes em Dedecca (2018), ele também foi membro da delegação brasileira que participou do IV Congresso da UIA, em 1955, agora sem Giuseppina. Acredita-se, porém, que também foi um arquiteto e que, apesar de não haver registros, talvez tenha composto a Comissão Organizadora de Representações Brasileiras do IAB.

É necessário dizer que, apesar das limitações explícitas ou não declaradas à atuação da mulher em diversos fazeres profissionais da arquitetura, não havia mais, naquele momento, qualquer regra que determinasse tal fato. Antes, portanto, da formação de Giuseppina, havia um impedimento não em legislação, mas sim social, de que mulheres cursassem arquitetura, afinal, o pensamento da

sociedade resumia-se na submissão feminina às figuras masculinas e a função social da mulher apenas como reprodutora e dona de casa. (STRATIGAKOS, 2016) Tratava-se de um modo de operação do campo, mas que ele em si estava sujeito a ser alterado conforme novas trajetórias o alargassem. Giuseppina é um claro exemplo. De fato, a arquiteta parece assumir um lugar um tanto pioneiro pelo modo como organiza a sua atuação no meio profissional. Apesar de não existirem registros que comprovem um diálogo entre a arquiteta e o feminismo, ao se dirigir às áreas da construção civil, projeto de estruturas e diálogo direto com as instituições, Giuseppina assume uma posição de enfrentamento cordial aos que, naquele momento, ainda impunham divisões entre as atuações femininas e masculinas e, mais do que isso, entre as trajetórias que alçavam ou não um lugar de legitimação entre seus pares. Mais ainda, Giuseppina, nesses congressos e em pautas internas ao próprio IAB, discute temas da regulamentação profissional e dos caminhos da arquitetura e do campo como um todo, com a mesma propriedade que seus colegas do gênero masculino. No entanto, não é possível saber se alçava entre eles um lugar de semelhante.

Se em 1945, Giuseppina se forma na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (FNA-UB), poucos anos depois voltará à instituição como docente. A atuação da arquiteta, como já destacado, se distancia da realidade de muitas outras arquitetas do mesmo período ao se aproximar de espaços profissionais voltados para as áreas exatas, como a utilização da matemática na arquitetura, especialmente na cátedra de geometria descritiva. Registros levantados ao longo da pesquisa apontam que, já em 1947, Giuseppina atuava, ao lado de Maria Adelaide Rabelo Albano, como professora assistente da cátedra de geometria descritiva, comandada pelo professor Álvaro José Rodrigues. É justamente nesse momento que o professor dava entrada em seu processo de aposentadoria e a cátedra seria, então, disputada entre as duas professoras assistentes. (REIS, 1948) Ao abrir o concurso, as duas candidatas apresentam uma tese de provimento de cátedra. A tese apresentada por Giuseppina recebeu o nome de *Método Denise-Gastão Gomes: no estudo das seções cônicas e na aplicação à arquitetura*. O concurso teve seu resultado divulgado somente em 1950, também publicado em nota no jornal carioca *Correio da Manhã*, no qual

Maria Adelaide Albano ganha o primeiro lugar e à Giuseppina é outorgado o título de livre docente. Assim, Pirro, mantendo uma firme parceria com a titular da disciplina, permaneceria sendo professora assistente até data por enquanto desconhecida.

Diante do cenário em que o papel social da mulher aos poucos ultrapassava os limites impostos pelo conservadorismo, dando espaço a um novo esboço de figura feminina, elas tornam-se cada vez mais presentes nos campos profissionais e veem-se em uma dicotomia entre sua atividade profissional e a vida doméstica, abandonando aos poucos as hegemonias estipuladas socialmente. No caso de Giuseppina, sendo ela uma das poucas mulheres em sua turma de graduação, nas instituições em que atuou, ou em seu espaço de trabalho, julgamos relevante fazer um breve paralelo com sua vida doméstica, sobretudo com o casamento, para esboçar uma compreensão dessa dicotomia existente na vida dos arquitetos. Giuseppina não foi mãe, diferenciando-se de boa parte das mulheres arquitetas daquele momento, já que não tinha a maternidade como um dos desafios para conciliar à profissão e à vida doméstica. Mas é evi-

dente como sua vida na arquitetura se entrelaçou fortemente com a vida íntima, ao casar-se com um dos nomes destacados na historiografia moderna brasileira, Jorge Machado Moreira.

O Escritório Técnico da Universidade do Brasil (ETUB) foi um órgão criado com o intuito de realizar planejamento e obras da Cidade Universitária. Tem-se conhecimento, então, que, em 1949, Jorge Moreira foi convidado para atuar como arquiteto-chefe, tendo como função chefiar o projeto e as obras do *campus*. Jorge colocou como única exigência para assumir o cargo que tivesse a liberdade de escolha da equipe que colaboraria com o projeto, em uma equipe de 20 arquitetos, dentre eles, Giuseppina Pirro. Sabe-se que, a partir de 1948, Giuseppina atuava como professora assistente da FNA-UB. Portanto, podemos pressupor que a atuação da arquiteta no ETUB ocorreu simultaneamente à sua trajetória como acadêmica. Não se sabe ao certo até quando Giuseppina Pirro atuou no ETUB, mas exatamente em todos os projetos realizados por Jorge dentro do escritório, Giuseppina estava presente na equipe. Na historiografia sobre Jorge Moreira, pouco se lê sobre Giuseppina Pirro. Apesar disso, o pouco

existente revela uma relação afetiva e aparentemente bastante reservada entre os dois arquitetos. Mas, podemos supor que a arquiteta já possuía certa relação com o escritório quando Jorge tornou-se arquiteto-chefe.

Juntos, trabalharam no ETUB até 1962, quando projetaram os edifícios da Cidade Universitária. Neste mesmo ano, Jorge, ao caminho do ETUB, sofreu um acidente automobilístico dentro da Cidade Universitária que resultou em inúmeras fraturas por todo o corpo, deixando-o imobilizado durante meses. (CONDURU, 1999 apud CZAJKOWSKI, 1999, p. 20) A partir deste acidente, mesmo com as limitações físicas que agora tinha, Jorge seguiu trabalhando, mas com Pina cada vez mais presente. Este episódio foi um divisor de águas para os projetos realizados pelos dois, que agora trabalhavam em parceria em projetos privados, assumindo menos encargos públicos. Jorge afastou-se do ETUB mesmo após o apoio de Giuseppina, deixando a arquiteta Adele Weber como sua substituta. Não se sabe até quando Giuseppina atuou efetivamente no escritório. É possível encontrar alguns projetos de residências e edifícios privados associados ao nome de Jorge e que sempre tem

Giuseppina apontada como arquiteta colaboradora, algo que anteriormente ao acidente já acontecia de modo mais pontual.⁴ Pensemos então sobre o conceito levantado por Beatriz Colomina (1999) sobre a mulher sempre ser colocada como colaboradora, quando na verdade foi uma parceira de trabalho. Nos projetos em que dividiu a atuação com Jorge, podemos ver o nome de Giuseppina colocado após a preposição “COM”, que, de acordo com Colomina (1999), implica em uma ajudante, uma *persona* secundária que apenas colabora com o indivíduo que é o principal de todo o projeto. Essa característica fomenta certas diferenças e complexidades e encoraja diferentes formas de produção e discurso, mesmo nos créditos finais do projeto, quando o mito de um gênio é reafirmado. Neste caso, Giuseppina então teria assumido esse papel de colaboradora

4 Os projetos de Jorge com colaboração de Giuseppina são: Residência Antonio Ceppas (1951-1958); Edifício de Apartamentos Gávea Parque (1960); Apartamento no Edifício Antonio Ceppas (1967); Residência Alfredo Ornellas (1970); República Benfica ([197-?]). Todos os desenhos originais encontram-se no Acervo Jorge Machado Moreira.

ST 1. HISTORIOGRAFIA E RAÇA: NARRATIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

ou é mais um exemplo de mulher colocada à sombra de seu esposo? Afinal, a própria historiografia não cumpre a função de considerar sua atuação digna de ser evidenciada. Ainda que tenha uma atuação intensa e significativa para o debate arquitetônico, sobretudo ao longo dos anos de 1940, 1950 e 1960, para a educação da arquitetura, a historiografia não confirma sua existência.



Figura 1. Jorge Machado Moreira e Giuseppina Pirro

Fonte: núcleo de pesquisas e documentação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Após o falecimento de Jorge Moreira, em 1992, Giuseppina seguiu sozinha na

tentativa de manter vivo o legado de Jorge. Assim, todos os indícios e registros nos levam a crer que seus últimos anos de vida foram vividos em prol desta concretização da memória de seu companheiro. Não se sabe ao certo se Giuseppina seguiu, nos anos em que viveu sem Jorge, atuando profissionalmente, mas, considerando sua idade, acredita-se que se aposentou como arquiteta e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro entre as décadas de 1980 e 1990. De qualquer maneira, há aqui uma hipótese para reflexão: parece que Giuseppina deixou de lado sua trajetória profissional após a morte de Jorge, para então dar atenção e cuidados à conservação e difusão de sua memória. Giuseppina seguiu comparecendo e opinando nas reuniões do IAB, já bastante idosa, mesmo sem a companhia de Jorge, participando principalmente das que se envolviam com o assunto do ensino da arquitetura. A arquiteta faleceu em 28 de março de 2010, aos 89 anos, em seu apartamento no Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado nos revela muito sobre os processos de invisibi-

lização historiográfica de uma trajetória plural, sobretudo pelo fato de ser de uma arquiteta mulher. O levantamento da biografia de Giuseppina Pirro de Moreira, portanto, nos revela como os grandes manuais ou as grandes visadas historiográficas, muitas vezes, deixaram de lado, ou diminuíram a importância, de uma pluralidade de trajetórias, não somente femininas, que, por seu modo de atuação colaborativo, não se encaixavam na tradicional perspectiva do arquiteto-homem-gênio, e eram assim relegadas a um lugar secundário. Resgatemos então, o que diz Despina Stratigakos no capítulo 5 de seu livro *Where Are The Women Architects?*, no qual apresenta que, apesar das histórias de mulheres arquitetas estarem cada vez mais disponíveis em trabalhos que apontam suas trajetórias, ainda há muito para estas se tornem realmente visíveis. É muito comum que, ao submeter em pesquisas *on-line* os nomes de figuras masculinas, que aparecem frequentemente na historiografia como os grandes mestres da arquitetura moderna brasileira (ou mesmo internacional), encontremos logo uma breve biografia como resumo de sua trajetória na plataforma. Este é, também, o caso do casal Moreira.

Se, enquanto possuímos grandes manuais, muitas vezes escritos por figuras masculinas que reafirmam a existência do gênio fálico individual, temos um número crescente de estudos que tem por objetivo dar vozes às mulheres da história da arquitetura, ainda precisamos torná-las de fato visíveis. É necessário não somente que a historiografia da arquitetura incorpore estes nomes, mas que os programas disciplinares nas faculdades de arquitetura tenham a consciência da necessidade de estudo destes nomes. Apesar das reflexões, formular respostas para a invisibilidade historiográfica das mulheres arquitetas certamente é um processo em desenvolvimento. Os caminhos para as respostas que incorporam este estudo são muitos. As especulações sobre a invisibilidade historiográfica nos levam a crer que ainda há muito para garantir que as mulheres tenham seu lugar visível. Assim, o campo segue aberto, aguardando novas perspectivas e olhares que retornem ao passado recuperando nomes e suas trajetórias plurais.

REFERÊNCIAS

- XIX CONGRESSO Internacional de Habitação e Urbanismo e I Congresso da União Internacional de Arquitetos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 48, n. 16.952, p.15, 24 jun. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=%22I%20Congresso%20da%20Uni%C3%A3o%20Internacional%20de%20Arquitetos%22&pagfis=42068. Acesso em: 22 nov. 2020.
- ANTUNES, L. *Arquitetura: substantivo feminino*. 2012. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/19133140>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- BERTONHA, J. F. Italianos na cidade do Rio de Janeiro: uma comunidade (re)descoberta. *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 415–428, 2014. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/italianos-na-cidade-do-rio-de-janeiro-uma-comunidade-re-descoberta/>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- CARVALHO, J. V. de. Osteomielite aguda central da tíbia. *O Brazil-Médico*, Rio de Janeiro, ano 60, n. 25 e 26, p. 209-2012, 1946. Disponível em: <https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?mediaID=162> <https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?mediaID=162>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- COLOMINA, B. Collaborations: the private life of modern architecture. *Journal of the Society of Architectural Historians*, [s. l.], v. 58, n. 3, p. 462–471, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/991540>. Acesso em: 8 ago. 2020.
- CONGRESSOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 53, n. 18.586, p. 2, 25 out. 1953. 2º Caderno. Coluna Vida Cultural.
- CZAJKOWSKI, J. *Jorge Machado Moreira: exposicao de marco a maio de 1999*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 1999.
- DEDECCA, P. G. *Arquitetura e engajamento: o IAB, o debate profissional e suas arenas transnacionais (1920-1970)*. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-10012019-111840/pt-br.php>. Acesso em: 8 ago. 2020.
- FACULDADE Nacional de Arquitetura. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 49, n. 17.527, p. 14, 7 maio 1950. Coluna Ensino. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN>. Acesso em: 8 ago. 2020.

NAVARRO, Luciana Jobim

Doutoranda; PPGFAU/UnB
lu.jobimnavarro@gmail.com

FIGUEIRA AFONSO, Anie Caroline

Doutoranda; PPGFAU/UnB
anieline@gmail.com

BRASÍLIA 62 ANOS DE “INVASÕES” – NARRATIVAS IMAGÉTICAS EM DISPUTA

**AS REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS DAS MULHERES EM
PARALELOS TEMPORAIS**



EIXO TEMÁTICO

**URBANISMO E GÊNERO, POLÍTICAS
E PRÁTICAS URBANÍSTICAS**



INTRODUÇÃO

O presente artigo foi impulsionado pela necessidade de se compreender o papel da teoria das representações nas construções das narrativas sobre as ocupações informais em Brasília, datadas de sua construção e que perduram por toda a história da cidade, especialmente, na vida das mulheres, apresentando os espaços das ocupações informais como espaços de resistência política, social e de alteridade, para as histórias invisibilizadas no processo historiográfico da cidade, pelo registro fotográfico de dois momentos históricos e das narrativas construídas a partir dessas imagens.

Assim, propomos traçar um paralelo entre as imagens produzidas sobre Brasília em diferentes recortes temporais e as representações sociais das mulheres em situação de vulnerabilidade social dentro de um lapso temporal de 62 anos.

A problemática surge ao contrapor as análises realizadas anteriormente sobre a obra não publicada de Marcel Gautherot, fotógrafo oficial do arquiteto Oscar Niemeyer para a revista *Módulo* de 1958 à 1962, a partir de suas imagens da Vila Amaury, ocupação conhecida à época como Sacolândia, e as imagens produzidas pela fotojornalista Nayá Tawane em

2021 para o jornal *Brasil de Fato*, em meio à crise sanitária gerada pela pandemia da covid-19, sobre as violentas remoções das construções e da escolinha do cerrado no território em disputa próximo ao Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB).

Procura-se, a partir da leitura, compreender essa Brasília, invisibilizada e banalizada nas relações de poder que se constroem na cidade. Nessa Brasília conta-se uma história de conflitos e resistências, na qual o espaço ocupado resiste e as esferas públicas e privadas se entrelaçam e em que, especialmente, as mulheres se tornam protagonistas do espaço e da defesa do seu espaço.

Assim, procuramos a partir dessa leitura, compreender como se atualizam os debates de gênero acerca das representações sociais das imagens produzidas sobre as mulheres em situação de vulnerabilidade social nos territórios urbanos do Distrito Federal (DF).

A FOTOGRAFIA COMO FONTE HISTORIOGRÁFICA

Com o surgimento e difusão da fotografia na metade do século XIX, inicia-se uma nova forma de contar histórias, que

afeta em grande escala a forma de contar a história das cidades. A imagem passa a ter grande importância na construção das narrativas contemporâneas sobre o espaço urbano e torna-se essencial na construção do imaginário social sobre a arquitetura e cidade moderna.

A fotografia passa a ser considerada um dos principais instrumentos de representação da realidade, tornando-se então uma das principais ferramentas de documentação historiográfica. Nesse contexto, para Walter Benjamin em *A Obra de Arte na Era da Reprodutibilidade Técnica*, (BENJAMIN, 1987) a fotografia se torna mais do que uma maneira de contar história,¹ mas de comprovar a história contada, as imagens se tornam predominantes como forma de narrar a cidade.

Para Boris Kossoy, em *Fotografia e História*, o fotógrafo atua como um “filtro cultural”, (KOSSOY, 1989, p. 27) ressaltando sua função decisiva a partir de suas escolhas técnicas, bem como da própria

experiência cultural que imprime no resultado final. O autor revela ainda o desafio em encontrar o caminho apropriado para se proceder com a pesquisa da história através da fotografia. Kossoy resalta pontos essenciais que devem ser analisados ao consultar as fontes imagéticas de forma a “aferir continuamente e com maior precisão os múltiplos dados e fatos [...]”. (KOSSOY, 1989, p. 37) Apresentando assim recursos metodológicos que poderão ser utilizados para a análise formal e material da imagem.

Estabelece-se então a relação entre fotografia e espaço urbano, a partir das teorias das representações como forma de construção do imaginário da cidade, tanto para documentação, análise e reanálises dos espaços como para compreender as relações que ocorreram em um determinado momento no tempo e espaço, destacando a existência de um envolvimento estético e quase que antropológico daqueles que fotografam com o espaço.

A fotografia comunica não só as percepções que desses espaços acumula, mas também as afeições que se estabelecem com esses lugares, vistos ou imaginados. Assim identifica-se a partir do engajamento do olhar a capacidade

1 Para o autor, diferente das primeiras fotografias, cujo tema era o retrato, que remetiam à saudade e lembrança, a fotografia das ruas “orientam a recepção num sentido predeterminado” (BENJAMIN, 1987, p. 174, grifo nosso) a partir do contexto em que está inserida.

ST 1. HISTORIOGRAFIA E RAÇA: NARRATIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

de construir um discurso imagético que procura voltar o olhar para esses espaços outros, ocupados por pessoas vulnerabilizadas, em sua maioria mulheres em defesa da moradia.

Destaca-se ainda como a mídia influencia na construção dos discursos e representações sobre as histórias dos sujeitos urbanos. Assim como no próprio corte fotográfico, em que a exclusão do espaço e o que é deixado de fora do enquadramento representa para a imagem as inúmeras possibilidades da história que ela busca contar, à escolha editorial atribui-se o papel de corte contextual da realidade social. Percebe-se, portanto, a importância da imagem na construção de discursos e processos históricos, não apenas como forma de documentação, mas como maneira de interpretação da realidade e construção de narrativas sobre as relações sociais e práticas urbanas.

VILA AMAURY: BRASÍLIAS IMPUBLICÁVEIS A PARTIR DAS IMAGENS DE MARCEL GAUTHEROT

A partir da análise interpretativa se identificam os diferentes olhares estéticos

e apropriações urbanas sobre o espaço realizadas por Gautherot em Brasília. Aqui, o recorte espacial se dá a partir de imagens da ocupação da Sacolândia. Nessas imagens é possível perceber o tratamento afetivo que Marcel Gautherot dispensa, não aos edifícios modernistas ou à monumentalidade da cidade, mas ao registro do cotidiano das mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade social, em sua maioria negras, em habitações precariamente construídas. Aqui o fotógrafo direciona seu olhar em uma perspectiva etnográfica, como grande parte de seu próprio trabalho, que retrata o cotidiano e a dificuldade da vida das famílias dos trabalhadores, em contraste com os espaços que estes construíam.

Entre 1958 e 1962, período em que residiu na capital, o fotógrafo registrou mais de 2 mil imagens da cidade, continuou suas visitas à Brasília até a década de 1980 com certo destaque ao ano de 1968, quando completou diversas séries produzindo, apenas nesse ano, mais de 600 imagens. Dentre todas as fotografias feitas da capital, aproximadamente dois terços têm como foco o sujeito social e o cotidiano da cidade, das quais pouco mais da metade possuem como foco as diferenças de classe, a habita-

ção precária e a mulher, o cuidado com a casa e com a família, como referente principal.

No conflito entre cidade formal e informal, o fotógrafo torna-se o narrador daqueles que não possuem voz própria. A partir da fotografia elucida-se uma nova Brasília, invisível dentro das relações de poder que se constroem na cidade. Nessa Brasília conta-se uma história de conflitos socioeconômicos, de diferenças culturais, de alteridade e resistência. Nas imagens dos espaços outros de Marcel Gautherot o espaço ocupado resiste onde as esferas públicas e privadas se entrelaçam em questões de classe social, raça e gênero.

Como é possível perceber ao analisar suas imagens, certos aspectos das maneiras de residir o espaço permanecem no tempo. Michelle Perrot, em *Maneiras de Morar*, ao descrever a casa do século XIX, coloca que “[...] a originalidade das classes populares urbanas está em sua rede famílias não se inscrever nem na imobilidade da terra nem no fechamento de um interior”. (PERROT, 1991, p. 316) Assim, compara-se às ocupações de Brasília à resistência às vilas operárias, onde o trabalhador prefere a liberdade de habitações precárias, ao controle dos

espaços, uma vez que para a autora, “ser livre é, para começar, escolher seu domicílio”. (PERROT, 1991, p. 316)

Gautherot adere aos novos espaços da capital e seus significados políticos voltando seu olhar aos personagens invisíveis do espaço urbano. Destaca o cotidiano feminino como referente e, ainda que textualmente não debata sobre o assunto, é possível, a partir de um olhar apurado sobre esse acervo, perceber como o fotógrafo mostra-se sensível ao papel desempenhado pela mulher do trabalhador da construção no núcleo familiar e no lar enquanto, simultaneamente, resistem às adversidades da exclusão social na cidade.² Ainda assim, o que vemos é uma resistência pacífica, em um conjunto de imagens que se tomam, hoje, como parte de exposição em museu, mas que naquele momento, são recusadas pelas revistas nas quais tentou publicar, por serem muito feias.³

2 Todas as imagens que se seguem fazem parte da série de aproximadamente 90 fotografias, feitas aproximadamente em 1958 por Marcel Gautherot, junto à ocupação da Sacolândia.

3 A partir dos trechos do depoimento que Marcel Gautherot concedeu à pesquisadora

ST 1. HISTORIOGRAFIA E RAÇA: NARRATIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Como coloca Heloisa Espada, em *Fotografia, arquitetura, arte e propaganda: a Brasília de Marcel Gautherot em revistas, feiras e exposições*, Brasília reflete as dicotomias sociais e replica os problemas sociopolíticos do país. As imagens de Gautherot testemunham de maneira sensível a ocupação marginalizada, em um recorte em que as pequenas construções dialogam com a natureza árida do cerrado, da terra batida e árvores tortuosas. Em um total de aproximadamente 87 imagens da vila construída por lonas de cimento, o fotógrafo capta as singularidades das relações sociais que aconteciam paralelamente à cidade formal que era construída. Nessas fotografias “as pessoas se confundem com o entorno, camufladas em sombras entrecortadas e densas, em meio à vegetação do cerrado e ao lixo”. em um recorte onde “crianças, homens e mulheres posam

passivamente diante de suas casas mal-trapilhas”. (ESPADA, 2014, p. 101)



Figura 1. SEQ Figura * ARABIC 1 Sacolândia
Fonte: Marcel Gautherot (1958).⁴

OCUPAÇÃO CCBB: A PERCEPÇÃO BANALIZADA A PARTIR DAS IMAGENS DE NAYÁ TAWANE

Aqui procura-se entender, dentro do contexto histórico da ocupação, as leituras críticas e os paralelos históricos que podem ser feitas a partir das fotografias

Lygia Segala, no Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1989, sobre o projeto de reorganização dos arquivos fotográficos do então Instituto Nacional de Folclore (da Funarte). O áudio completo foi disponibilizado para pesquisa *in loco* em maio de 2017 pelo Instituto Moreira Salles.

⁴ Marcel Gautherot, Brasília, Moradias da Sacolândia, 1958. Acesso: Acervo IMS, 2015.

produzidas das remoções violentas em 2021 da Ocupação CCBB, acerca da estruturação espacial na construção da ideia de Brasília, e como na prática como uma cidade desigual e segregada, que desde a sua fundação teve sérias contradições presentes entre a sua narrativa retórica e a sua construção na materialidade, ou seja, como Brasília se apresentou enquanto uma demagogia.

Entre março de 2021 e maio do mesmo ano, foram realizadas na região da Ocupação CCBB cerca de oito despejos violentos, durante o andamento da pandemia da covid-19, inclusive e durante os seus piores momentos no DF. Em 22 de março, quando parte dos relatos das remoções atingiram as redes sociais a partir de vídeos e fotografias, parte da sociedade civil passou a realizar atos de resistência pacífica em prol da proteção dessas famílias, dos barracos e da Escolinha do Cerrado.

O que se tem no CCBB é uma consequência vivida de processos históricos que se repetem incessantemente e que provavelmente não terão fim, porque essa é a cidade real, a cidade que Richard Sennet vai chamar de *Cité*, a cidade vivida pela classe trabalhadora, e que de

fato é a cidade que é vivenciada no cotidiano na cidade de Brasília. E por outro lado existe a cidade criada pelos poderes burocratizados, a cidade dura, da infraestrutura, a chamada *Ville*, mas ao mesmo tempo é essa a cidade que propicia que exista um espaço para que se possa chamar de cidade. São duas dimensões distintas da cidade que foram afastadas pela forma de construir e constituir a vida e a construção nas cidades.

Tem-se então duas propostas diferentes de cidade pela perspectiva do autor, a cidade fechada, com respostas simplista, previsível controlada por monopólios econômicos, cuja experiência seria de fácil apreensão, onde se desenvolveria uma experiência massiva da informação, muito parecida com a realidade das cidades que temos hoje. E por outro lado, existiria então uma subcamada da cidade, a cidade real, um sistema aberto, com liberdade de pensamento, complexa, contraditória, ambígua e polivalente. São dimensões da cidade que já existem, mas que estão desconectadas e divorciadas de si. Uma não se reconhece e, portanto, não se reflete na outra. E esse seria então, o maior conflito e consequentemente o maior dilema no modo de se construir e de se fazer cidades.

ST 1. HISTORIOGRAFIA E RAÇA: NARRATIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Ao perceber a Ocupação CCBB, o que se tem na prática é uma maioria de mulheres, muitas mães solas, que sobrevivem da reciclagem do lixo produzido na centralidade da cidade, distantes de qualquer perspectiva de empregos formais com carteira assinada e sobrevivendo juntamente com seus filhos da solidariedade de pessoas que muitas vezes não as conhecem de fato, não estabelecem relações de vizinhança e comunidade com elas. Mas ao mesmo tempo o que se têm é a criação de um vínculo que questiona a hegemonia no modo de se fazer e de se perpetuar as narrativas excludentes de se segregar e violentar sujeitos de direito e sujeitos de resistência.

A lição que os registros dos eventos da Ocupação CCBB deixam para a construção material da cidade é que não serão mais toleradas narrativas meramente retóricas, os registros analisados, na prática da resistência, aproximam o cotidiano dessas duas dimensões. Porém, as imagens agora profusas tornam-se banalizadas. Antes invisíveis, agora a situação de extrema vulnerabilidade é lugar-comum, cotidiana e, por esse mesmo motivo, perdem a capacidade de comover como antes.

As imagens de Tawane não mais encontram como barreira a negação da publicação, mas uma profusão de imagens semelhantes que encontram um espectador dessensibilizado, acostumado com o terror do Estado, com a violência, com a pobreza, especialmente quando as vítimas são mulheres e negras.

Essas imagens mostram que, quando o movimento moderno deixa de se tornar uma tônica dos discursos arquitetônicos, o que mais se faz presente toca na crítica a ele, é o distanciamento entre o discurso e a vida real do povo, entre a retórica e a prática, entre o mapa e o território. Assim, as imagens da ocupação CCBB mostram pessoas que buscavam um horizonte mais humano do habitar na cidade, que não se reduziam ao discurso burocrático, e entendiam as necessidades humanas.



Figura 2. Ocupação CCBB
Fonte: cedida por Nayá Tawane (2021).

O direito à cidade se constrói no território, se constrói com a classe trabalhadora na consciência cotidiana de que também fazemos parte dela. Ambas as ocupações, em 1958 e em 2021, estavam a menos de 1km do Palácio do Planalto, ao lado de um projeto icônico do Lelé. As mulheres que ali resistiam e resistem enquanto construtoras do espaço real e vivido logo são esquecidas e uma tragédia diferente ocupará seus lugares nas redes e páginas, ou paredes dos museus. É fácil

ser eternizado na história da arquitetura como um arquiteto, homem, branco, que trabalha para uma instância de poder político estruturada, para os grandes empresários e para o poder institucional, ou até mesmo o grande fotógrafo, homem branco, amigo de grandes personalidades. Foi, e é, difícil, ser mulher construindo o território no dia a dia, como parte de parcelas da população para a qual não existe mídia nem humanidade, no qual não existe discurso meritocrático

ST 1. HISTORIOGRAFIA E RAÇA: NARRATIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

que garanta a elas o direito à moradia,
que garanta a elas o direito à cidade.

O espaço público é tipicamente masculino. É o espaço da produção social, incluindo educação, trabalho, política e literatura. O lar é tradicionalmente o espaço feminino, o espaço da produção e da sobrevivência doméstico-familiar. A cultura brasileira, como outras culturas ao redor do mundo, valida a esfera pública, social e econômica (masculina) e desvaloriza a esfera privada (feminina). (ARRAZOLA; ROCHA, 1996 apud DESOUZA; BALDWIN; ROSA, 2000, p. 491)

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 165-196.
- BRESCIANNI, M. S. M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, M. C. D. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 237-258.
- DESOUZA, E.; BALDWIN, J. R.; ROSA, F. H. da. A construção social dos papéis sexuais femininos. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 485-496, 2000.
- Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/kKgJhYrqKTzpYjrGzvfHVqt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- ESPADA, H. Fotografia, arquitetura, arte e propaganda: a Brasília de Marcel Gautherot em revistas, feiras e exposições. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 81-105, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/ZV9XDNT9N6yDyL7stxzfFcL/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.
- KOSSOY, B. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).
- KOSSOY, B. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. São Paulo: Ateliê, 2007.
- MAUAD, A. M. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 33-50, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1495>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- PENNA, J. O. de M. *Quando mudam as capitais*. Brasília, DF: Senado Federal, 2002. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1067>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- PERROT, M. Maneiras de morar. In: PERROT, M. (org.). *Histórias da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo:

Companhia das Letras, 1991. v. 4. p. 284-301.

PESAVENTO, S. J. Em busca de uma nova história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995. Disponível em: https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=14. Acesso em: 23 jun. 2022.

SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, A. *Imagários urbanos*. 3. ed. Bogotá: Tercer Mundo, 1997.

pós-pandemia (?)

ANAIS DO
3º SEMINÁRIO

MULHER,
CIDADE E
ARQUITETURA



SESSÃO TEMÁTICA 2

CIDADES MAIS JUSTAS NA PERSPECTIVA DO GÊNERO



BARBOSA, Verônica Vaz Oliveira

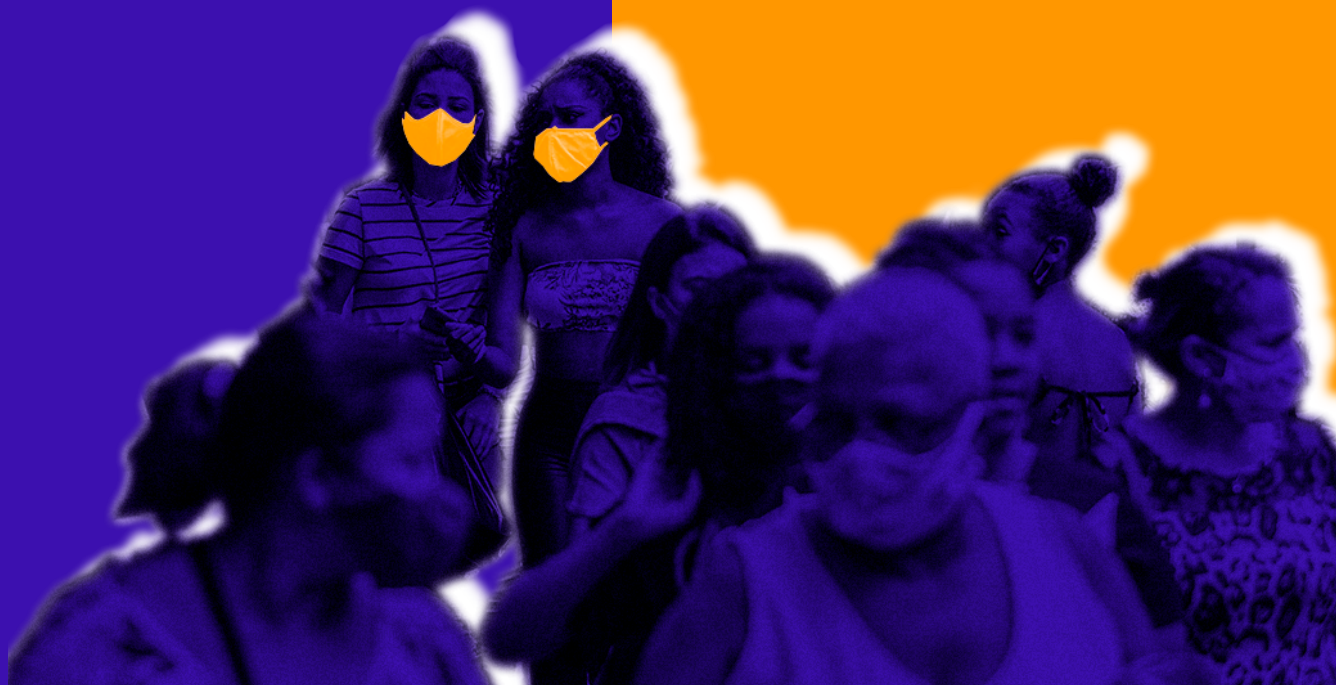
Arquiteta urbanista,
mestre em Arquitetura e Urbanismo
doutoranda em Arquitetura e Urbanismo;
PPGAU/UFBA
barbosa.veronicav@gmail.com

ENSINO, CAMINHABILIDADE E GÊNERO

BREVE ANÁLISE



EIXO TEMÁTICO
GÊNERO NO ENSINO DA
ARQUITETURA E URBANISMO



INTRODUÇÃO

Propomos neste artigo uma breve análise sobre o estudo e o ensino da arquitetura e do urbanismo a partir da perspectiva de gênero e da caminhabilidade, pois ainda possuímos um modelo de cidade em que as mulheres têm medo do espaço público.

Nossa sociedade se desenvolve a partir da diferença biológica entre o que é definido como masculino e feminino. O ato de gestar é exclusivo do corpo biológico feminino e com base nessa condição são atribuídas funções sociais e construídos pensamentos que irão condicionar o comportamento na sociedade. Montaner e Muxí (2014, p. 197) afirmam que “[...] gênero é a construção cultural de papéis atribuídos aos sexos que outorga espaços e estabelece prioridades: o privado e o público, pares complementares e antagônicos”.

Embora os espaços privados e as atividades domésticas sejam socialmente destinados às mulheres, as edificações residenciais, são pensadas a partir das demandas masculinas. Conforme Montaner e Muxí (2014), não há espaços comunitários de cuidado e de atividades

domésticas, funções geralmente atribuídas às mulheres. Porém, o espaço destinado ao carro, nunca é esquecido.¹

A Revolução Industrial introduz a mulher em um contexto e desenho urbano consolidado e inseguro ao absorvê-la nas fábricas como mão de obra. Sua inserção no mercado de trabalho não lhe garante um espaço público adequado para recebê-la. Kern (2021, p. 14) salienta que nesse período “[...] as cidades europeias cresceram rapidamente e trouxeram para as ruas uma mistura caótica de classes sociais e imigrantes”. Houve uma ruptura dos limites entre as classes sociais, envolvendo principalmente a moral. “Cada vez mais difícil discernir a classe, e uma senhora caminhando na rua corria o risco do insulto máximo: ser confundida com uma ‘mulher pública’”. (KERN, 2021, p. 15)

1 Exemplo disto é o estudo realizado em 2017 pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP) Brasil sobre políticas de estacionamento em edificações na cidade do Rio de Janeiro, no qual 35% da área construída em edificações com uso residencial são de garagens.

No Brasil, as mulheres das classes mais pobres e racializadas sempre tiveram acesso ao espaço público (mesmo quando escravizadas, no período colonial). Ele era/é seu local de trabalho ou extensão deste. As lavadeiras, ambulantes, empregadas domésticas, as quituteiras são exemplos de trabalhadoras que sempre ocuparam a rua.

Jane Jacobs (2001), no seu livro *Morte e vida das grandes cidades*, indica que o planejamento urbano era feito a partir da ótica masculina, quando a função da mulher norte-americana, suburbana, nos anos de 1950 estava limitada aos cuidados domésticos e maternos. Além disso, destaca o modelo rodoviarista, que influenciou tanto na segregação espacial, quanto na setorização urbana do planejamento modernista. Este último tendo priorizado os espaços das atividades masculinas e dando a eles o protagonismo. Enquanto as mulheres estavam em casa, os homens se deslocavam nas cidades, em seus percursos casa x trabalho.

Choay (2011, p. 21) reforça que esse exemplo de planejamento “vai ser aplicado, de modo idêntico, por um espaço planetário homogêneo, cujas determina-

ções topográficas são negadas”. O urbanismo moderno é baseado na obra *O Modulor*² do arquiteto suíço Le Corbusier. O suposto sujeito universal, padrão, é o homem e as cidades são construídas para ele. A questão de gênero aparece na arquitetura mesmo vestida de neutra. Essa visão é ruim para o ensino da arquitetura, e, na prática, para a mobilidade de mulheres, crianças, idosos, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. O sujeito universal não existe.

Escala e desenho urbano são elementos importantes no sentido de estimular ou inibir o uso do espaço público promovendo uma boa caminhabilidade. Entendemos caminhabilidade (*walkability*, andabilidade) como a capacidade do espaço público em permitir o ato de caminhar. Desde a década de 1950 o conceito de

2 *O Modulor* foi lançado em 1948 pelo arquiteto Le Corbusier (1887-1965) e *O Modulor 2* em 1953. Ambos traziam textos sobre os estudos feitos pelo autor da relação matemática entre o corpo humano e a natureza. Mais informações disponíveis em: <https://www.archdaily.com.br/br/911962/sobre-o-deslocamento-do-corpo-na-arquitetura-o-modulor-de-le-corbusier>. Acesso em: 15 ago. 2021.

caminhabilidade vem sendo desenvolvido. A primeira definição foi realizada na década de 1990, pelo político canadense Chris Bradshaw (1993) em pesquisa sobre as calçadas do bairro onde residia, em Ottawa. Para medi-la, criou um método com dez categorias. A sexta categoria é a pesquisa: Avaliação feminina da segurança do bairro. Desta forma, em sua abordagem, Bradshaw destacava a relevância da análise das mulheres na elaboração do espaço público.

O Brasil segue planejando suas cidades pautado na herança modernista. Assim como a cidade de Brasília, construída de forma setorizada e de acordo com a Carta de Atenas, outras cidades possuem bairros onde as políticas de mobilidade priorizam o homem e o desenho urbano dificulta a caminhabilidade. É o homem branco, adulto, sem deficiência que, na maioria das vezes, executa deslocamentos lineares à trabalho e em veículos privados. As mulheres continuam sendo força de trabalho sem valor social, como diz Gonzaga (2011), e apoio para que os homens garantam seu sucesso na vida profissional.

Tão necessário quanto a análise da relação entre gênero e cidade, são também

as relações de raça e classe, pois “as mulheres negras são as últimas da pirâmide social”. (GONZAGA, 2011, p. 48) Uma crítica do espaço urbano a partir dessas questões requer mobilizar um conjunto de ferramentas e epistemologias que nos ajudem a compreender a sobreposição dessas diversas camadas, em outras palavras, a combinação de diferentes desigualdades, isto é, uma perspectiva interseccional. (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE ALAGOAS, [2021])

O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela professora e intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw e mostra como há uma diferença na acumulação de desigualdades se considerarmos categorias como raça, classe e gênero, sendo as mulheres negras colocadas num lugar de mais opressão e dificuldades.

Nós, enquanto arquitetos e urbanistas, temos criados soluções arquitetônicas e de planejamento urbano que ocasionalmente proporcionam e permitem situações de desigualdade, vulnerabilidade e violência contra mulheres (também pessoas LGBTQIA+, crianças e idosos).

Reavaliar a forma como trabalhamos até agora, é essencial.

QUESTÕES SOBRE O ENSINO DA ARQUITETURA E DO URBANISMO

Questionamos a conformação da cidade a partir de gênero, ou seja, que tipo de cidade ela se torna quando é inserido esse elemento? De forma geral é preciso refletir sobre os papéis que são atribuídos aos gêneros e como isso reflete diretamente no espaço urbano. À mulher branca sempre coube o espaço doméstico e ao homem branco sempre coube ao espaço público. Quem sofre com o não atendimento de suas demandas na cidade?

Ao mesmo tempo, seguindo o pensamento de Lima (2020a) é necessário compreender o impacto do processo de formação profissional na construção da identidade arquitetônica e urbana, principalmente pela perspectiva das arquitetas. O que aprendemos e o que reproduzimos? Que lugar tem tido as arquitetas e urbanistas no pensamento e prática sobre a cidade? De acordo com o 1º *‘Diagnóstico Gênero na Arquitetura*

e Urbanismo’ ([2021]), realizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), as mulheres compreendem mais da metade dos profissionais ativos, ainda assim, cerca de 85% dos cargos públicos relacionados a transporte e mobilidade no Brasil são ocupados por homens. De igual forma, o estudo aponta que em geral os cargos de chefia, de tomada de decisão, são ocupados majoritariamente por homens.

A vida acontece enquanto transitamos entre espaços públicos e privados. Assim, as relações sociais de gênero influenciam na forma como o espaço deverá ser construído. Observamos na historiografia arquitetônica tradicional que há uma hegemonia masculina na práxis urbanística, na construção do repertório teórico e nas decisões sobre intervenções urbanas.

Ao tratar das práticas professoral e arquitetural, mesmo reconhecendo que são distintas, Lima (2020b, p. 180) pontua que “[...] a prática arquitetural é evocada por meio do discurso professoral, e, portanto uma construção abstrata e representada, transmitida e elaborada em sala de aula por meio dos discursos por professoras e professores”. Além do que, esses dis-

ST 2 . CIDADES MAIS JUSTAS NA PERSPECTIVA DO GÊNERO

cursos “permanecem centrados em valores eurocêntricos e masculinos”.

Descartamos a ótica feminina do ensino sobre a cidade, mesmo considerando que sua permanência no ambiente urbano é maior pelos deslocamentos casa x trabalho, casa x creche/escola, casa x feira/supermercado, casa x sistema de saúde etc. De *História da cidade*, de Leonardo Benevolo (2012) à *História da arquitetura contemporânea*, de Jürgen Tietz (2008), o que se fala em produção urbana e arquitetônica foi feito através de mãos masculinas. Como podemos observar na figura abaixo, dos mais de 100 nomes citados, temos apenas quatro referências femininas: Hadid; Lacaton; Schütte-Lihotzky e Smithson.



Figura 1. Capa do livro *História da arquitetura contemporânea*
Fonte: arquivo pessoal (2022).

Quem planejava/planeja as cidades? Quem pensou os modelos de cidade mais conhecidos? Se traçarmos uma linha do tempo de 1890 até os dias atuais teremos majoritariamente nomes de arquitetos e planejadores homens: Adolf Loos (1870-1933); Frank Lloyd Wright (1867-1959); Le Corbusier (1887-1965); Walter Gropius (1883-1969); Lúcio Costa (1902-1998); Oscar Niemeyer (1907-2012); João Filgueiras Lima, Lelé (1932-2014) e continua.³

A despeito da existência de mulheres nos campos da arquitetura e urbanismo há muito tempo, como Marion Griffin (1871-1961), Eileen Gray (1878-1976), Carmen Portinho (1903-2001), Alisson Smithson (1928-1993), Denise Scott Brown (1931), e tantas outras,⁴ existe

tanto uma invisibilização e falta de reconhecimento de sua produção em comparação à produção masculina, quanto a hegemonia da perspectiva masculina.

Ao abordar a ausência dos processos projetuais sob a perspectiva de gênero dentro da literatura, Lima (2020a, p. 150-151) afirma:

A ação projetual, como atividade cultural, carrega aspectos da pesquisa em gênero e processo de projeto em si as marcas da pessoa que a ela se dedica. A cultura à qual pertence, a educação que recebeu, os valores familiares, a etnia, as crenças e também os anos de formação e prática do projeto de modo profissional, além do gênero, são elementos constituidores dessas marcas.

Desse modo, pensamos em um ensino, bem como em uma mobilidade urbana feminista (KERN, 2021) e interseccional (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 2004),

3 Inclusive o Prêmio Pritzker, criado em 1979, que homenageia um ou mais arquitetos vivos cujo trabalhos tenham contribuído para a humanidade, o urbanismo e para a arquitetura, em quarenta e dois anos de existência premiou seis profissionais mulheres e quarenta e três homens.

4 Cf.: O Coletivo Arquitetas Invisíveis tem catalogado as mulheres na história da arquitetura e do urbanismo. Disponível em: <http://www.arquitetasinvisiveis.com/as-mulheres/>.

Acesso em: 28 ago. 2021. O projeto Um dia, uma arquitecta também tem se dedicado a fazer uma catalogação das mulheres no campo da arquitetura. Disponível em: <https://undiaunaarquitecta.wordpress.com/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

e ao pensarmos nestas perspectivas deixamos de considerar que as decisões nas cidades são de caráter individual e unidirecionais e passamos, então, a considerar práticas e padrões comunitários, pois os pensamentos feminista e interseccional reconhecem as diferentes dinâmicas temporais.

Observando a produção contemporânea da cidade é preciso problematizar de que modo a configuração de suas ruas em bairros tradicionais e consolidados, impacta a possibilidade de caminhar uma vez que em muitas ruas não há fachada ativa, ou os olhos da rua, nas palavras de Jacobs (2001), fazendo com que os deslocamentos a pé sejam marcados pelo medo de assalto ou violência. A que tipo de corpo/sujeito essas ruas e tipologias arquitetônicas se destinam?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É o planejamento urbano quem define as diretrizes para o desenvolvimento das cidades. Como as mulheres estão afastadas das decisões das políticas

públicas,⁵ a segregação feminina se mantém. Montaner e Muxí (2014, p. 197) salientam que “[...] nessa organização excludente, o sujeito público é o homem, o sujeito do discurso da história que converte o parcial em universal”.

Portanto, uma vez que o sujeito tido como “universal” é o homem e que ele é quem majoritariamente ocupa os espaços de poder, existe uma invisibilização das mulheres e um apagamento tanto de sua experiência urbana quanto de sua prática profissional. Pena (2020, p. 32) ratifica, “há processos que desviam desse corpo normativo, alterando e reconfigurando certos espaços na cidade, há outros que são apagados pela própria mobilização do urbanismo enquanto dispositivo de controle do urbano”.

5 Em janeiro de 2021 o governo federal publicou reportagem comemorando o aumento da representatividade feminina nas últimas eleições. Segundo dados do Tribunal Superior de 2020 16,1% dos candidatos escolhidos pelo eleitorado foram mulheres. Em 2016, o índice foi de 13,5%. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/janeiro/governo-comemora-aumento-da-representatividade-feminina-na-politica>. Acesso em: 6 jan. 2021.

Gehl (2018, p. 2) entende que “[...] projeto, gênero, idade, recursos financeiros, cultura e muitos outros fatores determinam como usar ou não usar o espaço público”. Em que consiste esse espaço? São as ruas, edificações, praças, balizadores e tudo que possa ser considerado parte do ambiente construído.

O desafio é construir espaços, como afirmam Montaner e Muxí (2014, p. 198), “[...] sem gênero nem ordem patriarcal; portanto um espaço sem hierarquias, horizontal, um espaço que evidencie as diferenças, e não as desigualdades [...]”. Os grandes projetos ainda são capitaneados por homens – embora as mulheres sejam a maioria dos profissionais⁶ – e uma mudança paradigmática não vai acontecer apenas com o acesso das mulheres aos espaços e cargos de poder. É necessária uma mudança epistemológica.

6 Em entrevista para o CAU, a arquiteta Gilcineá Barbosa, presidente do CAU/BA durante a gestão 2018-2020, afirma que as profissionais mulheres cadastradas no sistema CAU somam 63%. Disponível em: <https://www.cauba.org.br/gilcinea-barbosa-apesar-de-sermos-maioria-a-representacao-feminina-ainda-e-pequena/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

Ao citar o sociólogo francês Pierre Bourdieu,⁷ Lima (2020a, p. 153-154) explica que, para ele “[...] os modos de conhecer das mulheres estão imersos em modos de pensamento que são produtos da introjeção de relações de poder constituídas sob a ordem simbólica que relega às mulheres uma posição mais baixa, menor, em desvantagem”.

Cada vez mais estudos feministas e com análises que articulam gênero, corpos, arquitetura e cidade veem sendo realizados no campo da arquitetura e do urbanismo. Nesta perspectiva podemos citar: Araújo (2004), Lo (2009), Gonzaga (2011), Tavares (2015), Pereira (2015), Elvir (2017), Pena (2020), Lima (2020b), Kern (2021).

Lima e Loeb (2021, p. 14, grifo nosso) salientam que as estratégias de diminuição das vulnerabilidades sociais e territoriais “[...] demandam a ação integrada entre cinco instâncias: a comunidade; a sociedade civil (incluindo as organizações da sociedade civil sem fins de lucro);

7 O sociólogo francês Pierre Bourdieu é autor do livro *A dominação masculina*, publicado em 1998. Nele o autor traz à tona o quão enraizada na sociedade está a cultura patriarcal.

a iniciativa privada; a *universidade* e o poder público”.

As mulheres, arquitetas e urbanistas, bem como professoras, precisam parar de reproduzir os modelos de produção dos espaços existentes, questioná-los e repensá-los. Obviamente, esta é uma tarefa de todos os profissionais, pois repensar o padrão vigente é fundamental para a superação das desigualdades materializadas no espaço urbano contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. R. C. de. *Espaço privado moderno e relações sociais de gênero em Salvador: 1930-1949*. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11646>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BENEVOLO, L. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BISELLI, M.; LIMA, A. G. G. Estratégias contemporâneas de projeto na cidade de São Paulo. *Arquitextos*, São Paulo, ano 18, n. 216, 2018. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.216/6989>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- BRADSHAW, C. Neighbourhood walkability index. In: INTERNATIONAL PEDESTRIAN CONFERENCE, 14., 1993, Boulder. *Proceedings* [...]. Boulder: [s. n.], 1993.
- CHOAY, F. *O urbanismo: utopia e realidades, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE ALAGOAS. *Diagnóstico 'Gênero na Arquitetura e Urbanismo'*. Maceió: Comissão temporária para a Equidade de Gênero, [2021]. Disponível em: <https://www.cau.al.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/produ%C3%A7%C3%A3o-diagnostico-9.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.
- CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: CRENSHAW, K. et al. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília, DF: Unifem, 2004. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.
- ELVIR, M. A. M. *Mulher e mobilidade urbana, uma perspectiva de classe: retratos da mobilidade de mulheres do Coque em Recife*. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24859>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- GEHL, J. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GEHL, J.; SVARRE, B. *A vida na cidade: como estudar*. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GONZAGA, T. de O. *A Cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero*. São Paulo: Annablume, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO. *Direito à cidade: uma visão por gênero*. São Paulo: IBDU, 2017. Disponível em: <https://www.obmobsalvador.org/post/direito-%C3%A0-cidade-uma-vis%C3%A3o-por-g%C3%AAnero>. Acesso em: 25 ago. 2021.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO. *Políticas de estacionamento em edificações na cidade do Rio de Janeiro: análise dos efeitos da legislação no desenvolvimento urbano*. [Rio de Janeiro]: ITDP Brasil, 2017. Disponível em: <http://itdpbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/07/relatorio-politicas-de-estacionamento-itdp-julho-2017.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

JACOBS, J. *Morte e vida nas grandes cidades*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KERN, L. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

LEITE, C.; PAIVA, L. Caminhabilidade e as vantagens das cidades mais caminháveis. *Revista Mobile*, [s. l.], n. 18, 2019.

LIMA, A. G. G. Aspectos da pesquisa em gênero e processo de projeto. In: GORDILHO-SOUZA, A. M. G.; COTRIM, M.; SUAREZ, N. A. (org.). *Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em arquitetura e urbanismo*. Salvador: Edfbba; Rio de Janeiro: Anparq,

2020a. p. 143-159. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33427>. Acesso em: 15 ago. 2021.

LIMA, A. G. G.; LOEB, R. M. Cidade, gênero e mudanças climáticas: parceiros como estudo de caso na capital paulista. *Ambiente & Sociedade*, [s. l.], v. 24, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/mjkd3Xn83XZRq4wHn4WjFDK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2021.

LIMA, A. G. G. Ensino de arquitetura e urbanismo: discurso, prática projetual e gênero. In: MOASSAB, A; NAME, L. (org.). *Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020b. p. 180-195.

LO, R. H. Walkability: what is it? *Journal of Urbanism: international research on placemaking and urban sustainability*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 145-166, 2009.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

PENA, J. S. *Além da vitrine: produção da cidade, controle e prostituição no Red Light District em Amsterdã*. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33585>. Acesso em: 16 ago. 2021.

PEREIRA, G. L. *Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus*. 2015.

ST 2 . CIDADES MAIS JUSTAS NA PERSPECTIVA DO GÊNERO

Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)
– Faculdade de Arquitetura, Universidade
Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível
em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_gabriela_leandro_pereira_1.pdf.
Acesso em: 16 ago. 2021.

TAVARES, R. B. *Indifereça à diferença:*
espaços urbanos de resistência na perspectiva
das desigualdades de gênero. 2015.
Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo, Universidade
Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

TIETZ, J. *História da arquitetura
contemporânea*. [S. n.]: Konemann, 2008.

COLARES, Lorena

Graduanda; Universidade Federal de Santa
Maria, *campus* Cachoeira do Sul;
lorena.colares@acad.ufsm.br

COSTA, Mylene

Graduanda; Universidade Federal de Santa
Maria, *campus* Cachoeira do Sul;
mylene.pacini@acad.ufsm.br

DONOSO, Verônica Garcia

Doutora; Universidade Federal de Santa
Maria, *campus* Cachoeira do Sul
veronica.donoso@ufsm.br

LAUTERT, Alice

Mestre; Universidade Federal de Santa
Maria, *campus* Cachoeira do Sul
alice.lautert@ufsm.br

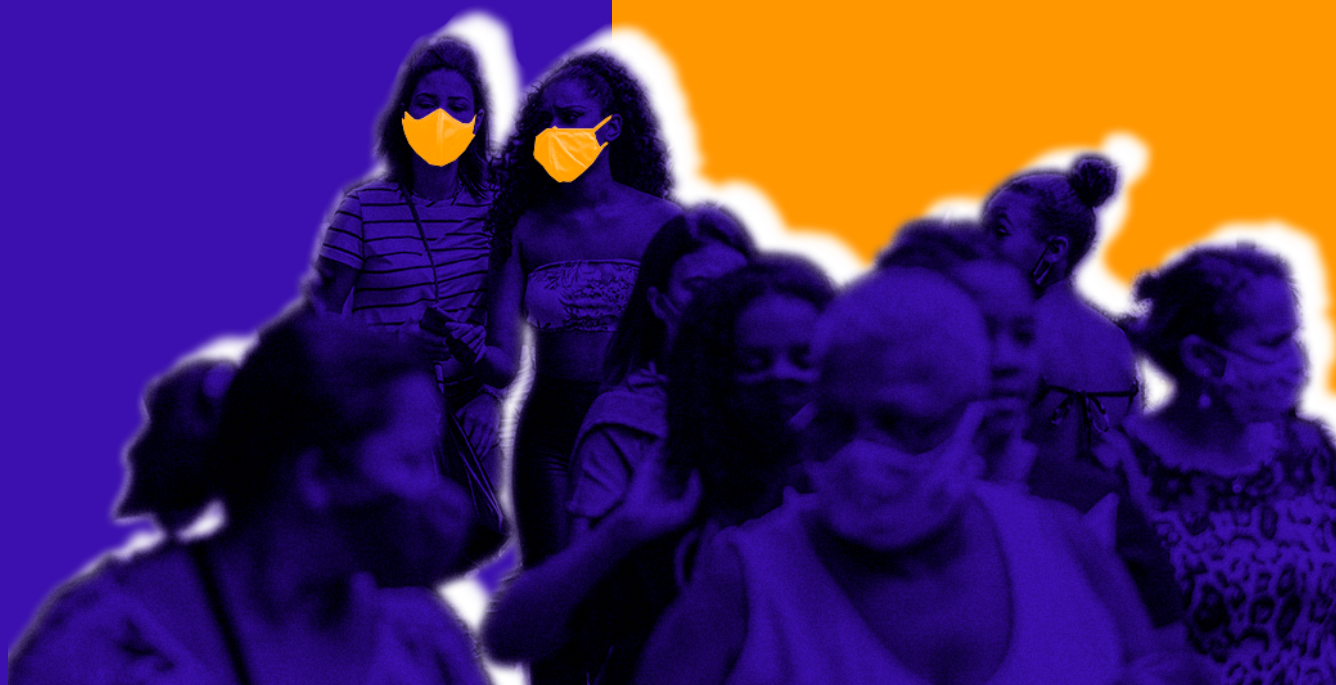
**MULHERES NA VIVÊNCIA
DAS CIDADES**

O EXERCÍCIO DE PROJETAR UM
PARQUE PÚBLICO INCLUSIVO



EIXO TEMÁTICO

**GÊNERO NO ENSINO DA
ARQUITETURA E URBANISMO**



INTRODUÇÃO

Os espaços públicos são locais e palco do encontro das diferenças, da multiplicidade da vida nas cidades, da visibilidade e aceitação do outro, do reconhecimento e observação do cotidiano, da fala e manifestação de opiniões. São a principal chave para assegurar o direito à cidade (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 2001) e à paisagem. (QUEIROGA, 2012)

Entretanto, por questões históricas, nem sempre visíveis, mas ainda presentes no cotidiano, ainda não são espaços amplamente democráticos, de acesso irrestrito e de fala de todos os grupos sociais. Nessa limitação, surgem os apontamentos das diferenças de gênero no uso e apropriação dos espaços públicos, e pela necessária ampliação do direito à cidade e à paisagem pelos corpos femininos em resistência à histórica lógica patriarcal das cidades. (GONÇALVES; SANTOS; BORGES, 2020; KOETZ; MARQUES; CERQUEIRA, 2017; PERRONE; GARZA, 2018)

As múltiplas reivindicações pelo uso igualitário do espaço público, rompendo as fronteiras de gênero no uso do espaço, precisam ser tratadas com celeridade no ensino da arquitetura e urbanismo;

reflexões no âmbito acadêmico da formação profissional auxiliam na compreensão da diversidade e na reversão das imposições e limitações das mulheres na vivência das cidades.

A produção e reprodução do espaço social construído (LEFEBVRE, 2001), apesar de relacionada com imposições de poder e controle dos grupos que exercem violências (BOURDIEU, 1990), são lógicas que podem ser rompidas e superadas. No espaço público, a forma, uso, segurança e qualidade podem influenciar nessas questões, através do projeto atento, somado à liberdade e abertura para a ocupação mais diversa dos grupos sociais, o que potencializa a importância do ensino direcionado às questões de gênero no projeto arquitetônico e urbano.

Este artigo traz a experiência da aplicação dessas questões em exercício de projeto de parque urbano público realizado na disciplina Projeto Urbano e da Paisagem I, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), *campus* Cachoeira do Sul. No exercício, destacaram-se a leitura da presença e importância feminina no bairro e o desenvolvimento do parque pelo olhar voltado à diversidade e inclusão dos

corpos femininos, através do projeto de espaços democráticos, visíveis e seguros a todos os usuários.

GÊNERO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO

Na história das cidades brasileiras o papel feminino tem distintas fases e muitas conquistas. O controle social feminino no urbano se inicia nas cidades coloniais, com distinções de gênero e uso dos espaços urbanos que moldaram também o uso dos espaços internos e externos à residência: o espaço privado do lar e materno, distinto do espaço público do homem provedor. Foi o início de um silenciamento e invisibilidade acerca do papel feminino nos espaços públicos, e que perdurou no discurso social brasileiro – patriarcal e hierárquico – dos séculos XVI ao XVIII. (FALCÃO, 2019; PRIORE, 2000)

Maiores presenças femininas no espaço externo à residência ocorreram após a Primeira Guerra Mundial, com a inserção das mulheres no suporte aos combatentes, no trabalho fabril e também no cultivo da terra, porém com a ordem política ainda mantendo a supremacia

masculina no espaço público. Se seguiram lutas pelos direitos, voto, ensino, trabalho, remuneração igualitária, que ampliaram o papel e presença do feminino no espaço público. Apesar dos avanços, o urbano se organizou e mantém sua estruturação com pouca relação e incorporação das mulheres, reproduzindo até os dias mais recentes relações hegemônicas e patriarcais. (FALCÃO, 2019)

Merli (2018) comenta que é na cidade que a ideologia patriarcal se materializa, refletindo, reafirmando e até mesmo reproduzindo o conflito entre gêneros. O patriarcalismo diz respeito à classe dominante: traz aos homens a própria representação, direcionando – mesmo que indiretamente – o comportamento feminino nos espaços públicos e privados.

Percebe-se a necessidade de se ampliar a discussão das relações do uso e planejamento das cidades, contra lógicas capitalistas e patriarcais. Conforme propõe Costa (2021), um planejamento é possível, no qual a democratização do espaço ocorre através da inserção e experimentação do indivíduo de acordo com as possibilidades de usos e apropriações, viabilizadas pelo território. Ou seja, é necessário que este planejamento seja

realizado buscando fornecer diferentes possibilidades dentro do território, que considerem e incorporem as diferentes relações cotidianas dos indivíduos, através da equidade territorial.

É possível resumir as necessidades do uso cotidiano do espaço pelas mulheres em três principais palavras: transitar, ocupar e se apropriar. Estas ações devem ocorrer de forma inclusiva, sem julgamentos e/ou olhares, com segurança e acessibilidade. O transitar seguro, por exemplo, tem que estar presente no cotidiano para o trabalho, lazer e outros deslocamentos individuais ou com a família, assim como para a ocupação e permanência cidadã. Nesse sentido, uma das características a ser pensada no projeto do espaço público é a acessibilidade para com o indivíduo, exercendo o lugar de convergência de diferentes grupos de uma sociedade. (GOUVEIA, 2006 apud MERLI, 2018; MACATROZZO; FRANCISCHETTO, 2022; SOUZA, 2013)

As mesmas relações podem ser percebidas nos parques. A partir das necessidades aqui descritas no transitar, ocupar e se apropriar, foram pensadas diretrizes projetuais para um parque público inclusivo. Como todo projeto urbano e paisa-

gístico, deve ser pensado para todos os gêneros, raças e classes sociais. O projeto do parque urbano desenvolvido traz conceitos de vivacidade, para usufruto de espaços livres e abertos sem distinção de qualquer parte.

PROJETO

Tomando como partido a análise sobre gênero e a produção do espaço urbano brasileiro, o artigo busca apresentar a correlação entre a temática e a proposição de algumas das estratégias que nortearam o projeto paisagístico. A proposta foi realizada considerando além do programa solicitado pela disciplina, o contexto e história do local, a distribuição socioespacial dos moradores e a chefia domiciliar no setor censitário e entorno, abarcando as vivências das mulheres dentro dos espaços públicos a serem atendidas em diferentes aspectos para que assim pudesse tornar o parque inclusivo dentro desta perspectiva.

A representação feminina no bairro

A proposta de parque foi realizada para a cidade de Cachoeira do Sul (RS), dentro

da disciplina de Projeto Urbano e da Paisagem I, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSM, *campus* Cachoeira do Sul. O trabalho se iniciou contextualizando o entorno do local do projeto, levando em conta a distribuição socioespacial das mulheres e o intuito de se desenvolver um espaço que viabilize a equidade territorial e facilite as relações sociais, compreendendo que um local público deve acolher diferentes demandas. (MACATROZZO; FRANCISCHETTO, 2022)

O recorte de estudo se localiza dentro do bairro Ponche Verde, onde, segundo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), 52,1% (515 pessoas) da população do setor censitário são do sexo feminino. Segundo dados levantados pelas autoras, o local apresenta de 78 a 117 domicílios chefiados por mulheres no setor; em relação ao entorno do projeto, esse dado varia entre 39 e 195 (Figura 1). Conforme coloca Dupont e Maraschin (2019), a chefia feminina dentro dos domicílios vem crescendo consideravelmente nos últimos anos.

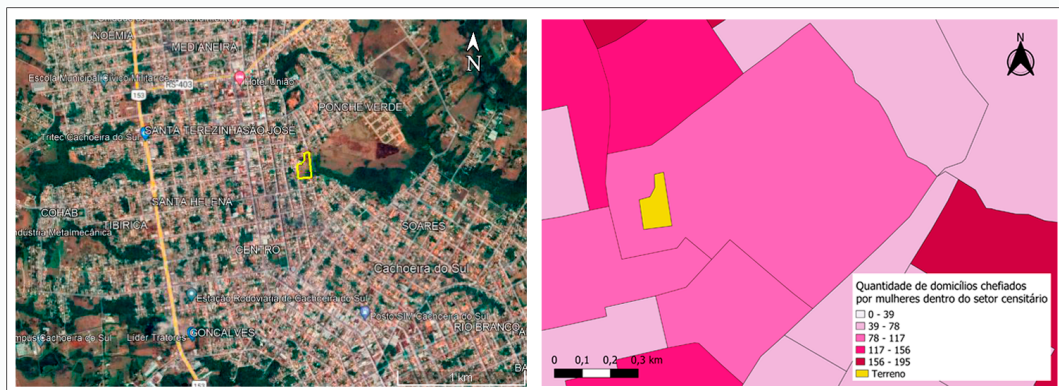


Figura 1. Localização do terreno via Google Earth Pro e quantitativo de domicílios chefiados por mulheres em Cachoeira do Sul a partir de dados do IBGE
Fonte: elaborada pelas autoras.

Levando em consideração a predominância de mulheres responsáveis pela renda familiar das suas residências e o objetivo de projetar um parque público, uma premissa para o projeto do parque foi a criação de espaços que incorporem as necessidades destas e fomentem distintas possibilidades de uso. Para permitir um uso democrático e igualitário do espaço, estratégias de segurança foram pensadas; para incentivar o uso pelas mulheres do bairro, foram pensados espaços que apoiassem ações que gerassem renda. Além disso, foram projetados espaços para esportes, cultura e lazer.

O projeto do parque

O projeto foi estruturado visando a criação de um parque de pequeno porte, com área de aproximadamente 12,948,35 m². A concepção projetual foi realizada explorando o termo “vivacidade” como conceito. Este foi aplicado com o propósito de relacionar o parque com o local de inserção, sem destoar do entorno, preservando a resistência e identidade do bairro. De acordo com Araújo (2017), a vivacidade se dá através das narrativas do cotidiano para se construir espaços urbanos democráticos. O conceito

também relaciona a vivacidade com a urbanização mais humana, levando em conta o público que será inserido e os possíveis usos do projeto, de forma a englobar as pluralidades dos usuários.

Conforme Araújo (2017), a cidade, pensada coletivamente, tem espaços que permitem a construção de narrativas. O projeto do parque busca esta construção coletiva através do seu programa, que envolve cultura, esporte, lazer, recreação, identidade, espaços sensoriais e locais de permanência:

- as atividades culturais, esportivas e recreativas pensadas contemplam, no setor cultural, área de exposições e amostras, feira, anfiteatro e local destinado para expressões artísticas através do grafite; no setor esportivo há pista de skate, quadra poliesportiva e ciclovia; na área de recreação estão áreas de brincar para diferentes idades, espaço para *pets* e caminhos de contemplação;
- a sensorialidade foi explorada pela escolha das espécies vegetais e pelos percursos projetados, com caminhos sinuosos. Também, a topografia permitiu a criação de um lago com caminho

alagável. Foram utilizadas espécies nativas – do bioma pampa e mata atlântica –, contando com espaço com árvores frutíferas, plantas atrativas de polinizadores e plantas aromáticas e comestíveis, buscando trazer vida para a ambientação;

- os locais de permanência foram compostos por áreas abertas para espaços de piquenique, bosque, redário e espreguiçadeiras. Além disso, o mobiliário utilizado segue padrão formal simples, com foco na segurança do espaço.

O desenho e proposição do projeto (Figura 2) foi realizado buscando favorecer a permeabilidade visual e ampliar a segurança dos(as) seus(as) usuários(as), utilizando estratégias como caminhos amplos, uso de iluminação e escolha de espécies vegetais arbustivas não muito densas ou altas, de forma a evitar áreas completamente fechadas ou extremamente densas de vegetação (Figura 3).

Esse conjunto de estratégias permitiu a criação de um parque de múltiplas possibilidades, que possibilita conforto no uso dos espaços quando se analisa em uma perspectiva de gênero.

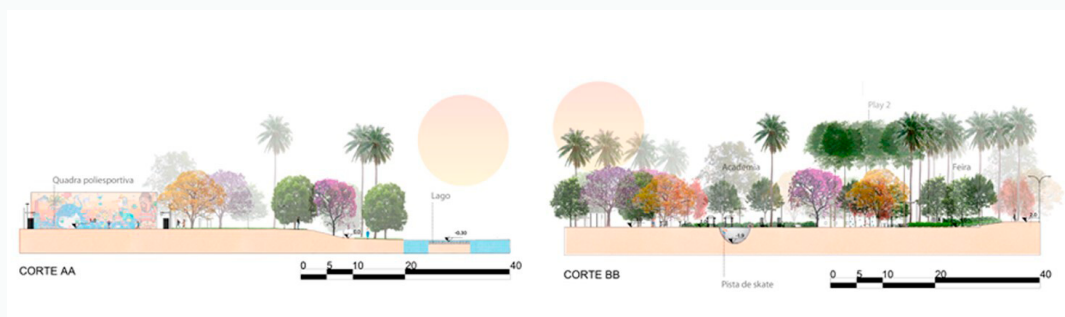


Figura 2. Corte AA e Corte BB – Projeto

Fonte: elaborada pelas autoras.



Figura 3. Vista do projeto a partir de uma das entradas de acesso do parque e vista do projeto apresentando as áreas de descanso e contemplação

Fonte: elaborada pelas autoras.

Além disso, as possibilidades de uso disponíveis dentro do parque, como nos espaços culturais, esportivos, locais de exposição e feiras, podem fomentar oportunidades para as mulheres que trabalham de maneira autônoma.

CONCLUSÃO

O trabalho explora uma proposta desenvolvida em uma disciplina de projeto de parque em um curso de arquitetura e urbanismo. O projeto em questão foi proposto com a intenção de criar um parque urbano seguro e múltiplo em seus usos, garantindo que grande parte do público

do entorno do terreno, de predominância do gênero feminino e responsável pela renda familiar, seja beneficiado de diferentes maneiras.

A criação de um parque público vai além da elaboração de um local de contemplação e lazer, ele reflete o papel da cidade, onde em um pequeno espaço pode acolher a reprodução de algumas das principais atividades do meio urbano local.

De acordo com Sader, Nicolete e Gomes (2019) uma sociedade excludente produz cidades excludentes. Devemos romper esse raciocínio construindo espaços democráticos, que apresentem práticas que acolham diferentes camadas sociais

e que considerem as distintas necessidades dos indivíduos, acolhendo as necessidades específicas das mulheres, que constantemente têm a sua vivência urbana fragilizada.

Nos espaços públicos, todos os cidadãos estão incluídos e aptos a desfrutar da vida coletiva. Nesse sentido, os parques têm importância para a produção de cidades inclusivas. Entende-se que a criação de espaços públicos de qualidade beneficia a todos e também podem ser vetores para a criação de novas possibilidades para usuários de contextos sociais distintos. A percepção da presença do público feminino no bairro objeto do estudo incentivou a criação de um parque seguro e que tivesse estratégias para fortalecer o coletivo de mulheres.

Além disso, deve-se incentivar o estudante de arquitetura e urbanismo a compreender o seu papel social, buscando acolher distintos grupos sociais em seus projetos, criando lugares que geram sensação de pertencimento e que auxiliem na construção coletiva, democrática e igualitária das cidades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. de S. Como instituir vivacidade? Outro(s) planejamento(s), outras narrativas para ocupar e construir coletivamente nossas cidades. *Revista Ímpeto*, [s. l.], n. 7, p. 24-30, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaimpeto/article/view/9845>. Acesso em: 24 abr. 2022.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COSTA, E. B. da. Planificación urbana posible, imaginario, existencia y cultura. São Paulo: *Tempo Social*, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 91-120, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/XXjyYpMwS8jrhSkZrZMMTxv/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

DUPONT, L. C.; MARASCHIN, C. Geografia de gênero: domicílios chefiados por mulheres na cidade de Porto Alegre. *PIXO*, Pelotas, v. 3, n. 9, p. 124-137, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/17457>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FALCÃO, P. Mulheres e espaço público: invisibilidade social feminina e o direito ao voto no Brasil. *Mosaico*, [s. l.], v. 10, n. 17, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/80333#:~:text=A%20invisibiliza%C3%A7%C3%A3o%20social%20feminina%2C%20bem,do%20sufr%C3%A1gio%20feminino%20no%20Brasil>. Acesso em: 1 maio 2022.

GONÇALVES, R. G.; SANTOS, A. S. K.; BORGES, A. U. Reflexões sobre direito à cidade e gênero: a luta pela democratização dos espaços da cidade. *Em Sociedade*, [Minas Gerais], v. 3. n. 1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/emsociedade/article/view/21935>. Acesso em: 30 abr. 2022.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. *Censo Demográfico: população residente por sexo*. IBGE, [s. l.], 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>. Acesso em: 23 abr. 2022.

KOETZ, V.; MARQUES, H. D.; CERQUEIRA, J. T. (org.). *Direito à cidade: uma visão de gênero*. São Paulo: IBDU, 2017. Disponível em: <https://www.obmobsalvador.org/post/direito-%C3%A0-cidade-uma-vis%C3%A3o-por-g%C3%AAnero>. Acesso em: 26 abr. 2022.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MACATROZZO, A.; FRANCISCHETTO, G. P. P. A invisibilização das mulheres e o direito à cidade. *Revista de Direito da Faculdade Guanambi*, Guanambi, v. 8, n. 2, e357, 2022. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/RDFG/article/view/13958>. Acesso em: 25 abr. 2022.

MERLI, G. *Lugar de mulher é na cidade: desenho urbano para inclusão de gênero na cidade de Uberlândia*. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/23988>. Acesso em: 25 abr. 2022.

PERRONE, M. G. N.; GARZA, M. M. *Apropiaciones de la ciudad: género y producción urbana, la reivindicación del derecho a la ciudad como práctica espacial*. Barcelona: Pollen, 2018.

PRIORE, M. D. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo: Contexto, 2000. (Série Repensando a história).

QUEIROGA, E. F. *Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*. 2012. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/16/tde-07122016-101803/pt-br.php>. Acesso em: 2 maio 2022.

SADER, A. P. C.; NICOLETE, J. N.; GOMES, M. F. As mulheres e o direito à cidade: gênero e espaço público na cidade contemporânea. *Educação em Revista*, Marília, v. 20, p. 99-110, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/9375>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SOUZA, F. S. de. A tensão entre a segurança e a liberdade em parques urbanos ligados a empreendimentos imobiliários privados em Porto Alegre e São Paulo. Observatório Geográfico da América Latina. *In*: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. 14., 2013, Lima. *Anales* [...]. Lima-Peru: Unión Geográfica Internacional - Comité Nacional Perú, 2013. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/104.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

COSTA, Claudia Puzzuoli dos Santos

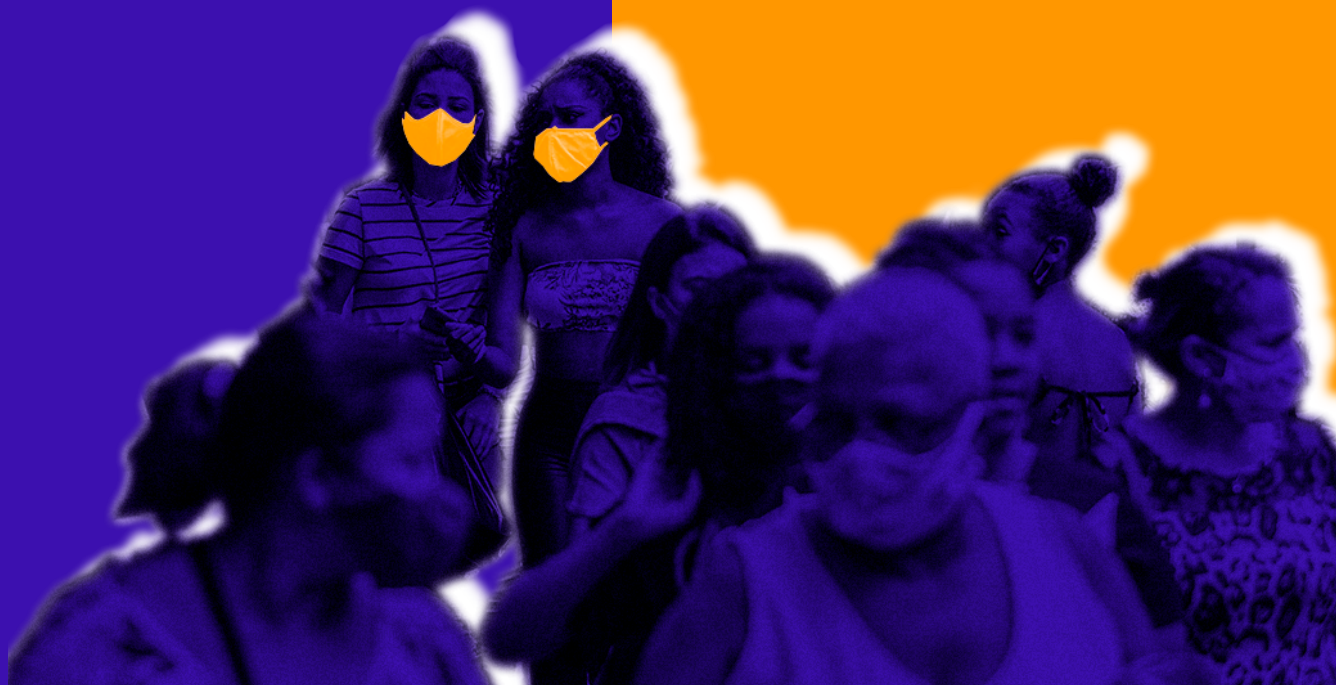
Doutoranda; PPGAU,
Universidade Federal da Bahia
claudia.puzzuoli@gmail.com

PENSAR O LIMITE A PARTIR DO GÊNERO

AS PROPOSTAS DO TRANSPORTE
ATIVO “A PÉ”, DO PLANO DE
MOBILIDADE SUSTENTÁVEL
DE SALVADOR



EIXO TEMÁTICO
URBANISMO E GÊNERO, POLÍTICAS
E PRÁTICAS URBANÍSTICAS



INTRODUÇÃO

A rua é um universo de múltiplos eventos e relações. A expressão ‘alma da rua’ significa um conjunto de veículos, transeuntes, encontros, trabalhos, jogos, festas e devoções. Rua tem caráter e podem ser agitadas, tranquilas, sedes de turmas, ponto e territórios. A par de caminhos, são locais onde a vida social acontece ao ritmo do fluxo constante que mistura tudo. Um ‘microsomo real’ de espaços e relações que tem a ver com repouso e movimento, com dentro e fora, com intimidade e exposição e assim por diante. Que serve para referenciar bons e maus lugares. (SANTOS; VOGEL, 1985, p. 76)

A cidade que se procura investigar é a material dos limites, auxiliadas pelos elementos calçadas como espaços de transição e troca entre público e privado, e por vezes, coletivo. O presente artigo tem como objetivo uma aproximação do desenho da cidade por meio de sua legislação vigente, principalmente no estudo do Plano de Mobilidade Sustentável de Salvador (PlanMob). Se busca então entender como as análises e diretrizes do PlanMob se posicionam frente ao analisado (o município de Salvador),

principalmente ao focar na etapa de *mobilidade de Transporte Ativo: Pedestre*. O estudo busca também entender como esse programa se posiciona por meio de propostas à problemáticas de gênero na cidade.

O objeto do estudo são os espaços de caráter público/coletivo, de uma cidade que se apresenta hoje, final da segunda/início da terceira década do século XXI, na cidade de Salvador do estado da Bahia, contemplados estes, no Plano de Mobilidade Sustentável da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Salvador (Semob).

Ao falar de espaços coletivos, se faz pertinente algumas definições que identifiquem qual elemento morfológico urbano de que estamos falando, construindo assim conceitualmente os objetos trabalhados na investigação. Portanto, é de interesse falar sobre espaços concretos que se entendem como parte da continuidade urbana. Porém o estudo de espaços coletivos em si abre espaço para uma ambiguidade conceitual, podendo ser esclarecidos com uma pergunta: seriam espaços coletivos, públicos ou privados?

Ao utilizarmos termos como “espaço público” e “espaço coletivo”, é de interesse a distinção destes, para deixarmos claro o objeto ora estudado.

Os espaços públicos, então, são os espaços fluidos da cidade, são os espaços da continuidade, constituídos por suas ruas, avenidas, calçadas e praças. O espaço público é definido por Solá-Morales em seu trabalho “Espaços públicos e espaços coletivos” – parte do livro *Os centros das Metrôpoles*, do programa Viva o Centro de 2001 – como objeto de “propriedade administrativa” (SOLÁ-MORALES, 2001, p. 104) sendo, assim, definido a partir da identificação do agente administrativo de tal espaço.

O espaço coletivo, por sua vez, é aquele em que, por meio de encontro de grupos ou pessoas, as atividades e manifestações acontecem. Portanto os espaços coletivos podem ser, do ponto de vista administrativo, “privados” ou “públicos”.

Do ponto de vista morfológico a calçada é um espaço público, já que isento de censura. A calçada é um espaço onde qualquer pessoa pode parar, sentar-se, sendo, também, espaço de passagem e circulação. Não é possível controlar

quem passa por esse espaço, quer seja ele particular ou público. Porém é nesse “espaço público” que há a possibilidade de encontros.

Uma cidade como a de Salvador, que carrega tantos ritos e mitos por meio de manifestações e festas populares-religiosas, tem como palco e cenário os espaços coletivos. É importante esclarecer conceitualmente, assim, o *espaço coletivo*, já que *não* partiremos desse lugar lúdico da manifestação social-coletiva, ou principalmente, das imagens que as compõem.

Toda cidade é construída de imagens diversas que compõe essa atmosfera idealizada, de seu visitante/morador. Imagens que levam a cidade como pano de fundo, cidade então cenário, que encapsula memórias, vivências, experiências, expectativas. Não é dessa que chamaremos de “cidade das imagens”, que se menciona aqui. Cidade esta, que trata de compor diversas cidades dentro de uma única cidade-município (cidade dos limites geográficos, regidos por uma legislação municipal). Tão pouco se rechaça como a cidade-imagem é tão ou mais potente que a cidade material (a municipal, dos limites regidos pela legislação local). Cidade

que direciona desejo e esperanças entre dissimulações em uma tentativa bem-sucedida de se afastar da dureza da vida material, para justificar o consumo da vida ideal.

Sem dúvida a cidade-imagens está completamente atrelada ao valor e jogo de especulação imobiliária, desse espaço regido pela cidade-município. O valor desse solo se justifica a partir da ideia de cidade que se quer ter:

A fantasmagoria do espaço corresponde à autoimagem da sociedade produtora de mercadorias em seu caráter fetichista. Para Benjamin, é fantasmática a imagem que a sociedade urbana produz de si e pela qual costuma designar sua própria cultura. Imagem enganosa, que mascara as relações de produção e as estruturas de dominação, as fantasmagorias na cidade correspondem a desejos de consumo e delineiam o campo da experiência alienada. (VELLOSO, 2018, p. 150)

Professora Rita Velloso menciona, aqui, a direta relação entre as imagens e a dissimulação intencionada com fins de consumo, a partir do trabalho e método do filósofo Walter Benjamin. Partimos

então, entendendo que a relação da cidade-imagem e a cidade-material, é praticamente indissociável, já que se deve considerar que o poder de acesso ao solo ainda hoje, é estruturalmente ligado ao valor de consumo. Dinheiro e desejo estão completamente vinculados em espaços nos quais podemos e aspiramos a viver.

Focaremos, então, no resultado da morfologia da cidade composta a partir de diversos agentes, e no presente estudo, a cidade analisada por meio da lei e regimento do solo, e como essas diretrizes se relacionam com problemáticas de seus usuários. Usuários, estes, que não podem ser entendidos como neutros. O estudo sim parte da relação de gênero abordada (ou não) por meio das diretrizes municipais em seu planejamento, e o que isso representa para a composição da cidade por meio da construção do limite do lote, e por consequente, a cidade que se experiencia materialmente por seus usuários (elas, eles, elus).

Se compreende aqui que a cidade-município não está à mercê completamente do mercado e valor de solo. Esse mesmo solo do jogo do capital também tem regras e normas que estabelecem diretrizes de

atuação na cidade-município. Um importante componente, e pertinente de ser apontado, quando pensamos na cidade que se experiencia (a cidade-material), é a cidade normalizada dentro das leis e diretrizes do solo. Cidade resultado de uma somatória de parcelas, que identificamos como conjunto, compondo ruas, bairros e municípios.

Salvador tem hoje a organização de suas parcelas a partir da revisada Lei nº 9.148 de Ordenamento e Uso da Ocupação do Solo, do ano de 2016, que já em suas disposições preliminares, Artigo 3, menciona que para o cumprimento de suas diretrizes de ordenamento, os parâmetros utilizados estão conforme as seguintes finalidades:

I - Dimensões máximas de lotes e quadras: adequar a inserção de empreendimentos de médio e grande porte na malha urbana, melhorar a proporção entre áreas públicas e privadas, e evitar a descontinuidade do sistema viário. (SALVADOR, 2016)

“Melhorar a proporção entre as áreas públicas e privadas”, no que se diz em relação a diretrizes sobre a proporção entre os espaços públicos e privados, aqui ainda se apresenta vago, porém a neces-

sidade de “melhorar” essa proporção, indica diretamente algo importante a ser revisado. Pouco mais a frente ainda no Artigo 3, o limite entre lote e espaços públicos finalmente fazem presença, ao se mencionar:

IX - fachada ativa, fruição pública e limite de vedação do terreno: ampliar as áreas de circulação de pedestres, proporcionar a integração do espaço público com o espaço privado e melhorar a interação dos pedestres com o pavimento térreo das edificações e com a rua. (SALVADOR, 2016)

“Melhorar”, nos dois incisos das disposições preliminares da lei, se aponta como um objetivo do documento que virá a seguir. A melhoria, também, indicativa de um diagnóstico do existente, uma revisão ante ao analisado.

Qual foi, então, a resposta a essa revisão da Lei de Ordenamento e Uso da Ocupação do Solo de 2016? No ano de 2015, a prefeitura de Salvador criou (prévio a revisão da Lei de Ordenamento) a Semob, e por meio da desta foi elaborado, no ano de 2017, o chamado PlanMob Salvador.

O PlanMob Salvador, contou com uma extensa equipe técnica, contratada por

meio do Consórcio TTC/Oficina, que ficou responsável por construir o plano que viria a ser o instrumento de orientação das políticas públicas do setor de mobilidade, compondo diretrizes e ações até o ano de 2049. O PlanMob foi composto por 7 etapas, dentre elas levantamentos e criação de relatórios técnicos de análise e diagnósticos urbanos e de mobilidade, bem como audiências públicas, *workshops* e construção de um plano de diretrizes e ações para investimentos prioritários para mobilidade de Salvador.

Dentro de seus programas e ações, o PlanMob divide suas propostas em 4 diferentes eixos, sendo eles: 1. Transporte Ativo: Pedestres; 2. Transporte Ativo: Bicicletas; 3. Transporte Coletivo; 4. Sistema Viário e Trânsito. A presente investigação irá focar nas análises e soluções expostas no primeiro eixo, composto por *Transporte Ativo: Pedestres*. Foi de interesse aqui, compreender quais as reflexões técnicas extraídas do PlanMob, já que a revisão da Lei de Ocupação do Solo de 2016, já pontuava a importância de melhorias com a “integração do espaço público com o espaço privado e a melhor interação dos pedestres com o pavimento térreo das edificações com a rua”.

As análises técnicas de 2017 do PlanMob sobre mobilidade e gênero, encontradas no Relatório Técnico RT06: Diagnóstico de Mobilidade em Salvador, dividem os analisados entre “homens” e “mulheres” remetendo a organização dos dados por meio de gênero do IBGE.

Nesse relatório, os dados expostos demonstram que na cidade de Salvador, as viagens feitas de maneira ativa “a pé”, as mulheres somam 56,35% da população que representam esse tipo de viagem pelos espaços da cidade. Homens assim representam 43,65% dos transeuntes a pé. Fora as viagens a pé, somente em viagens municipais de ônibus as mulheres sobrepõem o número de homens, sendo 55,82% de mulheres, e 44,18% de homens. Nos demais meios de transportes: motocicleta, bicicleta, ônibus intermunicipal, e automóveis, todos têm o número de homens sobrepassando o de mulheres, e importante apontar que para os transportes de motocicleta, bicicleta e automóvel, as porcentagens entre homens e mulheres é ainda mais desigual.

MODO	MASCULINO	FEMININO
A pé	43,65%	56,35%
Moto	86,80%	13,20%
Bicicleta	88,20%	11,80%
Ônibus municipal	44,18%	55,82%
Ônibus intermunicipal	51,08%	48,92%
Automóvel	69,29%	30,71%

Tabela 1. Dados da pesquisa de mobilidade na Região Metropolitana de Salvador
Fonte: Secretaria Municipal de Mobilidade (2017a, p. 60).

O transeunte, esse usuário que experiencia a cidade a pé, seus limites e materialidades, na cidade de Salvador, tem então seu recorte definido. O estudo de *Segurança das mulheres no Transporte* (2019), do Instituto Patrícia Galvão, demonstra que 71% das mulheres no Brasil já sofreram algum tipo de assédio sexual em lugares públicos, e que 97% das mulheres já foram vítimas de assédio em meios de transporte. O que se demonstra aqui, é que em relação a experiência dos espaços coletivos e o transitar pela cidade, não há equidade em relação aos gêneros. Como, então, o PlanMob se posiciona e compõem diretrizes em relação as problemáticas de seus usuários no “Transporte Ativo: Pedestre”?

São 10 Diretrizes para o Transporte Ativo, Pedestres (DTAP), dentro do PlanMob. Dentro delas, a investigação foca nas que se posicionam em relação a soluções diretas do transporte a pé, considerando principalmente as que refletem valores das “melhorias” já mencionadas na Lei de Ordenamento e Uso da Ocupação do solo. E são as DTAPs, do PlanMob:

DTAP 01: Considerar o transporte ativo (não motorizado) como prioritário na definição das políticas públicas;

DTAP 02: Considerar os requisitos de projetos necessários para a adequada inserção urbana, com a segurança de pedestres e ciclistas, incluindo-os nos futuros empreendimentos;

DTAP 03: Garantir a microacessibilidade – transporte vertical, travessias, iluminação direcionada e equipamentos de apoio;

DTAP 04: Buscar soluções para as articulações locais entre cumeadas e entre vales, viabilizando o transporte ativo;

DTAP 05: Promover a acessibilidade universal na cidade com conforto, autonomia e segurança, principalmente às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e com Iluminação direcionada;

DTAP 06: Buscar entendimentos da PMS com entidades representativas de pessoas com deficiência para adequar a acessibilidade em locais onde não seja viável a aplicação da NBR 9050;

DTAP 07: Programa de sinalização e semaforização específica para pedestres em travessias viárias, atendendo às necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

DTAP 08: Qualificar a microacessibilidade à Rede de Transporte Coletivo, com o tratamento das calçadas priorizando o entorno dos acessos ao transporte coletivo;

DTAP 09: Implementar programa de requalificação de calçadas que articule

responsabilidade da administração pública com o proprietário do lote;

DTAP 10: Considerar o componente de arborização no processo de proposição de adequação das calçadas, levando em consideração que existem espécies adequadas para arborização das calçadas. (SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, 2017b, p. 10)

Ao se revisar as diretrizes do PlanMob sobre o transporte a pé, se menciona a requalificação das calçadas (no que diz as dimensões), acessibilidade, sinalização e arborização, todas diretrizes já então previstas pela própria Lei de Ordenamento e Uso do Solo. Somente a diretriz 02 (2017b, grifo nosso) menciona: *“Requisitos de projetos necessários para adequada inserção urbana com a segurança de pedestres e ciclistas, incluindo-os nos futuros empreendimentos”*. Se posicionando, então, na importância do edificado em relação ao passeio público e relação com o transeunte.

As diretrizes passam a gerar propostas, e para o “Transporte Ativo: Pedestre”, e as propostas se apresentam em forma de 3 programas expostos, e são eles:

1. Programa de Requalificação de Calçadas em Eixos Viários de Acesso ao Transporte Coletivo
2. Programa de Melhoria da Microacessibilidade Vertical e entre Cumeadas
3. Programa de Gestão Pública do Setor de Mobilidade a Pé

Os programas apresentados nos pontos 1 e 2, fazem menção da relação do passeio “a pé” tanto de maneira horizontal (requalificação de calçadas) como vertical (escadarias, escadas rolantes, elevadores, planos inclinados e teleféricos) como facilitadores e melhorias de articulação do transporte coletivo motorizado. A melhoria das condições tanto da circulação horizontal, como a vertical, tem objetivo exposto no documento do Programa para o Transporte Ativo: Pedestre, melhorias de trechos da rede que servem como conectores entre o transporte coletivo municipal. A escala de atuação aqui não é a do pedestre, e sim da articulação municipal do transporte coletivo motorizado.

Já o programa de ponto 3, Programa de Gestão Pública e Setor de Mobilidade a Pé, se apresenta como uma revisão das diretrizes que contempla de maneira geral melhoria das vias, acessibilidade,

sinalização e semaforização específicas para pedestres, e como nota de seu objetivo, menciona:

O programa visa envolver soluções pontuais decorrentes de projetos de adequação viária e análises de tráfego. Ou seja, medidas neste programa deverão necessariamente ser contempladas nos programas do componente do transporte individual. (SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, 2018, p. 19)

Ou seja, a justaposição do pedestre em relação ao sistema viário, sua adequação e melhoria. Para concluir, o *Programa de Gestão Pública do Setor de Mobilidade* passa a construir comentários gerais sobre suas diretrizes estruturantes, repetindo o texto já exposto sobre as diretrizes, porém não apresenta aqui nenhum programa ou posicionamento em relação as diretrizes já mencionadas.

O ponto mais relevante ao que se poderá denominar mudanças nos espaços coletivos/públicos seria o programa de requalificação de calçadas. O programa prevê a mudança da responsabilidade de execução para o poder público (se contrapondo ao previsto na Lei de Ordenamento do Solo), porém sem responsabilizar o setor público pelos custos previstos na

execução da requalificação. Importante notar aqui, que o programa tão pouco apresenta com clareza como deverá ser articulado a execução entre donos dos lotes frente as calçadas e a requalificação executada pela gestão pública.

O PlanMob apresenta importante documentação técnica sobre mobilidade da cidade de Salvador, porém falha em construir um documento e programa que compreenda o pedestre como agente focal das propostas. O programa de “Transporte Ativo: Pedestre” é importante articulador do transporte coletivo motorizado, porém falha ao não incluir a escala do bairro, o potencial do transeunte e a cidade, na escala do pedestre, em contrapartida da escala do transporte motorizado.

O principal vácuo deixado pelos programas que pretendem articular o usuário e o sistema coletivo de transporte, é compreender como os limites físicos da cidade e as leis hoje existentes, não constroem diretrizes claras para uma ideia de cidade que se quer ter. A lei de ordenamento do solo cria uma revisão crítica que aponta a importância de melhorias em relação ao pedestre e o térreo da cidade, porém o desenho do lote

ainda fica à mercê da cidade das imagens moldada pelo setor de especulação e poder imobiliário.

Uma cidade que contemple questões de gênero, social, de idade, de redução de mobilidade, é composta através de diretrizes que expõem com clareza os valores e problemas específicos a esses grupos mais vulneráveis no espaço urbano.

A melhoria de: “[...] proporcionar a integração do espaço público com o espaço privado e melhorar a interação dos pedestres com o pavimento térreo das edificações e com a rua” (SALVADOR, 2016, p. 1, grifo nosso) observada na revisão de 2016 da lei de ordenamento do solo, é a questão não mencionada, a problemática não abordada. Diretrizes que compreendam que o usuário não é único, sua escala não é a do automóvel motorizado e a experiência está para além da materialidade bidimensional de X versus Y das calçadas, e que a dimensão Z do limite, uso e materialidade do contato do lote com as calçadas, é a dimensão constantemente ignorada e mais vulnerável. Deixamos que o espaço de troca fique à mercê das nuances do mercado, da idealização do capital, ante aos “[...] desejos de consumo” que

“delineiam o campo da experiência alienada”. (VELLOSO, 2018, p. 150)

Em lugar de uma hermenêutica, necessitamos uma erótica da arte. (SONTAG, 1987, p. 27)

Em lugar de uma hermenêutica, precisamos de uma erótica da cidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.; PRADO, A. O embarque e desembarque das mulheres durante a noite. *Observatório da Mobilidade Salvador*, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://www.obmobsalvador.org/post/o-embarque-e-desembarque-das-mulheres-durante-a-noite#:~:text=No%20dia%2010%20de%20dezembro,e%205h%20da%20manh%C3%A3%20do>. Acesso em: 29 abr. 2022.

INSTITUTO LOCOMOTIVA; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Segurança das mulheres no transporte*. [S. l.], [2019]. Disponível em: https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2019/07/Apresentação_Patricia_Galvão_Locomotiva_Segurança_das_mulheres_no_transporte_18_de_jun.pdf. Acesso em: 29 abr. 2022.

SALVADOR. Lei nº 9.148/2016, de 8 de setembro de 2016. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação

do Solo do Município de Salvador e dá outras providências. *Diário Oficial do Município [de] Salvador*: edição extra, ano 30, n. 6.672, p. 1-42, 8 set. 2016. Disponível em: http://planmob.salvador.ba.gov.br/images/consulte/pddu/Diario-Oficial-do-Municipio-6672_Lei-de-Ordenamento-do-Uso-e-Ocupacao-do-Solo-de-Salvador-LOUOS---Lei-Municipal-9148-2016.pdf. Acesso em: 29 abr. 2022.

SALVADOR. Lei nº 9.281, de 3 de outubro de 2017. Institui normas relativas à execução de obras e serviços na cidade do Município de Salvador, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município [de] Salvador*, Salvador, ano 30, n. 6.940, p. 2-10, 4 out. 2017. Disponível em: http://www.dom.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5616. Acesso em: 29 abr. 2022.

SANTOS, C. N. F. dos.; VOGEL, A. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Projeto, 1985.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE (Salvador). *Sumário Executivo, dezembro 2018*. Salvador: SEMOB, 2018. Disponível em: <http://www.planmob.salvador.ba.gov.br/images/consulte/planmob/Booklet-Planmob-SE-v9-A4.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE (Salvador). *Relatório técnico RT06: diagnóstico da mobilidade em Salvador*. Salvador: SEMOB, 2017a. Disponível em: <http://planmob.salvador.ba.gov.br/images/consulte/planmob/PlanMob-Salvador-RT6---Diagnostico-da>

ST 2 . CIDADES MAIS JUSTAS NA PERSPECTIVA DO GÊNERO

Mobilidade-em-Salvador---01-70-v2.pdf.

Acesso em: 29 abr. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE
(Salvador). *Relatório técnico RT10*:
diretrizes e concepção das propostas
para as intervenções e investimentos na
mobilidade de Salvador. Salvador: SEMOB,
2017b. Disponível em: http://www.planmob.salvador.ba.gov.br/images/consulte/planmob/Pages-from-RT10-Diretrizes-e-Concepcao-das-Propostas_v1-30.11-pgs-01-100.pdf.
Acesso em: 29 abr. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE
(Salvador). *Relatório técnico RT14*: Plano de
mobilidade urbana sustentável de Salvador.
Salvador: SEMOB, 2017c. Tomo I. Disponível
em: http://www.mobilidade.salvador.ba.gov.br/documentos/RT_14-PlanMob_SSA-TOMO_I.pdf. Acesso em: 29 abr. 2022.

SOLÁ-MORALES, M. de. Espaços públicos
e espaços coletivos. In: MEYER, R. M. P.
(org.). *Os centros das Metrôpoles*: reflexões
e propostas para a cidade democrática
do século XXI. São Paulo: Terceiro Nome:
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo,
2001. p. 101-107.

SONTAG, S. Contra a interpretação.
In: SONTAG, S. *Contra a interpretação*.
Porto Alegre: L&PM, 1987. p. 15-17.

VELLOSO, R. Modos de des-ver: post-
scriptum à fantasmagoria. In: PAZETTO, D.;
CECCHINATO, G., COSTA, R. (org.). *Os fins da
arte*. Minas Gerais: Relicário, 2018. p. 147-177.

ALVES, Phâmela

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo;
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
phamelaalves@gmail.com

BACCARIN, Laura

Arquiteta e urbanista;
Centro Universitário Ritter dos Reis
laurabaccarin@gmail.com

PARTEKA, Eloísa

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo;
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
eloisaparteka@gmail.com

SOARES, Maria Rita

Mestra em Arquitetura e Urbanismo;
Universidade Federal de Santa Catarina
mariaritasoares@gmail.com

VIANA, Andréa

Mestra em Arquitetura e Urbanismo;
Centro Universitário Ritter dos Reis
andreavianahk@gmail.com

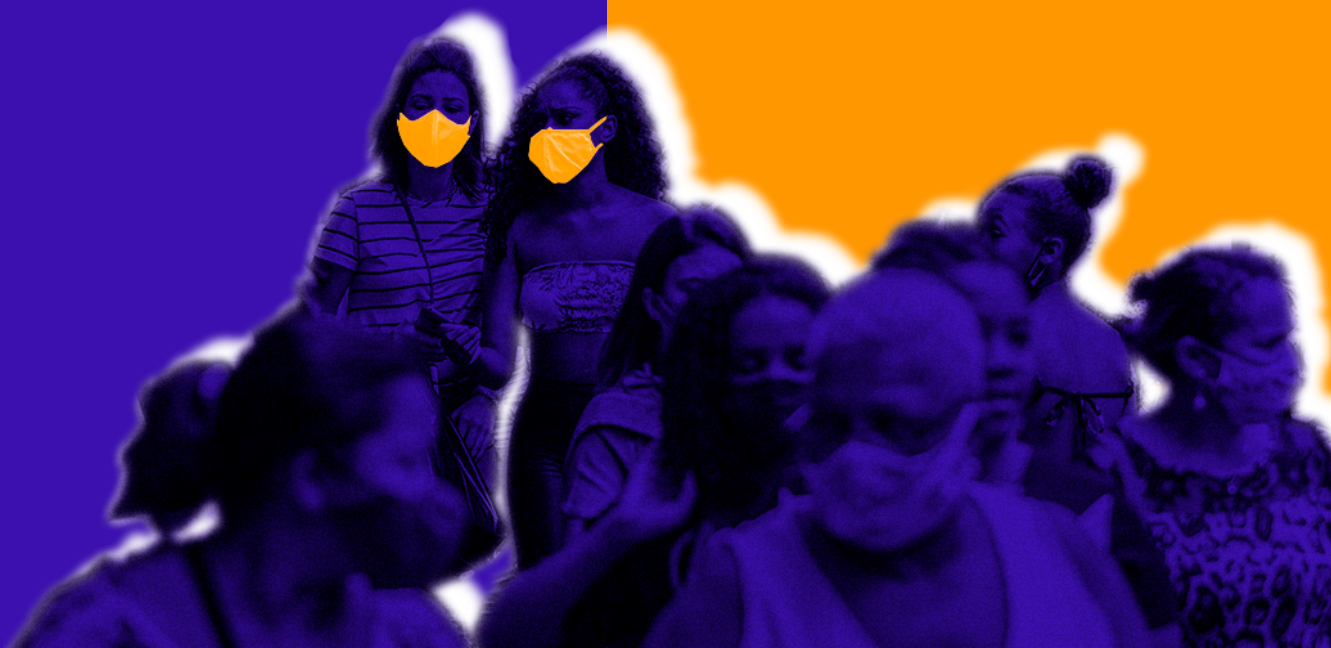
PRÁTICAS URBANÍSTICAS FEMINISTAS

DA HABITAÇÃO À CIDADE



EIXO TEMÁTICO

URBANISMO E GÊNERO, POLÍTICAS
E PRÁTICAS URBANÍSTICAS



INTRODUÇÃO

Mulheres, enquanto agentes que pensam, compõem e constroem a cidade, têm produzido valiosas contribuições para o pensamento urbanístico voltadas à vida cotidiana e comunitária. Mas, assim como em outros campos de conhecimento e atuação, sofrem com as barreiras das estruturas de poder, estabelecidas no âmbito de uma sociedade patriarcal. Segundo Fontes (2016), a forma como o campo profissional foi estruturado concebeu o reconhecimento apenas a alguns indivíduos. Isso apoia-se no mito do autor individual como um gênio da arquitetura. A produção arquitetônica e seus requisitos de qualidade eram limitados ao que os homens consideravam ser. Como resultado, a produção feminina foi negligenciada e ignorada.

Denise Scott Brown, a partir da falta de reconhecimento do seu trabalho compartilhado com Robert Venturi, levantou a questão da estrutura social da profissão, dominada pelo sexo masculino (NESBITT, 2006), no seu artigo "Room at the Top? Sexism and the Star System in Architecture". (BROWN, 1989) No pensamento do urbanismo moderno, uma análise crítica demonstra que a maior parte do que foi produzido é de autoria mas-

culina, branca e de origem europeia. Embora os anos 1980 tenham testemunhado o florescimento relativo da atenção ao gênero, no que diz respeito a várias áreas do conhecimento, o mesmo não ocorreu na produção teórica das disciplinas urbanas. (VIEIRA; COSTA, 2014)

Ainda que pouco reconhecidos, trabalhos liderados por mulheres, aqui denominados práticas urbanísticas feministas, são muitos, e incluem estudos teóricos e propostas que visam cidades mais inclusivas. Assim, objetiva-se contribuir para a visibilização de práticas urbanísticas feministas em distintas escalas: habitação, vizinhança, bairro e cidade. O percurso demonstra como as produções estão, invariavelmente, ligadas à vida em comunidade, resultado das múltiplas facetas da vida cotidiana da mulher. Conforme Montaner e Muxi (2014) mulheres apresentam um olhar não universal, mas de experiências compartilhadas, como ressaltado nos casos e perfis abordados.

CONTRIBUIÇÕES À VIDA COMUNITÁRIA

O papel da mulher na organização e planejamento da habitação surge muito antes da profissão de arquiteta e urbanista.

(COLE, 1973) Mudanças sociais no período pós-guerra, em especial a inserção da mulher no mercado de trabalho e o surgimento das famílias mononucleares, geram uma série de questionamentos sobre a casa e a cidade. A casa servia a mulher que não trabalhava fora, e a cidade, com seu zoneamento monofuncional, planejada para o automóvel, criava longas distâncias e deslocamentos entre a casa e o trabalho. Naquele momento, mulheres precisavam de apoio para que pudessem trabalhar e garantir o sustento de suas famílias. (HAYDEN, 1980)

Na Alemanha, um grupo de pais e mães solteiras criaram moradias públicas com serviços de apoio. Na Inglaterra, uma associação sem fins lucrativos chamada *Nina West Homes*, construiu e reformou 63 casas em seis terrenos. O empreendimento além de incluir creches que empregavam mulheres moradoras e serviam a vizinhança, por um valor acessível, também fomentou o conceito de que trabalho e moradia poderiam conviver em proximidade. Nos Estados Unidos, Dolores Hayden, em seu artigo "What would a Non-sexist City be Like?" propõe a organização de grupos de moradores, homens e mulheres, para reivindicar mudanças nas moradias e nas políticas públicas,

buscando uma sociedade mais igualitária.¹ (HAYDEN, 1980)

Em Viena, o *Frauen-Werk-Stadt* I, II e III (mulher-trabalho-cidade; ou mulheres na cidade do trabalho) são projetos habitacionais que atendem aos requisitos das necessidades cotidianas. O *Frauen-Werk-Stadt* I (1993-1997), planejado inteiramente por mulheres, é um complexo de 357 unidades com o objetivo principal de apoiar as tarefas de cuidado, domésticas e familiares. Caracteriza-se pela adoção da perspectiva da mulher em todos os níveis, desde o armazenamento de carrinhos nos andares à amplas escadas, para que aconteçam interações entre a vizinhança. O *Frauen-Werk-Stadt* II é uma habitação orientada para a comunidade de idosos, concluída em 2004. O *Frauen-Werk-Stadt* III, construído em 2009, foi desenvolvido de forma participativa junto aos futuros moradores. (URBAN DEVELOPMENT VIENNA, 2013)

1 Seriam os HOMES (*Homemakers Organization for a More Egalitarian Society*), programa proposto por Hayden (1980) para transformar serviços domésticos, moradia e vizinhanças residenciais.

São exemplos de práticas feministas em prol não apenas de habitações mais adequadas às suas necessidades, mas da vida comunitária, que aplicaram tanto suas experiências pessoais no desenvolvimento dos projetos quanto às suas posições como cidadãs. A cidade de Viena vem incorporando o planejamento sensível ao gênero há mais de três décadas. A exposição de 1991 “Wem gehört der öffentliche Raum – Frauenalltag in der Stadt” (Quem é o dono do espaço público – a vida cotidiana das mulheres na cidade) organizada por Eva Kail, planejadora urbana de Viena, reclamou esse olhar, e em 1998 foi criado o Departamento de Gênero. (URBAN DEVELOPMENT VIENNA, 2013)

Na escala da cidade, a maneira como os espaços públicos são concebidos influencia diretamente o comportamento humano e a forma de funcionamento das cidades. Historicamente, o planejamento e desenho destes espaços favoreceu um sujeito padrão e a esfera produtiva do trabalho remunerado. Este modelo propicia uma realidade social normativa que invisibiliza e segrega mulheres, crianças, idosos, pessoas com diversidade cultural ou grupos não regulatórios. Observa-se, assim, uma negação

às mulheres do pleno direito à cidade, do acesso a espaços públicos, políticos, de encontro e socialização, bem como de mobilidade e liberdade. (FENSTER, 2005, 2022)

Uma das principais críticas de Jane Jacobs (1916-2017) ao urbanismo moderno concentrava-se na forma de ver a cidade. Para a escritora e ativista, os urbanistas compreendiam o funcionamento das cidades como uma série de visões estáticas e sem considerar a escala humana, baseado em modelos construídos unicamente por técnicos, e não a partir de como a cidade funciona de fato. Esta constituição de cidade, que Jacobs entendia como essencialmente paternalista, quando não autoritária, prejudica o convívio em comunidade, setoriza bairros e prioriza grandes obras viárias. Suas reflexões são fundamentais até os dias atuais, sendo *Morte e vida das grandes cidades* uma referência. (JACOBS, 2011)

Nas décadas de 1950 e 1960, Jacobs iniciou um importante trabalho a favor das comunidades de bairros e contra esta concepção de cidade. Enfrentando Robert Moses, planejador responsável pelos projetos de remodelação urbana em Nova York, com propostas que previam a de-

molição total de setores urbanos consolidados e sua substituição por megaprojetos de intervenção compostos por viadutos e vias expressas, e a separação das funções urbanas, Jacobs torna-se símbolo de luta. Não se sabe se ela se identificava como feminista, mas fato é que a sua reivindicação da rua, das calçadas, dos parques, e do bairro como espaços de socialização, influenciaram o urbanismo feminista de forma decisiva. Ela promoveu elementos, como a alta densidade e o uso misto, que fomentam a rede cotidiana de proximidades.

Na década de 1980, um grupo de mulheres nórdicas se mobilizou a favor da conciliação laboral e familiar, e propuseram um novo conceito de vida cotidiana, relatado em *Experiences of the EUROFEM: Gender and Human Settlements Network*. (HORELLI, 2000) Desenvolveram um modelo para criação de infraestrutura de apoio à vida cotidiana nos bairros que integrava serviços, trabalho e cuidado de maneira respeitosa ao meio ambiente. As infraestruturas da vida cotidiana se referem às estruturas físicas, funcionais, econômicas e participativas que servem de suporte que podem aumentar a identidade do lugar e o senso de comunidade. Implica em lidar com questões como o

equilíbrio entre trabalho e cuidado, a interação das esferas público-privadas, mobilidade acessível e uma mistura de diferentes tipos de moradias, incluindo coabitação, dentre outras. (HORELLI, 2000, 2017)

Também na Espanha movimentos feministas adquiriram grande relevância e visibilidade, especialmente na Cataluña, defendendo a incorporação da vida cotidiana no planejamento urbano. Em *Mujer y Barrios*,² demonstrava-se a relação entre as mulheres e seu entorno, destacando as más condições de vida nos bairros, sendo que elas são quem passam mais tempo vivenciando-os. Então, diversos projetos ganharam força, como *Mujeres y Ciudad*³ que destacavam recomendações para a concepção de intervenções urbanas sob a perspectiva de gênero e acabou influenciando a concepção de políticas públicas.

2 Um dos trabalhos apresentados na seção Documentos, Comunicações e Conclusões na Primeira Conferência Catalã Dona em Barcelona em março de 1976.

3 Projeto realizado para a Fundação Maria Aurèlia Capmany de autoria de Anna Bofill Levy, Rosa Maria Dumenjo Martí e Isabel Segura Soriano, 1995.

A Lei de Bairros (*Ley 2/2004, 4 de junio*, de melhorias de bairros e áreas urbanas que requerem uma atenção especial) introduziu o gênero como um parâmetro do planejamento urbano. (MUXÍ, 2020) A partir dessa iniciativa, houve complementações e leis voltadas à inclusão da mulher na cidade na escala do bairro. A concepção do desenho deve permitir a flexibilidade de elementos facilitadores para o trabalho doméstico e aos novos papéis de gênero, visto a existência de diferentes modelos de convivência e de necessidades de perfis diversos.

Em 2015, “La Ley Catalana de Igualdad” estabeleceu que todas as políticas de planejamento urbano, moradia, mobilidade e sustentabilidade incluam a perspectiva de gênero nas suas atuações. Para cumprir essas medidas, a administração pública garantiu o acesso à informação de gênero político; coleta e análise de dados segregados por sexo; elaboração de estudos de impactos e medidas corretivas; aplicação de políticas de planejamento urbano para criar cidades compactas com mesclas de usos e políticas de mobilidade que priorizam as atividades da vida quotidiana, especialmente as relacionadas aos trabalhos domésticos e aos cuidados. (MUXÍ, 2020)

Formas emergentes de produção e organização do espaço social apontam que infraestruturas urbanas que consideram questões de gênero tendem a promover espaços com mais qualidade e a garantir sensação de bem-estar. Na América Latina, tratando-se especificamente de parques urbanos, o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) e o Instituto Semeia, no âmbito de uma cooperação técnica com a prefeitura municipal de Porto Alegre (RS/Brasil), elaboraram, em 2019, a publicação “Parques para Todas e Todos. Sugestões para a implantação de parques urbanos com perspectiva de gênero”. (ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS; INSTITUTO SEMEIA, 2020) O manual apresenta, de maneira geral, ações que visam a inovação de modelos de gestão dos parques naturais e urbanos, configurando espaços melhor preparados para o público, especialmente o feminino.

Similarmente, a cidade de Buenos Aires (Argentina) desenvolveu recentemente o “Manual de diseño de espacios *públicos* con perspectiva de gênero y diversidad. Guía de recomendaciones teórico-prácticas para procesos de diseño e intervención en espacios *públicos*” (CARLUCCI,

2022) que propõe, a partir de reflexões sobre experiências femininas, diferentes formas de observar as circunstâncias do meio urbano para que todos possamos desfrutar de uma cidade com igualdade de oportunidades.

Atualmente, visando romper com a perspectiva padrão, e motivado pelas referências anteriormente apresentadas, o urbanismo feminista enfoca as complexidades sociais da vida cotidiana, abrangendo experiências dos mais variados atores sociais, e desenvolvendo, assim, espaços que instiguem a vida comunitária e evitem qualquer tipo de gentrificação. Implica, sobretudo, em repensar o espaço público a fim de torná-lo um lugar de coesão social com capacidade de promover o equilíbrio entre trabalho produtivo e reprodutivo, a criação de um sentimento de pertencimento à cidade, o acesso à moradia e à mobilidade, entre outros. (COL-LECTIU PUNT 6, 2019; HORELLI, 2017, 2022; HORELLI; VEPSA, 1994; MUXI, 2022; VALDIVIA, 2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chamar a atenção para a falta de reconhecimento dos aportes feministas à

teoria e à prática do urbanismo, o artigo demonstrou como o trabalho em prol da coletividade, do bem comum, e a noção de vida comunitária está presente, desde sempre, nos discursos e práticas urbanísticas feministas.

Parte da teoria urbana sob perspectiva de gênero advoga a necessidade de se reconhecer e valorizar as atividades reprodutivas e de cuidados. A importância das tarefas do cuidado, majoritariamente exercidas por mulheres (domésticas, do lar, enfermeiras, cuidadora de idosos etc.), foi exposta durante a pandemia. Talvez seja o momento para que, de fato, ocorra uma mudança de paradigma.

Para tanto, além das medidas na escala urbana expostas, as quais se revelam boas para todos e abarcam algumas ações já conhecidas na teoria, agora revisitadas na prática sob a ótica de gênero, é essencial que as políticas habitacionais sejam tratadas como prioridade e produza programas habitacionais e projetos adequados à diversidade de grupos familiares e a vida. A moradia, suporte fundamental para as atividades domésticas e comunitárias, está estreitamente vinculada aos cuidados de reprodução da vida, especialmente nas famílias mais pobres.

REFERÊNCIAS

- BROWN, D. S. Room at the top? Sexism and the star system in architecture. *MAS Context: debate*, Chicago, n. 27, v. 15, p. 25-40, 1989. Disponível em: <https://mascontext.com/issues/debate>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- CARLUCCI, L. (ed.). *Manual de diseño de espacios públicos con perspectiva de género y diversidad: guía de recomendaciones teórico-prácticas para procesos de diseño e intervención en espacios públicos*. Buenos Aires: Gobierno da ciudad de Buenos Aires, 2022. Disponível em: <https://www.buenosaires.gob.ar/jefaturadegabinete/desarrollo-urbano/antropologia-urbana/manual-de-diseno-de-espacios-publicos-con> Acesso em: 18 mar. 2022.
- COLE, D. *From tipi to skyscraper: a history of women in architecture*. New York: MIT Press, 1973.
- COL·LECTIU PUNT 6. *Urbanismo feminista: por una transformación radical de los espacios de vida*. Barcelona: Virus, 2019. Disponível em: <https://www.viruseditorial.net/paginas/pdf.php?pdf=urbanismo-feminista.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS; INSTITUTO SEMEIA. *Parques para todas e todos: sugestões para a implantação de parques urbanos com perspectiva de gênero*. [S. l.]: UNOPS: Semeia, 2020. Disponível em: https://semeia.org.br/publicacoes/2020_ParquesParaTodaseTodos.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.
- FENSTER, T. El derecho de uso de la ciudad basado en el género: lo privado y lo público en la teoría de Lefebvre. In: MARTÍNEZ, Z. M. (coord.). *Antología de pensamientos feministas para arquitectura*. Barcelona: Ed. UPC, 2022. p. 85-94. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/363557>. Acesso em: 5 abr. 2022.
- FENSTER, T. The right to the gendered city: different formations of belonging in everyday life. *Journal of Gender Studies*, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 217-231, 2005.
- FONTES, M. L. de. *Mulheres invisíveis: a produção feminina brasileira na arquitetura impressa no século XX por uma perspectiva feminista*. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22280>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- HAYDEN, D. What Would a non-sexist city be like? Speculations on housing, urban design and human work. *Women and the American City*, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 170-187, 1980.
- HORELLI, L. Engendering urban planning in different contexts—successes, constraints and consequences. *European Planning Studies*, [s. l.], v. 25, n. 10, 2017.
- HORELLI, L. Experiences of the EuroFem – gender and human settlements network.

EuroFem, [s. l.], 2000. Disponível em:
<http://www.eurofem.net/info/lhroma/>.
Acesso em: 4 maio. 2022.

HORELLI, L. La gestión del tiempo y el espacio de la vida cotidiana en el contexto nórdico. In: MARTÍNEZ, Z. M. (coord.). *Antología de pensamientos feministas para arquitectura*. Barcelona: Ed. UPC, 2022. p. 295-304. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/363557>. Acesso em: 28 mar. 2022.

HORELLI, L.; VEPSA, K. In search of supportive structures for everyday life. In: ALTMAN, I.; CHURCHMAN, A. (ed.). *Women and the Environment*. New York: Springer Science+Business Media, 1994. p. 201-226. (Série Human Behavior and Environment, v. 13).

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MONTANER, J. M.; MUXI, Z. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MUXÍ, Z. M. Aplicación de la perspectiva de género al urbanismo y la arquitectura. Experiencias a escala regional y municipal en Cataluña. *Ciudad y Territorio Estudios Territoriales*, [s. l.], v. 52, n. 203, p. 57-70, 2020. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/CyTET/article/view/78355>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MUXI, Z. M. Ciudad próxima. Urbanismo sin género. In: MARTÍNEZ, Z. M. (coord.).

Antología de pensamientos feministas para arquitectura. Barcelona: Ed. UPC, 2022. p. 305-316. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/363557>. Acesso em: 23 abr. 2022.

MUXÍ, Z. M. *Postsuburbia: rehabilitación de áreas monofuncionales residenciales de baja densidad*. Barcelona: Comanegra, 2013.

NESBITT, K. (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. (Coleção Face Norte, v. 10).

URBAN DEVELOPMENT VIENNA. *Manual for gender mainstreaming in urban planning and urban development*. Áustria: Municipal Department 18, 2013. Disponível em: <https://womenmobilize.org/pubs/gender-mainstreaming-in-urban-planning-and-urban-development/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

VALDÍVIA, B. Del urbanismo androcéntrico a la ciudad cuidadora. *Hábitat y Sociedad*, [s. l.], v. 11, 2018. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/HyS/article/view/5172/0>. Acesso em: 24 mar. 2022.

VIEIRA, C.; COSTA, A. A. Fronteiras de gênero no urbanismo moderno. *Feminismos*, [s. l.], v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30014>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CAPÍTULO 10

ITO, Cristiane Nanami

Arquiteta e urbanista
cristiane.ito@usp.br

NASCIMENTO, Flávia Brito

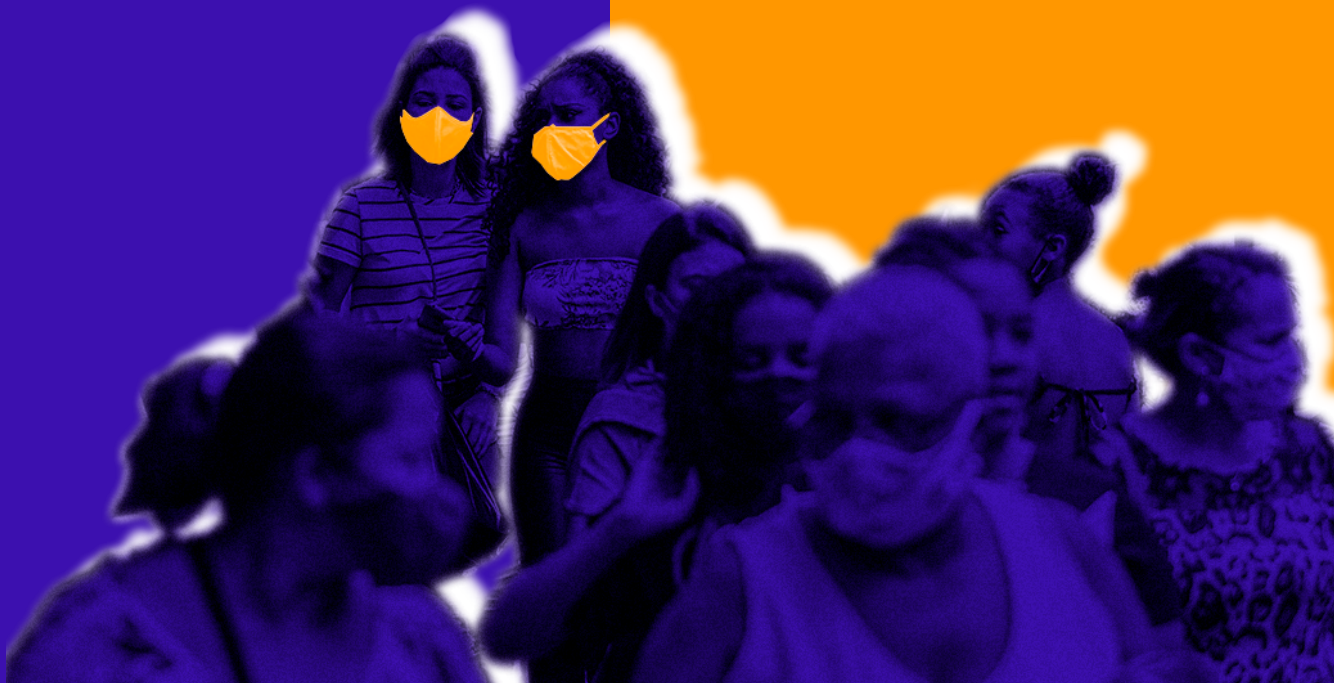
Doutora em Arquitetura e Urbanismo
flaviabn@usp.br

A NOVA MULHER SOVIÉTICA E O TRABALHO DOMÉSTICO



EIXO TEMÁTICO

GÊNERO, ARQUITETURA E
URBANISMO NA PÓS-PANDEMIA (?)



INTRODUÇÃO

A experiência soviética é, até hoje, objeto de fascínio e alvo de críticas. Entretanto, o seu valor histórico é inegável quando o assunto é a emancipação feminina. A revolução que derrubou o tsarismo e instaurou o governo socialista aconteceu em um país em que a grande maioria da população morava no campo e era extremamente religiosa. A primeira Constituição Soviética, de 1918, é considerada por alguns estudiosos a legislação mais abrangente e avançada da época (REIS, 2017, p. 185) e, atualmente, alguns dos direitos garantidos às mulheres soviéticas há mais de 100 anos, como a legalização do aborto, ainda são reivindicados pelos movimentos feministas. (SENNÁ, 2016, p. 127)

Dessa maneira, a população feminina russa obteve outro patamar social de direitos e de igualdade de gênero. Porém, assim como afirmou Marx, uma sociedade que acabou de sair do capitalismo traz “[...] *de nascer a marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu*”. (MARX, 1891 apud LENIN 2017, p. 117, grifo nosso) Enfim, “*Reina uma igualdade aparente*” (LENIN, 2017, p. 117, grifo nosso) e,

às marcas de nascer de uma sociedade que sai do ventre do tsarismo, soma-se um contexto histórico conturbado.¹

O estudo da arquitetura do período pós-revolucionário demonstra uma produção diversa e uma transição tipológica atrelada às diretrizes do governo. Nesse sentido, a Rússia soviética foi palco de diversos experimentos de produção habitacional estatal, que estavam relacionados diretamente à discussão sobre o novo homem e a nova mulher socialistas.

Concomitante à ruptura da unidade entre burguesia e Estado que caiu por terra com a revolução, a reforma do *byt* – o “modo de vida” – tinha como prioridade o desmantelamento da relação mulher-casa característica do regime tsarista. Se o homem se encaminhava para a libertação da opressão capitalista, a mulher

1 “O contexto em que a revolução se verificou é marcado por um processo triplo: a desintegração do poder central e a multiplicação dos centros de autoridade; a intensa polarização das lutas sociais e políticas; e o desgaste e a fadiga extremos da população, apanhada num turbilhão revolucionário que, iniciado em fevereiro, parecia não ter fim”. (REIS, 2017, p. 40, grifo nosso)

também teria que se libertar de suas amarras, o que aconteceria a partir da socialização da esfera residencial e desmantelamento do modelo tradicional de família. (MOVILLA VEGA, 2015, p. 475)

EXPERIMENTAÇÃO E TRANSIÇÃO

Se as antigas habitações burguesas perpetuavam relações domésticas hierárquicas, em que os membros da família dependiam economicamente um dos outros, a morada socialista deveria induzir padrões comportamentais horizontais, próprios da vida em comunidade. Segundo essa definição, considerava-se que a residência tinha papel fundamental para a definição do homem e da mulher soviéticos. (MOVILLA VEGA, 2015, p. 107) Após as revoluções de fevereiro e outubro de 1917, a necessidade de construir uma cultura proletária tornou-se urgente e passou a receber respaldo direto do governo. No ano de 1928 inicia-se o Primeiro Plano Quinquenal, cujas medidas de escala nacional visavam o alcance da industrialização acelerada do país, de forma a garantir uma infraestrutura econômica autossuficiente. Essa modernização não poderia deixar de lado a

construção civil: era necessária a adoção de medidas para otimizar os processos de trabalho, reduzir custos e aumentar a eficácia do setor. Ou seja, a rapidez, barateamento e melhora dos padrões de construção seriam consequência da padronização dos projetos e racionalização de processos construtivos. Nesse contexto, o Stroykom realizou uma série de pesquisas para a elaboração de novos modelos habitacionais, como o coeficiente volumétrico, análises científicas de racionalização da cozinha e do banheiro, estudos sobre mobiliário, entre outras. (MOVILLA VEGA, 2015, p. 177)

O *Novyi Byt* e a emancipação feminina

A nova política econômica russa trouxe novos ares a um país que havia acabado de sair de um período de guerras civis, permitindo que o novo governo desviasse sua atenção das questões de tomada de poder para a cultura e a vida social. (WOOD, 2001, p. 194) Com a chegada ao poder, os bolcheviques se depararam com a difícil tarefa de construção da sociedade comunista, desde as questões ideológicas, as relações de trabalho e interpessoais, o modo de vida e até a organização familiar.



Figura 1. A nova vida cotidiana é filha da Revolução de Outubro. Acima: завком = Comitês de Fábrica; столовая = refeitórios; ясли = berçários(1931)
Fonte: Kiaer(2005).

Na discussão sobre a revolução cultural e a construção da sociedade soviética, a língua russa empregou um termo vinculado etimologicamente aos conceitos de existir e habitar, e que dificilmente pode ser traduzido para outros idiomas.

No período pós-revolucionário, o conceito que, no russo antigo, significava “bens” ou “propriedade” passa a relacionar-se à subjetividade das relações entre pessoas e objetos materiais. Expressões como dia a dia, vida familiar, cultura material, vida privada ou vida doméstica passam a ideia desse conceito de difícil tradução. O conceito de *byt*² se aproxima da tradução de “modo de vida”, estando relacionado à experiência material cotidiana. (LEITE, 2020, p. 18)

Com a queda do tsarismo, o debate sobre a construção da nova sociedade comunista e o papel do novo sujeito soviético, o termo *byt* adquiriu essa conotação política e esteve presente nos debates sobre a reestruturação da sociedade. Os teóricos da nova vida cotidiana, *Novyi Byt*, comprometeram-se com a reorganização da vida de indivíduos, dedicando-se ao alcance da realização do comunismo na sociedade soviética. (MOVILLA VEGA, 2015, p. 89)

Dentro desse contexto, os arquitetos possuíam uma responsabilidade grande em relação ao *Novyi Byt*. Eles eram os responsáveis pela construção do mundo

2 Do russo “быт”.

material, baseado nos princípios revolucionários de propriedade estatal, relações de trabalho comunistas e superação das opressões de classe e gênero. Além disso, levando em conta os conceitos de condensadores sociais – de que o ambiente em que o indivíduo vive influencia diretamente em seu comportamento e em suas relações sociais – essa responsabilidade era maior ainda. Essa mudança, obviamente, não viria da noite para o dia. Tendo em vista o contexto apresentado de defasagem econômica e material, além de uma população com mentalidade atrelada a outros tempos, e ainda um cenário nacional pós-revolucionário de guerras civis, podemos definitivamente concluir que as ideias da época estavam muito à frente da realidade concreta.

A estatização do trabalho doméstico e os estudos sobre a cozinha

Dentro de uma perspectiva ideológica, os esforços para alcançar o *Novyi Byt* na União das República Socialistas Soviéticas (URSS) colocaram como prioridade a definição do papel que a mulher deveria desempenhar no novo regime social. Pragmaticamente, a igualdade de gêneros em âmbito doméstico era considerada

necessária pelo partido, como consequência da conjuntura econômica. O incentivo à rápida industrialização dentro do território nacional demandava um aumento no número de trabalhadores e a inserção da mulher como mão de obra correspondia a uma solução rápida e que fortalecia a questão ideológica. (MOVILLA VEGA, 2015, p. 476)

Segundo Daniel Vega (2015, p. 479), a cozinha foi, durante os anos 1920, identificada pelos arquitetos partidários, políticos e reformistas como o coração da casa pré-revolucionária russa. Para eles, a cozinha era um lugar simbólico da família pequeno burguesa e uma oportunidade de projeto para a definição do novo marco doméstico na União Soviética. Por um lado, essas reformas deveriam viabilizar a socialização de tarefas atribuídas tradicionalmente às mulheres. Por outro, a concepção da cozinha como ferramenta a serviço do novo regime social igualitário estimularia a vida coletiva.

A investigação do Stroykom³ foi realizada a partir de um estudo gráfico dos pro-

3 O Stroykom, liderado por Moisei Ginzburg, era o departamento estatal de pesquisa e *design* de habitação padronizada, conhecido

cessos que aconteciam na cozinha feito por Margarete Schütte-Lihotzky⁴ para a cozinha de Frankfurt. O modelo projetado pela equipe de Ginzburg possuía, de fato, algumas semelhanças com o modelo da arquiteta austríaca. Em ambos os casos, havia o desejo de racionalização da casa e a confiança em serviços centralizados, como creches e lavanderias automatizadas, para libertar a mulher da escravidão do lar. Entretanto, o modelo de Grete não tinha nenhuma intenção em modificar a

estrutura da família nuclear tradicional, e sim proporcionar uma cozinha individual autônoma, destinada à família nuclear, que consolidaria o funcionamento de cada habitação de forma independente. Para a equipe de Ginzburg, de maneira oposta, a racionalização da cozinha era uma medida paliativa e temporária, uma ponte para a coletivização total dos serviços domésticos em cozinhas comunitárias. (MOVILLA VEGA, 2015, p. 489)

como o Comitê de Construção da R.S.F.S.R. As propostas do grupo foram publicadas e ficam conhecidas como “unidades *Stoykom*”. (KOPP, 1970, p. 130)

4 A arquiteta vienense fazia parte do grupo multidisciplinar dirigido por Ernst May entre 1925 e 1930, a Oficina de Arquitetura e Urbanismo da cidade de Frankfurt. Margarete ficou encarregada do departamento de condicionamento da cozinha, cujo objetivo era a melhora da sua eficiência através da racionalização dos trabalhos domésticos da “alma da casa”. Pensada a partir de critérios estritamente funcionais, a Cozinha de Frankfurt foi concebida como uma máquina de trabalho, símbolo da vida moderna, que permitiria à mulher uma redução da carga de trabalho doméstico. (MOVILLA VEGA, 2015, p. 480)

Nesse contexto, a equipe de Ginzburg iniciou um trabalho de análise de dimensões e da circulação na cozinha tradicional. A partir das dimensões da cozinha tradicional soviética – uma cozinha de 7,13 m², considerada uma amostra representativa da época – o estudo evidenciou a utilização irregular do espaço, em que ocorriam movimentos excessivos por parte de quem utilizava a cozinha, e, conseqüentemente, havia o desaproveitamento da superfície. (MOVILLA VEGA, 2015, p. 193)

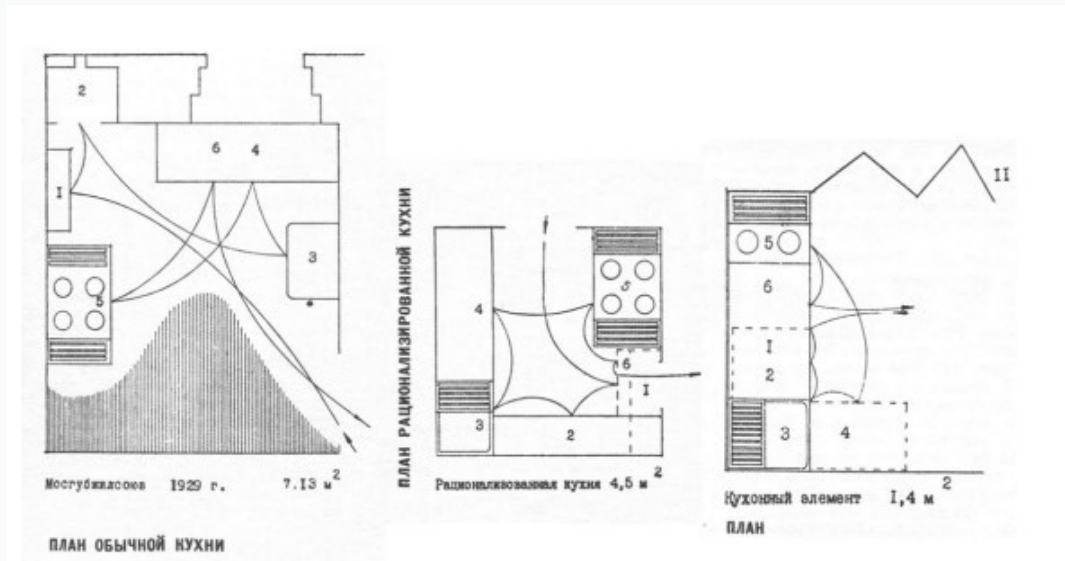


Figura 2. Esquemas de deslocamento realizados na cozinha tradicional russa (7,13m²), na cozinha racionalizada do Stroykom (4,5 m²) e na cozinha-armário (1,4 m²). 1929

Fonte: Tehne (c2023).⁵

Ao levar em conta os estudos contemporâneos sobre a cozinha e considerar que a cozinha ideal seria aquela com deslocamento mínimo na execução de tarefas, o Stroykom desenvolveu uma cozinha racionalizada, cuja superfície tinha 4,5 m². Nesta solução, armário, geladeira, pia e fogão foram distribuídos

sequencialmente, de forma a reduzir os movimentos ao alocar os equipamentos na ordem que seriam utilizados. Porém, esse modelo de cozinha se mostrou pouco econômico, representando uma solução onerosa ao Estado, principalmente quando incorporada em projetos cuja área útil era inferior a 50 m². (MOVILLA VEGA, 2015, p. 193)

⁵ Disponível em: <http://tehne.com/event/arhivsyachina/arhiv-sa-racionalizaciya-kuhni-1929>. Acesso em: 16 maio 2021.

A Seção de Padronização elaborou então a cozinha-armário, que se organizava por meio de quatro módulos independentes,

de 50 centímetros por 70 centímetros de profundidade, que podiam ser dispostos da forma desejada, configurando um móvel de 2 metros de largura. Um dos módulos abrigava a pia em sua parte superior, uma mesa retrátil na frente e uma porta para depositar o lixo. Outros módulos formavam a bancada, e na sua parte inferior ficavam uma geladeira e espaço para as louças. Um quarto módulo abrigava o fogão na parte superior e o forno na parte inferior. Num armário superior, ficavam os armários para armazenar alimentos básicos e espaços para guardar utensílios de cozinha. Por último, um banquinho, giratório e ajustável em altura, que permitiria realizar as tarefas sentado. (MOVILLA VEGA, 2015, p. 195)

Quanto à economia espacial, a cozinha-armário ocupava apenas 1,4 m², o que representava uma economia de superfície de 80% em relação à cozinha tradicional e 69% em relação à cozinha racionalizada do Stroykom. Quando não estivesse sendo utilizada, a cozinha poderia ser ocultada por meio de uma porta de quatro folhas, adquirindo um aspecto de armário ou vestiário e deixando o ambiente doméstico livre para a realização de outras atividades. (MOVILLA VEGA, 2015, p. 195)

A concepção de cozinha como móvel

modular permitia sua instalação por fases, de acordo com as possibilidades econômicas de cada proprietário, possibilitando a supressão de alguns módulos e uso do armário como cozinha auxiliar. Por fim, para modos de vida mais socializados, a cozinha poderia ser extinguida completamente da esfera doméstica, sendo feita sua completa estatização. (MOVILLA VEGA, 2015, p. 197)

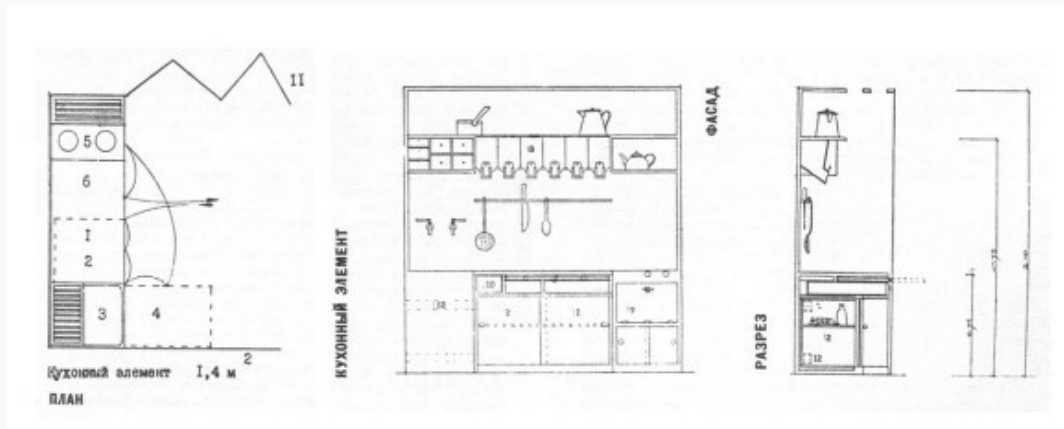


Figura 3. Planta, elevação e corte da cozinha-armário (1929).

Fonte: Tehne(c2023).⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A COZINHA COMO LUGAR FEMININO

Depois de anos de estudos sobre a cozinha, o trabalho doméstico continuou – e ainda continua – sendo atrelado à figura feminina. Na prática, a estatização do trabalho doméstico representa uma das maiores contradições no processo de emancipação da mulher, pois manteve as velhas divisões do trabalho. Ou seja,

sob uma ótica de tarefas vistas historicamente como naturais ao gênero feminino, as atividades domésticas, mesmo que passassem para o âmbito estatal e remunerado, ainda se restringiam às mulheres.

Para Senna (2016, p. 168),

[...] embora o discurso e intenção de romper com a histórica opressão contra as mulheres, pelo reforço dos estereótipos e das funções sociais de mãe, gestora-do-lar, cozinheira, lavadeira, etc., as práticas do PC indicaram mais para uma ratificação da opressão ideológica e material da mulher, do que para a superação

6 Disponível em: <http://tehne.com/event/arhivsyachina/arhiv-sa-racionalizaciya-kuhni-1929>. Acesso em: 16 maio 2021.

dessa, e das funções não inatas que essa sempre cumpriu.

A cozinha racional modular foi pensada cientificamente a partir da estatura feminina. Nas imagens e diagramas a mulher era sempre a usuária e, como Senna (2016, p. 183) aponta em sua tese, muitos anúncios e propagandas da época ainda designavam à mulher os papéis de mãe e dona de casa. Para ela, se, por um lado, a legislação soviética foi extremamente progressista no que tange igualdade entre gêneros e emancipação feminina, a condição ideológica parece não ter acompanhado a condição material. Ou seja, o Partido Comunista (PC) conseguiu superar as contradições do período por parte, ainda que não tenha conseguido alterar as enraizadas ideologias retrógradas.

A mulher foi colocada como trabalhadora nas leis, assim dizendo, legalmente, conseguiria colocar-se em qualquer papel até então considerado masculino.⁷

7 A inserção da mulher no mercado de trabalho de forma massificada recebeu um grande peso do PC. Houve também um grande incentivo por parte do partido para a participação das mulheres na política, até então majoritariamente ocupada por homens.

As novas leis proibiam a demissão de grávidas e lactantes, legalizavam o aborto como questão de saúde pública, possibilitavam o divórcio direto, estabeleciam a igualdade salarial, davam às mulheres o direito de pensão alimentícia etc. (SENNA, 2016, p. 183)

Ideologicamente, porém, o contrário não ocorria. Ou seja, não havia um incentivo para os homens ocuparem os lugares designados como femininos, o que acabava reforçando os papéis históricos delegados à mulher. Cabe aqui uma reflexão sobre as tarefas vistas como biologicamente femininas e o “instinto materno”. Nas sociedades anteriores à sociedade de classes, as mulheres ficavam responsáveis por cuidar dos filhos, doentes e idosos, porque era necessário que o homem, que não paria ou amamentava, passasse longos períodos caçando. Na sociedade contemporânea ocidental, esses longos períodos não existem mais, contanto, a relação que se faz entre mãe e filho nunca foi maior. Em suma, é uma relação social historicamente construída, não é natural ou atemporal. (SENNA, 2016, p. 180)

Como é possível observar em muitos cartazes e propagandas da época, esse

papel natural da mulher como mãe, dona de casa e responsável pela educação dos filhos não era negado, pelo contrário, era reforçado. Não parecia possível observar os homens realizando tarefas domésticas ou cuidando dos filhos; inclusive, apenas as mulheres recebiam licença maternidade, um aspecto incompatível ideologicamente com o novo sistema, (SENNA, 2016, p. 179) porém bastante avançado para o contexto da Rússia.

Entretanto, essa contradição torna-se compreensível quando considerado todo o panorama geral já apresentado. Não é possível idealizar a revolução a ponto de acreditar que a transição entre tsarismo e comunismo se daria da noite para o dia, colocando fim em todas as opressões e transformando o modo de pensar historicamente construído da população, em alguns anos. É essencial entender que houve muitos avanços tanto na ocupação feminina de funções classicamente masculinas, nos direitos das mulheres e nas tentativas de emancipação feminina do trabalho doméstico, porém, esses avanços não ficaram livres das contradições de seu tempo.

Apesar do trabalho doméstico não ter se dissociado completamente da mão

de obra feminina, segundo Sabrina Fontenele Costa (2019, p. 26), “a busca dos arquitetos modernos soviéticos da década de 1920, de coletivizar espaços domésticos e reduzir os espaços de convivência familiar, iria impactar a discussão sobre habitação mínima que ocorria no campo da arquitetura europeia nas décadas seguintes”. As ideias, portanto, circulavam e se fortaleciam entre os grupos de arquitetos, alimentando o debate sobre novos arranjos habitacionais em um período de alto déficit habitacional na Europa.

REFERÊNCIAS

COSTA, S. F. Modos de morar nas metrópoles: domesticidade, preservação e memória nos apartamentos duplex modernos em São Paulo. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. *Anais [...]*. São Paulo: [s. n.], 2019. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4832999/mod_resource/content/1/COSTA.pdf. Acesso em: 5 nov. 2020.

KIAER, C. *Imagine no possessions: the socialist objects of Russian Constructivism*. Cambridge: MIT Press, 2005.

ST 2 . CIDADES MAIS JUSTAS NA PERSPECTIVA DO GÊNERO

KOPP, A. *Town, and revolution: soviet architecture and city planning, 1917-1935*. New York: George Braziller, 1970.

LEITE, T. M. G. As estampas de Liubov Popova e Varvara Stepanova e o “novo modo de vida soviético”. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100133/tde-09012020-031057/pt-br.php>. Acesso em: 16 mar. 2021.

LIMA, C.; JALLAGEAS, N. *VKHUTEMAS: desenho de uma revolução*. São Paulo: Kinoruss, 2020.

LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOVILLA VEGA, D. Housing and revolution: from the Dom-Kommuna to the transitional type of experimental house (1926–1930). *Architectural Histories*, Umeå, v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://journal.eahn.org/article/id/7593/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

MOVILLA VEGA, D. *Vivienda y Revolución: el concurso entre camaradas de la OSA, la sección de tipificación del Stroykom y la casa experimental de transición Narkomfin (1926-1930)*. 2015. Tesis (Doctoral en Arquitectura) – Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidad Politécnica de Madrid, Madrid, 2015. Disponível em: <https://oa.upm.es/39998/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

REIS, D. A. *A revolução que mudou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SENNA, T. C. *O Jenotdel e a questão feminina na Rússia Soviética (1917-1930): o departamento de mulheres do partido comunista em meio à revolução russa*. 2016. Dissertação (Mestrado em História Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/13178>. Acesso em: 22 out. 2020.

WOOD, E. A. *The baba and the comrade: gender and politics in revolutionary Russia*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2001.

pós-pandemia (?)

ANAIS DO
3º SEMINÁRIO

MULHER,
CIDADE E
ARQUITETURA



SESSÃO TEMÁTICA 3

PENSAR A CIDADE: OUTROS OLHARES



NOGUEIRA, Renata.

Mestranda;
Universidade Federal de Minas Gerais
renogueiramc@gmail.com

ENSAYO PARA UNA CARTOGRAFÍA FEMINISTA

PONDERAÇÕES EM DIREÇÃO A UMA
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO
ESPACIAL FEMINISTA



EIXO TEMÁTICO

PATRIMÔNIO, ARTE E PRÁTICAS COTIDIANAS
URBANAS NO PÓS-PANDEMIA (?)



INTRODUÇÃO

A cidade como a entendemos hoje se estabelece a partir de relações de força e poder. O teórico David Harvey (2012) aponta que “a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos”. (HARVEY, 2012, p. 74) É sabido, portanto, que as escolhas e decisões relativas aos espaços da cidade decorrem de influências e privilégios daqueles agentes que estruturam a hierarquia de poder.

A dimensão urbana moldada a partir da negação do heterogêneo e de uma tentativa de generalizar tanto o território quanto os corpos conforma segregações de gênero expressas espacialmente, que estruturam o sistema capitalista vigente. Essa realidade impacta a vivência das cidades pelas mulheres em âmbitos diversos. Algumas implicações são diretamente espaciais, como a insegurança ao se deslocar pelas ruas pelo medo do assédio, e outras são reforçadas pelo espaço, de que são exemplos a necessidade de assumir jornadas duplas de trabalho, levar crianças à escola, ao médico e cuidar dos pais idosos nas

horas vagas (trabalho reprodutivo vinculado ao gênero), em grandes deslocamentos e transportes precários.

Com isso em mente, o presente artigo se apoia no cotidiano como fonte de conhecimento e na prática e teoria feministas, em uma tentativa de traçar vestígios em direção à outra experiência e produção espaciais possíveis. Na tentativa de investigar os atravessamentos entre gênero e espaço, analiso a prática *Ensayo para una cartografía feminista* desenvolvida pelo coletivo feminista argentino Mujeres Publicas. Empregando um esforço de problematização, são apresentados os pressupostos e desdobramentos da prática, buscando evidenciar as potências ali contidas como ferramenta que possibilita sua multiplicação (e não replicação), em um constante exercício de repensar o gênero espacialmente.

PENSAR O ESPAÇO A PARTIR DO GÊNERO

Desde a constituição das cidades, o desenho urbano importa as decisões e sistema de poder, nos âmbitos público e privado. Dolores Hayden (1999) e Leslie Weisman (1999) raciocinam a partir da

diferença entre esferas. As autoras relatam que as esferas dos espaços público e privado foram delineadas, com o surgimento das cidades, de forma que as mulheres se limitavam ao segundo, que era representado pela casa. O modelo “ideal” de mulher era aquele contido à esfera privada.

Weisman (1999) retrata a diferenciação de gênero levando em conta o exemplo do arranha-céu como algo imponente e poderoso em contrapartida à visão do espaço privado, aquele ocupado pela mulher, reforçando estereótipos de submissão e tradicionalismo. Dessa maneira, estabelece-se uma oposição:

O arranha-céu urbano do século XX, um pináculo da simbologia patriarcal, está enraizado na mística masculina do grande, do ereto, do vigoroso – o balão cheio do ego masculino inflado. (WEISMAN, 1999, p. 1, tradução nossa)¹

1 “The twentieth-century urban skyscraper, a pinnacle of patriarchal symbology, is rooted in the masculine mystique of the big, the erect, the forceful – the full balloon of the inflated masculine ego”.

Desde a primeira infância, as mulheres foram ensinadas a assumir o papel de ‘dona de casa’, ‘dona de casa’ e ‘dona de casa’. O lar, há muito considerado domínio especial das mulheres, reforça estereótipos de papéis sexuais e perpetua sutilmente a visão tradicional de família. (WEISMAN, 1999, p. 1, tradução nossa)²

Hayden (1999) aponta para a relação entre o estabelecimento da casa como espaço privado relativo à mulher e a divisão do trabalho em termos de gênero. O paradigma se configura em meio a reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho entre as décadas de 1890 e 1920. (HAYDEN, 1999) A partir disso, os *slogans* usam o pretexto da moradia para propagar uma ideia.

‘Boas casas tornam os trabalhadores satisfeitos’ era o slogan da Industrial Housing Associates em 1919. [...] ‘Trabalhadores felizes invariavelmente signi-

2 “From early childhood women have been taught to assume the role of ‘homemaker’, ‘housekeeper’, and ‘housewife’. The home, long considered women’s special domain, reinforces sex-role stereotypes and subtly perpetuates traditional view of family”.

ST 3 . PENSAR A CIDADE: OUTROS OLHARES

ficam lucros maiores, enquanto trabalhadores infelizes nunca são um bom investimento'. (HAYDEN, 2000, p. 267, tradução nossa)³

Vale assinalar que Hayden (1999) cita a realidade de mulheres restritas à esfera privada assente em um contexto estadunidense. No Brasil, a escravidão é um fator primordial em termos de estruturação social. As mulheres negras têm a raça como mais um elemento de subalternização (nesse caso, também aplicado a homens e crianças negras), que delimita uma particularidade em relação às mulheres brancas.

Na história urbana brasileira, a restrição à esfera doméstica recai sobre as mulheres brancas. Mulheres negras, escravizadas, transitavam pelos espaços públicos, uma vez que estes eram vistos como lugares impróprios às “mulheres decentes” e o corpo negro não era considerado em sua humanidade. De todo modo, o imaginário sobre o corpo femi-

nino era de restrição ou julgamento, sustentáculo de uma conformação social sexista refletida espacialmente.

Nesse raciocínio, o espaço público é por muito tempo considerado:

[...] tabu para as mulheres e entendido como campo natural dos homens [...], ao passo que os homens relacionaram o mundo privado à liberdade e as mulheres o vincularam à negação de possibilidades de acesso às áreas fundamentais da sociedade. (CORTÉS, 2008, p. 71-72)

É pertinente observar que, ainda que a forma como a mulher se locomove pela cidade tenha mudado ao longo dos anos, permanecem determinados padrões de comportamento – para além das diferenças entre o corpo masculino *versus* feminino no espaço – até hoje. Na observação feita pela antropóloga Nadja Monnet a respeito da Praça Catalunya, em Barcelona, é percebido e descrito o desconforto das mulheres ao estarem no espaço público:

Tudo parece ser implementado para que as mulheres desacompanhadas tenham que solicitar uma ‘autorização de uso’ desses lugares, uma autorização que se concretiza através de várias justifica-

3 “Good homes make contented workers was the slogan of the Industrial Housing Associates in 1919. [...] ‘Happy workers invariably mean bigger profits, while unhappy workers are never a good investment’”

ções que elas se sentem compelidas a dar para ficar um momento na praça ou para se envolver em uma conversa com alguém. Um pedido de informações, à espera de um/a amigo/a ou um parente, o lanche das crianças, a necessidade de acompanhar seus maridos (no caso de mulheres mais velhas) ou uma pessoa de que é responsável de cuidar, são todas as desculpas usadas para justificar a sua presença neste espaço dinâmico, que só o homem parece aproveitar plenamente. Os homens não precisam de pretextos, ninguém pede explicações lançando olhares interrogadores. Aparentemente, eles podem ficar como quiserem, sem sequer fazer coisa alguma, ou ainda podem realizar transações pouco confiáveis, não há necessidade de pedir desculpas ou de inventar pretextos. (MONNET, 2013, p. 226)

A mulher não tem mais, hoje, a sua vida limitada, obrigatoriamente ou preferencialmente, à esfera do espaço privado. Entretanto, a esfera privada permanece no imaginário como o lugar da mulher. As amarras que o sistema patriarcal impõe estão enraizadas no imaginário, tanto de homens quanto de mulheres. No relato de Monnet (2013), podemos perceber a diferença da experiência do

espaço público – é como se ainda hoje existisse a necessidade de as mulheres justificarem sua presença nos espaços públicos.

ENSAYO PARA UNA CARTOGRAFÍA FEMINISTA

Mujeres Públicas é o nome dado a um coletivo feminista de ativismo artístico iniciado em Buenos Aires por Lorena Bossi, Magdalena Pagano e Fernanda Carrizo, em 2003. O grupo atua na produção de dispositivos gráficos que são levados às ruas em forma de ação. A intenção é utilizar o material como ferramenta de luta e de pensamento, como dispositivo de comunicação com outras pessoas. (COLETIVO, [201-?])

As peças desenvolvidas ficam disponíveis no *site* do coletivo e podem ser acessadas e utilizadas por qualquer pessoa. O grupo opta por não assinar, baseado numa crítica à propriedade privada. Conforme o Mujeres Públicas destaca em sua declaração de princípios:

Nossa proposta é a abordagem do político a partir da criatividade como alternativa às formas mais tradicionais de militância. Um dos nossos objetivos é

ST 3 . PENSAR A CIDADE: OUTROS OLHARES

denunciar e tornar visíveis situações e lugares de opressão que as mulheres vivenciam como sujeitos sociais por meio da produção e circulação de ferramentas simbólicas. Procuramos, por meio de nossas ações, denunciar e desnaturar as práticas e discursos sexistas que encontramos profundamente arraigados em nossa cultura. Desde o início pensamos no espaço público como o local mais adequado para expor e colocar em diálogo o que produzimos. Com o intuito de estimular a reapropriação, optamos por utilizar materiais de baixo custo para confeccionar cartazes, objetos e ações que colamos na rua, distribuímos e deixamos em diferentes contextos, e criamos uma página web (mujerespublicas.com.ar) através da qual você pode acessar e baixar a maior parte do nosso trabalho. Procuramos, assim, também produzir recepções dispersas e abertas, ao contrário da contemplação artística tradicional, bem como possibilitar múltiplas interpretações evitando o discurso linear do panfleto político. (COLETIVO, [201-?], tradução nossa)⁴

4 “Nuestra propuesta es el abordaje de lo político a partir de la creatividad como alternativa a formas más tradicionales de militancia.

O nome *Mujeres Públicas* faz uma irônica alusão à ideia de que o homem público é entendido como um político, em contraposição à mulher pública, entendida como uma prostituta. (MUJERES, 2005) O nome manifesta, dessa forma, o poder da vivência no espaço público como

Uno de nuestros objetivos es denunciar y hacer visibles situaciones y lugares de opresión que vivimos las mujeres como sujetos sociales a través de la producción y puesta en circulación de herramientas simbólicas. Intentamos, a través de nuestras acciones, denunciar y desnaturalizar prácticas y discursos sexistas que encontramos profundamente arraigados en nuestra cultura. Desde un principio pensamos el espacio público como el lugar más apropiado para desplegar y poner en diálogo lo que producimos. Con la intención de alentar a la reapropiación, elegimos utilizar materiales de bajo costo para hacer afiches, objetos y acciones que pegamos en la calle, repartimos y dejamos en diferentes contextos y creamos una página web (mujerespublicas.com.ar) a través de la cual se puede acceder y bajar la mayor parte de nuestro trabajo. De este modo intentamos producir, también, recepciones dispersas y abiertas, en contraposición con la tradicional contemplación artística, así como posibilitar múltiples interpretaciones eludiendo el discurso lineal del panfleto político”.

possibilidade de relato, denúncia e transformação das realidades das mulheres.

O *Ensayo para una cartografía feminista* é uma produção cartográfica desenvolvida pelo coletivo e a historiadora Andrea Andújar em paralelo a uma visita guiada pela cidade de Buenos Aires, em 2013. A cartografia mapeia pontos da cidade com informações históricas, desenhos, datas, monumentos e movimentos de relevância para a luta das mulheres:

Na peça gráfica puderam ser vistos 39 episódios em que o Mujeres Públicas identificou um conjunto de experiências políticas muito diversas: anedotas de figuras femininas históricas, feministas, lésbicas feministas, lésbicas e trans/travestis, mobilizações, encontros nacionais de mulheres, ações de rua, disputas e avanços jurídicos em matéria de direitos civis das mulheres, resistência operária e desobediência civil, agências de solidariedade feminina e publicações anarco-feministas, que de alguma forma tinham o espaço público como palco de ação. (CUELLO, 2014, p. 1, tradução nossa)⁵

5 “En la pieza gráfica, se podían ver señalados 39 episodios en los cuales Mujeres Públicas identificaba un conjuntos de experiencias políticas

Com o mapa em mãos, o coletivo Mujeres Públicas, a historiadora Andrea Andújar e um grupo de mulheres vão às ruas conhecer as histórias e os momentos marcados ali:

Ao chegar, em cada estação, a historiadora Andrea Andújar apresentava uma história que identificava e explicava cada uma das paradas escolhidas, como aquela em que Amélia, operária do Sindicato da Telefonia, em 1921 esfaqueia o patrão em ato de execução e incipiente resistência do trabalhador, diante de uma demissão sem justa causa por ter estabelecido um matrimônio [...]. (CUELLO, 2014, p. 2, tradução nossa)⁶

de lo más diversas: anécdotas de figuras históricas femeninas, organizaciones feministas, lesbofeministas, lésbicas y trans/travestis, movilizaciones, encuentros nacionales de mujeres, acciones callejeras, disputas y avances legales en materia de derechos civiles para las mujeres, resistencias obreras y desobediencia civil, agencias solidarias femeninas y publicaciones anarco feministas, que de alguna manera tuvieron como escenario de acción el espacio público”.

6 “Al momento de la llegada, en cada estación, la historiadora Andrea Andújar introducía un relato que identificaba y explicaba cada una

ST 3 . PENSAR A CIDADE: OUTROS OLHARES

Com isso, a prática resgata símbolos da luta das mulheres, revela “pequenos gestos de rebeldes que ousaram interromper o cotidiano da cidade como terreno concreto para transformar a vida”, (PASCIELLI, 2013, tradução nossa)⁷ estimula a criação de um novo imaginário urbano e revela outras historiografias possíveis.

Assim como as demais práticas feministas desenvolvidas pelo Mujeres Públicas, o *Ensayo para una cartografía feminista* se ambienta no espaço público – um potencial em confronto à lógica do planejamento masculino por excelência. Leslie Weisman (1999) aponta a produção do espaço urbano como sexista, pelo privilégio de ideais e símbolos masculinos, em contraposição ao lar, “domínio especial das mulheres, reforça os estereótipos do

papel sexual e sutilmente perpetua as visões tradicionais da família”. (WEISMAN, 1999, p. 2)

Da mesma forma, Leslie Kern (2021) reforça que:

O poder e os privilégios masculinos são mantidos ao manterem os movimentos das mulheres limitados e restringirem sua capacidade de acessar espaços diferentes. Como diz a geógrafa feminista Jane Darke em uma de minhas citações favoritas: ‘Qualquer assentamento é uma inscrição no espaço das relações sociais na sociedade que o construiu. Nossas cidades são patriarcados escritos na pedra, no tijolo, no vidro e no concreto’. (KERN, 2021, p. 29)

Assinalo o protagonismo feminino nessa prática e nas demais apresentadas, uma vez que a mulher desempenha o papel de sujeito histórico que a narra sob o ponto de vista benjaminiano dos vencidos, dos invisibilizados – em oposição à narrativa hegemônica masculina, sexista, branca, heterossexual e vencedora. Como coloca Benjamin, citado por Löwy (2005, p. 72): “Ora, os dominantes de turno são os herdeiros de todos os que, algum dia, venceram”.

de las paradas elegidas, como aquella donde Amelia, trabajadora de la Unión Telefónica, en el año 1921 apuñala a su jefe en un acto de ajusticiamiento e incipiente resistencia obrera, frente a un despido injusto por haber contraído matrimonio [...]”.

7 “[...] pequeños gestos de insurrectas que se atrevieron a interrumpir la vida cotidiana de la ciudad como terreno concreto donde transformar la vida.”

Ochy Curiel (2020), em suas ponderações sobre metodologias feministas assentes no feminismo decolonial, assinala a importância da experiência vivida como fonte de conhecimento e a narrativa dessa experiência a partir do seu sujeito. A teórica feminista aponta que “a subalternidade precisa deixar de ser objeto e passar a ser sujeito do conhecimento” (CURIEL, 2020, p. 132) em contraposição ao privilégio epistêmico presente na construção de conhecimento.

A prática desenvolvida pelo coletivo, ao combinar um material gráfico à visita guiada, fomenta uma produção de conhecimento construída no próprio exercício.

A partir de associações, choques ou tensões entre as imagens, poderiam emergir relações inesperadas, outras constelações imprevistas, provocando uma série de deslocamentos, inversões, rupturas, discontinuidades, emergências, anacronismos e sobrevivências. (JACQUES, 2019, p. 63)

O mapa é usado aqui como ferramenta de estímulo às conexões e reflexões, e não como um fim em si mesmo. Em paralelo, há a imagem-dialética benjaminiana, que se apresenta como um meio para despertar, revelar o que não está na superfície.

A cidade-imagem benjaminiana é um tecido de cicatrizes e, como tal, fragmentos-fantasmas de tempos outros. É que a cidade, tal como a concebeu o filósofo alemão, é o lócus por excelência da ‘montagem de tempos’ que se oferece à experiência, não apenas história objetificada. A imagem cidade é um lampejo, um reflexo de luz que fulgura sobre as malhas da urbanidade para torcê-la, esgarçar seu tecido, instabilizar topografias, monumentos, edifícios, mercadorias, corpos, vazios, terrenos baldios. A imagem que Benjamin quer revelar está no avesso: há, ali em seu texto, uma exigência de ruptura, exigência de desobscurecer momentos que restaram escondidos e que ele entende como sendo decisivos. (VELLOSO, 2018, p. 111)

Destaco a utilização da imagem como dispositivo que permite uma continuidade na produção de conhecimento da própria cidade, como potência do *Ensayo para una cartografía feminista* em favor de uma narrativa de outra história possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se esforçou na tentativa de apontar vestígios em favor a uma pro-

ST 3 . PENSAR A CIDADE: OUTROS OLHARES

dução de conhecimento espacial, utilizando para isso o exemplo da prática *Ensayo para una cartografía feminista*, desenvolvida pelo coletivo argentino Mujeres Públicas. O objetivo é revelar as contribuições que a teoria e prática feministas oferecem à teoria e prática urbanas.

Faço aqui uma síntese das potências observadas. A primeira delas se alicerça ao fato da prática ter sido desenvolvida no espaço público de forma coletiva, em uma tentativa de reivindicação desse espaço como pertencente também às mulheres. O protagonismo feminino frente ao desenvolvimento da prática é outro ponto de destaque, a partir da reafirmação da mulher como sujeito histórico. É observado ali um exercício historiográfico de remontagem histórica, utilizando para isso a imagem como meio pelo qual se é possível revelar um despertar crítico.

Parto do princípio do desvio benjaminiano, em que o método não é um caminho exato, definido *a priori*, mas construído no caminhar e aberto às possibilidades dadas por este. Com isso, a escolha por apontar potências da prática analisada torna possível uma sistematização teórica que favorece a multiplicação das práticas espaciais feministas, como um

exercício de repensar o gênero espacialmente.

REFERÊNCIAS

CORTÉS, J. M. G. *Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social*. São Paulo: Ed. Senac, 2008.

COLETIVO mulheres públicas. *Mujeres públicas*, [s. l.], [201-?]. Disponível em: <http://www.mujerespublicas.com.ar/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

CUELLO, N. Imaginación cartográfica: herramienta colectiva para una desobediencia poética política del silencio. *Aletheia*, [s. l.], v. 5, n. 9, p. 1-5, 2014. Disponível em: <https://www.aletheia.fahce.unlp.edu.ar/article/view/ATHv5n09a16>. Acesso em: 1 mar. 2023.

ENSAYO para una cartografía feminista: mujeres públicas – Produção do Coletivo Mulheres Públicas. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (23 min). Publicado pelo canal Magdalena Lorena Fernanda MMPP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=afokJOxGMrg>. Acesso em: 27 fev. 2022.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 118-140.

HARVEY, D. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497>. Acesso em: 1 mar. 2023.

HAYDEN, D. What would a non-sexist city be like? Speculations on housing, urban design and human work. In: RENDEL, J.; PENNER, B.; BORDEN, I. (ed.). *Gender space architecture: an interdisciplinary introduction*. New York: Routledge, 1999. p. 266-281.

JACQUES, P. B. *Montagem de outra herança: urbanismo, memória e alteridade*. 2018. Tese (Promoção à classe de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

KERN, L. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de História"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONNET, N. Flanâncias femininas e etnografia. *Redobra*, [Salvador], ano 4, n. 11, p. 218-234, 2013. Disponível em: https://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_23.pdf. Acesso em: 1 mar. 2023.

MUJERES públicas: arte y parte. *Lavaca*, [s. l.], 21 nov. 2005. Disponível em: <http://lavaca.org/notas/mujeres-publicas-arte-y-parte/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

PASCIELLI, A. Ensayos para una cartografía feminista. *Marcha*, [s. l.], 20 maio 2013.

Disponível em: <https://www.marcha.org.ar/ensayos-para-una-cartografia-feminista/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

VELLOSO, R. Pensar por constelações. In: JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. da S. (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo 1 – modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 100-121.

WEISMAN, L. Prologue. In: RENDEL, J.; PENNER, B.; BORDEN, I. *Gender space architecture: an interdisciplinary introduction*. New York: Routledge, 1999. p. 1-5.

JUSTO, Beatriz Brunialti

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo;
Universidade Federal de Uberlândia
beatrizbjustoo@gmail.com

CANAS, Adriano Tomitão

Professor doutor em
Arquitetura e Urbanismo;
Universidade Federal de Uberlândia
adrcanas@ufu.br

OSSES, Patricia Andrea Soto

Professora doutora em Artes Plásticas;
Universidade Federal de Uberlândia
patricia.osses@ufu.br

MULHERES OCUPAM

UM OLHAR PARA
AS MOVIMENTAÇÕES
FEMININAS NA CIDADE



EIXO TEMÁTICO

PATRIMÔNIO, ARTE E PRÁTICAS COTIDIANAS
URBANAS NO PÓS-PANDEMIA (?)



INTRODUÇÃO

[...] o que vemos quando os corpos se reúnem em assembleia nas ruas, praças ou em outros locais públicos é o exercício – que se pode chamar de performativo – do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais vivíveis. (BUTLER, 2018, p. 31)

A citação de início carrega em si muito do significado e das vontades por trás do desenvolvimento deste trabalho, olhar para quem está nos espaços da cidade reivindicando seu direito de ocupá-la. É fato que o espaço urbano é um dos locais em que as desigualdades são expostas; quem está nas ruas e nos espaços públicos e as formas que esses corpos ocupam tais lugares dizem muito sobre quem tem poder e quem está à margem da sociedade. Mas também, é o espaço em que o exercício da cidadania e a reivindicação pelo direito de estar nos lugares é colocado com mais intensidade, está associado aos conceitos de liberdade, de expressão e de interação afetiva e simbólica. (FESLER; SELDIN, 2018)

Pessoas que trabalham e lutam por realidades mais vivíveis possibilitam mu-

danças de realidades nos locais que atuam e são essas transformações que interessam a esta pesquisa. Olhar para quem proporciona que a cidade se potencialize por meio da cultura e do direito de ocupar os espaços da cidade; para quem entende que é necessário se posicionar no urbano por vidas mais democráticas e justas; para aquelas que não são lembradas no momento de planejar as cidades, mas vivem elas todos os dias.

Assim, olhar para os espaços da cidade e sua cultura, com foco nas intervenções efêmeras nos espaços públicos e as formas de resistência que surgem das margens a partir de uma perspectiva de gênero, ou seja, quem são e como as mulheres estão intervindo e deixando marcas na cidade permite entender quais as modificações que tais movimentações tem na cidade, e como as mulheres estão criando novos cenários urbanos para suas realidades.

MULHERES PRODUTORAS DE TRANSFORMAÇÃO

As mulheres estão ocupando as cidades e possibilitando transformações a partir de suas iniciativas e resistências diárias.

Conquistas já foram alcançadas, hoje a presença da mulher na cidade é muito mais frequente do que antes, porém, as dificuldades de estar com liberdade no meio urbano ainda são muitas. Perceber como o corpo feminino se locomove na cidade, como a mulher a está ocupando e quais são os exemplos de transformações fazem parte do processo de análise da cidade contemporânea.

O corpo feminino no espaço

Olhar para os diferentes corpos que ocupam a cidade deveria fazer parte do pensar, planejar e construir a cidade contemporânea. Cada corpo ocupa a cidade de forma distinta e, tais diferenças, geralmente, estão relacionadas a gênero, raça e classe.

Ao abordar mulheres na cidade, volta-se o olhar para as desigualdades que os corpos femininos que ocupam a cidade enfrentam. Falar do corpo feminino é falar do local em que a experiência na cidade fica impressa, onde a identidade, história e espaços vividos são registrados. (KERN, 2021) Esse corpo que tem o desejo de ocupar e viver a cidade é o mesmo que sofre preconceitos, violências físicas e psicológicas, que muitas

vezes não é bem-vindo na cidade. Ser mulher na cidade molda a experiência urbana feminina.

Nesse sentido, as reflexões a respeito de quem ocupa a cidade, quem se manifesta nos espaços públicos, quem intervém na cidade e para quem o poder público pensa a cidade, passa diretamente pela questão do feminismo e de mulheres ocupando a cidade.

Historicamente, a cidade não foi pensada para acolher corpos femininos. Os espaços da cidade eram para os homens que ocupavam o cargo de chefes de família e trabalhadores, enquanto as figuras femininas permaneciam responsáveis pelo trabalho doméstico, cuidando da casa e dos filhos. Ao longo dos anos, algumas mulheres começaram a ocupar o espaço da cidade, como por exemplo, as mulheres que faziam a limpeza de casas, cuidadoras de crianças e idosos, ou ainda, “mulheres públicas” – termo usado para se referir às prostitutas.

Com a ida das mulheres para o mercado de trabalho, a reivindicação por ocupar outros espaços na cidade ganha mais força, porém elas ainda tentavam habitar espaços que não eram pensados para elas. Os ambientes urbanos foram estru-

ST 3 . PENSAR A CIDADE: OUTROS OLHARES

turados para apoiar formas patriarcais, mercados de trabalho segregados por gênero e papéis tradicionais de gênero, ou seja, mulheres ocupavam o espaço que os homens achavam que elas deveriam ocupar.

Hoje, as mulheres ocupam a cidade, porém de forma desigual tanto em relação aos homens, quanto em relação a marcadores de raça e classe. Mulheres brancas vivem uma cidade diferente das mulheres negras, que vivem diferente de mulheres LGBTQIA+, assim como é diferente para mulheres de classes sociais distintas. Pensar como as mulheres vivem as cidades de forma desigual é pensar de maneira interseccional, conceito que mudou a forma que o feminismo entendia as relações entre os sistemas de privilégio e opressão, incluindo o sexismo, racismo, classicismo, homofobia e capacidade social. (KERN, 2021)

Ao analisar a ocupação feminina em espaços públicos, é possível perceber como há uma grande dificuldade de ver mulheres sozinhas nesses espaços, e quando estão sozinhas, dificilmente estão tranquilas. Para parte das mulheres, estar em público é ativar uma linguagem corporal diferente de quando se está dentro de casa. Não fomos ensinadas a ocupar

despreocupadas tais espaços. Preocupações com ameaças de violência são desde muito cedo transmitidas entre gerações de mulheres, por isso, esses espaços acabam sendo lugares de passagem para a maioria das mulheres ou quando optam por permanecer neles, isso acontece em grupos, entre amigos e amigas; colegas de trabalho; pais que acompanham suas filhas etc.

As próprias experiências cotidianas de assobios e de assédio sexual servem para reforçar o medo, pois as mulheres são constantemente sexualizadas, objetivadas e desconfortáveis em espaços públicos. A geógrafa Hille Koskela observa que 'o assédio sexual lembra as mulheres todos os dias que elas não foram feitas para certos espaços'. (KERN, 2021, p. 197)

Porém, o prazer e o direito de viver a cidade, seja sozinha ou acompanhada, deveria ser pauta no planejamento e construção das cidades. O quanto qualquer pessoa pode simplesmente estar no espaço urbano diz muito sobre quem tem poder, quem sente que seu direito à cidade é um direito natural e quem sempre será considerado deslocado. (KERN, 2021)

A reivindicação pelo direito de estar na cidade já foi e ainda é realizada de várias formas, tanto no âmbito legal, com direitos femininos já conquistados, quanto no âmbito ativista, no qual as mulheres seguem tentando ocupar e estar nos espaços. Há uma corrente de união que junta as forças femininas na cidade, organizadas em grupos e coletivos, nos quais as mulheres se organizam para poder permanecer e ocupar o espaço urbano. Tal união desafia todas as percepções de para quem é essa cidade contemporânea. Quando ocupam cidade, rompem-se as barreiras que o patriarcado levanta cotidianamente. A presença feminina na rua é resistência aos diversos modos de controle que foram impostos socialmente ao longo dos anos.

A conquista por esses direitos passa muitas vezes por ativismos urbanos. A ocupação do espaço público está intrinsecamente ligada à conquista dos direitos femininos. Esses ativismos assumem formas de grandes protestos coletivos, intervenções de arte urbana, ocupações de grupos de mulheres em determinado espaço. Independentemente de sua forma, tais ações têm uma mesma motivação: a de enfrentar os diferentes poderes que moldam a vida das mulhe-

res e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

O corpo é um instrumento político, ocupar espaços com os corpos e suas cicatrizes e deixar marcas subversivas nesses espaços é um movimento que luta por cidades e formas de viver melhores.

Mulheres que ocupam a cidade

Ao analisar o espaço urbano público como a máxima expressão da vida pública, entende-se que quando a mulher não chega a esses espaços, seu acesso à vida pública é dificultado e diminui as possibilidades de garantia de representação na cidade. (MERLI, 2018) Já foram realizadas diversas pesquisas e trabalhos que mostram como as mulheres são mais afetadas pelas desigualdades sociais e estas se evidenciam mais no território e socialmente. (SANTORO, 2008)

Porém, é fato que os movimentos de resistência têm uma grande presença feminina, nos movimentos por direito à cidade, direito à terra, direitos básicos, entre outros a atuação das mulheres aumenta cada vez mais. Tais movimentações têm uma longa e pouco estudada presença na história do Brasil. (BLAY, 1994)

ST 3 . PENSAR A CIDADE: OUTROS OLHARES

De acordo com Eva Blay, movimentos em prol da cidadania permearam os séculos XVIII e XIX, enquanto no século XX ganharam ainda mais força com as sufragistas e a reivindicação pelos direitos civis na constituinte de 1988. Os movimentos femininos que permeiam a história do Brasil são cíclicos, tem seu ápice, duram alguns anos podendo atingir ou não seus objetivos e depois se esgotam, podendo, na maioria das vezes, ser substituídos por outros.

Atualmente, a liderança feminina em alguns movimentos vem ganhando mais destaque ainda. É o caso de alguns movimentos de moradia espalhados pelas cidades brasileiras. Dona Carmen é uma dessas lideranças: migrante, nordestina, chega em São Paulo na década de 1990 em busca de melhores condições de vida. Depois de passar apertos em busca de trabalho e lugar para morar, vai a uma reunião de um grupo de defesa do direito à moradia e, é neste momento, que ela reconhece outros na mesma situação e vê como isso precisava mudar. Hoje, Dona Carmen é conhecida como líder de ocupações no centro de São Paulo e com mais de 20 anos de experiência já conseguiu regularizar algumas das moradias pelas quais lutou. De acordo com

ela, para liderar o movimento, pensar no coletivo era a parte mais importante: “Nunca mais pensei no meu emprego, minha casa, na minha vida e no eu, eu eu [...] Reaprendi a viver com o foco no coletivo. Sou muitos. Por isso me querem presa. Eu e todos que estão comigo”. (MULHERIAS, 2019)

Além disso, a presença feminina dentro desses movimentos urbanos está mudando alguns eixos de lutas – as mulheres não reivindicam mais apenas equipamentos e serviços; hoje em dia as reivindicações giram em torno da igualdade perante todas as esferas, elas lutam por todos os direitos das mulheres e dos grupos excluídos da sociedade. (SANTORO, 2008)

Falar de feminismo nas cidades é dar a possibilidade do diferente se expressar, de criar novas e melhores experiências, de valorizar os saberes e culturas não populares. É também olhar para os espaços opacos, olhar para os marginalizados, olhar para quem resiste diariamente na cidade.

Uma cidade igualitária é uma cidade democrática e para isso deve se pensar em uma cidade que planeja sob uma perspectiva de gênero. Faz parte também

dessa cidade o processo de escuta, de acolhimento, de participação da sociedade na tomada de decisão a respeito do local em que habitam. Valorizar e ouvir o processo do outro dá a possibilidade de criar outros cenários urbanos, e é nesse contexto que processos participativos, que se iniciam da escuta e movimentação da comunidade, se encaixam.

A cidade feminista e o feminismo se fortalecem

quando tenta dar voz aos subalternos, quando desconstrói a oposição entre gênero feminino e masculino e não exacerba esta rivalidade. Por isso, a expressão da igualdade também significa que o espaço público de cada bairro deve refletir a diversidade de culturas que nele habitam, incluindo os imigrantes, suas culturas, seus imaginários, suas crenças, suas músicas, seus alimentos, suas maneiras de se relacionar no espaço público e suas capacidades de expressão e criação. (MONTANER; MUXI MARTINEZ, 2014, p. 216)

Porém, muitas vezes essa identidade espacial não acontece ou, quando acontece, ela se inicia a partir de movimentos locais individuais ou coletivos que reivindicam e ocupam a cidade com sua cultu-

ra e saberes. É aqui que as intervenções temporárias nos espaços e as resistências que vem da margem se encaixam, elas reivindicam e gritam por uma cidade com mais cuidado com a sua cultura, seus desejos e suas individualidades.

Tais ocupações e resistências funcionam como uma insurgência pela urgência de se olhar para as desigualdades na cidade. Essa insurgência é importante para permitir que a sociedade repense o social, de forma que as normas de exclusão sejam modificadas. (HOLSTON, 1996)

Transformações e resistências

Como forma de luta, resistência e de se sentir parte das cidades que habitam, os movimentos de mulheres podem ocupar, transformar e nos fazer repensar muitas das formas de construção e planejamento. As mulheres estão liderando alguns dos movimentos sociais de resistência popular mais transformadores de nosso tempo, aqueles que estão mudando os tipos de conversa que podemos ter sobre o futuro das cidades e da vida urbana. (KERN, 2021)

ST 3 . PENSAR A CIDADE: OUTROS OLHARES

O protagonismo feminino nos movimentos da América Latina surge com mais força na década de 1970, como resposta à crise econômica e política que muitos países viviam. Nas cidades e no meio rural a movimentação das mulheres resistiu ao desemprego em massa, ao aumento da pobreza e à violência enfrentada diariamente. (FEDERICI, 2019)

Foi na década de 1970 que movimentos em resposta à ditadura de países da América Latina foram surgindo. No Chile, por exemplo, durante o período da ditadura militar, as mulheres se organizaram para manter a vida e defender os direitos humanos da sociedade. Com o passar dos anos, a percepção crítica a respeito da realidade enfrentada pelo país foi mudando e as mulheres traçaram uma luta contra o governo vigente. Uma dessas organizações foi o grupo “Mujeres por la vida”, responsável por ações políticas e artísticas que reivindicavam direitos em plena ditadura, organizando marchas e protestos que denunciavam o que estava acontecendo no país. No Brasil, durante o período da ditadura, a presença feminina também foi marcante nos movimentos contra a censura e o momento político do país.

Participação em assembleias deliberativas, protestos contra governos e forças policiais, reivindicação de direitos, ocupação de cargos políticos, foram movimentos responsáveis por aumentar a participação política das mulheres na sociedade, resultando na necessidade de educação e formação política feminina. Por isso, muitas das organizações de mulheres têm esse papel atualmente: informar e formar mulheres que se envolvem na sociedade. Além disso, é importante valorizar a história e memória dessas lutas, como faz a teórica e ativista Nina Navarro que aborda como as mulheres também são protetoras das memórias como um dispositivo de resistência, esse conhecimento ancestral fortalece a identidade coletiva das comunidades.

Para além das movimentações políticas, ter como responsabilidade a reprodução e cuidados de suas famílias, faz com que as mulheres tenham um grande protagonismo nas lutas ecológicas, visto que são muito afetadas pela desapropriação e pela degradação do meio ambiente. São as mulheres que lideram algumas das lutas ambientais mais importantes da América Latina, elas que lutam pela defesa da água na Região Amazônica,

que em 2011, na Bolívia, desmascaram o progressismo do governo de Morales, realizando protestos e passeatas contra a construção de uma rodovia que atravessaria um parque nacional indígena e, também, são as mulheres indígenas que hoje já criticam as estruturas patriarcais que regem relações de propriedade de suas comunidades, sobretudo a transferência de terras. (FEDERICI, 2019)

Muitas dessas resistências surgem na periferia das grandes cidades da América Latina. Nas favelas, ocupações, bairros pobres, as mulheres estão se organizando e criando novas formas de economia “baseada em formas cooperativas de reprodução social, estabelecendo seu direito à cidade e preparando o terreno para novas práticas de resistência e reivindicação”. (FEDERICI, 2019, p. 394) A movimentação coletiva é necessária nessas áreas e promove mudanças sistêmicas nas formas de se relacionar dessas regiões. É o caso, por exemplo, do Espaço Cultural Jardim Damasceno, localizado no território da Brasilândia, Zona Norte de São Paulo, que há mais de 10 anos resiste e promove atividades junto com a comunidade. Liderado por Noêmia e seu parceiro, o espaço hoje conta com uma horta agroecológica,

cozinha comunitária e realiza atividades com as crianças, produzindo marmitas e cestas agroecológicas para a região, permitindo um espaço de convívio e troca comunitária em um território que não recebe tanta atenção do poder público.

Esses movimentos e muitos outros já estão encenando diferentes realidades que nos levam a pensar novas formas de organizar o trabalho remunerado, o trabalho de cuidadoras e a reprodução social. (KERN, 2021) O ativismo das mulheres é uma das forças fundamentais para a mudança social na América Latina, e vem sendo uma inspiração para outros movimentos ao redor do mundo. (FEDERICI, 2019) Esses esforços vêm redefinindo as formas de existência e reprodução e mostrando como as ações coletivas transformam comunidades.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polén, 2019.

ASENSIO, A. Uma cidade coletiva é uma cidade feminista. *ArchDaily Brasil*, [s. l.], 12 abr. 2018. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/892431/uma-cidade-coletiva-e-uma-cidade-feminista?ad_source=search&ad_

ST 3 . PENSAR A CIDADE: OUTROS OLHARES

medium=search_result_articles. Acesso em: 29 mar. 2022.

BLAY, E. A. Mulheres e movimentos sociais. *São Paulo em Perspectiva*, [s. l.], n. 8, v. 3, p. 45-47, 1994.

BRITTO, F.; JACQUES, B. P. Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. *Fractal: revista de psicologia*, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 337-350, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/fractal/article/view/4751>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembleia. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FEDERICI, S. Lutando para mudar mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. In: PEDROSA, A.; CARNEIRO, A.; MESQUITA, A. (org.). *História das mulheres, histórias feministas*: antologia. São Paulo: MASP, 2019. v. 2. p. 386-403.

HOLSTON, J. Espaços de cidadania insurgente. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 243-255, 1996. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

ITIKAWA, L. et al. Mapeando a violência contra a mulher: a velha e a nova fronteira urbana, o corpo feminino. *LabCidade*, São Paulo, 30 ago. 2019. Disponível em: [http://www.labcidade.fau.usp.br/mapeando-a-violencia-contra-a-mulher-a-velha-e-a-nova-fronteira-](http://www.labcidade.fau.usp.br/mapeando-a-violencia-contra-a-mulher-a-velha-e-a-nova-fronteira-urbana-o-corpo-feminino/)

urbana-o-corpo-feminino/. Acesso em: 29 mar. 2022.

ITIKAWA, L. Mulheres na periferia do urbanismo: São Paulo, Mumbai e Durban. *LabCidade*, São Paulo, 8 mar. 2016. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/mulheres-na-periferia-do-urbanismo-sao-paulo-mumbai-e-durban/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

KERN, L. *Cidade feminista*: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

MERLI, G. *Lugar de mulher é na cidade*: desenho urbano para inclusão de gênero na cidade de Uberlândia. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/23988>. Acesso em: 29 mar. 2022.

MONTANER, J. M.; MUXÍ MARTINEZ, Z. *Arquitetura e política*: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MULHERIAS, F. Carmen, mãe de Preta, líderes de sem-teto: por que nos queremos presas. *Jornalistas Livres*, São Paulo, 4 jul. 2019. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/carmen-mae-de-preta-lideres-de-sem-teto-por-que-nos-querem-presas/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

PAIS, A. Las tesis sobre “Un violador en tu camino”: “Se nos escapó de las manos y lo hermoso es que fue apropiado por otras”. *BBC News Mundo*, [s. l.], 30 abr. 2022.

Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50690475>. Acesso em: 29 mar. 2022.

VAZ, L. F.; SELDIN, C. (org.). *Culturas e resistências na cidade*. Rio de Janeiro: RioBooks, 2018.

SANTORO, P. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. *Anais [...]*. [S. l.]: abep, 2008. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/3378/3237>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVA, C. A. da (org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

PAHIM, Raquel

Graduanda de Arquitetura e Urbanismo;
UFSM-CS
rpahim@hotmail.com

ROCHA, Ricardo

Professor de Arquitetura e Urbanismo;
UFSM-CS
ricardo.rocha@ufsm.br

DIREITO À CIDADE
UMA PERSPECTIVA FEMINISTA
EM CACHOEIRA DO SUL (RS)



EIXO TEMÁTICO

URBANISMO E GÊNERO, POLÍTICAS
E PRÁTICAS URBANÍSTICAS



INTRODUÇÃO

O direito à cidade, conceito elaborado por Henri Lefebvre a partir de 1968, significa, de acordo com ele, (LEFEBVRE, 2016 apud CHISTÉ, 2018, p. 241) o “direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas”, ou seja, o direito da sociedade participar e vivenciar a vida urbana com qualidade, sem distinções de gênero, raça ou classe. No entanto, o espaço forma e é formado por relações sociais e retrata as desigualdades existentes no meio. O espaço, como projeção da sociedade, reflete que a cidade não foi pensada levando em conta a mobilidade, acessibilidade e segurança da mulher, que são os principais eixos apontados como problemática no feminismo urbano. (BUJALANCE; NARANJO, 2012)

“Os urbanistas precisam ter uma consciência social, racial e de gênero bem desenhada para poder realizar um planejamento urbano”, diz a arquiteta Joice Berth em entrevista realizada para o *site* Educação e Território. (DIREITO, 2018) Ou seja, para pensar cidade e planejamento urbano, é fundamental que se

compreenda os percursos a partir da perspectiva das diferentes realidades que vivenciam aquele espaço, buscando diminuir as desigualdades que a cidade pode proporcionar.

Assim, este artigo busca fazer um apanhado das relações entre espaço urbano e gênero e trazer essa relação para perto da realidade da autora, procurando entender como as alunas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), do *campus* de Cachoeira do Sul (RS) se sentem nas ruas da cidade.

GÊNERO E CIDADE

As cidades não foram idealizadas a partir da perspectiva da mulher. As diferenças entre homens e mulheres na visão urbana se deram a partir das distinções dos papéis de gênero, nos quais o homem era destinado à vida pública, encarregado pelo trabalho “produtivo” e remunerado, enquanto a mulher era destinada à vida privada, responsável pelo trabalho relacionado à casa e aos filhos. Esse aspecto pode ser apontado como um dos principais pilares sobre o qual se construiu a exploração feminina na sociedade.

Haja vista isso, o intuito do movimento feminista, entre suas diversas complexidades, teorias e práticas, é buscar a equidade entre gêneros, desconstruindo a sociedade patriarcal e vertical na qual fomos ensinadas a viver. Com o passar do tempo e as ondas feministas, as mulheres foram conquistando os espaços que antes não lhes permitiam participar, principalmente em questões trabalhistas e emancipação do trabalho unicamente doméstico. Porém, simultaneamente ao direito de trabalhar “fora”, surge a jornada dupla ou tripla de trabalho.

Evidentemente não se pode falar de feminismo sem o recorte de raça – enquanto as mulheres brancas eram privadas do trabalho remunerado e da vida pública, as mulheres negras foram exploradas em empregos desvalorizados, geralmente no campo, na agricultura, ou serviços nas casas. Mesmo depois da abolição da escravatura, as famílias negras foram empurradas a viver nas periferias das cidades sem nenhum direito básico proporcionado a elas. Isso é um dos vestígios da escravidão que reverbera até hoje. (DAVIS, 2016)

Entrando, especificamente no tema da mulher no espaço urbano, a Secretaria

Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo realizou uma pesquisa em 2012 que diz que mulheres usam mais (74,6%) o transporte coletivo e andam mais a pé que os homens (62,5%). De carro, as mulheres são passageiras na maioria das vezes – 13,7% dos deslocamentos são feitos por mulheres de fato. O deslocamento das mulheres, de acordo com a pesquisa, tem razões mais diversificadas que o dos homens: além de ir ao trabalho, elas fazem as compras, levam filhos à escola e levam familiares ao médico, por exemplo. A responsabilidade de cuidar da família sempre recai sobre a mulher.

Ainda, de acordo com um levantamento de 2019 do Instituto Locomotiva e Instituto Patrícia Galvão, 97% das mulheres entrevistadas disseram que já sofreram assédio no transporte público e privado (transporte por aplicativos ou táxis). 46% dessas mulheres não se sentem confiantes para usar meios de transporte sem sofrer assédio.

Claro que a violência urbana é um problema que pode afetar todo e qualquer indivíduo, no entanto, a violência de caráter sexual é majoritariamente sofrida por mulheres. O assédio, seja em sua for-

ST 3 . PENSAR A CIDADE: OUTROS OLHARES

ma verbal ou física, viola o direito da mulher de vivenciar a cidade de forma espontânea, haja vista que, por exemplo, muitas mulheres afirmam modificar seus trajetos por medo de sofrerem algum tipo de abuso.

Como as mulheres desempenham diversos papéis na sociedade e em diversas áreas, analisar o espaço urbano a partir da perspectiva feminina é de extrema importância. Ou seja, como as mulheres utilizam mais transporte público, andam mais a pé, têm deslocamentos mais variados, a perspectiva feminina se torna um dos pontos principais a se pensar no planejamento urbano.

PESQUISA E COLETA DE DADOS

A fim de trazer esses estudos para uma relação mais próxima com a realidade da autora, foi aplicada uma pesquisa através de Formulário Google entre as alunas da UFSM – *campus* Cachoeira do Sul, para compreender como essas mulheres se sentem ao andar por certas ruas da cidade. Pensando que muitas estudantes vêm de outras cidades e estados para cursar faculdade no município e muitas vezes não possuem família

perto, a insegurança urbana pode se tornar uma grande problemática, principalmente para as que estudam à noite no *campus* que se localiza longe da cidade e ainda está em construção.

Neste formulário, foi possível descobrir que, das 64 alunas que responderam, 75% não são naturais da cidade. Dessas, 60 marcaram que possuem aulas à noite, enquanto 6 e 7, respectivamente, durante a manhã e à tarde. Ao questionar se as alunas já sentiram medo ao andarem sozinhas nas ruas da cidade, 95,3% afirmam que sim. Além disso, 75% declaram já ter sofrido algum tipo de assédio em Cachoeira do Sul e 43,8% dizem já terem se sentido inseguras no *campus* da UFSM-CS. Foi perguntado quais ruas ou lugares específicos as alunas sentem mais medo na cidade, 35 mulheres afirmam sentirem medo principalmente nas praças do centro do município.

As ruas centrais, mesmo que geralmente possuam mais iluminação à noite, são os pontos mais perigosos de acordo com as respostas, principalmente aquelas no entorno de praças e as ruas que ligam as principais (Sete de Setembro e Saldanha Marinho, por exemplo). No geral, ruas que possuem muitos espaços comerciais

e poucas residências se tornam pontos perigosos à noite por não possuírem muito movimento de pessoas ou casas que possam socorrer caso algo aconteça.

Com o objetivo de compreender o que as alunas sentem ao andar pela cidade, fiz exatamente essa pergunta, como exemplifica a Figura 1, acompanhada de imagens de algumas ruas de áreas centrais de Cachoeira do Sul: Saldanha Marinho, Moron, Andrade Neves, Quinze de Novembro e Sete de Setembro. No caso da Figura 1, Rua Saldanha Marinho, pode-se observar um trecho com comércio fechado de um lado da rua e um tapume de construção do outro – mas as respostas em geral transcendem a capacidade sugestiva da imagem selecionada para cada pergunta, referindo-se também a outros trechos experimentados pelas usuárias.

A Rua Saldanha Marinho, entre essas, foi apontada como a que traz menos segurança durante a noite. Entre os relatos, as alunas disseram que, à noite, se sentem inseguras, com medo, desconfortáveis e expostas. Mesmo que relativamente bem iluminada, possui pouco fluxo de pessoas devido aos espaços comerciais – como mostra a Figura 1.

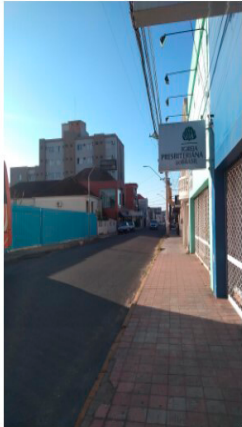
De acordo com os relatos, algumas alunas já foram seguidas por carros nessa rua. Na Rua Sete de Setembro, apesar de mais segurança devido à iluminação e à maior movimentação, a Praça José Bonifácio é apontada como muito insegura.

A maioria das respostas dizia que, durante o dia, as alunas se sentiam seguras ao caminhar por essas ruas. A menos segura à manhã e à tarde, de acordo com as respostas, é a Quinze de Novembro, devido à praça Balthazar de Bem. À noite, essa rua é indicada como insegura, no entanto, há certo movimento e, por ser uma área que possui mais residências, pode trazer um pouco mais de segurança.

Foi apontada também, no formulário, uma consideração muito interessante: uma das alunas relatou que, na Sete de Setembro e na Júlio de Castilhos, mesmo que sejam ruas muito movimentadas durante o dia, são os locais da cidade em que mais se ouve assédio verbal, justamente pela movimentação de pessoas, onde homens sozinhos ou em grupos pequenos se sentem “confortáveis” para isso.

ST 3 . PENSAR A CIDADE: OUTROS OLHARES

O que você sente ao andar por essa rua? (Saldanha Marinho) *



Texto de resposta longa

64 respostas

- Vulnerabilidade
- de dia é tranquilo, de noite tenho medo
- fico muito insegura durante a noite
- Insegura
- depende do horário, mas normalmente acho bem tranquilo
- De dia é tranquilo, a noite sinto medo.
- Tranquila
- Durante o dia é tranquilo, tem movimento e comércio, mas depois que anoitece me sinto insegura.
- Ando sempre atenta quando sozinha e a noite!

Figura 1. Pergunta do formulário acompanhada de algumas respostas
Fonte: resultado do Formulário Google elaborado pela autora (2020).

A Rua Andrade Neves, de acordo com a maioria das respostas, é segura durante o dia e noite, mas foi apontada que, por ter muitas garagens e não ser muito iluminada, pode passar insegurança também. Já a Rua Moron, é tida como relativamente segura durante o dia e bastante insegura à noite, por possuir pouco fluxo de pessoas e pouca iluminação. A partir da análise das respostas nas fotos disponibilizadas no formulário foi possível fazer uma classificação de insegurança das ruas (Figura 2). Observa-se, na Figura 2, um conjunto de ruas ao redor da Praça José Bonifácio, no centro da cidade.

A Figura 3 ilustra as ruas e locais que foram especificamente colocados como inseguros pelas alunas, em um raio mais amplo que o da Figura 2 – a Praça José Bonifácio aparece no centro.

Por fim, deixei um espaço aberto para que, quem se sentisse confortável, deixasse seu relato relacionado à vivência na cidade. Segue a transcrição de algumas colocações:

Homens ofereciam carona incansavelmente nas paradas de ônibus, bêbados me seguiam quase toda vez que passava

por praças, uma vez tive que entrar em um estabelecimento, furar a fila, pedir socorro pra atendente e o homem ainda estava do meu lado, fazendo a atendente achar que eu estava com ele e eu só queria ajuda [...].

Uma vez que fui seguida por um rapaz de moto à noite quando voltava da aula. Ele seguiu minhas colegas e eu, quando nos separamos ele me seguiu até em casa andando devagar e acompanhando meu passo.

Uma vez fui seguida na rua nas proximidades do colégio Barão, um homem de carro me seguiu por umas 3 quadras, então eu entrei em uma padaria para esperar (comprei balas para disfarçar) pois o homem ficava dando volta na quadra pra voltar a passar por mim [...] é claro que não só fui seguida, ele falava coisas pela janela. Isso ocorreu de dia, por volta de 15h da tarde.

Lembrar que muitas gurias do curso de Arquitetura já foram até seguidas por carros ao voltarem para casa [...] teve gente que chegou a fazer denúncia na delegacia por conta disso!

**ST 3 . PENSAR A CIDADE:
OUTROS OLHARES**

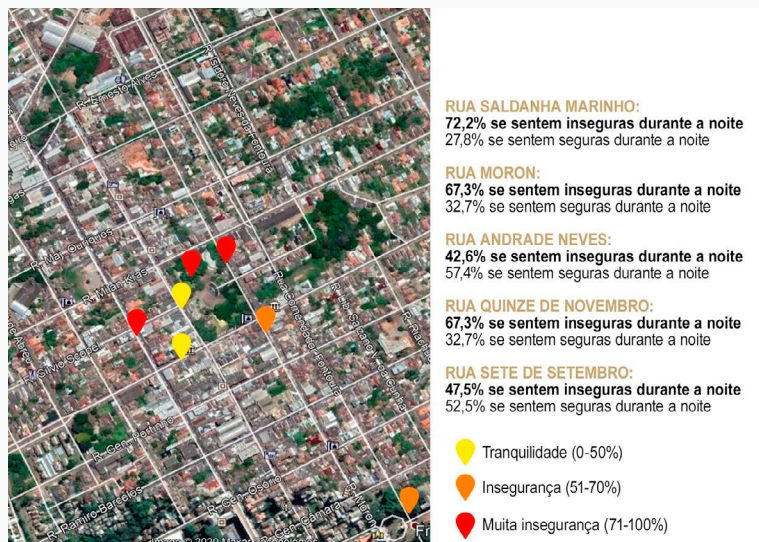


Figura 2. Classificação das ruas de acordo com seu nível de insegurança
Fonte: Google Earth, modificado pela autora (2020).



Figura 3. Ruas inseguras baixo-direita
Fonte: Google Earth, modificado pela autora (2020).

Nesse sentido, uma possibilidade futura de cruzamento de dados para a pesquisa, seria confrontar o mapeamento inicial realizado através do questionário com o conteúdo de eventuais boletins de ocorrência, com denúncias a respeito de situações como as relatadas acima, em delegacias da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALTERNATIVAS PARA RUAS MAIS SEGURAS

É perceptível que, no geral, as mulheres possuem medo de frequentar os espaços públicos. Precisamos mudar a relação que temos com a cidade para podermos utilizá-la com naturalidade e tranquilidade. As políticas públicas são um dos instrumentos mais importantes para essas mudanças. Votar em mulheres com pautas e propostas feministas em meio a tantas políticas arcaicas, é um começo. Além de, claro, pressionar o poder público exigindo mais segurança com policiamento nas ruas e investimento nas delegacias da mulher.

Também, a criação de redes de apoio como coletivos feministas e grupos de

amparo e base que mulheres possam conversar, compartilhar experiências e dar auxílios umas às outras, seja como assistência psicológica, jurídica etc., já é um grande passo. Ainda, a partir disso, se utilizar das tecnologias móveis (celular e internet) para criar uma relação/rede de ajuda, para que assim as mulheres consigam se articular caso seja necessária uma ajuda com urgência – nessa direção, o conceito de *smart city* pode se tornar mais inclusivo, com aplicativos e redes de apoio, auxiliando não só mulheres, como também crianças em geral etc.

Além disso, como mencionado anteriormente, a base para o feminismo urbano é compreender as problemáticas na mobilidade, acessibilidade e segurança na cidade em relação às mulheres. No presente artigo, a segurança é o foco principal. Ela está diretamente associada a diversos aspectos: iluminação pública, paradas de ônibus inseguras, longos muros em face às calçadas sem a possibilidade de comunicação entre pedestre e moradores e terrenos baldio. (HELENE; TAVARES, 2017)

Nesta direção, estratégias para o uso de solo são muito importantes: as ruas que

ST 3 . PENSAR A CIDADE: OUTROS OLHARES

possuem majoritariamente edificações comerciais, que funcionam apenas durante o dia nas áreas centrais, se tornam inseguras à noite. De acordo com Jane Jacobs, para tornar as ruas mais seguras, é importante que haja heterogeneidade de usos, sendo fundamental que existam estabelecimentos e espaços públicos que funcionem à noite, principalmente como bares e restaurantes. Isso traz circulação de pessoas para as ruas – que atrai os olhos para a rua. Isso é um ponto crucial para que haja segurança urbana: as pessoas são a própria vigilância. (JACOBS, 2018)

REFERÊNCIAS

- 97% das mulheres dizem que já sofreram assédio no transporte público e privado no Brasil, diz pesquisa. *G1*, São Paulo, 18 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/18/97percent-das-mulheres-dizem-ja-ter-sido-vitima-de-assedio-no-transporte-publico-e-privado-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2020.
- BUJALANCE, S. G.; NARANJO, L. R. La perspectiva de género en el urbanismo: una aproximación conceptual adaptada. *In*: CONGRESO UNIVERSITARIO NACIONAL INVESTIGACIÓN Y GÉNERO, 4., 2012, Sevilla. *Aneles* [...]. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012. p. 609-626. Disponível em: <https://idus.us.es/handle/11441/39830>. Acesso em: 15 out. 2020.
- CAMARGO, C. M. R. *Mulheres e os processos de emancipação*: um estudo de caso na associação de trabalhadoras rurais de Cachoeira do Sul-RS. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179992>. Acesso em: 15 out. 2020.
- CHISTÉ, P. de S. Contribuições de Henri Lefebvre para a leitura da cidade. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 239-249, 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/22701/16032>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- CRISTALDO, H. Pesquisa mostra que 86% das mulheres brasileiras sofreram assédio em público. *AgênciaBrasil*, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/pesquisa-mostra-que-86-das-mulheres-brasileiras-sofreram-assedio-em>. Acesso em: 18 out. 2020.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIREITO à cidade. *Educação e Território*, Glossário, [s. l.], 11 maio 2018. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/glossario/direito-a-cidade/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

HELENE, D.; TAVARES, R. B. Gênero e estudos urbanos: uma conciliação necessária. *ArchDaily*, [s. l.], 11 out. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/881263/genero-e-estudos-urbanos-uma-conciliacao-necessaria>. Acesso em: 10 abr. 2022.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

LIMA, J. D. de. Mulheres andam mais a pé e de transporte público que os homens. *Mobilize Brasil*, [s. l.], 12 dez. 2016. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/noticias/10157/mulheres-andam-mais-a-pe-e-de-transporte-publico-que-os-homens.html>. Acesso em: 12 out. 2020.

(O) QUE é direito à cidade? *Instituto Pólis*, São Paulo, c2020. Disponível em: <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>. Acesso em: 2 nov. 2020.

SILVA, N. A. da; FARIA, D.; PIMENTA, M. Feminismo e o espaço urbano: apontamentos para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 17., 2017, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUR, 2017. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1651>. Acesso em: 15 out. 2020.

FLORES, Anelis Rolão

Arquiteta e doutora em Arquitetura;
Professora do Curso de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Franciscana,
UFN, Santa Maria, RS.
anelis@ufn.edu.br

GUMA, Juliana Lamana

Arquiteta e urbanista, mestre em
Planejamento Urbano Regional
Professora do Curso de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Franciscana,
UFN, Santa Maria, RS.
juliana.guma@ufn.edu.br

XAVIER, Ananda Medina

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Franciscana (UFN),
Santa Maria, RS.
ananda.xavier@ufn.edu.br

ATELIÊ DE URBANISMO E PAISAGISMO

URBANISMO IGUALITÁRIO E GÊNERO



EIXO TEMÁTICO

O GÊNERO NO ENSINO DA ARQUITETURA E URBANISMO



INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo descrever as atividades da disciplina extensionista de Ateliê de Urbanismo e Paisagismo e os impactos na temática de gênero no âmbito do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Franciscana (UFN), em Santa Maria (RS).

Primeiramente, convém ressaltar que extensão sempre ocorreu no âmbito do curso de Arquitetura e Urbanismo, a partir da proposição de projetos arquitetônicos, paisagísticos e urbanísticos, assim como de atividades de integração com as comunidades, tornando-se uma prática que antecedeu à Resolução do MEC – CNE/CES 7/2018.¹ Contudo, estas práticas fo-

ram inicialmente concretizadas como atividades que complementavam o ensino e pesquisa, e mesmo possuindo um viés extensionista, aproximando os acadêmicos às demandas e realidades sociais não eram disponíveis para todos os alunos de maneira efetiva e universal. Assim como, não proporcionaram a aproximação com o urbanismo igualitário e a equidade de gênero, por mais que fizessem parte das discussões, foram por muito tempo temáticas veladas e até algumas vezes contestadas por um discurso patriarcal estrutural presente, enraizado, no meio acadêmico.

A disciplina extensionista realiza Seminários de Textos e Estudos de Caso com base no urbanismo igualitário e consequentemente nos estudos de gênero, focando na construção de projetos inclusivos e na construção de ações de impacto nas comunidades em que atua.

A partir da primeira edição da disciplina podemos observar o aumento no número de projetos e Trabalhos Finais de Graduação (TFG) com a temática de gênero, assim como a amplificação dos estudos sobre urbanismo igualitário. Configurando

1 A resolução nº 7 estabelece “As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos

(PPCs) e nos demais documentos normativos próprios”. (BRASIL, 2018)

um novo panorama que provavelmente impactará, de maneira positiva, a vida profissional dos egressos.

ATELIÊ DE URBANISMO E PAISAGISMO: A DISCIPLINA EXTENSIONISTA E A CIDADE INCLUSIVA

O Ateliê Itinerante² tem como objetivo desenvolver, na formação profissional do arquiteto e urbanista, as questões referentes à responsabilidade social por meio da interação com comunidades vulneráveis, e da detecção das suas necessidades, para sensibilizar e modificar o ensino na arquitetura. Dentro dele temos a disciplina de Ateliê de Urbanismo e Paisagismo que identifica as demandas da comunidade requeridas ao curso, e organiza atividades de extensão aliadas ao ensino das escalas urbanísticas e paisagísticas.

A disciplina faz parte deste projeto de extensão e teve sua primeira edição em 2019, em que após firmada uma parceria

entre a Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria e o curso de Arquitetura e Urbanismo foram realizadas atividades na escola Chácara das Flores (2019), localizada no bairro Chácara das Flores. Esta experiência foi continuada nos anos de 2020 e 2021 na Escola Diácono João Luiz Pozzobom, localizada na Vila Maringá, porém com as implicações de isolamento social causadas pela covid-19 várias adaptações foram necessárias.

Devido à elaboração do Distrito Criativo na cidade que está mobilizando a sociedade local, na edição de 2022, o Ateliê Itinerante terá como território das ações o Parque Itaimbé que integra a área da proposta. O conhecimento desta realidade pelos acadêmicos e a possibilidade de desenvolver um projeto adequado às pessoas que cotidianamente frequentam o parque, fortalecerá a responsabilidade social dos futuros arquitetos. Ainda, potencializará a sensibilidade aos temas do meio-ambiente, segurança urbana e acessibilidade dos espaços públicos, considerando condições físicas, sociais e de gênero.

A disciplina se divide em dois blocos, um da atividade extensionista e outro da elaboração do projeto. Na extensão, são elaboradas ações de integração

2 O Ateliê Itinerante configura-se como um subprojeto de ensino-extensão, do curso de Arquitetura e Urbanismo, dentro do Projeto de Extensão Integrador denominado Identidade e Inovação Social da UFN.

com a comunidade, das mais diversas naturezas, como por exemplo oficinas, palestras, montagem de espaços efêmeros etc. Nelas são utilizados recursos próprios e patrocínios, possibilitando a troca de experiências entre os acadêmicos e a comunidade. No desenvolvimento do projeto na escala do urbanismo conseguimos propor um *masterplan*, com análise e proposição de diretrizes, já na escala do paisagístico, em que a proposta chega na etapa de partido geral, as ideias são mais elaboradas, podendo ser parcialmente executadas conforme os recursos disponibilizados. Ambos os projetos são entregues em um caderno de ideias para a comunidade com o intuito de gerar discussão, dentro e fora da sala de aula.

Os estudos sobre urbanismo igualitário e questões de gênero foram consequentemente incorporados à bibliografia da disciplina e, além disso, tornaram-se protagonistas das discussões e encaminhamentos pedagógicos. A temática está presente, principalmente, no chamado Seminário de Textos e Estudos de Caso, no qual os acadêmicos são incentivados a estudar referências que acolham a diversidade presente no espaço urbano.

OS SEMINÁRIOS E OS COLETIVOS DE GÊNERO

Desde a primeira edição da disciplina foram desenvolvidos os Seminários de Textos e Estudos de Caso, com a apropriação de grupos coletivos e de projetos urbanísticos e paisagísticos. A dualidade destes temas introduziu os acadêmicos no pensamento do urbanismo igualitário e possibilitou o uso de ferramentas projetuais inclusivas nos projetos teóricos e práticos.

Vale ressaltar que a busca por um urbanismo igualitário deve considerar que a história narrada pela ótica masculina, em que o sujeito do discurso é o homem, rejeita a identidade feminina e todas as suas nuances. A partir desta constatação é necessário pontuar, conforme Montaner e Muxí que:

Um urbanismo autenticamente igualitário significa um urbanismo autenticamente democrático, um conceito da modernidade que ainda se está tentando desdobrar de maneira completa. Conseguiu se em maior medida em alguns países e períodos do século XXI, mas, de modo geral, foi incompleto e insuficiente, transitório e não consolidado de todo. Não esqueçamos como foi incompleta a

democracia: até poucas décadas atrás, o sufrágio feminino não existia; na Suíça, esse direito só foi reconhecido em 1975. (MONTANER; MUXÍ MARTÍNEZ, 2014, p. 214)

Sob esta ótica foram pontuadas nos estudos de caso relacionados aos trabalhos nas escolas municipais, inicialmente, ações de coletivos com crianças e o universo escolar, assim como o estudo de ruas e pátios escolares com realidades próximas ao local. Um dos coletivos analisados foi a Red. OCARA que permitiu o acesso às pesquisas latino-americanas sobre a interação das crianças com o espaço público, realizadas pela arquiteta Irene Quintans (2017). O viés inclusivo se fez presente, não apenas pela natureza extensionista, como pelo papel da mulher como articuladora dessas ocupações do espaço público. Ressaltamos que as temáticas foram construídas com base no interesse demonstrado pelas turmas.

Já em 2019, 2020 e 2021 as ações colaborativas feministas do programa Educatiu Arquiescola, LaCol e Col.lectiu Punt 6³ surgiram como sugestões de estudos

nas escolhas propostas por grupos de maioria feminina, não apenas pela indicação das professoras da disciplina como, também, pelo aumento de publicações sobre o tema e crescente interesse, maior identificação das acadêmicas. Essas ações refletiam sobre o uso do pátio escolar por meninas e meninos em escolas espanholas e, ainda, analisavam a segurança das mulheres nos espaços públicos, como praças e parques.

A disciplina em andamento (2022) no Parque Itaimbé, estudou coletivos com novos casos de protagonismo feminino, como o Interventura (2022) e o T.URB.A (2018), iniciativas movimentadas por arquitetas do Rio Grande do Sul. As ações versaram sobre os espaços pensados para as mulheres, que priorizam a segurança, a equidade e a acessibilidade.

Quando terminada esta fase do estudo de caso, podemos ressaltar que os projetos foram, de certo modo, contami-

feminista para formar seus próprios moradores como agentes e centro das decisões urbanas. As ações propostas seguem uma metodologia que considera: gênero, idade, etnia, identidade sexual e classe social. (GUTIÉRREZ-VALDIVIA; MUXÍ; CIOCOLLETO, 2015)

3 O Col.lectiu Punt 6, utiliza o urbanismo

nados pelas ideias de equidade, assim como permitiram aos acadêmicos expressarem seu desejo de mudança em outras disciplinas e atividades.

OS ESTUDOS DE GÊNERO E OS TRABALHOS FINAIS DE GRADUAÇÃO

A discussão sobre as condições das mulheres dentro das escolas de Arquitetura e Urbanismo está situada em poucas pesquisas e iniciativas isoladas, configurando-se como empecilho para a participação efetiva. A equidade é frágil e necessita de mudanças de direcionamento, para tornar visível as diferenças na construção social e no acesso, sejam elas no mercado de trabalho ou na ocupação dos espaços públicos.

A quebra de paradigmas que perpetuam restrições à formação e ao trabalho, assim como impõem padrões sociais e barreiras entre a vida doméstica e a privada. Hoje, ainda, podemos observar a diferença entre mulheres e homens na atuação profissional, escancarada pelo 1º Diagnóstico Gênero na Arquitetura e Urbanismo, mesmo com um número superior de mulheres nos cursos de graduação e registradas no conselho profissional.

(CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 2020)

Nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, com seus currículos cada vez mais enxutos, a temática que já é incipiente acaba em segundo plano. Entretanto, neste panorama observamos um aumento nos TFGs, em que alunas, na sua maioria, desejam aprofundar seus estudos e optam por construir ideias no seu trabalho final. Na nossa instituição observamos o aumento destes trabalhos desde a obrigatoriedade da disciplina extensionista, pois neste período temos o registro de 10 projetos que versam sobre a temática.⁴ Os trabalhos desenvolvidos pelas nossas alunas e aluno, foram os seguintes:

⁴ O curso de Arquitetura e Urbanismo da UFN tem em média 40 alunos egressos, anualmente. No ano de 2021, devido à pandemia, este número reduziu, pois muitos optaram por estender as disciplinas. Portanto, o aumento nos parece significativo e com crescimento nos próximos anos.

Ano	Título do Trabalho Final de Graduação	Autores
2019	Espaço de ressocialização feminino	Amanda Corrêa
2020	CALM – Casa de Apoio às Mulheres Anahy de Las Misiones Centro de Referência e acolhimento para mulheres e LGBT+	Katiúze Brill Nonemacher Bianca Arns
	Centro de Referência e Apoio a Mulheres em Situação de Violência em São Sepé – RS	Lívia Brum
	Ana Terra – Espaço de Oportunidade para Mulheres	Mariane Farias
	Minha rua, minhas regras: Redesenho urbano com perspectiva de gênero	Rafaella Righi
	Centro de Referência e Acolhimento a Mulheres Trans em Santa Maria	Gabriela Vassalo
2021	Grano, restaurante profissionalizante para mulheres em Situação de vulnerabilidade social	Rafaela Druzian
	Três Marias – Espaço de empoderamento Feminino Casa de Acolhimento para Mulheres	Luiza Weber Gustavo Menezes

Tabela 1. Trabalhos finais de graduação com a temática de gênero (UFN)(2019-2021)

Fonte: elaborada pelas autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos sobre as cidades podemos constatar que a discriminação de gênero se expressa fortemente no urbanismo e que, embora, as mulheres estivessem presentes de maneira ativa e construtoras de capital no processo social e econômico da cidade, o registro da sua participação sempre foi apagado.

Na busca pela visibilidade feminina e de um espaço mais inclusivo, menos marginal, foi baseada a disciplina aqui apresentada. Nela são construídas ações extensionistas e projetos, desde os estudos realizados dos coletivos feministas, que permitem a construção de um novo contrato social em que as mulheres possam ser ouvidas na construção das políticas urbanas e nas decisões dos projetos de espaços públicos da comu-

ST 3 . PENSAR A CIDADE: OUTROS OLHARES

nidade. Nessa realidade complexa devemos refletir sobre a cooperação ao invés de competição, e, também, devemos refletir sobre a sustentabilidade e inclusão para permitir a elaboração de propostas que visem maior qualidade de vida para todos.

Logo, observamos um interesse gradual pela temática e um despertar, uma certa curiosidade, sobre o papel na cidade destas futuras arquitetas desde a primeira edição da disciplina. Com o passar dos anos, o tema foi amplificado e o nosso curso, composto por maioria feminina, começou a fazer novas perguntas sobre a atuação profissional, a efetiva participação e seu verdadeiro papel na sociedade. Afinal, devem partir dos cursos de arquitetura os estudos sobre a visibilidade das mulheres e a geração crítica, que não se contenta com o sistema vigente patriarcal.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 18 dez. 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.
- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (Brasil). *1º diagnóstico gênero na arquitetura e urbanismo*. Brasília, DF: Comissão Temporária para Equidade de Gênero, 2020. Disponível em: <https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/DIAGNOSTICO-integra.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- GUTIÉRREZ-VALDIVIA, B.; MUXÍ, Z.; CIOCOLETTO, A. Repensar la ciudad desde la perspectiva feminista: desde el siglo XIX diversas experiencias confirman que es posible pensar una ciudad con otros parámetros. *Diagonal*, Urbanismo feminista, [s. l.], 2 mar. 2015. Disponível em: <https://www.diagonalperiodico.net/global/25760-es-posible-ciudad-pensada-para-personas.html>. Acesso em: 2 nov. 2019.
- MONTANER, J. M.; MUXÍ MARTÍNEZ, Z. A cidade próxima: o urbanismo sem gênero. In: MONTANER, J. M.; MUXÍ MARTÍNEZ, Z. *Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.
- QUINTANS, I. Novas evidências dos impactos das Ruas do Brincar. *Mobilize brasil*, [s. l.], 2 ago. 2017. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/blogs/passos-e-espacos/novasevidenciasdosimpactosdasruasdobrincar/>. Acesso em: 5 mar. 2019.

TRANSFORMAMOS qualquer rua
em uma praça...: mas não é só uma praça.
Interventura, O que fazemos, [s. l.], [201-?].
Disponível em: [https://www.interventura.com.
br/interventuras](https://www.interventura.com.br/interventuras). Acesso em: 10 abr. 2022.

TURBA, [Rio Grande do Sul], 2018.
Instagram: @t.urb.a. Disponível em:
<https://www.instagram.com/t.urb.a/>.
Acesso em: 10 abr. 2022.

pós-pandemia (?) pós-pandemia (?)

ANAIS DO
3º SEMINÁRIO

**MULHER,
CIDADE E
ARQUITETURA**



SESSÃO TEMÁTICA 4

PRÁTICAS E COTIDIANOS URBANOS



CAPÍTULO 15

LUIGI, Dandara V.

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo
Centro Universitário FAM (2021).
dannluigi@gmail.com

MULHERES E O ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ENSINANDO A TRANSGREDIR



EIXO TEMÁTICO

O GÊNERO NO ENSINO DE
ARQUITETURA E URBANISMO



INTRODUÇÃO

Estando este artigo direcionado ao tema do gênero no ensino de arquitetura e urbanismo, há alguns debates/vivências que se cruzam a serem pontuados. O texto foi dividido em três partes: “A história de quem produz”, em relação as mulheres¹ que vivem e produzem a cidade, sendo arquitetas urbanistas por formação; “A história de quem vive” e “A história de quem viveu”, no que diz respeito às mulheres como ocupantes da cidade, pura e simplesmente, seja hoje ou no passado, observando a relevância da menção dessas vivências no ensino de arquitetura e urbanismo.

Pode-se afirmar que o campo de arquitetura e urbanismo é apenas mais um espelho da realidade da sociedade e, por isso, a vivência das mulheres não tem sido levada em consideração, tratando aqui especialmente, ao se pensar a cidade, ao se construir a cidade, em como ela é ocupada, por quem é ocupada. A exis-

tência dessas mulheres e sua atuação no campo da arquitetura e urbanismo, também não. De acordo com Moassab (2020), a introdução das questões de gênero e suas interseccionalidades no ensino de arquitetura e urbanismo possui um enorme obstáculo que consiste justamente na escassa produção bibliográfica nesta área, principalmente na língua portuguesa.

Assim, torna-se fundamental a problematização da falta de referências da atuação das mulheres dentro da profissão ao longo do tempo – de sua invisibilização em referenciais arquitetônicos e teóricos, e inclusive se utilizando dessa crítica como um trampolim para pensar referências de produções para além do padrão estabelecido. Isto é, pensar em produções concebidas por mulheres, interseccionados com sua origem étnica-cultural, especialmente relativo às culturas e produções do sul global, tendo em vista que as representações da arquitetura e dos modos de se planejar as cidades de diversas regiões continuam agindo segundo um pensamento masculino, branco cis-heteronormativo, europeu, colonizador, imperialista e exploratório. No processo de desenvolvimento do modelo hegemônico não são

1 Ao se falar de “mulheres”, no plural, visa-se enfatizar suas intersecções de gênero, étnico-raciais, de classe, sexualidade, entre outras.

aprofundadas as inúmeras especificidades histórico-culturais, sociais, geográficas, climáticas, entre outras especificidades de um espaço e de quem o habita.

MULHERES E O ENSINO DO PENSAR A ARQUITETURA E A CIDADE

De modo que seja possível pensar as especificidades das experiências das mulheres na cidade, assim como sua presença no ensino de arquitetura e urbanismo, levando em consideração as premissas da “educação como prática de liberdade”, elaborado por bell hooks (2017) – como já mencionado anteriormente –, divide-se então este texto em três partes, para que cada situação seja melhor trabalhada.

A história de quem produz

[...] nenhuma educação é politicamente neutra. Mostrando que o professor branco [...] que só fala das obras escritas por ‘grandes homens brancos’ está tomando uma decisão política, tivemos de enfrentar e vencer a vontade avassaladora

de muitos presentes de negar a política do racismo, do sexismo, do heterossexismo. que determina o que ensinamos e como ensinamos. (HOOKS, 2017, p. 53)

Os referenciais adotados nos cursos de arquitetura e urbanismo, até os dias de hoje, dão bastante importância às obras de origem europeia e norte-americana, em especial produções masculinas, sem que haja o devido interesse em analisar produções desenvolvidas por mulheres, salvo raríssimas exceções, como a arquiteta iraniana Zaha Hadid, ou a ítalo-brasileira Lina Bo Bardi. Assim como foge ao interesse as produções do sul global, mais condizentes com a realidade brasileira, por exemplo. Contrariamente, essa quase que exclusiva (e excludente) influência masculina eurocentrada, distorce a realidade da prática da arquitetura num contexto mais amplo, contribuindo para uma possível desconexão por conta do distanciamento da realidade da(o/e) educanda(o/e), sem que seja oferecida as ferramentas necessárias para que possam ter seus modelos profissionais e consigam construir o que desejam segundo sua realidade material, geográfica, social, cultural, entre outras. (LIMA, 2020)

Se examinarmos criticamente o papel tradicional da universidade na busca da verdade e na partilha de conhecimento e informação, ficará claro, infelizmente, que as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorceram a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática de liberdade. O clamor pelo reconhecimento da diversidade cultural, por repensar os modos de conhecimento e pela desconstrução das antigas epistemologias, bem como a exigência concomitante de uma transformação das salas de aula, de como ensinamos e do que ensinamos, foram revoluções necessárias – que buscam devolver a vida a uma academia moribunda e corrupta. (HOOKS, 2017, p. 45)

Assim, ao promover o debate da “educação como prática da liberdade”, a teórica e professora Gloria Jean Watkins, conhecida como bell hooks, lança uma chama em todo o campo de ensino, pois, de modo não muito diferente das diversas áreas do conhecimento, o ensino da arquitetura e urbanismo tem sido mais um instrumento de propagação de valores dominantes.

Dentro da realidade brasileira, um importante modelo de ensino tem sido realizado

no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), desde 2012, cujo objetivo tem bastante de ação política ao pautar o pensamento decolonial, adequado ao contexto latino-americano e que, por sua vez, retira o projeto masculino e europeu de modernidade da posição exclusiva como referencial teórico do curso. Desse modo, questões de gênero e raça também atravessam a grade curricular. (MOASSAB, 2020)

No entanto, considerando o histórico da formação das(os/es) docentes da área, em relação ao debate de gênero e as relações étnico-raciais, observa-se um desafio que demanda um enorme preparo dos planos de ensino – tendo em vista que tais questões esbarram em um obstáculo essencial, que consiste na produção bibliográfica, especialmente em língua portuguesa. De acordo com a pesquisa de Moassab (2020), os Estados Unidos possuem a maior parte das publicações acadêmicas realizadas na última década:

Architecture and Power in Africa (Elleh); White Papers, Black Marks: Architecture, Race, Culture (Lokko); Racism in Three Dimensions (Manning); Architecture and

Feminism (Mercer); Design and Feminism (Rothschild); Gender, Space, Architecture (Borden et al.); Gender Studies in Architecture (Kuhlmann). Sobre gênero e arquitetura, merece destaque, ainda, a produção na Espanha: *Arquitectura y Género: Espacio Público/Espacio Privado* (Cevedio) e *Género, Espacio y Poder* (Vianello e Caramazza). Embora esteja facilmente acessível para compra on-line, essa produção não está isenta de outras clivagens, isto é, no caso do debate de gênero, não trata das arquitetas latino-americanas nem, tampouco, há um inclusão do debate racial a partir da afro-descendência ou até mesmo do processo de racialização da América Latina, sob os auspícios da modernidade ocidental. (MOASSAB, 2020, p. 199)

A autora observa que, na época de sua pesquisa, atualizada em 2017, encontrou apenas dez livros nacionais relativos a produções de arquitetas, sendo apenas sobre três: Lina Bo Bardi, Rosa Kliass e Carmen Portinho – em comparação a 43 livros sobre o arquiteto Oscar Niemeyer. E enfatiza ainda que não foi possível encontrar nenhuma publicação em relação ao debate de gênero e arquitetura, e o mesmo problema é observado no que

se refere a publicações nacionais sobre arquitetura afro-brasileira e indígena.

[...] muitos dos trabalhos realizados pelas arquitetas foram ocultados dos créditos finais, concedidos aos seus pares homens, como é o caso de Margarete Lihotzky (Áustria), Lilian Reich (Alemanha) e Carmen Portinho (Brasil), ou elas foram deliberadamente subalternizadas, aparecendo apenas como desenhistas, como aconteceu com Marion Griffin (EUA) e Ítala Fúlvia (Argentina) [...] Mina Klabin, não obstante sua extrema ousadia e pioneirismo, ainda na década de 1920, no uso de flora nativa no paisagismo brasileiro, permanece obliterada das publicações especializadas. (MOASSAB, 2020, p. 203)

Hoje, é possível encontrar alguns títulos a mais, como:² *Mulher, casa e cidade* (RISÉRIO, 2015); *Política e arquitetura*:

2 Pesquisa realizada no site da Amazon Brasil, em 2022. Disponível em: https://www.amazon.com.br/s?k=g%C3%AAnero+e+arquitetura&__mk_pt_BR=%C3%85M%C3%85-C5%BD%C3%95%C3%91&criid=G9SND-ZNPNY1S&prefix=g%C3%AAnero+e+arquitetura%2Caps%2C309&ref=nb_sb_noss. Acesso em: 1 maio 2022.

Por um urbanismo do comum e ecofeminista (MONTANER, 2021); *Cidade feminista: A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens* (KERN, 2021); *Cidade, gênero e infância* (LIMA et al., 2022); *Arquitetas negras*. (MATOS, 2019) Apesar de existir um avanço no que diz respeito a publicações voltadas a arquitetura, cidade e gênero, ainda assim são longos os caminhos a serem trilhados, pois, mesmo com o surgimento dos novos títulos, nos planos político-pedagógicos das universidades brasileiras raramente são observados a inserção de tais referenciais bibliográficos.

Moassab (2020) ainda menciona a dificuldade de adotar o debate interseccional entre gênero e o recorte geográfico, em específico o continente africano na atualidade, pois considerando que já é difícil pesquisar sobre arquitetura africana contemporânea, unir tal pesquisa a invisibilização das mulheres negras arquitetas e suas produções, o obstáculo torna-se ainda maior. Para tanto, foi proposto no trabalho final de uma disciplina do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA, uma pesquisa com esses parâmetros. Foram encontrados produções: “das arquitetas Mariam Kamara (Niger), Khensani de Klerk (África do Sul), Stella

Mutegi (Quênia), Sonja Spammer (África do Sul), Mpho Matsipa (África do Sul), Patti Anahory (Cabo Verde) e Lesley Lokko (Gana)”. (MOASSAB, 2020, p. 209) Ao final, o resultado foi publicado em um *blog* visando dar visibilidade às produções de arquitetas africanas.

Neste sentido, urge aprofundar uma reflexão convergente sobre o racismo e o sexismo tanto no ensino quanto na atuação profissional em arquitetura e urbanismo. Partimos, por conseguinte, do feminismo decolonial (CURIEL, 2009; LUGONES, 2014) e do feminismo negro (GONZALEZ; HASENBALG, 1982), procurando entender como as mulheres negras têm se colocado na área e quais suas principais dificuldades e desafios. (BERTH; MOASSAB, 2020, p. 165)

Tal análise é chamada “produção de não existência”, por Berth e Moassab (2020), pois sustenta todo o “saber-fazer arquitetônico” de maneira invisível em relação aos modos de ocupação espacial hegemônicos. Fundamentando-se nas teorias de Boaventura de Sousa Santos (2006), as autoras propõem uma “sociologia das ausências” dentro do campo da arquitetura e urbanismo, ao apontar que a produção arquitetônica de mulheres e

pessoas negras, “é, na verdade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe”. (SANTOS, 2006, p. 102) Assim dizendo que a invisibilização dessa produção específica tem acontecido nos últimos 500 anos, ou seja, desde a colonização.

A história de quem vive

Para além do debate sobre produções realizadas por mulheres arquitetas urbanistas, é necessário questionarmos a ausência dos debates acerca das diferentes modos que existem de se viver a cidade a partir de quem se é, e da necessidade de considerar tais especificidades no planejamento das cidades e na concepção de projetos urbanos dentro e fora da sala de aula. Destacam-se neste trabalho, a investigação da maneira como os corpos são vistos e, aqui em específico, os corpos das mulheres – como caminham, quais seus trajetos, como se deslocam, quais atividades exercem em seu dia a dia; há inúmeras variáveis em relação à idade, cor, etnia, sexualidade, renda, escolaridade, existência ou não de filhos, existência ou não de alguma deficiência, entre outros aspectos.

A histórica imposição do trabalho doméstico às mulheres, além do cuidado das demandas da casa, leva a tantas outras responsabilidades que também recaem sobre as costas delas, e assim, seus descolamentos pela cidade são sistematicamente atravessados por deveres domésticos, fazendo com que seus trajetos não aconteçam apenas de casa para o trabalho (como normalmente é o trajeto dos homens), mas também precisam ir ao mercado, levar e buscar as crianças na escola, a espaços de lazer, acompanhar idosos, pessoas com deficiência, ou quem dependa delas para levar onde necessitarem – sendo este o chamado *trabalho do cuidado* exposto por Federici (2019), o também chamado fardo da *jornada dupla*.

Pesquisas de Origem e Destino do metrô de São Paulo, realizadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano apontaram que as mulheres caminham e utilizam mais o transporte público (74,6%) em relação aos homens (62,5%), e seus destinos são mais diversificados justamente pelos motivos citados acima, apesar do transporte público ser projetado para servir ao percurso casa-trabalho e não a essas viagens segmentadas realizadas pela maioria das usuárias.

Para além da variabilidade desses deslocamentos, a segurança dos lugares a serem percorridos também é um fator considerado pelas mulheres em sua vivência pela cidade, levando em consideração tanto a região, o horário do dia e se possui ou não companhia, pois áreas ociosas ou não movimentadas podem, fora o potencial para assalto, ser áreas de maior potencial para assédio sexual, sem que haja pessoas que possam testemunhar (sem mencionar estereótipos misóginos que tentam legitimar tais violências culpabilizando a vítima) – tanto que, segundo a pesquisa *Viver em São Paulo: a Mobilidade na Cidade* (2018), 91% das mulheres disseram que não se sentem seguras na rua.

A história de quem viveu

O ensino da história da arquitetura e do urbanismo, por outro lado, também poderia retomar o passado na busca pelo entendimento de como eram estruturadas as vivências residências, entre outros espaços privados; assim como as cidades começaram a ser edificadas, tendo em vista que mulheres habitando a cidade como foi colocado acima diz respeito aos tempos atuais, no passado não ocorria da mesma maneira.

No início do século XX, as ruas brasileiras ainda eram pouco visitadas pelas mulheres brancas da elite, e as casas nas quais residiam geralmente permaneciam fechadas, mantendo pouco contato com a vida exterior. Desde muito cedo essas mulheres tinham o seu lazer condicionado ao espaço da casa em que morava, que dispunha, via de regras, de aparatos arquitetônicos especiais para impedir a visualização dos olhares exteriores (treliças e muxarabis), e pouco contato com a vida nas calçadas. Enquanto as ex-escravas, lavadeiras, empregadas, serviçais e outras trabalhadoras já enfrentavam o ‘estigma de puta’ ao circularem por diversos espaços públicos da cidade em seus trajetos de trabalho. (RAMOS, 2019, p. 69-70)

De fato, houve muitos avanços na participação das mulheres em todos os âmbitos da sociedade – com muita luta. Porém, ainda sim, há muito ocultamento a ser trazido à vista e muitas liberdades roubadas para serem tomadas de volta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem padrões determinantes no ensino da teoria e prática de arquitetura e

urbanismo, nos quais apenas um gênero tem sido exaustivamente elucidado, isto é, a produção androcêntrica, eurocentrada, branca, heteronormativa e classista. A ausência de referências de produções de mulheres, e/ou simplesmente do debate no que diz respeito ao modo com o qual essas mulheres habitam a cidade em detrimento de como esta tem sido estruturada, consiste num desafio a ser superado.

É preciso derrubar tais barreiras de modo que seja possível discutir a vivência das mulheres como ocupantes da cidade, e como a realidade mencionada acima age sobre essas presenças e resistências, inclusive observando que a falta de menções de produções de arquitetas urbanistas interseccionadas a questões étnico-raciais, seja no ensino teórico ou na prática profissional, dá continuidade a um “branqueamento arquitetônico”, que não condiz com a realidade de um país extremamente plural.

Portanto, a inclusão do debate de gênero e suas interseccionalidades de maneira permanente no ensino de arquitetura e urbanismo, consiste num dever social diante do lema da educação como prática da liberdade, do aprofundamento da

construção de espaços e cidades mais democráticas e igualitárias.

REFERÊNCIAS

- BERTH, J.; MOASSAB, A. O ensino de arquitetura e a dupla invisibilidade das arquitetas negras. *In*: MOASSAB, A.; NAME, L. (org.). *Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020. p. 162-179. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/editora/livros/por-um-ensino-insurgente-em-arquitetura-e-urbanismo>. Acesso em: 1 maio 2022.
- FEDERICI, S. *O Ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. *Viver em São Paulo: mobilidade urbana na cidade*. São Paulo: MOB Cidades, 2018. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/pesquisas/mobilidade-urbana/>. Acesso em: 1 maio 2022.
- KERN, L. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.
- LIMA, A. G. G. Ensino de arquitetura e urbanismo: discurso, prática projetual e gênero. *In*: MOASSAB, A.; NAME, L. (org.). *Por um ensino insurgente em arquitetura*

ST 4 . PRÁTICAS E COTIDIANOS URBANOS

e *urbanismo*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020. p. 180-196. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/editora/livros/por-um-ensino-insurgente-em-arquitetura-e-urbanismo>. Acesso em: 1 maio 2022.

LIMA, A. G. G.; LOEB, R. M. *Cidade, gênero e infância*. São Paulo: Romano Guerra, 2022.

MATOS, G. *Arquitetas Negras*. São Paulo: [s. n.], 2019.

MOASSAB, A. Os desafios de introduzir as categorias de gênero e raça no ensino de arquitetura e urbanismo. In: MOASSAB, A.; NAME, L. (org.). *Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020. p. 197-216. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/editora/livros/por-um-ensino-insurgente-em-arquitetura-e-urbanismo>. Acesso em: 1 maio 2022.

MONTANER, J. M. *Política e arquitetura: por um urbanismo do comum e ecofeminista*. São Paulo: Olhares, 2021.

RAMOS, D. H. *Mulheres, direito à cidade e estigmas de gênero: a segregação urbana da prostituição em Campinas*. São Paulo: Annablume, 2019.

RISÉRIO, A. *Mulher, casa e cidade*. São Paulo: Editora 34, 2015.

SANTOS, B. S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

COSTA, Patrícia

Graduada em História;
professora de História
paticosta95@gmail.com

TRABALHO SEXUAL E PANDEMIA

REPRESSÃO E RESISTÊNCIA DAS
MULHERES EM SÃO PAULO



EIXO TEMÁTICO

URBANISMO E GÊNERO, POLÍTICAS
E PRÁTICAS URBANÍSTICAS



INTRODUÇÃO

Trabalho sexual, repressão da sexualidade feminina e dinâmicas urbanas são os principais temas que este artigo pretende discutir. Para isso, é importante que entre as décadas de 1930 e 1950, os processos de industrialização e modernização de São Paulo estiveram atrelados à marginalização de milhares de trabalhadoras sexuais, que foram submetidas a deslocamentos e violência policial. (COSTA, P., 2021)

As obras de remodelação de Francisco Prestes Maia,¹ responsáveis por mudanças importantes no funcionamento da cidade e na valorização e marginalização de determinadas regiões, combi-

nadas com o estigma carregado pelas mulheres, abriu espaço para políticas de contenção das trabalhadoras sexuais, que tinham seus corpos associados à sujeira, imoralidade e impedimento do avanço tão esperado. (COSTA, S., 2021)

O problema da prostituição constituiu-se, em todas as épocas, numa das preocupações da Polícia. Desde séculos atrás, sempre couberam às organizações policiais as tarefas de fiscalizar e reprimir o meretrício com o objetivo principal de coibir a conduta das mulheres mais desavergonhadas. (FONSECA, 1982, p. 159)

Através das medidas governamentais baseadas em discursos científicos do século XIX, principalmente aqueles que dizem respeito ao desenvolvimento da ginecologia e obstetrícia, (MARTINS, 2000) as mulheres sofreram com mais um ataque baseado no famoso ditado “ou oito, ou oitenta”, na binariedade, elevando o corpo da mulher à função de reprodutora dos futuros patriarcas, que deveriam ser puros e saudáveis. Dessa ideia, as prostitutas se transformaram em alvo da higienização, muito evidenciados em jornais e revistas das décadas de 1930, 1940 e 1950 da Pauliceia.

1 Francisco Prestes Maia (1896-1965) nasceu em Amparo (SP). Engenheiro-arquiteto formado pela Escola Politécnica da USP, Prestes Maia, além de sua atuação na Secretaria de Obras como engenheiro, também foi político e prefeito da cidade de São Paulo em dois mandatos, sendo o primeiro entre 1938-1945 e o segundo, entre 1961 e 1965, quando faleceu. Escreveu o Plano de Avenidas com Ulhôa Cintra na década de 1920 e liderou a implementação de mudanças propostas nesse projeto quando se tornou prefeito pela primeira vez.

Uma das expressões mais significativas da repressão sofrida pelas trabalhadoras sexuais ao longo do século XX foi a criação da Zona do Baixo Meretrício, no Bom Retiro em 1940, através de um decreto de Adhemar de Barros. Por conta da grande quantidade de casas de tolerância² e outros lugares que abrigavam o comércio do sexo, e inspirado em outros países que regulamentaram a prostituição em zonas segregadas (Argentina, Bélgica e outros), a decisão da abertura condizia com os discursos eugênicos do período – que lembremos, era ditatorial. Todo um aparato de instituições – Igreja Católica, Serviço Social do Estado e a polícia – carregava em suas bases discursos de higienização e moralização da nação, fato que explica a necessidade de segregar espacialmente as mulheres prostitutas. (COSTA, P., 2021)

Com o fim da Zona do Baixo Meretrício, por outro decreto governamental, agora do governador Lucas Garcez³ em fins de

1953 e início de 1954, o comércio do sexo se dispersa ainda mais por todas as regiões da cidade e “saindo de seu confinamento, [...] milhares de infelizes tomaram como de assalto hotéis, pensões e prédios de apartamentos do centro e das zonas residenciais – Agravou-se consideravelmente o problema”. (GUIMARÕES, 1955, p. 24)

Da extrema marginalização espacial decorrente dos planos de remodelações da cidade de São Paulo, somado ao fechamento da zona e “gerado pelo sêmen da injustiça social, após o longo e feio parto, emergia, do ventre da cidade grande, o odiado e odioso filho: a Boca do Lixo, o Quadrilátero do Pecado”. (JOANIDES, 2003, p. 38)

2 Casas que serviam de local de trabalho para prostitutas na São Paulo do período, e que contavam com uma cafetina ou cafetão para a administração.

3 Lucas Nogueira Garcez (1913-1982) se formou em Engenharia Civil em 1936 na POLI/

USP, tendo dado aulas na universidade. Além disso, foi governador de São Paulo entre os anos de 1951 e 1955. Interessante notar que Garcez fora responsável pela criação do Parque do Ibirapuera, em comemoração ao IV Centenário da cidade. Além disso, comandou a invasão e fechamento da Zona do Baixo Meretrício, no Bom Retiro, em fins de 1953. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lucas_Nogueira_Garcez. Acesso em: 7 de maio de 2022.



Figura 1. Manifestação de trabalhadoras sexuais contra o fechamento da Zona do Baixo Meretrício, no Bom Retiro
Fonte: Consequência (1954, p. 16).

Ele era um cliente de um prédio inteiramente dedicado à prostituição, *na São Paulo dos anos 70*. Ela [a prostituta] [...] Ela era eu. As drogas sempre rondaram o universo das putas, de uma forma ou de outra, mas nunca fizeram a minha cabeça. Naquela época, porém, não sei bem por quê, acabei me viciando em bolinha. As meninas daquele edifício, o número 134 da rua Barão de Limeira, costumavam tomar Pervetin ou bolinha. (LEITE, 2009, p. 11, grifo nosso)

Gabriela Leite descreve um pequeno aspecto da Boca do Lixo de São Paulo, onde trabalhou na década de 1970. Hiroito Joanides também relata a gran-

de quantidade de drogas que eram usadas pelos frequentadores da Boca, em seu livro *Boca do Lixo* (1977), e essas informações nos ajudam a vislumbrar que a elite branca da ditadura militar não poderia permitir a existência visível de tal paisagem, e a perseguição seria a regra. (RIZZO, 2017)

Por isso, Gabriela Leite foi uma das responsáveis por articular uma rede de trabalhadoras sexuais no Brasil, primeiro, para se defender das violências policiais, e mais tarde para lutar pela regulamentação da profissão no país, o fim do estigma de puta, (PRADA, 2018) o fim da repressão sexual contra as mulheres, as lutas das travestis, (MOIRA, 2018) e outras pautas muito importantes para a própria discussão sobre feminismo no Brasil, por exemplo.

Antes da formalização da Associação Mulheres Guerreiras [zona de Campinas], já floresciam no Brasil diversas associações de prostitutas. A primeira manifestação pública e organizada de prostitutas no país de que se tem notícia é uma passeata realizada em São Paulo, na Avenida São João, em 1979. Gabriela Leite, que se tornaria pouco depois a principal ativista e a 'cara' desse movimento, relata esse evento em seu livro.

Mais tarde, em 1987, seria realizado no Brasil o primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, também encabeçado por Gabriela Leite e Lourdes Barreto. (RAMOS, 2019, p. 57-58)

Diana Helene Ramos, em *Mulheres, direito à cidade e estigmas de gênero* (2019) relembra a trajetória de luta política de Gabriela Leite para falar sobre uma zona de segregação de trabalhadoras sexuais que existe em Campinas, São Paulo. Nesse caminho, mulheres defendem o fim da perspectiva abolicionista, ou o simples direito de trabalhar nas condições que entendem como mais dignas e seguras.

Articulação Nacional de Profissionais do Sexo na luta por direitos

A Articulação Nacional de Profissionais do Sexo na luta por direitos (Anprosex) é uma organização sem fins lucrativos, com alcance nacional, que discute as pautas mais importantes para as trabalhadoras sexuais, principalmente a partir da defesa da regulamentação da profissão.⁴ E mesmo que haja discor-

4 Para mais detalhes, consultar a página da Associação na Facebook. Disponível em:

dâncias, as lutas travadas por Gabriela Leite e inúmeras mulheres serviu – e ainda serve – de base para as lutas da Anprosex nos dias atuais, principalmente na pandemia da covid-19,⁵ assim como a Associação Mulheres Guerreiras, que reúne trabalhadoras sexuais em torno da regulamentação da profissão e de outras lutas que demonstram a íntima relação entre urbanismo, repressão da sexualidade feminina e a resistência em ocupar a cidade.

DA QUEDA DE EVA À PANDEMIA DE COVID-19

Olhando para a trajetória da repressão às mulheres em São Paulo desde a década de 1940, passando pela ascensão dos movimentos organizados nas décadas de 1970 e 1980 por trabalhadoras sexuais – em um dos momentos mais

https://m.facebook.com/anpsbrasil/?ref=page_internal&mt_nav=0. Acesso em: 8 maio 2022.

5 Duda Ferrarini discute essa questão ao longo da entrevista chamada *A mulher do asfalto*, na íntegra em “Anexo 1 – Transcrição das Entrevistas”.

violentos da história do país, dado que a ditadura militar estava em curso – e a existência, ainda hoje, de articulações em todo o Brasil, entende-se a importância de olharmos para essas reivindicações com mais seriedade.⁶

Sendo a defesa pela regulamentação da profissão uma pauta citada em todos os anos por prostitutas, é importante trazer à tona uma discussão sobre trabalho, feita por Silvia Federici em *O ponto zero da revolução* (2019). Nesse texto, a autora discute como o trabalho doméstico é uma alternativa das mulheres do “sul” global,⁷ que vivem em um contexto em que têm menos empregos formais disponíveis e uma grande quantidade de trabalhadores à disposição.

Dessa forma, pensar o trabalho sexual a partir dessa perspectiva – de ser mais uma alternativa para as mulheres do “sul” global (América Latina e África) na luta por um salário –, é essencial para o entendimento das evidentes repressões

à sexualidade das mulheres. A fala de Gabriela Leite, abaixo, explica a essência da defesa dos direitos trabalhistas, em articulação com os argumentos de Federici sobre o trabalho doméstico:

A prostituição não é uma profissão fácil. A paixão é fundamental para suportar as contradições e os chamados ossos do ofício. Mas até hoje nunca conheci uma puta que largasse a profissão por não gostar dela. A Igreja misturou muito o sexo com o amor. Sexo é da vida. Amor é egoísta, é do indivíduo. O mundo não é feito de vítimas. Todo mundo negocia. Alguns negociam bem, outros mal. Mas cada um sabe, o mínimo que seja, quanto vale aquilo que quer. E sabe até onde vai para conseguir o que quer. Com a prostituta não é diferente. (LEITE, 2009, p. 157)

Como fontes primárias, serão utilizadas duas entrevistas realizadas por mim em 2021, segundo ano da pandemia global de covid-19, com duas trabalhadoras sexuais, Duda Ferrarini e Crystal.⁸

6 Para mais informações sobre as lutas das trabalhadoras sexuais. Disponível em: <https://mundoinvisivel.org>. Acesso em: 7 maio 2022.

7 Basicamente, são os países colonizados.

8 As transcrições na íntegra das duas entrevistas estarão ao final deste trabalho, em “Anexos 1 – Transcrição das Entrevistas”.

Para traçar os pontos em que se cruzam as histórias de Duda, Crystal, Bethânia, Gabriela Leite, e assim, que a história do movimento das trabalhadoras sexuais se desenrola até os dias atuais, o documentário *Mulheres guerreiras: desbravando estradas vida* mostra uma cena de intensa interação entre Bethânia⁹ – da Associação Mulheres Guerreiras/Campinas – com Gabriela Leite:

Bethânia: Eu quero assim agradecer-lá Gabriela [Leite] por este é... Certificado. Que me identificou muito quando eu cheguei, eu falei: 'Eu não acredito que eu tô vendo um negócio desse'. O meu certificado de Putaria. Primeiro encontro em que me assumi como puta, gente?! Hoje no centro está essa mulher extraordinária [...] que me ensinou a ser puta. (GUERREIRAS, 2014)

Em *A mulher do asfalto* – entrevista de Ferrarini –, Duda Ferrarini conta sua história como trabalhadora sexual há oito anos à época, sua entrada para os movi-

mentos de prostitutas e sua posição como coordenadora adjunta da Anprosex. Duda Ferrarini ficou quase seis anos trabalhando com o sexo sem se articular com uma associação, e foi a mesma Bethânia Santos que a levou à sua primeira reunião:

Então a minha experiência ela vem de dois anos pra cá... que foi em um encontro no Maranhão, que eu fui, que Bethânia Santos do grupo Mulheres Guerreiras, lá de Campinas me levou! Pagou minha passagem, tudo bonitinho e eu fui com ela. Então foi a primeira vez que eu estive de frente mesmo com o movimento, que eu vi que era uma coisa séria... que eu conheci gente do Brasil inteiro, conheci gente de fora do Brasil: então ali começou minha Luta!

Inúmeras falas de Duda trazem à tona aspectos da vivência nas ruas por uma prostituta, como os modos de trabalhos disponíveis, sua circulação pela cidade para tirar um dinheiro a mais, sua preferência por uma boate por ser “mais segura”. As prostitutas têm suas próprias reivindicações:

Porque a sociedade ela tem um imaginário do que é a prostituição, né?! É aquela

9 Bethânia Santos é uma das expoentes defensoras da regulamentação da profissão, e tem uma experiência vasta em discussão e articulação política, e é uma das mais importantes militantes do putafeminismo.

ST 4 . PRÁTICAS E COTIDIANOS URBANOS

mulher marginalizada, que se prostitui por muito pouco. Ou ela tem uma ideia totalmente [diferente]: a prostituta é muito rica. Então as pessoas só têm esse imaginário da prostituição. É claro que existem os dois, mas tem o meio disso tudo, entre os dois tem o meio! Que são mulheres que conseguem viver bem com a prostituição, mas elas não tão no luxo, são trabalhadoras como qualquer outro trabalhador.

Crystal é uma trabalhadora sexual do mundo virtual, atuando principalmente com *Cam Girl*¹⁰ durante a pandemia. Jovem e com muito tesão por seu trabalho, Crystal aprendeu a montar cenários interessantes e chamativos, a criar fantasias com suas máscaras e a ganhar dinheiro de forma segura diante da situação de contágio do vírus.

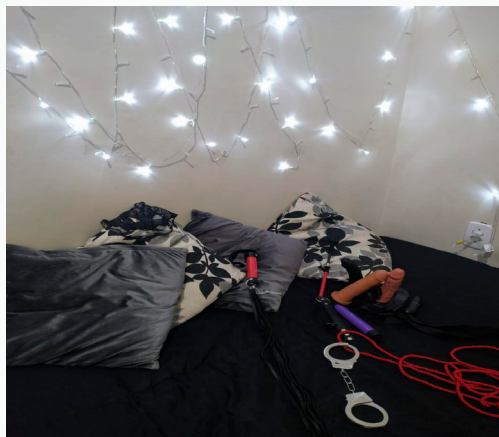


Figura 2. Cenário de uma *webquenga*
Fonte: fotografia cedida por Crystal (2021).

Diferente de Duda, Crystal trabalha com uma identidade anônima, sempre aparecendo de máscara no ambiente virtual. O fato de Crystal se esconder é muito óbvio e comum entre as trabalhadoras sexuais: o preconceito e o estigma de puta sempre podem surgir, e encarar a sociedade é uma tarefa muito difícil, como vem demonstrando os movimentos negros, feministas, da crise climática, dentre outros grupos. Já no âmbito mais privado de sua convivência, Crystal contou sobre

10 Para mais informações sobre o que é o trabalho com *camming* acesse a matéria disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/tesao-em-quarentena/>. Acesso em: 8 maio 2022.

sua profissão e ajuda Duda Ferrarini com pautas da Anprosex.¹¹

Mesmo ele sendo exploração, ele pode trazer um certo acalanto pra alma. E a gente enquanto trabalhadora... se as pessoas reconhecerem isso... é... vai ser muito mais fácil do que essa visão abolicionista. Porque não vai parar de ter demanda, não vai parar de ter puta, não vai parar de ter cliente... Isso não vai parar nunca. A gente vê na pandemia, [risos] não parou. Quer sinal maior do que isso? Não parou, não parou...

Por fim, Crystal fala sobre as dificuldades de trabalhar em tempos de pandemia, e conta sobre suas questões e maneiras de administrar uma vida nesse contexto, sendo prostituta. Essa reflexão, combinada com as questões levantadas por Duda Ferrarini sobre o trabalho na boate, ilumina diferentes maneiras de sociabilidades dentro do mundo dessa profissão, traçando parâmetros históricos.

11 Essas informações podem ser verificadas na entrevista em anexo, cujo título é *Webquenga: o cotidiano de uma Cam Girl*. Disponível em "Anexo 1 – Transcrição das Entrevistas".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas mulheres travaram batalhas para conquistar dignidade, respeito e um lugar político na esfera dos movimentos sociais. Mulheres que ora são enxergadas como putas, más, que são a doença mais contagiosa da sociedade; ora como coitadas exploradas que precisam de auxílio para superar o devaneio de ser puta. Essa dicotomia entre mulher boa x mulher má é uma discussão que afeta a todas nós, todos os dias, e que pode ser uma das bases mais profundas da dominação patriarcal.

REFERÊNCIAS

CONSEQUÊNCIA do fechamento da zona do baixo meretrício. *Diário da Noite*, São Paulo, ano 28, n. 8.896, p. 16, 4 jan. 1954, Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093351&pesq=%22Fechamento%20da%20Zona%22&pasta=ano%20195&pagfis=29817>. Acesso em: 5 maio 2022.

COSTA, P. *A queda de Eva: trabalho sexual e marginalização das mulheres em São Paulo*. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021. Disponível em <https://repositorio.unifesp.br/>

ST 4 . PRÁTICAS E COTIDIANOS URBANOS

handle/11600/61683. Acesso em: 6 maio 2022.

COSTA, S. S. F. *et al.* O recorte de gênero na dinâmica da urbe: Prestes Maia e o Plano de Avenidas (1930-1945). *Pauliceia Esfacelada*, [s. l.], 2021. Percurso 04: seção A. Disponível em: www.pauliceia-esfacelada.com/percurso04/. Acesso em: 5 maio 2022.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FONSECA, G. *História da prostituição em São Paulo*. São Paulo: Resenha Universitária, 1982.

GUERREIRAS, Associação Mulheres. *Mulheres guerreiras: desbravando estradas da Vida*. Campinas: Associação Mulheres Guerreiras, 2014. 1 vídeo (30 min). Publicado pelo canal Didi Helene. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zgCf_QQjxRg. Acesso em: 9 maio 2022.

GUIMARÃES, A. Depois de dois anos do “fechamento”: mercadoras do amor nas ruas da cidade. *Diário da Noite*, São Paulo, ano 30, n. 9. 487, p. 24, 21 dez. 1955. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093351&Pesq=%22Zona%20do%20Baixo%20Meretr%3%adcio%22&pagfis=37906>. Acesso em: 5 maio 2022.

JOANIDES, H. de M. *Boca do Lixo*. São Paulo: Labortexto, 2003.

LEITE, G. *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. São Paulo: Objetiva, 2009.

MARTINS, A. P. V. *A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/198689>. Acesso em: 1 maio 2022.

MOIRA, A. *E se eu fosse pura*. São Paulo: Hoo, 2018.

PRADA, M. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018.

RAMOS, D. H. *Mulheres, direito à cidade e estigmas de gênero: a segregação urbana da prostituição em Campinas*. São Paulo: AnnaBlume, 2019.

RIZZO, P. K. *O quadrilátero do pecado: a formação da boca do lixo em São Paulo na década de 1950*. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/19884>. Acesso em: 1 maio 2022.

ANEXO 1: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Webquenga: o cotidiano de uma Cam Girl.

Transcrição da entrevista com Crystal,
em 31 de maio de 2021

Patrícia (entrevistadora): *Eu vou entrevistar a Crystal hoje e ela vai contar um pouquinho da trajetória dela pra gente! Boa noite, Crystal!*

Crystal (entrevistada): *Boa noite, Patrícia.*

P: *Eu vou começar a fazer as perguntas, então... Se qualquer coisa você precisar me interromper, você pode me interromper, tá bom? Fica à vontade!*

C: *Ok!*

P: *Bom, qual sua idade e há quanto tempo você é uma trabalhadora sexual?*

C: *Eu tenho 32 anos e eu sou uma trabalhadora sexual faz 2 anos... de 2 pra 3 anos... Porque eu fui entrando aos poucos, eu fui pesquisando assim... não foi no ímpeto e também eu já sou mais velha e aí tipo, foi uma coisa que foi muito aos*

poucos. Eu tive que planejar tudo pra poder de fato trabalhar.

P: *Entendi! Você trabalhava com o quê antes?*

C: *Antes... Na verdade eu trabalhava em bar e tudo mais. Eu fazia o que dava, mas eu tava mesmo era fazendo faculdade. Tava tipo no sétimo período de psicologia... e eu tive uma crise depressiva assim... tava desde o sexto semestre assim. Muito depressiva mesmo, eu tava muito deprimida... porque eu não conseguia trabalhar, porque os trabalhos que tinham disponíveis pra mim não... eu não conseguia ter força porque eu tava já... eu tava muito deprimida. Então era um negócio que em mim eu sentia que eu precisava buscar uma forma de ter uma renda própria. Porque tava me fazendo muito mal não trabalhar, mas tinha que ser uma coisa que me dava uma certa... autonomia nos horários, porque realmente eu tinha crises de não conseguir comer, eu tava pesando menos de 40 quilos, então... tava numa época muito difícil mesmo, aí eu tranquei a faculdade, me mudei... por isso que eu falo que foi de 3 a 2 anos. Teve uns meses aí que eu tive que me preparar. Como eu tenho uma filha eu tive que me mudar pra uma cidade*

maior, morar sozinha pra ter um espaço, pra eu começar a entender como que seria trabalhar com isso. É que quando a gente vê de fora, e você tem 18 anos e tem um quatinho no fundo, é uma coisa. Mas quando você já é uma mulher e as pessoas esperam alguma coisa de você, é TOTALMENTE diferente. Então não dá simplesmente pra você ligar a câmera pra aparecer com a sua cara e falar “oi mundo, estou aqui”, então você tem que fazer uma preparação, eu tive que me preparar antes. Eu tive que me afastar de tudo, assim. Porque eu fui percebendo que as pessoas não tavam lidando quando eu falava sobre isso, entendeu? Eu falava... eu jogava alguma coisa aqui, alguma coisa ali pros meus amigos e todo mundo ficava muito assim... não levava tão bem. Aí eu falei tipo assim vou ter que bater o pau na mesa mesmo e falar “eu tô fazendo isso, você vai fazer o que agora?! Cê vai falar na minha cara que é errado o que eu tô fazendo, sabe?! E foi bem o que eu fiz, então tipo a minha família me aceitou bem, minha mãe, minha irmã tiveram uma aceitação muito boa, mas a minha melhor amiga não. Ela tipo realmente chegou num ponto de tipo “ai não consigo olhar na sua cara”, e foi bem ruim, bem negativo pra minha vida, mas

por outro lado eu também aprendi um pouco mais sobre relacionamento, reciprocidade, né e tudo mais... acho que as pessoas entendem, eu tenho ainda amigos da época e todas as pessoas hoje levam numa tranquilidade muito grande assim! Eu acho que se afastar de cara assim de quem descarta você como uma ideia possível eu acho uma boa, porque tem gente que realmente não consegue normatizar dentro da cabeça.

P: Sim! E vocês não se falam até hoje?

C: Não, a gente não se fala! Não se fala mesmo. Deu pra ver que era uma coisa muito assim tipo... eu me tornei a amiga solteira... depois eu me tornei a amiga que era depressiva e que ficava com os caras, aí depois eu vim com esse papo... ‘como assim amiga, cê tá indo demais... cê é uma feminista liberal agora’. E aí nisso vem outras mágoas e aí cê fala ‘ai cara não vai dar’. Eu não sou mais a pessoa que ela espera que eu seja pra vida dela agora... então realmente, foi tipo, fui até madura. Não fiquei brigando, nem nada. Só tive uma briga final e então deixa pra lá, então. Fica aí, que eu fico aqui, cada um na sua correria.

P: *E você melhorou da depressão?*

C: *Muito, mas é porque eu fiz terapia durante... é... no começo da pandemia eu tive umas crises muito fudidas de agorafobia mesmo. Porque eu já tava numa vibe muito em casa, né?! Eu não tava saindo muito, quando eu saía, eu fazia uns freelances no bar... porque eu queria me movimentar, eu não queria ficar só trancada em casa. Então era... ou eu tava trabalhando no bar ou eu tava em casa trabalhando. Então eu já tava muito parada, eu sofri o acidente poucos meses antes. Eu sofri o acidente tipo em novembro de 2019... e foi acidente bobo tipo assim o carro só bateu, só que eu bati a cabeça na... no meio fio e deu uma concussão e... assim, bem leve, não ficou mancha nem nada. Eu fiz os exames deu tudo certo, só que eu tive que tomar ponto e demora tipo realmente uns dois, três meses pra cabeça voltar ao normal. Eu tenho esquecimento até hoje! Mas eu fui lidando com tudo isso de uma forma muito tranquila... tipo assim, lidando com o trabalho, e com a minha recuperação... porque como meu trabalho não pede que eu faça grandes coisas e tudo mais, dava pra eu trabalhar e tá recuperando. E aí com a pandemia eu fiquei muito agorafóbica porque eu fiquei mano eu tô em*

casa, já tô só trabalhando, não tô tendo nenhuma vida social, agora eu vou ser obrigada a ficar em casa... eu sabia que eu era uma pessoa muito... eu sou germofóbica e tudo mais... eu sabia que eu ia ficar realmente trancada em casa... e aí eu fiquei muito doida e eu consegui um terapeuta – que inclusive faleceu faz pouco tempo – e ele foi uma pessoa que realmente me ajudou muito na questão da depressão. Eu falo que hoje eu tenho depressão por causa da pandemia, por causa do governo Bolsonaro, porque eu mesma eu tô muito mais tranquila com as minhas questões, tô muito mais pronta pra lidar com as questões que eu também preciso lidar quando eu tiver fora da pandemia, né?... porque uma coisa é a gente se tratar aqui dentro... outra coisa é quando a gente tiver mais, né? tipo... levando uma vida um pouco mais normal, o normal antigo de verdade, né?, não esse novo normal!

P: *Legal, Crystal! Eu vou pra próxima pergunta, tá? Você pode falar um pouco sobre essa questão do nome da profissão? Porque tem discussões, né?, de prostituta, puta, trabalho sexual... E aí se você puder falar um pouco sobre isso e também dizer qual que é o nome que você gosta de chamar a sua profissão?*

C: *É... primeiro que é assim, eu acho que por questão de um pouco mais didática, acho que trabalhadora sexual é melhor... pra gente repetir até que isso fique na cabeça das pessoas, mas a nomenclatura assim... tipo um amigo meu falar o que eu faço pode até me chamar de quenga que eu não tô nem aí, sabe?! Eu acho graça, pra falar a verdade, essas... falam webquengas, sabe?*

P: [risos]

C: *Um cara me chamou agora pouco no Twitter tipo assim “o que você faz de weblovizinhos” e aí eu fiquei [risos] weblovizinhos é novo [risos]. Mas eu acho que assim... tem uma carga muito negativa, mas assim como outras palavras tão sendo... a gente tá trocando, até reclamando por... falar viado e aí o Facebook caí... não a gente quer falar viado. Viado não é necessariamente negativo. A gente já conseguiu subverter um pouco. E acho que puta é uma palavra que precisa ser subvertida mesmo, porque puta ela tem uma carga histórica muito grande pra gente deixar de lado e falar ‘não, essa palavra tá proibida’. Eu acho que ela é mais do que sobre o trabalho sexual, ela também é sobre mulher. É sobre ser mulher, é sobre sexualidade. Então acho que puta*

não pode ser deixada pra trás. E também porque faz parte da linguagem safada, não tem por que ser descartado. [risos]

P: *Exato. [risos] Você é envolvida com algum movimento que defende os direitos das trabalhadoras do sexo? Se sim, você pode contar um pouquinho sobre como isso acontece na sua vida?*

C: *Então, eu não sou diretamente ligado a nenhum..., mas assim é... como a Duda [Ferrarini] é uma pessoa muito próxima a mim e que eu tenho um contato meio que quase diário, eu tô mais próximo da ANPROSEX. Aí quando rola alguma coisa, às vezes eu tento dar uma ajuda... é... como tipo... eu já trabalhei como FinDomme¹² dava pra você falar pro cara tipo ‘ah, vai lá e doa o que você ia me tributar’, entendeu?! É dessas formas que eu tento dar uma ajuda... porque eu não tô exatamente agora trabalhando, né?, por causa da pandemia, minha filha fica em casa. Ela tá com 9 anos e hoje em dia*

12 Trabalhadoras sexuais que atendem homens que sentem prazer em pagar suas contas, e tudo o que a mulher desejar. Além disso, esses homens gostam de ser ignorados e mal tratados. É uma variante do sadomasoquismo.

9 anos é o novo 13, 14... porque é umas crianças gigantes, já tão tipo enormes então eu não tô podendo trabalhar tanto com isso... então, tipo a última vez que eu tive online faz 3 meses. Porque assim a gente tá muito à mercê do que tá acontecendo. Antes dava pra você mandar a filha pra casa da vó... agora chegou num ponto que no interior de São Paulo não tá dando, sabe? A não ser que você seja meio doida, mas não tá dando pra deixar... igual eu, não tenho carro... porque se pegar, colocar no carro e levar é uma coisa, mas colocar a criança dentro dum táxi e mandar sabendo que a taxa de transmissão tá gigante, aqui tá tipo Manaus... Franca mesmo, se você jogar o negócio tá muito doido assim... cidade é tipo pequena, morrendo muita gente, morrendo gente assim que não foi nem atendida... então... infelizmente não da pra... acho que nem se eu tivesse... nem se minha filha tivesse, por exemplo, com o pai dela eu acho que eu ia ter emocional pra tá diretamente sempre assim. Porque... é muita tristeza. E como camming¹³ a gente fica muito tempo parada a

gente fica muito tempo refletindo sobre a vida, infelizmente. Então nem sempre dá pra ficar de verdade, assim... Você pode se arrumar, pode tentar o que for, mas se seu coração tá triste, se não aparecer ninguém de especial pra conversar com você, é melhor não ficar muito tempo lá [no site de camming] porque é triste! É triste. Trabalhar é triste né?! Trabalhar triste é triste! Então... Exposta ainda, tendo que sorrir... Igual outros trabalhos, igual quem trabalha em loja e tudo mais. Ter que sorrir é MUITO difícil! É muito difícil.

P: Sim! É verdade. Eu vou fazer uma pergunta um pouco boba...

C: Aham, imagina, não tem isso não! [risos]

P: Eu tô fazendo um curso sobre mulheres e tal, e aí teve uma aula sobre prostituição, sobre a zona de Campinas né?... É aí uma das alunas ela começou a levantar alguns aspectos abolicionistas sobre a prostituição, e aí eu queria saber... você gosta do seu trabalho?

13Modalidade virtual da venda do trabalho sexual. Redes sociais como Twitter e Instagram servem de apoio para as trabalha-

doras do Camming – verbo inglês criado para classificar o ato de usar web câmeras, assim como outros serviços de sexo virtual, como o Câmera Privê.

C: *Uhum, eu gosto! Eu gosto. Foi uma escolha 100%. Não teve nada assim no mundo assim... Do mesmo jeito que poderia pegar outro ramo se eu tivesse mais proximidade né? Mas eu já tinha proximidade com o fato de me exibir na cam e tudo mais... então foi o que me coube. Então pra mim não tem problema.*

P: *Legal! É porque tem muito esse discurso, né?... de que as prostitutas são vítimas...*

C: *Exato!*

P: *É exatamente isso que eu quero entender a partir da fala de mulheres trabalhadoras sexuais né?... Porque eu acho que tem muita especulação. Por isso que eu fiz essa pergunta.*

C: *É uma coisa que acontece é que, tipo, de fato a gente se sente explorada em muitos momentos... é que o que acontece é que a gente é tão explorado quanto qualquer pessoa que trabalha e então quando a gente luta por direito é pra gente realmente ter direito de quando chegar numa parte de exploração que realmente não tem sistema capitalista que passe pano naquilo a gente fale 'não, isso tá errado' e as pessoas entenderem e olhar 'não, de fato, isso tá errado, você não pode*

fazer isso com ela! 'Não é porque ela trabalha com isso, sabe?' É muito por isso porque trabalho é exploração, isso é uma coisa que não tem como você desassociar uma coisa da outra. Você tá tendo que trabalhar pra comer, você tá sendo obrigado a fazer uma coisa pra poder se alimentar. Cada um faz o que pode pra o que é melhor, pra o que cabe melhor. Sei lá, eu acho que tem uma coisa muito boa no ser humano que a gente tem uma disposição de querer produzir... Então isso faz com que o trabalho não fique sendo SÓ exploração. Mesmo ele sendo exploração, ele pode trazer um certo acalanto pra alma. E a gente enquanto trabalhadora... se as pessoas reconhecerem isso... é... vai ser muito mais fácil do que essa visão abolicionista. Porque não vai parar de ter demanda, não vai parar de ter puta, não vai parar de ter cliente... Isso não vai parar nunca. A gente vê na pandemia, [risos] não parou. Quer sinal maior do que isso? Não parou, não parou...

P: *Então, nem diminuiu a quantidade de cliente?*

C: *Diminuiu, mas é muito porque é uma questão econômica mesmo, porque as pessoas não têm dinheiro, não é porque as pessoas não querem. Elas continuam*

querendo, tanto que você entrar... é... se você ver tipo estatística tipo do [nome do site] deve tá tipo no alto... é um site de camming aleatório

P: *Ah, eu não conheço. Depois cê pode me mandar no chat?*

C: *Mando... mando o nome dele. É um site... antes tinha outros, esse é tipo um novo que tá realmente funcionando. Então você liga a câmera e do nada você conversa com um angolano e tudo mais... e esses sites tão cheio de gente, de adolescente, de criança, de adulto, de gente procurando pra bater uma, porque as pessoas querem se ver, as pessoas querem isso! E isso também já foi ligado bastante a quem faz sexo virtual e tudo mais. Então com certeza a procura de adultos nisso aumentou muito porque eles não tão tendo dinheiro mesmo. Cê entra no Câmera Privê cê vê os caras ficam passeando assim, com 4 créditos, assim, porque eles não têm dinheiro pra ficar colocando como antes. Então infelizmente é uma questão econômica. Não tanto pela pandemia, porque as pessoas tão em casa, eu acho que com relação a isso até deu uma aumentada no começo, mas quando as pessoas perceberam que de fato ia doer no bolso, que elas iam ter me-*

nos dinheiro, elas começaram a segurar o dinheiro, porque é um luxo, né?!

P: *Sim!!! A gente tá numa crise econômica, né?! Todo mundo perdendo emprego...*

C: *Total!!! 2021 tá muito triste, né?! 2020 ainda não dava pra... mas agora 2021 a gente vê que realmente tem uma crise que é... nossa dói bastante no nosso bolso.*

P: *Tá bem difícil... porque ano passado era só o primeiro ano, né?! Agora é o segundo ano, e a gente não tem perspectiva alguma de sair...*

C: *É, é aquela coisa de data limite... Tá todo mundo no limite! A gente tá doido... nossa, uma galera foi pra rua, olha que doideira.*

P: *Pois é! A quantidade de pessoas aqui em São Paulo... super cheio!*

C: *Nossa, super cheio e dava pra ver que era organizado, que era com cuidado...*

P: *Eu fui pelega, eu tive medo de ir.*

C: *Não, mas por medo... Não tem como julgar! Não tem como julgar mesmo, de verdade, eu também não teria coragem de ir. Eu falo da minha filha, mas eu não teria coragem de ir. Tenho várias questões emocionais. Isso tem que ser*

respeitado também, deixa essa galera que tá jovem... vai eles aí, esse povo de 18 anos super saudável, eles têm que sofrer também, eles enchem tanto o saco na internet [risos]

P: [risos] *exato! Também acho!!! [risos]*

Bom, você trabalha no universo digital – agora você não tá trabalhando muito tá mas você pode falar tipo, de um período...

C: *Não, é... Eu tô, tipo, eu ainda mantenho Facebook... o Facebook não, o Twitter. Eu ainda tô em todos os grupos, eu converso diariamente com as meninas sobre. Apesar de não tá podendo produzir, eu ainda tô no meio... porque eu prefiro, eu realmente escolhi me manter assim, não fingir que não tá acontecendo nada agora.*

P: *Aham... presencial você não tá trabalhando?*

C: *Não, não... agora não tô fazendo nada. Nunca fiz também, mas é uma coisa que eu pretendo fazer futuramente na verdade.*

P: *Ah, você nunca fez? Você só fez camming até hoje?*

C: *Só camming até hoje. Nunca fiz nada mesmo do tipo... tanto que uma vez me*

perguntaram isso assim... a primeira vez que... uma vez só me perguntaram isso pessoalmente e eu fiquei tipo ‘nossa, o que?’ quase que eu bati no cara...

P: *Sério?*

C: *Fiquei muito chateada porque eu falei ‘como assim?’ E aí só depois eu fiquei ‘nossa, talvez tenha um pouco de sentido’ [risos]*

P: [risos]

C: *Talvez eu tenha feito alguma coisa meio que ele achou que era de profissional [risos] meio fria, às vezes demais, eu não sei, o cara? eu fiquei ‘como assim, moço?’ [risos]*

P: [risos]

Camming é Twitter, é Facebook... tudo isso a gente coloca no camming, é isso, né?!

C: *Então, porque o Facebook tem gente que nem precisa entrar na plataforma, infelizmente, né?... Então o Twitter ele ajuda muito. Por exemplo, se a gente olhar aqui no Brasil, 90% é Câmera Privê mesmo... tem o Câmera Hot também, mas ele tá lá morrendo, né? E o Câmera Privê ele não deixa... você não pode passar*

as suas redes sociais para as pessoas, só que por outro lado eles também dão aquela... eles pegam as @ e divulgam. Tanto que quando eu fiz o contrato, eles mandaram o e-mail de volta tipo assim, 'ah, é sobrecarga de registro e a gente não aceitou'. E aí, eu tinha uma amiga que trabalhava, aí ela falou 'vou te mandar o perfil do Câmera Privê...'. Aí eles me... eu mandei mensagem pra eles, eles me seguiram de volta e falaram 'a gente vai te aceitar agora mesmo', porque eu tinha seguidor no Twitter, porque eu tinha várias meninas do camming que já me seguiam, então tem muito isso...

P: Ah, então tem isso, tem que ter uma influência?

C: Tem, tem... Tipo assim, não que vai te impedir de entrar, mas se você quiser entrar mais rápido cê fala com uma amiga, te passa, ele vai ver que você conhece a fulana, a ciclana, não pode vir, você é maior de idade, tá tudo ok. É porque eles não querem mesmo gente muito avulsa, então você ter um perfil já no Twitter, eles vão falar 'ah não, essa pessoa realmente tá a fim de trabalhar e dar os ganhos pra gente', que é isso que eles querem: que a gente fique online pra eles ganharem com a gente, né?

P: Sim, claro! Exploração capitalista sempre, né?!

C: Sempre!

P: Sua experiência com o camming, então você pode contar um pouquinho mais sobre ela? Os principais desafios e vantagens?

C: Posso, posso! Até vi a entrevista da Geisy Arruda com o Rafinha Bastos e achei tão maravilhoso. Não, é... eu vi da Amy White também, foi a Amy White que falou um negócio que foi muito eu falei 'nossa, foi exatamente assim comigo' que foi a questão de ter feito já [sexo online] com o namoradinho na adolescência assim sabe... com 16 anos eu tive meu primeiro namorado, tipo 16, 17, 18 eu tive meu primeiro namorado e ele era de São Paulo, então a gente não se via... então até a gente se ver a gente teve aquele negócio de 'ai, vamo tirar a roupa, vamo se vê' e aí depois de ter rolado isso a gente mantinha isso porque a gente era dois adolescentes no cio né... [risos]

P: [risos]

C: Então várias vezes isso retornou na minha vida porque nunca foi uma coisa tipo assim ah eu conheci a pessoa e

eu faço questão, só que aí isso retornou de vez em quando na minha vida, só que aí com os crushs a distância que rola-va isso... só que nunca era tipo sempre 'ai eu sou viciada nisso', era tipo assim uma vez no ano eu conhecia alguém, e eu fazia, e eu me achava demais, saía e falava 'nossa, a melhor experiência da minha vida, isso é melhor que sexo até' de verdade! As vezes eu achava que... você ficou mudo, ah voltou!

P: *Cê jura que cê achava?*

C: *Juro! Várias vezes, quando eu era tipo muito nova, então quando você é nova, você não tem muita experiência também, né?! Então, quando eu senti aquilo – tem a questão do fetiche envolvido – eu achava que era melhor. Porque tipo assim, além de eu ter todo o controle da situação, tinha a questão do fetiche, de eu saber que a pessoa tava lá, que ela tava me olhando, que ela tava... cês tão me vendo! Porque eu sou muito tipo assim, é eu mesma. Mas eu tenho... e isso me dava... eu ficava tipo 'nossa isso é muito gostoso'. E acho que até por isso que não ficava tipo fazendo isso sempre, porque se você faz isso sempre, perde a graça, né?... tanto que como que não tenho mais tanto tesão nisso hoje em dia, eu não dou tanta*

bola [risos]. Cara perde a graça, cê sabe... quando a gente vai ficando velha. Mas várias vezes durante a vida foi rolando isso. Aí quanto eu tinha... quando eu tava nessa época muito depressiva, eu tinha uma amiga na época – também parei de conversar com ela, mas foi outra coisa também nada a ver, foi dela – aí ela era sugar baby e ela falou 'ah, amiga, você não quer fazer nada presencial, você não suporta muito homem, né?... então porque que você não faz camming?' [risos] Ela falou, né? 'porque que você não vai e faz coisas do tipo?' aí eu falei 'nossa é mesmo', aí foi quando ela plantou esse negocinho que ficou na minha cabeça e que aí depois eu fui trabalhando. Aí eu falei 'não, preciso de um lugar' e aí eu fui arrumando tudo, saí da faculdade igual uma doida [risos], eu não precisava, mas eu fiz isso porque eu não conseguia ficar mais na faculda-de mesmo, e eu também não ia conseguir lidar com o fato de tá na faculdade e com a possível exposição e tá no meio dum... eu não podia tá num grupo de pessoas quando eu comecei, eu sabia disso. Então foi muito escondido, eu comecei a fazer tipo fora do site, então eu anunciava no Facebook, no Facebook não, no Instagram e no Twitter. O meu Instagram caiu, né?, então eu não pude

mais... porque o Instagram tem uma política muito ruim, então ele derruba mesmo. E aí eu fiquei só no Twitter bastante tempo, eu ganhei uma grana boa assim, tipo eu já ganhei duzentos reais por meia hora assim... que é uma grana muito boa, né?, se a gente for pensar assim... uma granassa se for parar pra pensar, ainda mais hoje em dia..., mas é muito por causa do frescor, você acabou de começar e os caras querem ver quem é você e tudo mais... e aí eu não mostrava o rosto, eu usava sempre uma máscara

P: Ah, é?

C: *É, e sempre com a máscara. Eu me inscrevi no privê com a máscara... e eu tive um ganho muito bom assim, sempre quando eu... o tempo que deu entre eu ser atropelada, acontecer tudo isso, eu ter uma cama e tudo mais é... foi coisa de um mês, é... um mês e meio... só que eu tive um ganho tão bom, que eu na época o [nome do site] tava querendo vir para o Brasil e eles pegavam é... só o print da fatura do privê, porque também não tem como eles ficarem... eu não posso falsificar um print do extrato do privê, né?... Aí eu mandei, e eles me mandaram uma proposta muito boa que era ganhar 30 dólar por cinco horas online semanais.*

Então assim, era muito bom mesmo... aí veio a pandemia!!! Aí veio a pandemia eu já não conseguia mais ficar online, já não tava rendendo mais... e é um bafunho assim: diferente da rua... acho que não é tão diferente, dependendo do lugar que você mora também, isso é muito importante... mas quando você tá na internet, sua imagem é eternizada, não adianta você fazer coisa quando você tá mal, não adianta trabalhar mal, porque as pessoas vão lembrar você mal, não vão lembrar de você bem, então pra gente tem que ter esse negócio... por exemplo, o Twitter tá parado, mas tira umas fotinhas bonitinhas de vez em quando pras pessoas verem e manterem aquela coisa da adoração, de querer a pessoa por perto, de querer ver a sua imagem, porque é TUDO sobre imagem, então cê tem que manter a imagem, infelizmente. É óbvio que você tem que colocar você mesma, porque é isso que vai diferenciar você da fulana que vai fazer as pessoas terem clientes diferentes..., mas você precisa cuidar da sua imagem porque é isso que vai fazer a pessoa pagar você, é isso que vai pagar o seu aluguel. Não é nada além da sua imagem, infelizmente.

P: *Sim... Você falou que você não gosta de homem, mas você é heterossexual ou não?*

C: *Sou, sou..., mas eu não gosto porque já cansei já depois dos trinta [risos]*

P: *Mas você não tem problema... assim, não que você não tenha problema nenhum..., mas nos seus atendimentos esse ranço com homem, ele vem à tona ou você consegue separar isso?*

C: *Depende... Se o cara chega pra mim como submisso eu não separo não, eu já aproveito já... já meio que misturo as coisas... Não é muito certo [risos] mas é o jeito de você demonstrar um ranço real e que o cara tá procurando, né?... humilhação real, aí eu já aproveito um pouco, mas assim, é... por exemplo o cara que chega muito rapidinho assim, e eu sei que é babaca, eu não vou ficar perdendo tempo com ele porque eu sei que ele não vai me dar muito dinheiro então, é... as vezes ter um pouco de ranço de homem é bom porque senão você pode cair nas lábias, o cara chega 'ah, cê tá só?' 'ah eu tô sozinha', mas às vezes é melhor ficar sozinha do que com você, sabe?! E tem menina que pode achar que 'ah, realmente, melhor ficar conversando com você aqui*

e tirando proveito de mim do que ficar sozinha', mas aí eu já sei que realmente melhor ficar sozinha do que eu ficar com aquele cara que não vai me dar dinheiro nenhum, que o importante é o dinheiro mesmo...

P: *Aí ele pode entrar lá – eu não sei exatamente – cê fica lá online, aí o cara entra... ele pode entrar sem te dar dinheiro, é isso? Sem pagar?*

C: *Pode, pode!!! Tipo, você fica no free até alguém te chamar pro premium, aí você pode escolher ou não aceitar ir, né?, tipo, mas até te chamar você pode ficar lá. Aí vai ter cara que vai querer que você fale tipo 'ah, você é domme? Você gosta de comer cu?' e ele quer que você fala, porque você falando vai tá dando material pra ele desenvolver né?, lá do lado dele o que ele quer, né?! Porque ele vai tá vendendo você em movimento, ele vai tá ouvindo sua voz. Então o negócio é ficar tipo muda... tipo, ser educada, falar 'oi, tudo bem? Boa noite', mas não passar muito disso. 'Ah você quer saber mais? Então vamo pro simples, porque lá não é tão caro, mas lá a gente consegue conversar melhor, né?!' Eu posso falar melhor, sem problemas, sem me sentir mal né?... mas os cara tenta, os cara tenta [risos]*

P: *Sempre, né?! Sempre tem alguém querendo tirar proveito da gente, né?!*

E aí nesse modelo de trabalho sexual, né?, no camming, a sua casa era o seu local de trabalho, né?

C: *Sim, sim... 100%.*

P: *Beleza, mas e como funcionava? Você mora com a sua filha, e aí como você fazia esse esquema de tipo... como que sua casa, você e sua filha se relacionavam com esse trabalho, sabe? Você levava ela pra algum lugar, como que era?*

C: *Então, por muito tempo na verdade não tinha essa questão porque ela tava na casa da minha mãe... que nem eu falei, eu busquei um lugar pra morar sozinha e deixei ela com a minha mãe, é... na nossa cidade natal porque é uma cidade pequena, já tava na mesma escola desde o maternal assim... então era muito mais tranquilo. Só que aí veio a pandemia e aí eu comecei a fazer de vez em quando, quando ela tava dormindo assim, quando eu via que ela tava num sono pesado. Eu acordava cedo, tipo acordava 5 horas, 6 horas da manhã, me arrumava, e aí eu conseguia trabalhar. Só que aí com o tempo eu fui vendo que a procura no site tava diminuindo, o fluxo do site tava muito baixo, não valia à pena, então eu comecei*

a falar 'só vou entrar quando eu mandar ela pra minha mãe'. Só que aí não dava pra... eu mandei ela tipo duas, três vezes, só que aí começou a ficar muito... muito caso, variante de Manaus aqui na região, muita gente morrendo, é... meu terapeuta faleceu no meio disso, e aí eu falei 'ah, não vai dar não, infelizmente eu vou ter que parar aqui, vou ter que esperar as coisas dar uma normalizada' pra eu criar algum conteúdo, fazer algumas coisas é... e foi bem no meio mesmo, tanto que teve conteúdo que ficou, tipo, teve gente que pagou por vídeo que eu não pude fazer até hoje porque precisava da casa vazia e não tem como... só que as pessoas entendem, elas vêm que não tem como eu me manter no serviço assim, que eu não tô dando um k.o, porque eu não quero trabalhar... é porque realmente eu não tô tendo condição agora por essa questão da logística, porque o que seria? Seria trabalhar num horário que a minha filha tá na escola, que ela tá nalgum curso... porque eu quero muito que ela seja uma criança ativa, que ela faça vários cursos, então seria trabalhar nesse meio de tempo. Por exemplo, ela tá num curso, eu posso não tá online, mas eu pego vou editando as fotos, vou passando as fotos pro computador, colocando no site, e tudo mais sabe?! É meio que misturar tudo assim,

meio que tentar fazer tudo. Mas depois da pandemia eu não sei também, porque eu acho que eu vou procurar um serviço, é... com, por exemplo, caixa de supermercado, ou então em algum buffet, alguma coisa do tipo, pra ter um dinheiro todo mês e juntar uma grana pra vazar da minha região... porque eu acho que eu tô muito tipo... acho que se você fica muito tempo parado na sua casa acho que você começa a perceber que a sua região não tem muito o que oferecer. Cê pensa 'tá eu vou sair, e pra onde que eu vou? Pra lugar nenhum. Quem que eu quero ver? Uma ou duas pessoas' ... não vou morrer se eu for... então eu quero mudar, eu quero ser pobre na Bahia, entendeu?! Não quero mais ser pobre em Franca. Ser pobre em Franca é muito chato... acho que ser pobre em algum lugar da Bahia com certeza é melhor, eu tenho certeza absoluta!!! Porque eu já fui pra cidade assim mais gostosinha de viver, e é mais gostoso sim, não é igual essa merda que tá cheio de bolsominion doido assim, que tá até hoje gritando mito, assim... Ah, interior de São Paulo é muito ruim! Então assim, eu quero trabalhar muito assim, eu quero até fazer presencial talvez, pra vazar daqui mesmo. Pegar minha e vazar pra ir pra outro lugar e ser pobre num lugar

mais bom assim... ter pelo menos a praia que é de graça e falar 'ah, eu vou na praia'.

P: É, pelo menos isso, né?!

C: Os outros falam 'ah, mas não tem lugar perfeito', mas eu não quero lugar perfeito, eu quero um lugar que tenha um lugar bom quando eu ficar irritada, eu quero tipo ir pra praia. Aqui não tem pra onde ir, aqui eu vou pra onde? Eu vou prum meio do mato ser estuprada? Que é o que acontece, né?!

P: Que horror! Sim!!! Eu não conseguiria morar em cidade pequena, eu... nossa eu fico...

C: Não faça isso mesmo! É tudo mentira [risos]...

P: Eu morava, eu morava em Cotia até ontem... é que Cotia é próximo da cidade de São Paulo, mas é um pouco afastado, pra chegar em São Paulo é uns 40 minutos de carro, é um pouco longe... e já era horrível assim, pra mim!

C: Já atrapalha, né?! Já te coloca numa situação ruim, imagina interior, do interior, do interior

P: *E pior é que assim, é um monte de gente babaca falando da sua vida. Porque também tem essa, né?! As pessoas sabem quem é todo mundo, todo mundo sabe quem é o vizinho... nossa...*

C: *Exatamente, é isso que eu falo. Eu quero ir pra um lugar, que quando eu chegar lá, ninguém sabe o meu nome, eu posso falar o nome que eu quiser, posso falar o nome com a entonação que eu quiser, eu posso ser quem eu quiser, eu não preciso ficar sustentando, eu não sou filha da Tereza... sabe? Esse negócio de cidade pequena? Não... eu quero virar esse lado da minha vida de vez assim.*

P: *Legal! Vai dar certo, espero que dê certo.*

C: *Ai, amém! Vai sim!*

P: *Eu vou fazer umas perguntas um pouco mais sobre a casa, eu vou te explicar o motivo. Eu tô fazendo um curso que é sobre mulheres e casa, e cidade e ele é de arquitetura, então eu vou explorar um pouquinho a sua relação com a sua casa e seu trabalho, porque é disso que eu quero falar no trabalho que eu vou fazer e eu vou usar a entrevista, tá?! Então eu vou fazer umas perguntas um pouco mais sobre isso!*

Esse espaço de habitação que você usava pra trabalhar, ele sofreu alguma alteração física, tipo móvel novo, sofá novo, cama nova... coisas assim que você comprou e mudou fisicamente nesse espaço pra poder trabalhar com mais... com mais... nossa, esqueci a palavra... ah, pra ficar mais bonito, sei lá...

C: *Não, com certeza. Como eu fui montando a minha casa com essa ideia, eu meio que tudo fui comprando... eu quero uma cama box, porque cama box você pode virar ela pra quantos lugares você quiser, e tudo mais... então tudo que eu via... tipo eu quero os móveis sejam todos branquinhos, é porque a gente vê, na época assim a maioria das meninas era tudo branquinho, tudo mais... é... deixar as coisas mais fofinhas, é sempre ter uma luz assim, é... nas paredes, nossa, pode ter certeza se a menina tem várias luzes na parede, ela tá no EAD, ela tá fazendo camming [risos] porque é um jeito de dar uma coisinha diferente, né?! Então tem sim, essas alterações pequenininhas, assim. É engraçado, você percebe que o ambiente, vira realmente um ambiente de trabalho, a sua casa, não tem como você falar que não. É aquele negócio são três horas da manhã, cê para assim, termina tudo, vai, cê toma banho... aí cê deixa as*

coisas meio jogadas cê olha as vezes e fala 'ai, é realmente meu estilo de vida, eu vou fazer o que? Amanhã eu acordo e arrumo, é o que tem pra hoje'. Mas altera sim o ambiente quando você começa a pensar.

Eu tive muita sorte que por exemplo, eu tenho um tripé que é muito bom, profissional, mas meu tio achou num festival que ele tava lá, que ele mexe com som, ele achou um tripé, ficou tipo até o final do festival, porque ele foi uma das últimas pessoas a tirar o... os negócio de som dele lá. Aí não achou o dono e um dia eu vi lá na casa da minha vó e falei 'nossa, que tripé é esse?' 'Ah, pode levar pra você', falei 'nossa', até parece que foi Deus falando 'vai na fé querida'. Eu não pude comprar ainda aquelas luzes, mas eu sei que eu tenho que comprar, é uma coisa... é porque realmente, como eu fiquei nesse meio assim eu ficava 'será que eu compro, será que eu não compro?' porque eu tenho medo também do negócio quebrar, queimar, estragar, né?! Mas tem sim, tem uma necessidade sim de você ter um certo esquema de local, tanto que agora eu tô esperando pra fazer conteúdo em si, nem tento pra camming, mas pra criar conteúdo, criar vídeo, criar foto, eu tô esperando pra eu fazer um...

na sala eu vou fazer um cantinho meio íntimo, comprar um sofázinho novo, colocar uma mesinha do lado, sabe?! Colocar umas coisinhas assim, uma plantinha. Tem essa necessidade, a gente vai vendo com o tempo que é preciso explorar, senão a gente fica meio claustrofóbico na mesma, num mesmo lugar assim.

P: *Todo trabalho home office requer mudanças, né? Mas é que o seu, no seu caso, vai expor o ambiente, né?! Porque no home office você pode fechar a câmera, dependendo da situação, mas acho que como você mostra esse ambiente, né?!*

Quando você trabalhava na sua casa, você trabalhava num único cômodo, ou você tipo cada hora você tava num lugar, assim, ou você tinha tipo um cenário, vamo colocar assim?

C: *Eu tinha um cenário. Eu criei um cenário, que nem eu falei: coloquei as luzeszinhas, eu pegava todos os brinquedinhos e colocava eles posicionados, assim... é... como a minha cama é aquelas bem dura e ruim, assim, é fácil colocar as coisas em cima dela que elas ficam... parece uma tábua mesmo, então fica bonito assim. E eu criava um ambiente que era médio, não era a coisa mais bonita do*

... mundo, não..., mas eu sempre me preocupei com a estética, é uma coisa que me preocupa assim, eu acho que é importante você manter uma estética bonitinha assim, porque acho que agrada coisas boas assim. Cê chegar num lugar muito fuleiro, eu acho que vai atrair umas pessoas que não vão querer... que vão querer umas coisas que talvez não me agrade tanto em fazer assim...

P: *É verdade, acho que você tem razão, o ambiente...*

C: *Sim, sim. Ele dialoga com as emoções.*

P: *Sim... Também acho. Ai que bonito.*

Eu vi uma entrevista na Piauí com uma Cam Girl, aí ele fala assim, olha: 'Uma Cam Girl precisa ser criativa. Muitas vezes, o cliente nem sabe o que quer. É preciso excitá-lo para que permaneça no chat'. Eu queria que você comentasse essa citação e me dissesse como transformar sua casa num ambiente que te desperte criatividade... como que você fez isso, né? Qual foi o seu processo de criar esse ambiente criativo dentro da sua casa, que geralmente, não necessariamente é um ambiente criativo?

C: *Aham, entendi... É, ela tem total razão por que realmente eles chegam muito confusos, perdidos, então é a questão do clima. Comigo foi muito na questão do jogo de luzes, assim, eu tentava colocar umas luzes mais quentes, por mais que as vezes tinha gente que achasse meio escuro, eu acho que dentro da proposta do que eu tava oferecendo, é... como imagem mesmo assim, era o que chamava mais atenção e o que realmente funcionou. Que era uma coisa mais intimista, é... uma coisa mais fetichista, de voyeur, de olhar, assim... da pessoa que gosta de ser vista, mas ao mesmo tempo ela não tá mostrando tudo assim, porque ela não quer, sabe?! E faz uma diferença muito grande na forma como você vai mostrar. Pra mim faz... talvez pra algumas pessoas não percebiam tanto, ela pode ficar quatro anos nisso e não vai fazer diferença. Mas eu vejo que a maioria das minhas amigas se preocupam muito assim... de manter a estética, então você vai lá e coloca um quadrozinho... eu tinha também quadros, eu colocava uns quadros, é que eu esqueci, mas eu tinha quadro de banda... então as pessoas já viam... por exemplo, viam lá o The Doors, 'ah, você gosta de The Doors?' 'Ah, fazer o que, né?, ele era um bosta mas eu gosto'.*

Aí cê já desenvolve, 'ah, mas porque que ele era um bosta?' 'Cara, ele bate na mulher dele, cê não sabe não?' 'Aí cê começa com o cara assim, sobre um assunto que ele não espera que ele vai encontrar sabe? Mas ele vai encontrar...

P: *O próprio ambiente também cria um clima de uma conversa pra começar...*

C: *Total!!! Total! Eu gosto muito de ficar escrevendo, então eu ficava escrevendo... aí os caras 'quê que cê tá escrevendo?' 'eu não vou te mostrar, tipo, por dinheiro nenhum' [risos]. Eu não mostrava né, mas eu falava 'se você me mandar um presente eu posso pensar em ler alguma coisa, falar sobre o que eu tô escrevendo... se você me chamar pro chat, eu posso falar o que eu tô pensando agora, né? Tipo, mas eu não vou mostrar'... Porque eu sou meio... tipo, eu não gosto de mostrar as coisas que eu escrevo, assim... mas é bem isso, o ambiente faz também a ocasião, de verdade na questão do camming.*

P: *E toda essa organização que você precisou fazer, não te atrapalhava no seu cotidiano fora do trabalho? Fora do horário de trabalho essa dinâmica da sua casa continuava a mesma, ou tipo você desfazia alguma coisa, o cenário?*

C: *Eu desfazia... eu tinha essa necessidade. Eu sou aquela pessoa que precisa sentir que vai dormir em outro ambiente. Das vezes que eu misturava parecia que eu já acordava e eu já trabalhava... e eu não conseguia, sabe?! Abandonar. Então eu precisava tipo desfazer, tirar as coisas, guardar, dar uma escondidinha assim... e até hoje eu sou assim, eu preciso mesmo quando eu tava sozinha assim, quando a Flor [filha de Crystal] ficou um tempo maior assim na minha mãe, eu tinha que esconder porque senão parecia que não tinha pausa, sabe?! Que eu tava o tempo todo naquilo.*

P: *É então, esse negócio de morar no mesmo local de trabalho, pra você, dificulta sua relação com a sua casa enquanto espaço de descanso, né?*

C: *Dificulta, dificulta. Por isso que eu penso assim, mais pra frente quando tiver tipo... ah, qual a casa que você quer de todo coração? Eu quero ter um escritorzinho voltado pra isso que tipo assim, que eu posso fechar e falar 'não, agora eu não quero pensar nisso', sabe?!'*

P: *É, senão parece que a gente tá o tempo inteiro no nosso trabalho, né?!*

C: *Nossa, sim, sim... Ainda mais na cama. Na cama eu tava muito irritada, muito irritada! Tanto que quando eu mudei, e comecei a fazer na sala, no sofá, eu fiquei me sentindo um pouco mais livre... foi... apesar de não ser uma época de bons ganhos, porque já tava nessa época de covid muito né?, muito tempo, eu sinto que... eu me sentia mais livre, assim... tanto que eu até falava assim... as vezes os vizinho podia tá ouvindo alguma coisa, eu falei 'nossa acho que não dá mais, chega, chega, chega...' aí chegou num ponto eu falei 'não, não vou fazer mais não...'. É gostoso, é muito legal, mas a... não tá... a dinâmica não tá rolando. Realmente a casa não tá, não tá... servindo pra isso por enquanto, infelizmente.*

P: *Mas por quê? Por causa da sua filha, não por quê... É porque que a casa não tá servindo?*

C: *Ah, por causa de tudo. Por exemplo, é... como eu tinha que acordar cedo e tudo mais, de manhã, como eu moro no segundo prédio, todo mundo passa na frente da minha porta. Então imagina, às 7 horas da manhã o tanto de gente passando... aí, por exemplo, você não pode acender um baseadinho pra dar aquela soltadinha e ficar mais felizinha. Cê vai falar... como*

é que cê vai falar pra um cara 'vou comer seu...' sabe?! Não tem como cê desenvolver tão bem. E as vezes eu tava até tipo assim... eu me soltava, só que aí depois eu pensava: 'mas isso não é tão bacana, alguém pode uma hora reclamar, alguém pode ouvir...' E eu também não quero que a pessoa ouça, acho que é importante a gente manter um certo pudor assim, porque apesar de tudo a sociedade... ninguém é obrigado a ficar ouvindo né isso, 7 horas da manhã, ouvindo uma... ouvindo alguma frase assim, né?!

P: *Ah, ouvindo nada as 7 horas da manhã [risos].*

C: *[risos] Às 7 horas da manhã deviam estar todos dormindo né... [risos]*

A não ser que seja aquela coisa natural que rolou mesmo, infelizmente aconteceu, cê vai fazer o que amigo?!

Mas trabalho, ninguém tinha que tá trabalhando as 7 horas da manhã, de fato [risos].

P: *É, realmente tem essa problemática né? Eu tô desde o começo da pandemia também trabalhando em casa e pra mim tem sido bem sufocante.*

C: *É, uma amiga minha ela reclama muito assim, tipo muito mesmo! Ela não aguenta mais, tem que voltar logo porque eu não aguento mais ficar em casa, trabalhando em casa...*

P: *É, é ruim mesmo!*

Então só pra concluir essa questão do camming, entre... a relação né?, seu trabalho com o camming e a sua relação com a sua casa – que é o seu espaço de lazer, de descanso e tal... Me fala 3 coisas físicas – tipo espaciais mesmo, um sofá, uma cortina, alguma coisa – que mudaram radicalmente na sua casa por causa do home office, do camming.

C: *Nossa, a cama com certeza, porque eu comprei tipo pensando; o sofá também, porque eu comprei um sofá cama pra abrir, pra caso precisar de mais espaço, né? É, deixa eu ver, o sofá, a cama... e a mesa também, que eu fiz questão de escolher uma mesa com... de um jeito que eu achasse que poderia de alguma forma envolver assim... eu até fiz assim, gravei algumas coisas. Porque é importante assim, ter uma mesa que dava pra levar pra outros ambientes, assim, pra eu poder criar coisas... é interessante, sim! Até dentro do camming assim, mesmo...*

porque eu vendi um... já vendi assim que a pessoa 'ah, tem como cê fazer aqueles negócios meio de...' tá lendo um livro, mas com o vibrador assim, e tudo mais. Então eu sabia que ia ter essa necessidade realmente teve essa necessidade, eu vendi assim alguns vídeos assim. E é legal, assim... foi essas três coisas mesmo: a mesa, a cama e o sofá, assim, que eu pensei 'não tem que ser... tem que ter... pelo menos tais coisas pra também suprir essa demanda, que não era a primária, né, porque a gente precisa... uma cama é pra dormir de primeiro, né?, mas se suprir é melhor, né?'. E deu certo, graças a Deus eu consegui.

P: *Ah, que legal! Tudo. Tá quase acabando tá [risos]*

C: *Tá [risos]. Não tem problema.*

P: *A prostituição não é uma profissão regulamentada, né?, ao passo que também não é proibida. O que você acha dessa contradição?*

C: *Ah, eu acho ridículo [risos]. Ridículo. O Brasil é um país muito burocrático, a gente sabe que a gente passa por muita burocracia e você colocar... é... isso, assim, faz as pessoas ficarem completamente confusas porque elas ficam 'mas*

que direito que você quer? Não é proibido! Aí cê vai começar a falar, cê baixa o Marx dentro de você e cê começa a... sabe? Não sobra muita... É muito ruim você ter que explicar o porquê você quer ser um trabalhador remunerado, com direito a férias, e tudo mais. É muito complicado você ter que explicar isso, sabe?! As pessoas realmente as vezes elas têm essa barreira que eu falei, de entender. As vezes até por questões pessoais que é do limite delas, não tem como a gente também enfiar muito, sabe?! É... elas têm que respeitar, óbvio, respeito tem que... não é uma questão de escolha, né?, respeito a gente tem que respeitar e fim, mas é isso, eu acho... É complicado. Porque tipo assim, de fato, é as pessoas falam 'é, mas porque não é proibido, vocês fazem muito caso...' Eu fico 'gente, mas o que a gente tá pedindo é pras pessoas verem a gente de uma forma mais natural, é... que as piadas não sejam tanto num tom depreciativo, sabe?! Que entenda isso de uma forma é que... é porque a gente realmente doa boa parte da nossa vida é... pra fazer bem-feito'. Não é porque é uma coisa que você considera vulgar, que é vulgar de fato. Acho que... vulgaridade na verdade é um conceito muito abstrato e torto pra gente trabalhar a partir dele,

então tipo foda-se se você acha vulgar ou não... a questão é que a pessoa tá colocando um peso muito grande da vida dela, tá colocando ela lá, assim como qualquer outro serviço. Assim como várias outras áreas... é... cê vai falar 'ah, é exploração, tem muito espaço pra problemática', têm!!! Mas tem vários campos assim que a gente... se a gente for olhar. É isso que eu falo, aí a gente entra numa onda trabalhista muito grande, né?! [risos] aí cê tem que meio que virar o Boulos assim do momento, né?! Porque é meio chato, cê não quer virar o Boulos, né?! Às vezes cê só quer falar com uma linguagem acessível..., mas não resta muito o que fazer, porque cê tem que falar sobre direito do trabalhador, e as pessoas acham que realmente direito do trabalhador é coisa de comunista [risos] então cê fala 'tá bom... eu sou comunista caralho, tá bom! Mas não é isso' [risos] não é porque eu sou comunista que eu sou a favor dos direitos dos trabalhadores, na verdade eu sou a favor dos direitos dos trabalhadores porque eu sou uma pessoa pobre, porque eu tenho cérebro, porque...

P: Exato

C: *Por que eu seria contra os direitos dos trabalhadores, meu Deus do céu?*

P: *Inclusive se as pessoas – é que a gente tem uma educação péssima, né?... e não dá pra culpar as pessoas – mas quem criou a CLT foi o Vargas, e ele de comunista não tinha absolutamente nada [risos]*

C: [risos] *Exato!!! É porque... é isso que você falou, Brasil é muito bagunçado, é muito bagunçado. A gente vai demorar muito tempo – se der tempo de arrumar. Mas é muito bagunçado, porque entrou na cabeça do brasileiro que você ser a favor dos direitos do trabalho é você ser comunista, de verdade, isso é uma coisa que a gente vê no interior e que é muito forte. É... o Lula vai ganhar porque graças a Deus ele conseguiu... [risos] graças à Deus ele conseguiu levar muita coisa pra muita gente que vai votar quietinho, no miudinho, por isso que eu falo ‘gente, relaxa, o Lula vai ganhar pelo menos’. A gente vai morrer? Vai. [risos]*

P: [risos]

C: [risos] *Mas quem sobreviver vai votar no Lula e vai ver ele sendo eleito. A não ser que alguém mate ele, Deus me livre né?, isso não pode acontecer – vou bater*

na madeira aqui – mas, é... tem a coisa assim, mas ele vai ganhar. Mas é porque o povo é trabalhador, só que não quer admitir [risos]

P: *Exato!!!*

C: *É doido, é doido isso, né?! [risos] o Lula é o presidente perfeito, é um presidente que veio do sindicato, né?... , mas as pessoas não querem ele... enfim, é muito doido, é muito doido.*

Essa ambiguidade de ser trabalho, não ser trabalho; ser reconhecido, não ser reconhecido; poder falar sobre, e não poder falar sobre é muito ruim! Porque você nunca sabe quando falar sobre e você nunca quando você levantar isso, por exemplo, quando alguém te chama de feminista branca você fica ‘nossa, fia, tipo como assim cê tá me chamando de feminista branca? Você não sabe o que eu fiz mês passado pra pagar minhas contas’, sabe?! Tipo, vai tomar no cu, caralho!!!

P: [risos]

C: *Cê tá no mestrado já e taí chamando a menina de feminista branca! [risos] a menina passou por um monte de coisas. A gente precisa... a gente fica meio assim sabe?! É muito disso de não saber quando falar. Porque às vezes a gente sabe que*

é melhor ficar quieto, sim..., mas é ruim, é chato, é uma coisa que a gente... que eu pelo menos tento educar as pessoas a minha volta, pra elas falarem de forma naturalizada, NÃO romantizando, mas também não colocando num lugar que não deve ser posto, que é num lugar de inferioridade.

P: *Sim.*

C: *Porque uma coisa é ser problemático, outra coisa é ser inferior... são nuances bem diferentes, dá pra separar, gente!!!!*

P: *Sim! O que você diria pra uma feminista radical¹⁴ [femrad], abolicionista, contra a prostituição e a favor do fim da prostituição?*

C: *Nossa! Primeiro que eu nunca gostei, nunca gostei... nunca, realmente assim! Eu já pensei muito por questões trabalhistas. Tipo assim, quando veio essa questão do rolê assim, eu me questioneei pelas trabalhadoras assim... mas aí de-*

pois caiu a ficha de... cara, eu já li uns relatos e eu fiquei 'nossa quem sou eu pra falar alguma coisa né?', bom ficar quietinha, né?! Vamo estudar feminismo trabalhista, das puta, marxista né?! Vamo tentar ir pra esse lado. Mas eu diria pra elas que elas não conhecem de fato ninguém que tenha trabalhado assim... é a amiga delas que fez USP, que fez Mackenzie e resolveu fazer onlyfans e se sentiu mal porque foi chamada de gostosa, ela não é ninguém perto das dezenas de centenas de trabalhadoras sexuais que montaram vidas, montaram carreiras de netos, de filhos, na base do dinheiro, desse dinheiro, desses homens que elas odeiam, dessas mulheres que elas odeiam e que elas não admitem, mas que elas odeiam. E elas fazem parte dessa estrutura que tá aprisionando essas pessoas. Porque elas tem vergonha de sair de onde que elas tão porque elas têm vergonha, porque elas não se sentem seguras pra conversar com um bando de menina que é formada, com um bando de menina com linguagem acadêmica. Ninguém quer conversar com gente de linguagem acadêmica; a gente tem medo de conversar. Eu que já fui da [...] eu que fiz 7 semestres, eu tenho medo as vezes de conversar com essas meninas, não porque eu não

14 O feminismo radical é uma das vertentes das lutas das mulheres, reconhecido principalmente por seu caráter de defesa do útero como marcador do significado de ser mulher, além de compreender que a heterossexualidade é sempre compulsória.

tenho argumento, mas vai que essa menina me tira uma tese de não sei da onde, como é que eu vou confrontar ela?

P: *Com a sua experiência, amiga!*

C: *Sim, com a minha experiência, mas aí é que tá. O que eu posso levar é a minha experiência, a experiência das minhas companheiras... e é isso que eu esfrego na cara delas e que eu sei que eu tô com razão e é isso que eu faço. Porque a gente leva a nossa experiência, foda-se a sua teoria, a sua teoria não alimenta nada, ela não coloca grana na boca de criança nenhuma. O que importa é o que a gente sente.*

E com relação a exploração da mulher, pelo amor de Deus, nossa senhora, coitada, só de ser mulher eu sou explorada e ponto final. Acabou! Vamo ser sincera. Só de ser preto cê vai sofrer racismo... a gente tem que também, não normatizar, mas entender que sim, existe isso. A gente vai partir do ponto de quem luta, não de quem é vítima. Porque ser vítima, ou, sinceramente, 2021, cansa. Eu tô cansada de ser vítima. Eu não quero mais ser vítima!

P: *Eu sinto muito assim nesse discurso assim mais femrad e tudo mais, de que*

elas partem do mesmo pressuposto de quem nos oprime, sabe?! De uma opressão sexual assim que beira a um negócio que... eu não consigo entender...

C: *Elas andam lado a lado, por exemplo, aquele movimento do "Recuse clicar", tá... realmente, de fato, a gente vê muito caso problemático. Só que aí você vai ver, elas tão andando lado a lado, com vários incels,¹⁵ esses caras que tem ódio de mulher, porque eles acham que a sexualidade deles foram estragadas por causa de mulheres, eles não voltam isso, eles nunca vão voltar isso pra uma empresa, porque eles são liberais... então o ódio deles é contra as mulheres, contra homens homossexuais, contra homens negros de coisa grande porque eles não têm porque é um tal de branco de... entende?! Então é muito ciclo do ódio. A gente tem que olhar com calma por isso que na hora de fazer uma crítica a gente tem que olhar; se tiver um pezinho no conservadorismo, segura um pouco... igual monogamia... Cê não precisa ser não monogâmico,*

15 Incels são homens que geralmente estão em abstinência sexual e culpam as mulheres por isso. Disseminando a misoginia em grupos fechados, os Incels podem chegar a cometer atos violentos contra mulheres.

mas segura um pouco as vezes alguma crítica, porque as vezes ele tem uma estrutura ali por trás que tá um pouco mais suja, que é bom a gente dar uma limpada antes da gente falar disso numa forma mais humorística, né? e tudo mais.

P: *Crystal. Vou finalizar, eu amei!*

C: *Tudo bem! Tá ótimo. [risos]*

A mulher do asfalto

Transcrição da entrevista com Duda Ferrarinni em 7 de abril de 2021.

Patrícia (entrevistadora): *Se você quiser se apresentar, falar sua idade... enfim... você pode se apresentar, por favor.*

Duda (entrevistada): *Então beleza! Eu sou Duda Ferrarinni – esse não é meu nome de registro, meu nome de registro é Thayne Dainton Silva [risos]. Eu tenho vinte e oito anos, sou prostituta desde os vinte anos... então vai fazer oito anos que eu exerço o trabalho sexual. Conheci o ativismo em 2016, em discussões da internet, quando veio à tona o assunto da PL da Gabriela Leite... e aí eu conheci pessoas dentro do ativismo defendendo a minha profissão e o meu direito enquanto cidadã e trabalhadora.*

Há dois anos faço parte da articulação. Desde o começo desse ano me tornei coordenadora adjunta da articulação – a ANPS, que agora é ANPROSEX.

P: *Legal. Eu vou... só uma coisa introdutória: eu vou fazer as perguntas pra você e aí caso você não queira responder, sei lá,*

se você achar que não faz sentido, você pode falar que a gente pula, tá!

D: *Tudo bem!*

P: *Bom então você trabalha há oito anos né, como prostituta... Você gosta desse termo ou você prefere usar outro? Porque tem uma discussão, né? Dentro do ativismo tem uma discussão, né?*

D: *Sim... Tem gente que curte a palavra puta, tem gente que não curte... acha pejorativo. Outras pessoas lutam pra que essa palavra tenha outro significado – que ela seja ressignificada – seja trazida pra nós de uma forma bonita, real e que realmente demonstre o que nós somos de verdade... Eu gosto do termo trabalhadora sexual. É o termo que realmente... que eu acho que é mais válido mesmo. Que ele lembra que eu sou uma trabalhadora, que as minhas companheiras são trabalhadoras, e que o trabalho sexual é trabalho. (grifo nosso)*

P: *E você gosta da sua profissão?*

D: *Eu gosto [risos]. É... quando eu entrei... eu não... não... Eu ainda tinha muito preconceito – eu já pensava, acho que toda mulher algum dia já pensou em trabalhar com isso – e... eu tinha muito preconceito,*

muito preconceito. Tipo, eu via as meninas gastando com estética, com roupa, eu achava que era besteira! Eu achava que era muito fútil, e... eu não conhecia o movimento nessa época. Depois que eu conheci, eu vi que eu estava no lugar certo! Porque é um lugar onde eu tenho liberdade, principalmente pra falar sobre sexo, né?... porque as mulheres, elas têm esse lugar de não falar sobre sexo, né?...

P: *É feio, né?...*

D: *É feio pra mulher, é baixo... E quando eu tomo esse protagonismo pra mim, da minha profissão, eu tenho essa liberdade e eu consigo levar pra outras mulheres, mesmo que elas não estejam dentro do trabalho sexual.*

P: *Massa! Acho que isso é uma discussão muito importante né?... O quanto a gente, enquanto mulher, a gente é reprimida a falar de sexo, a se expressar sexualmente... não só falar, mas acho que se expressar também, né? No ato em si né?...*

D: *Sim... sim... Falar o que gosta, ou o que não gosta. E a gente mesmo que a gente esteja exercendo o trabalho, a gente é livre pra falar 'opa, pera aí... isso eu não gosto, isso você não vai fazer comigo' ...*

e eu acho que é por esse caminho que a gente tem que ir mesmo, LEMBRAR NOSSAS COMPANHEIRAS que ela não é um objeto dentro do atendimento, e que ela pode sim falar 'opa, isso eu não gosto' ... né?

Tem um canal do TikTok e os caras... né?... às vezes eu posto alguma coisa e o cara pega e fala assim pra mim: 'ah, mas você tem que aceitar porque eu tô pagando...' e eu olho pra ele e falo: 'NÃO. Você tá pagando e eu aceito se eu quiser. Os termos são meus e você paga se você quiser'. (grifo nosso)

P: *Acho que por isso a importância da regulamentação do trabalho, né?...*

D: *Sim...*

P: *Pra você ter ao que recorrer... porque é muito fácil pra um cara que tá lá... o que vai acontecer com ele se ele não quiser respeitar esses limites, né?, que você tem que colocar...*

D: *Sim... A Lei Maria da Penha ela não fala sobre nós, né?... na verdade ela só serve pra uma mulher que tem vínculo com o homem há algum tempo... então, quando a gente vai numa delegacia, a gente entra num embate porque o policial olha pra*

gente, ou o delegado olha pra gente, e fala: 'ah, mas isso não é comigo, isso é um desacordo comercial', sendo que eu sou uma mulher, sofrendo uma violência né?, que isso pode culminar num feminicídio... porque trata de um feminicídio quando uma mulher morre em atendimento! Então isso é muito complicado, a gente tem que conversar sobre isso e acho que isso deve ser conversado muito mais dentro do movimento e depois deve ser levado pra sociedade, pra ser discutido e ter leis sérias!!! (grifo nosso)

P: *Sim!!! Você disse que é coordenadora adjunta da ANPROSEX, né?... E aí se você puder falar um pouco dos projetos e iniciativas da ANPROSEX e da sua experiência na luta pelos direitos das prostitutas?*

D: *Então a minha experiência ela vem de dois anos pra cá... que foi em um encontro no Maranhão, que eu fui, que Bethânia Santos do grupo Mulheres Guerreiras, lá de Campinas me levou! Pagou minha passagem, tudo bonitinho e eu fui com ela. Então foi a primeira vez que eu estive de frente mesmo com o movimento, que eu vi que era uma coisa séria... que eu conheci gente do Brasil inteiro, conheci gente de fora do Brasil: então ali começou minha Luta! Só que eu já tinha na*

minha cabeça essas... assim essa ideia do que era preciso para que a minha profissão fosse vista como profissão e eu fosse vista com respeito. E eu já discutia com outras colegas há muito tempo... bem antes né?, desse encontro no Maranhão... que ali foi onde DESPERTOU mesmo a minha vontade de fazer parte daquilo. De trazer projetos, de pensar, de trazer outras companheiras, de discutir!

Logo depois desse encontro, né?... Esse encontro ele foi em novembro de 2019, e quando foi em dezembro a Fátima Medeiros, da APROSBA [Associação das Profissionais do Sexo da Bahia] me fez o convite – fez pra uma outra amiga minha Aline Lopes – então... a gente entra nesse momento, eu entrei assim tentando aprender o que tava rolando, o que tava acontecendo... Porque é um movimento que tem história de mais de trinta anos, né?! Não é uma história que está acontecendo do dia pra noite! Muita coisa pra aprender, muitas pessoas pra conhecer, muitas histórias, muitas picuinhas. [risos] MUITA coisa mesmo!!!

Então ali EU COMEÇO a pensar as coisas, perguntar... aí eu percebi que elas faziam projetos, tinham editais que elas corriam, e eu quis fazer parte daquilo.

Comecei a aprender... Meu primeiro projeto que eu escrevi foi um projeto pro... pro Fundo Elas. Foi um projeto bem bacana – eu nem lembro mais agora qual que foi a ideia – mas foi bem bacana e depois eu comecei a somar junto. Fazendo – principalmente agora na pandemia – fazendo vaquinhas, né?, pondo debates, conversas. Faço parte de algumas atividades junto do projeto que a ANPROSEX tem com a ONU, que é o ONU Mulheres, inclusive é muito LINDO o projeto, traz vários debates, a gente fala sobre diversas coisas, inclusive sobre saúde mental né?... e a nossa ideia é trazer algum projeto social pra mulheres que se prostituem em situação de vulnerabilidade né?...

A gente NUNCA pode falar que uma mulher está em situação de prostituição, isso não existe! É o trabalho DELA, é uma escolha DELA! O que pode acontecer é ela estar se prostituindo em situação de vulnerabilidade... que é o que acontece... vem acontecendo em alguns Estados já há muito tempo, principalmente mulheres que trabalham em rua, que trabalham em praças... Mulheres que fazem programa por preço baixo, elas já tão ali há muito tempo... e agora com covid, e.... é muita coisa ruim, então!!!

A gente agora tá fazendo um projeto voltado pra saúde psicológica da trabalhadora sexual – que é um momento muito importante pra pensar isso. Já temos esse projeto da ONU e agora a gente tem um recém-nascido... um projeto recém-nascido... que é um projeto de entrevistas onde a gente trás não só trabalhadoras sexuais, mas também outras pessoas, escritores, produtores, diversos tipos de pessoas pra lembrar que nós não somos apenas sexo, nós não somos apenas corpos, nós **DISCUTIMOS OUTROS ASSUNTOS**. Nós discutimos políticas públicas, nós discutimos arte, nós discutimos **MUITA COISA** mesmo.

Então... esse projeto que é A hora da Mari-
posa, que são entrevistas no YouTube, muita bacana, inclusive... semana passada a gente entrevistou a Cida Vieira, que ela vem com a Greve das Prostitutas – não sei se tu tá sabendo? Em BH...

P: Tô sabendo... vi rapidinho assim...

D: Então depois tu pesquisa lá no Canal da ANPROSEX tem uma entrevista com ela na íntegra, onde você tem acesso a todas as informações sobre essa greve.

É isso... ? na luta. Vamos continuar as campanhas pra arrecadação de fundos,

porque as nossas companheiras em vulnerabilidade estão **PRECISANDO**. Nós **NÃO** temos apoio do governo, eu não considero que 150,00 R\$ de auxílio seja um auxílio. Isso pra mim é vergonhoso e acredito que pras minhas companheiras também é vergonhoso, e pra outras pessoas aqui no Brasil isso é vergonhoso, e não é uma ajuda é uma esmola isso...

P: É, porque com 150,00 R\$ a gente não faz absolutamente nada né?...

D: 150,00 R\$ eu não pago nem minha luz! Hoje em dia eu pago mil reais só de babá!!!

P: Cê tem um filho?

D: Eu tenho uma filha de onze anos... no momento ela tá com a babá, eu estou há não sei quantos quilômetros de distância dela... Porque eu moro no litoral e agora eu tô no interior, tô perto do Paraná. Então eu tô **MUITO** longe dela.

Passo vinte dias longe dela, né... e a gente só se conversa por vídeo chamada no momento, mensagem no WhatsApp e é o que tem pra agora.

P: Entendi... É a pandemia é uma problemática muito séria principalmente num trabalho, como o trabalho sexual, que

é um trabalho 100% presencial. Tem se transformado... essa coisa digital o que você acha desse lance que agora... Você acha que com a pandemia essa prostituição digital, assim por foto, vídeo etc., ela tem aumentado?

D: *Então... O camming ele já existia há algum tempo, só que como as pessoas procuraram modos de ganhar dinheiro online, porque elas não podiam sair de casa, então esse se tornou um meio de ganhar dinheiro! Então a gente vê sim um aumento, inclusive várias coisas acontecem no mundo do camming, né?... e eu inclusive estou dialogando com minhas companheiras do camming pra debater questões de valores né?, que a plataforma cobra... Então tem esse movimento e ele já tem tempo... houve um aumento, né, e é muito COMPLICADO porque são pessoas que elas acham que se não existe o contato físico não é prostituição.*

Então isso é muito complicado, eu tive que fazer um movimento muito grande pra que essas mulheres – inclusive quem trabalha com fetiche – entendesse que ela é uma trabalhadora sexual! E aí essas mulheres começam a entender que elas são trabalhadoras sexuais a partir do momento que elas vêem que elas têm problemas de trabalhadoras sexuais.

Logo no começo do ano passado, quando aconteceu a pandemia as mulheres já começaram a relatar problemas de golpes né?... quando elas iam [entre aspas] vender o pack do pezinho, que na verdade ele pode ser um pack de qualquer parte do seu corpo e não só de fotos, de vídeos também... Então elas começam a relatar golpes, elas começam a relatar plataformas que estão sediadas nos EUA, por exemplo, elas passam pela Lei [?] e ela reconhece que aquela mulher que está recebendo aquele dinheiro, ela é uma trabalhadora sexual, eles EXPULSAM aquela mulher daquela plataforma, muitas vezes sem receber o dinheiro delas, sem nenhuma chance de receber esse dinheiro e... e elas ficam muito vulneráveis também nas redes e aí tem vazamento de fotos... tem questão de conversar sobre a segurança de todos os dados e a imagem dela...

Então vem rolando esse movimento, muitas mulheres que estão trabalhando pelo meio digital estão se conscientizando do papel delas enquanto trabalhadoras sexuais né? (grifo nosso), e na internet já se utiliza outro termo, que é o termo sexy worker, que eu considero que é um termo... que ele mascara. Você usa ele em inglês pra mascarar, você falar

de uma forma que o brasileiro entenda eu sou trabalhadora sexual. É um termo que ele meio que mascara o seu papel na sociedade.

P: *Sim, Legal. Então você trabalha no universo digital e também presencialmente, ou apenas em um deles? Como que é?*

D: *Eu trabalho nos dois mundos. NÃO curto o virtual porque eu não sou uma mulher dentro do padrão, né?... Eu sofro muito com isso. Eu sou mãe, meu corpo tem diversas marcas, estrias, cicatrizes, peitinho caído [risos], celulite... Eu não sou uma menina de dezoito anos, vinte anos né?... Então é um universo que pra mim ele é complicado, ele me traz diversas disforias corporais, né?... Às vezes eu olho pra mim – e tipo, pode até ser um dia que eu estou me sentindo muito bem – quando eu vou tirar foto, eu me sinto insegura em relação ao meu corpo, eu acho que aquilo não vai vender.*

Então assim, eu trabalho nesse meio, eu tenho contas em site de camming, né?... Eu tenho conta no Twitter pra vender packs..., mas não é um universo onde eu tô ali cem por cento todos os dias, onde eu me dedico cem por cento, porque não é um ambiente em que eu me sinto bem!

Já na boate né?... ou o trabalhando por site eu me sinto muito bem! Eu me sinto segura, me sinto confiante, eu sinto que ali eu consigo, é – como que eu vou dizer? – eu consigo exercer o meu papel com PLENA segurança.

P: *Olha só que interessante! Legal isso que você falou né?, de despertar uma insegurança em você porque enfim temos corpos reais né [risos] afinal, não somos artificiais e eu acho que esse lance virtual ele pira mesmo... Mesmo pra mim, por exemplo, que assisto aula, entro numa reunião... aí eu fico me olhando nessa câmera aqui começa me dar uma agonia [risos] porque eu fico toda hora querendo ver como que eu estou, se tá ruim, como é que tá... Eu acho que em você desperta talvez mais porque você trabalha com o seu corpo né?... Então você precisa mostrar todo seu corpo, aqui eu mostro meu rosto... Então é real esse lance né?, eu nunca tinha parado pra pensar nisso... em como talvez o trabalho virtual seja nocivo nesse ponto.*

D: *Eu acho que ele é mais violento. Mas eu encontro diversas – embora eu tenha essa pira com o meu corpo – eu tenho diversas amigas gordas, negras, peitinho caído, com celulite, que é mãe, tem estria*

e elas **ESTÃO ALI** expondo o corpo delas, e elas **FALAM DO CORPO REAL**, e elas **falam de amar o próprio corpo**, e elas dizem que esse é um corpo real, que ele **NÃO** é um corpo do **pornô mainstream** (que as pessoas estão acostumadas) e começa a ter esse movimento de **NATURALIZAR** o corpo do jeito que ele **É**. E os homens, ou qualquer pessoa que venha a adquirir o serviço delas, eles não vão procurando pelo corpo de uma modelo como tem no **pornô mainstream**, mas eles vão procurando uma pessoa real.

Eu acho que o **camming** traz essa possibilidade pra quem tá aberta... né?, que nem eu falo: 'essa é uma percepção **MINHA**, eu com o meu corpo'. Acho que muito antes do trabalho sexual né?... Eu fui mãe com dezesseis anos, então começou ali desde a minha gravidez, onde eu comecei a ter estrias e eu ouvia das pessoas 'nossa... você vai ficar horrível; tão nova e tão feia; tão nova, já estragou seu corpo'. Inclusive violência obstétrica eu sofri... de chegar o momento em que eu ia fazer a cesárea, no final pra retirar a placenta e costurar, a enfermeira olha pra mim e fala: 'Nossa, quantos anos você tem? Tão nova e já com a barriga tão feia, tão destruída. Será que alguém vai te querer assim?' E aquilo foi uma vio-

lência, pra mim é uma coisa que dói até hoje. Se eu lembrar é uma coisa que me afeta **ATÉ HOJE!**

Talvez se eu não tivesse passado por esses momentos, hoje eu fosse mais segura com o meu corpo.

P: *É, a gente ouve... eu já ouvi também assim muitas coisas sobre o corpo e são coisas que marcam mesmo! Que é difícil.*

Bom, acho que nesse momento de trabalho sexual digital [camming] a sua casa é o seu local de trabalho para o trabalho digital?

D: *Sim! Na verdade, todo lugar que eu estiver ele vai ser o meu local para o trabalho virtual. Qualquer lugar que eu esteja. Hoje eu tô na boate: é o meu local de trabalho; se eu estou numa piscina, estou no meu local de trabalho; se estou no banho, também. Qualquer lugar é válido para eu trabalhar no meio virtual.*

Dentro da minha casa – claro que eu respeito todos os outros espaços – mas dentro da minha casa, do meu quarto ou no banheiro – quando eu estou lá sozinha – são espaços que eu posso usar pra trabalhar.

P: *Você não mora sozinha?*

D: Não... Atualmente eu moro com a babá da minha filha e a minha filha. [sorrisos]

P: Beleza! Mas e aí esse espaço da sua casa, quando você tá trabalhando nesse espaço da sua habitação, esse espaço sofreu alguma alteração física ao passo que aumentou seu trabalho digital? Você modificou alguma coisa e como que isso rolou?

D: Sim. Eu vi que eu tinha que profissionalizar o meu trabalho. Então eu pensei primeiro em iluminação, então eu tive que ter uma ring light¹⁶ e uma softbox¹⁷ pra produzir os meus conteúdos, tive que

mudar a decoração do meu quarto, então eu gastei uma grana né?... luzinhas e tal... plaquinhas, então tive que dar uma melhorada. Roupa de cama, porque se a gente só vive ali com um lençol e aquele cobertor né?... pra quem não trabalha com isso tá ok mas pra quem trabalha com camming, a cama ele é um ambiente que ele passa por uma modificação.

P: É um cenário né?...

D: Sim é um cenário!!!

P: E você tem que adaptar, e é muito doído né?!!!

Esse trecho aqui eu vi na Revista Piauí, que a moça fala assim: 'Uma cam girl precisa ser criativa. Muitas vezes, o cliente nem sabe o que quer. É preciso excitá-lo para que permaneça no chat'.¹⁸ Eu queria que você comentasse essa citação e me dissesse como transformou sua casa num ambiente que te desperte criatividade e se você concorda com a frase?

D: Sim isso acontece mesmo, a gente tem que trazer o cliente pra nós né?, então tu-

16 Equipamento fotográfico semiprofissional e pequeno, que pode ser adaptado com um tripé. Mais informações disponíveis em: <https://videopedia.com.br/geral/iluminacao-para-gravar-ideos/#:~:text=Ring%20light%2C%20ou%20anel%20de,com%20trip%C3%A9s%20ou%20outros%20equipamentos>. Acesso em: 2 maio 2022.

17 Equipamento fotográfico grande porte, que forma uma iluminação suave. Mais informações disponíveis em: <https://videopedia.com.br/geral/iluminacao-para-gravar-ideos/#:~:text=Ring%20light%2C%20ou%20anel%20de,com%20trip%C3%A9s%20ou%20outros%20equipamentos>. Acesso em: 2 maio 2022.

18 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/tesao-em-quarentena/>. Acesso em: 2 maio 2022.

do o que a gente faz nas redes a gente faz pensando no cliente vindo até nós e comprando o conteúdo da gente. E o ambiente não seria diferente. E assim, não só o ambiente ele tem que ser propício pra gente ter alguma criatividade, mas tudo o que a gente vê, tudo o que assiste né?... Então o processo criativo acho que não é diferente de nenhum outro artista. Porque assim, existem categorias de trabalho sexual, e o trabalho sexual camming ele é UMA ARTE! Pelo menos eu considero uma arte. As minhas companheiras que fazem esse trabalho, elas SÃO ARTISTAS! Então elas procuram diversas referências, ou no mundo geek né?, mundo do anime, ou na música: no rock, no funk... seja qual expressão artística que for, ou até pinturas mesmo, pintores, poesia, isso vai servir de referência pra ela transformar isso na arte dela, no projeto final, que ela vai vender pro cliente.

P: Você acha que morar no mesmo local que você trabalha dificulta ou facilita sua relação com sua casa? Enquanto um espaço que é de descanso também, de lazer com a sua filha... Isso influencia alguma coisa no seu cotidiano?

D: Influencia, e influencia bastante! Por exemplo, quando chegava o momento

de eu trabalhar – é que agora eu tô viajando – mas quando chega o momento ali de eu trabalhar, eu tenho que fechar a minha porta e falar pra minha filha: ‘filha, olha, nesse momento a mãe tá trabalhando, vai brincar, vai assistir, tem internet, tem vídeo!’ Ela é uma menina muito desenrolada, ok legal! Mas é aquela, é eu fechar a minha porta ali e eu tenho que esquecer que tem outras pessoas na minha casa, pra eu conseguir exercer o meu trabalho... E isso é um tanto complicado. Eu acho que nem só isso, mas a questão tipo de você dormir na mesma cama que você trabalha... É muito chato porque às vezes você acorda ali e você JÁ ESTÁ no seu ambiente de trabalho e isso às vezes pode causar alguma pressão. Pra mim, eu Duda, acontece dessa forma: é uma pressão muito grande porque eu olho pra aquele ambiente e eu lembro que eu tenho que produzir, né?! E aí quando eu vou produzir eu passo por esse processo de disforia com o meu corpo e eu não consigo produzir tanto quanto as minhas colegas. Não consigo passar por esse processo, tanto é que a minha presença no mundo virtual é bem soft mesmo. Se alguém me procura, faço uma chamada de vídeo, ou eu faço um vídeo por encomenda, legal. Mas não estou ali tipo

todo dia pontuando que essa é a minha única forma de trabalho. Eu ainda continuo no mundo físico!

P: *Esse lance da gente trabalhar em casa – eu também tô trabalhando de casa – é um negócio muito cansativo né?... parece que você não sai do mesmo lugar, parece que a gente nunca descansa [risos].*

D: *Isso é verdade! Isso é muito ruim... É uma estafa mental né?! Eu acho que é um processo que deve tá sendo difícil pra todo mundo, qualquer pessoa que esteja trabalhando no mundo virtual tá dessa forma, com esse sentimento!*

P: *E ficar olhando pra tela, é super cansativo!*

D: *Dói os olhos... O grau do meu óculos mudou [risos]*

P: *O meu também deve ter mudado [risos]*

D: *O meu mudou! Aí eu fiz um óculos, aí eu perdi o óculos, tive que fazer outro óculos. Provavelmente o meu grau deve ter mudado de novo. E aí é isso!*

P: *E o que que você fala pra sua filha do seu trabalho. Ela sabe com o que você trabalha ou não?*

D: *Ela sabe com o que eu trabalho. Mas eu não converso como que acontece esse trabalho. Eu acho que uma vez só ela fez mal criação comigo – porque assim, ela já sabia que eu viajava, já conhecia o termo boate, ela passou na frente de uma boate quando ela tinha uns oito anos comigo, ela já viu como que é um pole... isso fora de todo contexto, LEMBRANDO isso pelo amor de Deus, fora de todo contexto de ter clientes, né?... Um horário de dia, pegar e falar ‘olha, é aqui que eu trabalho... aqui as pessoas vêm, bebem e conversam com as amigas da mamãe, e eu também trabalho dessa forma de vez em quando’ – não lembro o que que foi, aí eu peguei e falei: ‘caramba, filha! Mamãe se lasca, tenho que sair com os caras que a mãe nem gosta, você pega e faz toda essa mal criação comigo? Eu me esforço pra dar o melhor pra você...’ aí eu acho que naquele momento ali cai a ficha dela e a gente começa a conversar sobre isso de uma forma mais leve.*

E ela vê o meu protagonismo dentro do ativismo também, ela ouve conversas, não é uma coisa que eu vou esconder. E por exemplo, final do ano eu peguei e falei pra ela: ‘filha, que que você acha da profissão da mãe... você tem vergonha? Alguém já perguntou alguma vez? Se al-

guém olhar pra você e falar 'que filha da puta', o que você vai falar?'

E ela é uma menina muito POTENTE, que ela pega e fala assim: 'Se alguém me chamar de filha da puta, eu vou falar QUAL É O PROBLEMA?' Ela é uma menina porreta demais, feminista, poli amorosa, ela é incrível, cara!!! [sorrisos]

P: *Que legal [sorrisos] muito massa!!! Bom, vamos para a próxima: em termos financeiros, o trabalho sexual digital é mais ou menos lucrativos que outros métodos de exercer essa profissão?*

D: *Então, a gente tem que pensar a longo prazo, por exemplo: ontem chegou uma menina nova na boate em que trabalho, e ela nunca tinha trabalhado com sexo na vida dela! Ela chegou ONTEM e fez dois programas!!!*

A guria que ela chega na internet, ela não vai vender um pack no mesmo dia que ela fizer o perfil dela! Não vai acontecer isso!!! Então ela tem todo um planejamento, todo um trabalhinho de formiguinha, pra chegar no dia que ela consegue ter realmente uma rentabilidade que traz segurança financeira. Enquanto quem trabalha presencialmente, já consegue ter esse retorno muito mais rápido.

Então assim, pra mim, o trabalho presencial ele é muito mais lucrativo e vantajoso, nesse sentido de rapidez de conseguir o dinheiro. Enquanto o trabalho virtual ele é um trabalho muito cansativo! Você tem que planejar tudo, sabe tipo ai promoção tipo, daquilo... Eu não tenho necessidade, no trabalho presencial, de ficar fazendo promoção. Aí hoje eu tenho promoção! Não tenho necessidade de fazer isso, meu preço é um só e ponto, acabou! Se você quiser, quer, se você não quiser, ok! E eu vou continuar trabalhando do mesmo jeito. Já o trabalho virtual, não!!! Ele não traz essa possibilidade, ele é muito mais planejado, muito mais.

P: *Pode crê, mais a longo prazo né?! Porque também tem que ter toda uma ambientação, esse lance que a gente tava falando da casa e tal...*

D: *Tem que investir!!! Tem que investir em diversas coisas. Vai investir em maquiagem, em lingerie, em brinquedo sexual, em iluminação, em câmera, numa boa internet, num computador, numa web cam... Então são DIVERSAS coisas que você tem que pensar.*

Eu só vou pensar na maquiagem que eu vou usar, se tem preservativo na minha bolsa, no meu sapato, na minha roupa e

meu cabelo... Entende? E ali do primeiro dinheiro que eu virei eu vou me arrumando, entendeu?! Vou fazer minha unha, vou fazer meu cabelo... Se eu quiser fazer um procedimento estético eu vou juntar dinheiro, vou juntando e vou fazendo, conforme eu for fazendo eu vou cobrando mais caro... Então eu acho que é bem mais fácil nesse quesito, o trabalho sexual presencial.

P: Massa!

A prostituição não é uma profissão regulamentada no Brasil, ao passo que também não é proibida. O que você pensa sobre essa contradição?

D: Eu acho isso muito equivocado porque, o que que acontece... Não é crime se prostituir no Brasil. Não é crime nenhum você estar na rua, você ter um anúncio, mas se você tem uma casa, isso já é crime, né?! Então isso é... Pro dono da casa isso é criminoso, ele ser dono de uma casa? Onde ele tá dando segurança pra menina, entende? Eu trabalho há quase oito anos com boates. Eu passei pelo trabalho sexual em boates, em privês, na rua, eu trabalhei em diversos lugares... E aí tipo a pessoa que ela tem um espaço pra isso, ela é criminalizada porque ela está

em parceria comigo, trazendo todo um ambiente pra que eu não precise alugar uma casa pra não gastar do meu bolso...

É uma via de mão dupla, isso é muito problemático... E aí a gente encontra várias leis que uma bate com a outra, né?... A gente pega por exemplo, fala de tráfico para fins sexuais das pessoas, e aí por exemplo se eu vou pra fora do país PORQUE EU QUERO ME PROSTITUIR, de livre e espontânea vontade, e eu tô lá e não tem ninguém fazendo mal pra mim, da mesma forma eu vou ser vista como uma vítima de tráfico sexual. Se tem uma batida numa casa de prostituição e ali, vai... não rola uma propina e decidem simplesmente fechar a casa ali, eu vou ter que ir até a delegacia assinar um termo dizendo que eu sou vítima da prostituição! Qual é o sentido disso? Não tem sentido.

P: Acho que é muito importante né?... essa separação entre trabalho sexual e exploração sexual e tráfico de mulheres forçado né?!

D: Sim e vou além disso, né?... Porque as pessoas falam muito assim 'a prostituição infantil', amada, não existe prostituição infantil, existe EXPLORAÇÃO, né?!

O estupro de vulnerável. Crianças não se prostituem, só adultos que têm plena consciência do que tá fazendo, né?, que não tá sendo forçado por ninguém, só essas pessoas se prostituem. É uma PROFISSÃO, né?! Ninguém vai colocar a arma na cabeça de alguém, por exemplo, e dizer assim 'ah, você vai fazer... vai trabalhar com telemarketing...'. E o telemarketing é um trabalho precarizado. Eu trabalhei com telemarketing, eu trabalhei pra banco, que é uma merda, eu tive diversos problemas psicológicos por trabalhar com telemarketing!

P: *É um trabalho estressante né?!*

D: *Então nós temos várias profissões marginalizadas... Por exemplo eu acho um absurdo tu trabalhar seis horas por dia, e tipo na hora de tu comer tu tem vinte minutos pra comer... Vinte minutos tu tem que esquentar tua comida, comer tua comida e voltar pra trabalhar. Isso é CRIMINOSO, é abusivo! E ninguém fala NADA.*

E agora porque eu tô aqui, tô numa boa, tô trabalhando, vem encher meu saco? Vai encher o saco de quem tá me dando espaço pra trabalhar?

Então são diversas coisas na legislação! Por exemplo, é... digamos... eu trabalho por site também, e eu tenho diversas amigas que trabalham com site. O site você tem que ter um lugar pra você atender ou você vai atender no motel! Então aí a gente entra num ponto, né?... A gente entra no seguinte ponto: eu não posso alugar uma casa com uma ou duas amigas pra que a gente possa atender juntas, e dividir o aluguel! Porque é visto como cafetinagem, é rufianismo. Eu não posso trabalhar em cooperativa com as minhas amigas? Que legislação de merda é essa?

P: *Pois é, pra você economizar uma grana junta três amigas, aluga um apê, divide...*

D: *NÃO PODE!*

P: *É tudo pra dificultar o trabalho, né?*

D: *SIM! Tipo você pode tá aí, mas eu não vou te dar condição nenhuma de segurança pra você trabalhar, eu quero que você se foda. É dessa forma, tipo 'você quer ganhar seu dinheiro? Tá, mas vai ganhar marginalizada!' Então é dessa forma que é visto... e a gente tem a bancada evangélica, que barra toda vez que a gente fala de projeto de Gabriela Leite... O projeto da Gabriela Leite é uma porta de entrada pra gente discutir o trabalho sexual e a*

legislação desse trabalho, a legalidade dele... Só que ao mesmo tempo é uma PL que não me contempla.

P: *Não te contempla?*

D: *Não! Porque eu não vou dar cinquenta por cento do meu lucro pra um dono de uma casa... Porque quem tá ralando a buceta sou eu! Não é ele! Eu já estou dando a bebida pra ele que eu tô bebendo e que o cara tá pagando, que é caríssimo dentro de uma boate. Ele já tá ganhando aquilo ali, que eu ganho uma comissãozinha, uma merreca, entendeu? Já tô dando pra ele o meu trabalho de graça porque se eu trabalhar a noite inteira numa boate, ninguém vai me dar o dinheiro do meu dia de trabalho se eu não sair com ninguém, se eu não fizer um programa. Aquela noite vai ser perdida. Se eu não trabalhar ninguém vai falar assim 'olha você trabalhou a noite inteira, tó aqui cinquenta reais pra compensar a noite que você esteve aqui!'. Ninguém vai fazer isso, e eu acho um absurdo, porque eu estive lá, entende?*

P: *É você tava lá!*

D: *Então assim... São vários pontos que devem ser discutidos a questão da prostituição, e a legalização desse trabalho,*

né?... Não a legalização, porque legalizado o trabalho sexual ele já é! Mas a regulamentação. Regulamentar, ter leis, por exemplo, a questão que eu falei anterior, que se eu sofro uma violência dentro do meu atendimento, eu não posso ir, por exemplo, numa delegacia, porque o delegado ou o policial ou o escrivão ele pode me falar que 'isso não é um problema meu, esse é um problema de disputa comercial, então não é aqui que tu resolve... pega os dados dele, põe no SPC...' Amigo, tô conhecendo o cara na rua, nunca vi na minha vida, não sei nem se o nome que ele falou é real... tô dentro do motel, não sei quem é a pessoa, como assim? Então isso é MUITO PROBLEMÁTICO... São várias problemáticas, que eu acho que se houvesse comprometimento, seria muito fácil de resolver, não seria algo difícil... só que aí a gente tem problemas como a moral e os bons costumes, né?! Que fode muita coisa no Brasil, deixa muita gente marginalizada e não somos só nós, prostitutas. As pessoas LGBTQIA+, são as pessoas que convivem na rua, são pessoas que convivem com aids, são diversas pessoas marginalizadas pela moral que existe dentro de um congresso que é totalmente desmoralizado.

P: *Sim! Por exemplo, nesse lance de vacinação, acho que mulheres trabalhadoras sexuais deveriam ser antecipadas na fila? Porque enfim é um trabalho que você tá se expondo... como os professores serão, né?! Eles vão vacinar os professores, a galera da saúde já foi...*

Tem alguma discussão sobre isso?

D: *Tem! A Cida Vieira começou esse movimento em Minas Gerais, a Bahia já aderiu junto com a APROSBA, existem outros Estados querendo se comprometer com esse movimento, só que, talvez a minha opinião em relação a isso, nesse momento, ela seja assim... muito diferente, porque ninguém tinha que tá disputando vacina. Que mesquinharria é essa de eu ter que disputar com um brasileiro, com cidadãos assim como eu o direito da vacina, sendo que a saúde integral é um direito de todos? E eu vou mais além ainda... nós estamos tendo uma greve, onde NENHUM sindicato se propôs a se unir a esse movimento pela vacina... Porque se o presidente tem dinheiro pra gastar quatorze milhões de reais com leite condensado, ele TEM dinheiro pra comprar vacina, né? Se ele gasta dinheiro com bonequinho do Rambo pro exército, ele tem dinheiro pra comprar a vacina pra nós.*

Entende? Então são várias coisinhas, e outra meu, Flávio Bolsonaro com mansão de seis milhões de reais, porque ele tem aí uma lojinha da Cacau Show? Qual que é a lógica disso?

P: *[risos] Que besteira é essa, né?*

D: *Então os caras tão realmente comendo dinheiro da gente. Ninguém tá propondo que seja dado auxílio da mesma forma que é dado pra político... porque quanto um político custa por ano no Brasil? Que é o meu dinheiro, o seu dinheiro? É o dinheiro que poderia tá indo pra educação da minha filha. Que eu me mato pra criar, e eu não tenho nem direito a saúde? Então eu não tenho direito nem de tomar uma merda de uma vacina pra continuar trabalhando e manter a minha família viva e a mim viva, e a outras companheiras? Porque outras companheiras dependem de mim. Não é só eu e a minha filha no mundo, não é só ela que depende de mim! Eu tenho uma babá que eu pago mensalmente, eu tenho companheiras que eu tenho que ficar fazendo vaquinhas pra que elas tenham ajudas, pra que elas tenham uma cesta básica.*

Meu, tem uma ativista em Balneário Camboriú, ela tá com duas crianças dentro da casa dela, filhas de uma trabalha-

dora sexual que está internada com covid, a avó dessas crianças está em São Paulo e ela não sabe o que fazer, cara. E ela não tem dinheiro, não tem apoio do governo, e ela tá mantendo essas crianças com o dinheiro de apoio de vaquinha que a gente faz, que fica pedindo migalhinhas pra amiguinho, sabe? Em Facebook, Twitter, Instagram... sabe, ter que ficar indo lá em DM: 'oh, amigo, tem como você ajudar? Tem tal pessoa passado por tal coisa, você pode ajudar?' Isso é humilhante! É humilhante que a gente esteja passando por isso. Nós prostitutas estamos há mais de trinta anos nesse movimento, as nossas conquistas não são só nossas, elas são pra todas as pessoas do Brasil! É direito ter a saúde ginecológica, você fazer um exame de HIV, de DST's, é você ter direito a preservativos. Isso é conquista NOSSA também! Quem começou a falar de HIV fomos nós, prostitutas! Então nós temos diversas colaborações com a sociedade, com o governo, com o ministério da saúde. Pra gente ser deixada ao léu dessa forma! Isso é muito complicado, e aí a gente começa esse movimento e não vem uma merda de um sindicato somar junto com a gente. Eu não quero saber qual sindicato que é, vem somar com a gente! Não tem!!! E a gente tá so-

zinha, a gente é invisível, a gente é inviabilizada o tempo todo, cara. Isso é complicadíssimo!! Coisas que seriam muito fáceis de ser resolvidas, muito fáceis, se houvesse comprometimento e se enxergassem a gente de fato, sem a visão do moralismo... do discriminar o outro pela profissão...

P: *E muito mais do que isso, não só... Eu estudo os anos cinquenta, né?! E aí eu leio jornais dos anos cinquenta e aí o discurso é muito parecido – sobre a prostituição, né? –, é tipo 'essas mulheres precisam ser salvas'...*

D: *Nós não queremos ser salvas!*

P: *O lance é que ninguém pergunta pra trabalhadora sexual, né? O lance é que a gente fica aqui criando um monte de histórias na nossa cabeça do tipo 'meu Deus, elas são vítimas, elas precisam ser salvas, vamo ajudar essas mulheres'. Mas eles nunca pararam pra te perguntar o que que cê quer?*

D: *Porque a sociedade ela tem um imaginário do que é a prostituição, né?! É aquela mulher marginalizada, que se prostitui por muito pouco... porque ela passa fome, porque ela dá em troca de um prato de comida, as pessoas têm essa imagem.*

Ou ela tem uma ideia totalmente: a prostituta é muito rica, que só veste Prada, que tem o Iphone do ano, pique Lays Peace...

Então as pessoas só têm esse imaginário da prostituição. É claro que existem os dois, mas tem o meio disso tudo, entre os dois tem o meio! Que são mulheres que conseguem viver bem com a prostituição, mas elas não tão no luxo, são trabalhadoras como qualquer outro trabalhador.

P: *Proletárias, né?!*

D: *Sou uma proletária, exatamente! Sou proletariado. Inclusive eu tenho um vídeo meu que perguntam pra mim 'ah, mas eu achei que tu ganhava mais, que tu tivesse um Iphone e etc', falei amigo eu sou proletariado igual você! Eu trabalho igual você, eu pago aluguel, eu pago conta, eu coloco comida dentro da minha casa com o MEU TRABALHO! Eu não detenho nenhum capital.*

P: *Ah nossa, que legal! Acho que é isso que eu tinha pra te perguntar... cê quer falar mais alguma coisa?*

D: *Já foi tudo? [risos]*

P: *Foi... [sorriso]*

D: *Você tem mais alguma dúvida?*

P: *Ah, eu acho que eu queria saber, se você puder comentar rápido, a diferença entre um privê e uma boate [risos]?*

D: *Posso... Vou falar qual a diferença de todos os trabalhos sexuais... Porque assim o trabalho sexual ele tem diversos nichos. Por exemplo, tem a rua, pessoal que trabalha na rua, praça, a gente chama de pistão ou rua. Ou trabalhar em estrada, atendendo caminhoneiro; tem o privê, que o privê ele funciona de dia, é uma casa que ela funciona de dia, e geralmente ela tem um valor bem baixinho, e o tempo é muito rápido. É geralmente pra vai... o cara saiu horário de almoço, ele vai ali dá uma rapidinha, dez, vinte minutinhos e ele paga tipo... vinte, cinquenta reais, sessenta, não passa de cem reais o privê!*

E tem casas de massagem também, que é a famosa massagem com final feliz [risos] que existem nas clínicas de massagem...e a boate, que a boate ela acontece mais a noite, ela tem todo um glamour, né?... Ela tem um custo mais alto, ela tem bebidas, é mais diversão mesmo, como qualquer outra casa noturna. Essas são as diferenças.

E tem as acompanhantes que trabalham por conta própria, e elas cobram ali um

valor. Ela pode ir até o motel, a casa do cliente, ou atender na própria casa dela.

P: Tá!

D: Então são essas as diferenças.

P: Legal. E o que paga mais cê acha que é qual?

D: Eu acho que o mais legal é o site. Porque eu tô livre, eu faço meu horário, eu cobro o que eu quiser, né?! Eu faço todas as minhas regras, eu sou totalmente autônoma pra criar as condições do meu trabalho.

P: Aí o site é você divulga no site e atende presencial é isso?

D: Isso! Mas com a pandemia agora a gente coloca 'também faço chamadas de vídeo', então traz duas possibilidades.

P: O que é um trabalho sexual bem remunerado? A hora?

D: Aí se me pagassem mil reais a hora eu estaria muito feliz [risos]

P: Delícia, né?! [risos]

D: Com certeza! [risos] Imagina mil reais a hora? Estaria muito feliz, né! Mas eu não tenho essa oportunidade..., mas assim,

por exemplo, hoje eu cobro na faixa de trezentos reais a hora, eu acho que é um valor ok. É claro que dentro de uma pandemia não é sempre que eu consigo fazer, mas nós vamos trabalhando aí com isso. Eu acho que pra proletariado eu tô muito bem cobrando esse valor.

P: É um salário alto, né?!

D: Sim... Eu sempre fiz a contabilidade do meu trabalho, tudo que eu faço! Se eu bebo uma dose eu vou lá, e coloco, se eu ganho um mimo eu vou lá, e coloco, vídeo, chamada de vídeo...

P: Quando você bebe na boate você tem que pagar?

D: Não sou eu que pago, é o cliente que paga.

P: Ah tá!

D: Eu ganho uma comissão em cima dessa bebida que eu tô bebendo porque o custo é alto. Pra você ter noção, no mínimo é vinte e cinco reais uma cerveja dentro de um puteiro.

P: Caramba!!! Muito caro!

D: Disso eu fico com cinco reais só!

P: Você fica com cinco reais?

D: *Cinco reais. Mas por exemplo, no contexto que eu trabalho hoje, eu acho super ok porque a casa me fornece alimentação, moradia, WI-FI, ela me oferece toda uma estrutura pra eu trabalhar... Uma estrutura muito bacana pra eu trabalhar, onde eu não tenho que me mover pra nada, né? Só pra arrumar e trabalhar realmente.*

P: *As condições são legais, de onde você tá então, né?*

D: *Onde eu tô são legais, mas por exemplo, aqui perto a gente ouve muita... muita conversa que são de outras boates que não tem condições nenhuma, né? Que não tem alimentação pras meninas, a moradia é uma merda... tem que ficar se amontoando, dormindo em chão. Você não tem dose... Mas aí são lugares tipo... que vai mais o pessoal que usa droga e já não é legal. Pra mim por exemplo, eu não uso droga então pra mim não é legal, não é meu ambiente! Mas se a pessoa quer tá lá e ela quer tá nesse meio, quem sou eu pra falar alguma coisa né?! Mas se houvesse legislação, né?! Talvez não existisse esse lugar, né?!*

P: *E acho que também que o problema da droga, talvez sei lá tem pessoas que usam e que ficam violentas, né? A gente*

sabe disso na nossa vida, no geral. Então acho que tem esse lance, né?, que pode ser mais perigoso... porque a pessoa tá lá, sei lá fica surtada na droga...

D: *É... Imagina eu tô dentro do quarto, com um cara, e eu usando droga e o cara usando droga... Isso não vai dá bom! Vai dar ruim, vai ter um atrito ali...*

São pouquíssimas pessoas que usam drogas e ficam legais, ficam ok e consegue levar aquela vibe numa boa. São poucas pessoas, não são todas as pessoas.

P: *É, eu também acho. Acho que essa é a problemática maior.*

Não sou antidroga, até porque..., mas acho que tem esse lance!

D: *Eu não sou antidroga! Acho que deveria ter... Assim como deve ter uma discussão sobre a prostituição, deve haver uma discussão sobre as drogas também! Porque a gente pega países onde o trem é legalizado, entendeu? Você vai usar uma heroína, tem um lugar pra você usar e tem uma seringa limpa ali pra você usar, né?*

P: *Sim, é uma questão de saúde pública, né?*

D: *Exatamente! Se trata de saúde pública, porque aquele cara se ele ficar usando aquela seringa com um monte de gente, ele vai passar doença pra outras pessoas, infectar outras pessoas com alguma doença... E isso não é legal, e isso é um problema do governo! Que é uma discussão que eu acho que vai demorar muito tempo pra gente ter aqui no Brasil.*

P: *Também acho! A gente é muito conservador, né... Infelizmente*

D: *É muito louco. Num país onde existe a banheira do Gugu, cara [risos]*

P: [risos] *Pois é!*

D: *Qual é a ideia? Pornografia aquilo... chanchada, gente...*

P: *Mas não é pornografia, imagina... [ironia] Pornografia, gente? Claro que não! É muito doído né...*

Acho que a última pergunta... aí pera que eu esqueci... Ah, lembrei: o discurso nos anos cinquenta, da prostituição, era que ela era um mal necessário. Ou seja, ela tinha que acontecer, porque pra elas ela sustentava a família tradicional – sem a prostituição a família tradicional não existiria – porque os homens afinal, precisavam liberar os seus desejos sexuais...

E eu acho que isso tá muito presente hoje, que que você acha?

D: *Eu acho que ainda tá presente, né? A prostituição é uma manutenção do casamento. Porque se o cara é um cara que ele tem desejos diferentes, ele não quer dividir no casamento dele, porque ele não quer a mulher dele tenha aquele mesmo pensamento promíscuo, ele quer que a mulher dele esteja numa redoma, seja uma santa, e não tenha desejos sexuais a menos que ele queira! E não pode passar do papai e mamãe. Porque se ela ficar de quatro ela é puta, se ela chupar um pau ela é puta, se ela falar que ela quer outro parceiro ela é puta!*

P: *Maior tristeza da vida!*

D: *A gente continua nesse lugar dos anos cinquenta, é retrógrado pra caramba!*

A gente continua nesse lugar, né, onde a prostituição é a manutenção do casamento, porque o cara ele não vai falar pra esposa dele assim 'aí, como o meu cu', ele não vai falar pra mulher dele! Ele vai achar que ele vai perder o respeito dele dentro da casa dele e ele vai procurar outras formas de satisfazer esse desejo, e a melhor forma é o sexo pago porque ele vai ali ele paga, e ele nunca mais vai ver a

menina... ou ele pode até continuar a ser cliente dela, mas eles não têm nenhum vínculo, né?! Ele não precisa prestar contas do que ele faz, do que ele deixa de fazer... se ele vai voltar, se ele não vai, ele não precisa prestar contas então a prostituição traz essa facilidade pra manutenção do casamento. Continuamos nesse ponto.

P: *Olha só! A maior parte dos seus clientes são casados?*

D: *Sim, casados, noivos, namoram... São muito poucos que são solteiros. E muitos idosos [risos]*

P: *É verdade? [risos]*

D: *Sim, sim... Inclusive adoro! [risos]*

P: *Sério que você gosta? [risos]*

D: *Sério. Eu acho que eles são os clientes mais legais assim, porque eles são bem mais respeitosos do que os clientes mais novos... eu acho cara novo muito, sabe, desrespeito mesmo. Cara que ele é mais velho ele vai lá, ele paga entendeu, não vai ficar te enchendo o saco 'aí, diminui o valor pra mim?' Ele não vai fazer isso, só se ele for um velho muito tranqueiro mesmo... [risos]*

P: *Ah legal, acho que é isso Duda.*

Adorei nossa conversa...

D: *Que bom! Eu espero que seja muito proveitoso pra você!*

P: *Vai ser!!! Foi ótimo!*

Espero poder continuar em contato com você também, se você deixar.

D: *Sim... você tá me seguindo no Insta, né?*

P: *Sigo, sigo...*

D: *Eu vou te seguir... eu não sei se eu tô te seguindo de volta, mas se eu não tiver eu vou te seguir. Vai acontecer aos poucos tá... porque inclusive eu tenho que fazer uma notinha lá nas minhas redes sociais, porque eu tô num momento onde eu não estou conseguindo fazer a manutenção das minhas redes... tá tipo tudo muito complicado. Pra você ter uma noção minha amiga tá fazendo a unha, eu acabei de fazer minha unha, eu fui na Caixa Econômica, eu fui no mercado, daqui eu vou pra boate, da boate eu me arrumo e dessa eu vou ficar até quatro horas da manhã.*

Essa noite eu dormi duas horas, eu não dormi ainda.

P: *Correria...*

D: *E não vou dormir... Só durmo de madrugada agora!*

P: *Você trabalha de que horas a que horas na boate?*

D: *São das seis da tarde às quatro da manhã..., mas é assim, como é pouco movimento, então dentro desse período a gente tem momentos de descanso tranquilamente... não é um ambiente pesado, né?, é um ambiente gostoso. Eu gosto muito do ambiente da boate, quando é uma boate boa...*

P: *É você fica lá ouvindo um som...*

D: *É, conversa... Joga conversa fora, assisti BBB, sabe sei lá, vai ler um livro... faz qualquer coisa.*

P: *Gostoso!*

D: *É um ambiente gostoso, né?... é um ambiente legal, é um ambiente que eu gosto!*

P: *Ah, que legal. Brigada, Duda!!! Você é muito legal. Adorei!*

D: *Eu também, eu adorei essa entrevista com você, de verdade mesmo!*

P: *Ah, que lindo!*

D: *Quando seu rolê acabar e tiver pronto me chama pra eu ver, tá? Pra eu ver o resultado final... Eu vou adorar, tá bom?*

P: *Pode deixar que eu te mostro. Obrigada viu, Duda. Bom trabalho já já...*

D: *Obrigada!*

MALAQUIAS, Thaysa

Doutoranda pelo PROARQ-UFRJ
thaysa.malaquias@fau.ufrj.br

CORPOS ESTRANHOS, FRAGMENTOS ATIVOS

DESOBEDIÊNCIA E MARGINALIDADE
NA CONSTITUIÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DOS ESPAÇOS



EIXO TEMÁTICO

**URBANISMO E GÊNERO, POLÍTICAS
E PRÁTICAS URBANÍSTICAS**



INTRODUÇÃO

Dentre tantas as discussões na sociedade contemporânea uma das que ganha cada vez mais espaço é a da relação de poder nas questões de gênero. No entanto, ainda pouco difundida no campo da arquitetura e do urbanismo, principalmente no Brasil, esta discussão persiste bastante incipiente. Ainda que o entendimento mais geral sobre o campo da arquitetura e do urbanismo esteja vinculado a uma tecnologia da construção relacionada às artes, num sentido técnico e estético, há um papel fundamentalmente social, muitas vezes esquecido até mesmo pelos próprios arquitetos e urbanistas. Desta maneira, há uma necessidade latente neste campo do conhecimento de discutirmos e compreendermos as relações de gênero e de poder que permeiam essas estruturas espaciais, não apenas enquanto implicações na prática arquitetônica e urbanísticas.

Em seus mais recentes e últimos trabalhos, *Vigiar e punir* (1987) e *História da sexualidade* (1984) e *Microfísica do poder* (2014), Michel Foucault assevera constantemente sobre a primazia da prática sobre a crença. Não essencial-

mente por meio de uma “ideologia”, mas da organização e da regulamentação do tempo, do espaço e dos movimentos de nossas vidas cotidianas. Sendo assim, nossos corpos são treinados, moldados e marcados pelo caráter das formas históricas predominantes de individualidade, sendo elas, desejo, masculinidade e feminidade.

Diante de um panorama contemporâneo, marcado por sucessivas conquistas referentes aos direitos das mulheres, a intensificação de tais regimes controladores destes corpos parece diversionista e desmobilizadora, sempre à busca de um ideal de feminidade evanescente, homogeneizante, em constante mutação, exigindo das mulheres que o sigam incansavelmente. Tornando, assim, corpos femininos no que Foucault denominou como “corpos dóceis”: aqueles cujas forças e energias estão habituadas ao controle externo, à sujeição, à transformação e ao “aperfeiçoamento”. Por meio de princípios organizadores centrais do tempo e do espaço, sendo as mulheres convertidas em pessoas menos orientadas para o social e mais centradas em sua automodificação. (MALAQUIAS et al., 2016)

O corpo não é apenas um texto da cultura. É também, [...] um lugar prático direto de controle social. De forma banal, através das maneiras à mesa e dos hábitos de higiene, de rotinas, normas e práticas aparentemente triviais, convertidas em atividades automáticas e habituais, a cultura ‘se faz corpo’, como coloca Bourdieu.[...] Nossos princípios políticos conscientes, nossos engajamentos sociais, nossos esforços de mudança podem ser solapados e traídos pela vida de nossos corpos – não o corpo instintivo e desejanste concebido por Platão, Santo Agostinho e Freud, mas o corpo dócil e regulado, colocado. (JAGGAR; BORDO, 1997, p. 19-20)

O corpo é, ao mesmo tempo, objeto e sujeito de constantes conflitos e construções de identidade nas sociedades e nas cidades capitalistas ocidentais, sendo moldado e marcado pela primazia das formas historicamente predominantes e constituídas sob individualidades, tornando-se, assim, um instrumento de controle social. (FOUCAULT, 2008) Em *A Dominação masculina* (2012), Bourdieu problematiza esse ato de subversão e de domínio machista protagonizado pelo corpo masculino que usa do ideal da brutalidade, referida culturalmente como

virilidade, como condição primitiva de dominação. Hoje, as problematizações de gênero e corpo nos diversos discursos da teoria arquitetônica contemporânea evidenciam as fragilidades nos projetos arquitetônicos e urbanísticos projetados pelo e para o homem branco heteronormativo.

CORPOS ESTRANHOS, DESOBEDIENTES: DA MARGINALIDADE À TRANSFORMAÇÃO E SUBVERSÃO DO STATUS QUO

Para Pierre Bourdieu (2004), o espaço socialmente construído é de disputas e resultado da distribuição das posições dos agentes conferida pelo acúmulo de capital.¹ Tal disputa é expressa não apenas pela padronização dos corpos, por exemplo, mas também nas distinções legitimadas pela necessidade de desvalorização dos capitais do outro,

1 Para Bourdieu (2004), o capital possui três esferas: o econômico, o cultural e o social. O lugar de determinado agente no espaço social é conferido pela acumulação de cada uma dessas esferas e montantes de cada um desses capitais.

resultando em segregação. É observável uma hierarquia na ocupação das cidades e arquiteturas, construídas por meio de estratégias de distinção e padronização, dicotomias estas promovidas pelos agentes dominantes em seu favor, na medida em que detêm maior poder simbólico, promovendo manutenção da contenção da constituição destes espaços e das interações sociais que ocorrem neles.

A importância social do sujeito sempre foi analisada e atribuída mediante a sociedade de consumo (BOURDIEU, 2004), pelas interações sociais e classificações feitas pelos corpos dominantes enquanto fractais sociais, bem como o enquadramento dos estereótipos. Portanto, corpos marginalizados apresentam um significativo desvio, representam no coletivo social uma contraposição ao modelo político, econômico e social imposto. Estes são corpos desobedientes, que ao longo da história reivindicam sua existência enquanto, subvertendo as lógicas de interação socioespacial estabelecidas, se constituem como potenciais agentes de mudança na disputa dos espaços.

Para a crítica de literatura e feminista Elizabeth Grosz em seu livro *Architecture from Outside* (2001), existe uma conse-

quência dessas manifestações dissidentes da lógica dualista que é colocada ao “tornar-se” mulher. Embora os conceitos de social, cultural, coletivo e comunitário tenham sempre orientado os interesses arquitetônicos masculinizantes, é a condição externa da comunidade – o estrangeiro ou o estranho – que serve para filtrar e solidificar uma comunidade como um interior.

Entender o reconhecimento de corpos na cidade tem se mostrado um desafio visto a constituição tradicional de repressão de movimentos sociais ou de luta pela expressividade das minorias nas centralidades urbanas. Os movimentos sociais negros, feminista e LGBT, por estas problemáticas de repressão, diluíram-se nas periferias ou zonas pobres de centros urbanos de metrópoles como São Paulo (Rua Augusta) e Rio de Janeiro (Lapa), Nova York (Greenwich Village) e Berlim (Schöneberg). Tais espaços, a exemplo do acontecido em Stonewall em 1969 (Figura 1), são diversidades espaciais que entram em choques constantes entre concentrações capitalistas que semeiam estilos de consumo do espaço que repreendem justamente corpos contra hegemônicos,

os corpos estranhos, utilizados nas demandas da população mais economicamente ativa.

Entretanto, estas diferenciações e a busca pela identidade trazem perspectivas que, conforme elencado por Aaron Betsky (1997), podem ser catalisadoras do processo de transformação dos próprios espaços. O espaço urbano não foi projetado para corpos estranhos: é uma constituição hierárquica do padrão eurocêntrico heteronormativo. Todavia, é nesta perspectiva que nascem movimentos de subversão, apropriando o programa dos espaços. São corpos ativos, que transformam o espaço de maneira disruptiva contra a normatividade do espaço projetado. Diante deste campo é importante entender o processo de identificação do gênero na cidade e seu papel social, criando a narrativa dialogicamente com artistas contemporâneos que exploram a resistência ao discurso biopolítico conservador.

O projeto do espaço urbano e arquitetônico explicado por Agrest (1991) nunca evidenciou medidas e proporções femininas nem outros corpos estranhos como negros e LGBT. Evidenciam corpos brancos, masculinos heteronormativos com padronizações de tratados archi-

tetônicos e de manuais arquitetônicos. O movimento negro e feminista, e em posterior momento, a própria construção do movimento LGBT são exemplos da necessidade de afirmação das medidas do espaço por corpos estranhos que não sejam semelhantes ao Modulor corbusiano ou o Homem Vitruviano apropriado por Da Vinci. Na obra de Donna Haraway, *Manifesto Ciborgue* (2009), é evidente a superação das estruturas deterministas da biopolítica dominante na constituição do espaço, colocando a metáfora do ciborgue como corpo capaz de generalizar corpos estranhos e retirar da obsolescência a passividade nos quais os corpos como mulheres, negros e LGBTs se encontravam dentro do contexto doméstico. (COLOMINA, 2007)



Figura 1. Rebelião de Stonewall de 1969 no bairro Greenwich Village em Nova York
Fonte: Lopes (2017).

Mary McLeod (1996) aponta as contradições da Teoria da Arquitetura Contemporânea. Para a autora as principais preocupações dessa teoria seriam o “outro” ou a “alteridade”. Defendendo estratégias como a disrupção, violação e quebra como meio de desmontar formas arquitetônicas, criando assim uma nova arquitetura que é de alguma forma “outra”, mas que ainda não rompe com a lógica excludente da produção dos espaços e não há uma total compreensão das dinâmicas de opressão que se fomentam neles. A autora acredita que, ao invés de se perguntar qual o desejo da vanguarda pelo “outro”, os arquitetos e teóricos de arquitetura deveriam perguntar quais seriam os desejos desses múltiplos “outros”. “[...] ‘outros’ reais, de carne e osso? A diferença é experimentada de maneira diferente, em momentos diferentes, em culturas diferentes, por pessoas diferentes. A questão não é apenas reconhecer a diferença, mas todos os tipos de diferença”. (MCLEOD, 1996, p. 21)

O lugar dos destituídos, dos sem-teto, dos doentes e moribundos, o lugar dos estranhos sociais e culturais – incluindo mulheres e minorias de todos os tipos – também deve ser a preocupação do

arquitetônico e do urbano, assim como tem sido da filosofia e política. [...] Por mais que os profissionais da arquitetura busquem limitar suas responsabilidades a questões sociais e políticas mais amplas, eles estão, ainda assim, profundamente implicados nelas e devem abordá-las em suas nuances e maneiras complexas.² (GROSZ, 2001, p. 17, tradução nossa)

O corpo estranho, portanto, entra em choque pela incompatibilidade, a projeção platônica do corpo dominador pelas forças de repressão que uma constituição política calcada na desigualdade resguardou para si certas ferramentas de contenção e controle, tal como o direito à propriedade privada e o próprio Estado.

2 “The place of the destitute, the homeless, the sick and the dying, the place of social and cultural outsiders—including women and minorities of all kinds—must also be the concern of the architectural and the urban just as it has been of philosophy and politics. [...] However much the practitioners of architecture may seek to limit their responsibilities to these broader social and political issues, they are nevertheless deeply implicated in them and must address them in more nuanced and complex ways”.

(LEFEBVRE, 1999) Mas, a construção política capitalista, com suas ferramentas, trouxe forças de complexidade urbana que fogem do ideário modernista da *Carta de Atenas*, proposta no IV Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM) sob a alçada de Le Corbusier em 1933. Negros dos guetos, do *Apartheid*, das favelas, reconhecem esta condição da segregação espacial como discurso dominante. (DAVIS, 2012) Nesse referido discurso homogeneizante modernista e do estranho visto pelos negros se mostram a violência: não reconhecemos diversidade entre os corpos, criamos corpos aristotélicos puros de imperfeições e servimos apenas aos seus criadores: o homem branco hétero.

Nada da ordenação cartesiana e platônica está na constituição espacial de corpos de negros e mulheres da favela, tal como a Rocinha no Rio de Janeiro (Figura 2), onde há um complexo sistema de sobreposição e caos: o rizoma. Josep Maria Montaner (2010), partindo da ideia do caos como funcionamento do cotidiano, demonstra que as relações de organizações se mostraram frágeis, entrando em questão o discurso racionalidade x padronização, principalmente

entrando nas classes dominadas como proletários, negros e pobres.

A favela, como aglomeração urbana, torna-se discurso performático livre, que se estrutura não através do entroncamento, mas sim das suas veias. Nas formas caóticas o estranho adquire a relevância, pois não existe organização definida, o discurso racionalista e funcionalista do projeto da modernidade não condiz com a complexidade da sociedade. O espaço emblemático da cidade como avenidas, parques e praças, se torna exemplo do fracasso: cada vez mais se tornam apoteoses para corpos constituintes de sujeitos estranhos, aqueles que são ativos à exposição do choque de medidas do modelo moderno.

Para Bourdieu (2004), o espaço socialmente construído é resultante da distribuição dos agentes em posições que carregam disputas e capital. A disputa é expressa não apenas na padronização dos corpos. por exemplo, mas também nas distinções legitimadas pela necessidade de desvalorização do capital do outro, resultando em segregação. É observável uma hierarquia na ocupação das cidades e arquiteturas, construídas por meios de estratégias de distinção

e padronização, dicotomias estas promovidas pelos agentes dominantes em seu favor – criadores do corpo aristotélico – na medida que detém maior poder simbólico, promovendo manutenção da contenção da constituição destes espaços e das interações sociais que ocorrem neles.



Figura 2. Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro
Fonte: Iniciativas(2020).

A importância social do sujeito sempre foi analisada e atribuída mediante a sociedade de consumo (BOURDIEU, 2004), pelas interações sociais e classificações feitas pelos corpos dominantes assim como o enquadramento dos estereótipos. Constituir-se enquanto ativo frente a todos estes mecanismos sociais de imposição regulatória sempre se torna desafiador para aceitabilidade ou exclu-

são. Comumente, corpos estranhos apresentam um significativo desvio, representando no coletivo social uma contraposição ao modelo econômico e social imposto. Entretanto, estranhos são desobedientes, reivindicam sua existência enquanto fractais sociais e podem se tornar ativos subvertendo a lógica da interação socioespacial, se constituindo como potencial agente de mudança da disputa dos espaços da cidade.

CORPOS HÍBRIDOS, ATIVISMO CIBORGUE: A RELAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DO CORPO E DA ARTE COM O CIBERESPAÇO

Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção. Realidade social significa relações sociais vividas, significa nossa construção política mais importante, significa uma ficção capaz de mudar o mundo. Os movimentos internacionais de mulheres têm construído aquilo que se pode chamar de ‘experiência das mulheres’. Essa experiência é tanto uma ficção quanto um fato do tipo mais crucial, mais político. A libertação

depende da construção da consciência da opressão, depende de sua imaginativa apreensão e, portanto, da consciência e da apreensão da possibilidade. O ciborgue é uma matéria de ficção e também de experiência vivida – uma experiência que muda aquilo que conta como experiência feminina no final do século XX. Trata-se de uma luta de vida e morte, mas a fronteira entre a ficção científica e a realidade social é uma ilusão ótica. (HARAWAY; KUNZRU; TADEU, 2009, p. 36)

As novas tecnologias possibilitaram o redimensionamento das organizações de movimentos sociais, tornando-os acessíveis e popularizados, permitindo uma ampliar mecanismos de inserção com novas construções discursivas, linguagens e concepções. A tecnologia como ferramenta do ciberativismo, é utilizada não só para colocar em pauta as questões e ditames sociais, como também a organização política, por textos, imagens, vídeos, sendo a arte uma de suas principais formas de expressão.

A libertação do corpo ativo depende da construção da consciência da opressão, da imaginativa apreensão e, assim, da consciência da possibilidade. O cibor-

gue é uma matéria de ficção, mas também de experiência. A libertação do corpo ativo depende da construção da consciência da opressão, da imaginativa apreensão e, assim, da consciência da possibilidade. O ciborgue é uma matéria de ficção, mas também de experiência vivida – experiência que muda aquilo que conta. Trata-se de uma luta de vida e morte, mas a fronteira entre ficção científica e realidade social é uma ilusão ótica. (HARAWAY, 1991)

Segundo Lemos (2009), a criatividade artística é um elemento importante do ciberfeminismo e sua característica mais intrínseca: “[...] o feminismo e a arte feminista, insistiram na importância do gênero como uma ordem absolutamente social e como uma política de dominação em todas as camadas da sociedade, camadas públicas ou pessoais”. (LEMOS, 2009, p. 22) Isto é, a arte se tornaria uma das primeiras formas de comunicação desse movimento e muito significativa para assimilarmos a crítica às estruturas de opressão de gênero. Podemos perceber isso ainda hoje, quando muitas mulheres artistas usam de sua arte para fazer diversas críticas ao mundo machista, e notamos uma fácil assimilação e engajamento nessa forma de co-

municação – e o meio cibernético foi e é essencial para trocarmos e disseminarmos essas críticas.

Muitos artistas estão contribuindo para uma explosão da arte corporal na rede, mas a maior parte é uma simples transposição do que já existe em outros meios. O ciberfeminismo centrado na arte corporal está começando a ganhar vida na rede. Como era de se esperar, a vagina e o clitóris têm um *site* em honra em muitos dos trabalhos ciberfeministas, como o do VNS Matrix [Figura 3]. ‘Cunt art’ foi um violento, feliz e libertário símbolo da união de artistas e ativistas feministas na década de 1970. (WILDING, 1997)

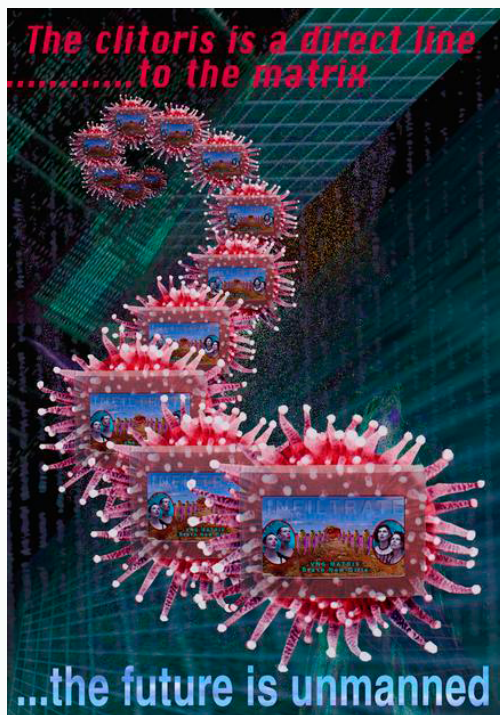


Figura 3. Cartaz de All New Gen – VNS MATRIX (1993)³

Fonte: Wang (2016).

³ As ativistas pioneiras do ciberfeminismo, o coletivo australiano VeNuS Matrix (1991-1997). O VNS Matrix era composto por Josephine Starrs, Julianne Pierce, Francesca da Rimini e Virginia Barratt. Perpetuou uma série de intervenções ciberfeministas voltadas para garotas.

No que tange as questões da atuação do corpo da mulher e o feminismo, Marina Lemos (2009) assera que a criatividade artística é um importante elemento do ativismo feminista cibernético e também sua característica mais intrínseca: “[...] o feminismo e a arte feminista, insistiram na importância do gênero como uma ordem absolutamente social e como uma política de dominação em todas as camadas da sociedade, camadas públicas ou pessoais”. (LEMOS, 2009) A arte se tornaria uma de suas primeiras formas de comunicação e projeto, muito significativa para uma assimilação ao entendimento das complexas estruturas de opressão de gênero, e um meio de conexão entre ciberespaço e espaço físico, em caráter de continuidade cíclica das demandas por mudanças.

De fato, o Manifesto Ciborgue de Haraway (2009), publicado pela primeira vez em 1984, se coloca como um marco para o movimento como um todo, ao afirmar que o ciborgue seria não só um modelo inevitável de resolução da vida moderna, mas também nossa antologia. Nesse contexto, o ciberfeminismo se tornou uma busca contínua pelo reconhecimento das diferenças de poder entre mulheres e homens previstas por Haraway, na década

de 1980, especificamente no discurso digital. Reconhecemos que ao longo do tempo inúmeras ações que visaram mudar essa situação, sempre questionando o *status quo* através de diferentes estratégias escolhidas para desafiar esse sistema, sempre variando de acordo com essas diferenças contextuais e culturais. “O ciberfeminismo é político, e não uma desculpa para a falta de ação no mundo real, e é inclusivo e respeitável em relação às muitas culturas que as mulheres habitam”. (HAWTHORNE; KLEIN, 1999, p. 2)

O ciberfeminismo surgiu em uma época em que são cada vez mais plurais e diversas as narrativas, as identidades e até mesmo as próprias tecnologias. “O significado da comunicação e da informação, e conseqüentemente, sua globalização, criaram novos espaços de ação coletiva que são considerados na análise do objeto”. (LEMOS, 2009, p. 9) Ele foi de suma importância para o feminismo e possibilitou mudanças no padrão cultural da mulher de uma maneira libertadora dentro das novas tecnologias, permitindo uma troca infinita de informações. Porém, sempre devemos ter em mente que devemos tomar cuidado e fazer um uso consciente delas.

ST 4 . PRÁTICAS E COTIDIANOS URBANOS

Apesar de todo seu potencial, há a desinformação e a utilização deste mesmo espaço cibernético para reprodução de opressões e discursos de ódio em geral e reforços das estruturas hegemônicas de poder. No entanto, não podemos cair no equívoco de deslegitimar o poder da internet na criação de espaços de ativismo, que hoje se articulam em constância com os movimentos de rua, como, por exemplo, as manifestações do 8 de março, “8M” de marcha pelo dia da mulher. Sendo esta uma das tantas manifestações que são organizadas por coletivos feministas e organizações políticas de todo o país, sendo amplamente divulgadas e transmitidas pelos meios virtuais, ocorrendo simultaneamente em diferentes cidades, em âmbito nacional. São ampliadas as discussões das pautas de diversas demandas, sendo o ciberespaço uma oportunidade de continuidade e manutenção destes acontecimentos.

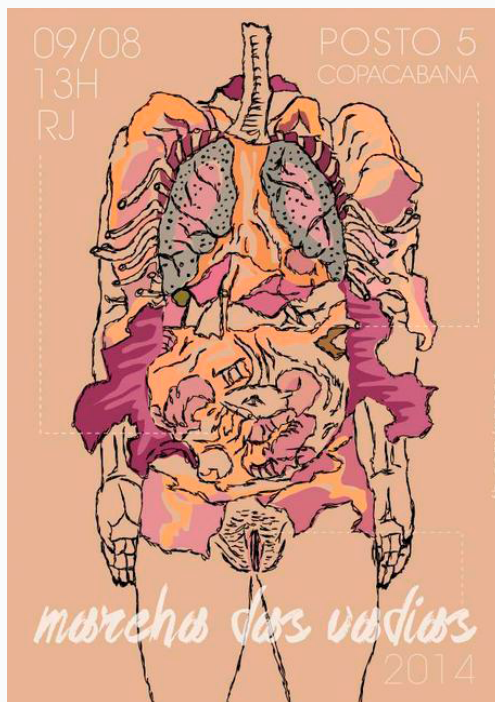


Figura 4. Cartaz para a Marcha das Vadias do RJ, produzido em 2014, por Bárbara Gondar, criadora do zine feminista e página do Facebook “Xereka”
Fonte: Catraca Livre (2014).



Figura 5. Marcha 8M na cidade do Rio de Janeiro, em 2020

Fonte: fotografia de Thaysa Malaquias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os corpos estranhos já demonstram claras atividades de ocupação do espaço. O espaço enquanto produção política de grandes grupos e indivíduos sociais dominantes na sociedade não condiz com as estratégias projetivas atuais. É necessário pregar que corpos estranhos poderão encontrar a liberdade apenas na medida em que se desprenderem do mundo moderno e descobrirem os potenciais que seus corpos têm enquanto produção do espaço. E isto se traduz muito no que vemos quanto às mobilizações sociais estarem definitivamente atreladas não mais à ação dos corpos nos espaços da cidade física, mas tam-

bém ao ciberespaço, com o advento dos meios digitais. Temos não só a existência do corpo ativo físico, mas também do corpo ativo cibernético.

É necessário mais do que ser um corpo estranho, é necessário ser um corpo ativo e mostrar sua distinção no espaço. Ocupar a cidade em sua totalidade é também objeto de disputa e de promoção de espaços inclusivos do corpo na medida em que o exercício projetivo acontece. Entretanto, ao falarmos destas propostas, devemos compreender que espaço físico possui uma transformação muito mais lenta diante das transformações do corpo, pois o espaço físico, diferente do ritmo incessante do ciberespaço e suas transformações, possui certa rugosidade em sua morfologia, de forma que ele continua refletindo e ecoando posições anteriores, mesmo diante das mudanças sociais presentes. Assim, o caminho para a nossa construção política, da nossa capacidade de superação, está justo na nossa capacidade de projetar e aprimorar nossas realidades.

Por fim, se nosso ambiente construído promove a dominação e exclusão, certamente podemos fazer o oposto. A arqui-

tetura é uma produção cultural bastante poderosa e, sobretudo, bastante material. Os arquitetos devem ser ativos e estabelecer autonomia a fim de desafiar a ordem estabelecida, mas principalmente de compreender complexas dinâmicas sociais e a importância histórica dos movimentos sociais, para que assim possa oferecer propostas que tenham implicações significativas na busca de transformações *socio-corporeas*. Contudo, para isso, precisamos aplicar uma perspectiva crítica na historiografia dos corpos dissonantes ao modelo socialmente imposto, uma vez que sua condição marginalizada não implicou na participação ativa destes corpos na construção dos espaços ao longo da história e constituição das sociedades pelos discursos dominantes e precisamos nos conhecer e nos conscientizar da dinâmica social e de gênero que nos rodeia para desobedecer às normativas impostas pela organização vigente da sociedade.

REFERÊNCIAS

- AGREST, D. *Architecture from without theoretical framings for a critical practice*. Cambridge: MIT Press, 1991.
- AGREST, D.; CONWAY, P.; WEISMAN, L. K. (ed.). *The sex of architecture*. New York: Harry N. Abrams, 1996.
- BANDEIRA, Â. C.; KNEIB, É. C. Entre o sujeito e a cidade: reflexões sobre a experiência do corpo em movimento. *URBANA*, [s. l.], ano 12, v. 8, n. 1, p. 46-59, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642599>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- BETSKY, A. *Building sex: men, women, architecture and the construction of sexuality*. Nova York: William Morrow, 1995.
- BETSKY, A. *Queer space: architecture and same-sex desire*. Nova York: William Morrow, 1997.
- BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina: condição feminina e a violência simbólica*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CATRACA LIVRE. Pela arte e pelo empoderamento: conheça o zine feminista Xereca. *Catraca Livre, Criatividade*, [s. l.], 31 out. 2014. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/criatividade/pela-arte-e-pelo-empoderamento-conheca-o-zine-feminista-xereca/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

COLOMINA, B. *Domesticity at war*. Cambridge: MIT Press, 2007.

DAVIS, A. *The meaning of freedom: and other difficult dialogues*. São Francisco: City Lights, 2012.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. São Paulo: Record, 2014.

FOUCAULT, M. *O Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GROSZ, E. Lived spatiality (The spaces of corporeal desire). In: GROSZ, E. *Architecture from the outside: essays on virtual and real space*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2001. p. 31-48.

GROSZ, E. *Sexual subversions: three French feminists*. Crows Nest: Allen & Unwin, 1989.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (org.). 2. ed. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

HAWTHORNE, S.; KLEIN, R. (ed.). *Cyberfeminism: connectivity, critique and creativity*. North Geelong: Spinifex, 1999.

HARAWAY, D. *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.

INICIATIVAS de comunicação e movimentos sociais informam população das favelas e periferia sobre Covid-19. *FioCruz*, Enesp, Rio de Janeiro, 27 mar. 2020. Disponível em: <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/48479>. Acesso em: 28 fev. 2023.

JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. (org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEMOS, M. *Ciberfeminismo: novos discursos do feminino em redes eletrônicas*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/5260>. Acesso em: 28 fev. 2023.

LOPES, J. Muito além do arco íris. *Mídia NINJA*, [s. l.], 5 maio 2017. Disponível em: <https://midianinja.org/janaralopes/muito-alem-do-arco-iris/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

MALAUQUIAS, T. et al. *#MeuAmigoSecreto: feminismo além das redes*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.

MALAUQUIAS, T. O que é o Ciberfeminismo? Da origem por Donna Haraway às práticas atuais. *Não me Kahlo*, Faq Feminista, [s. l.], 1 ago. 2016. Disponível em: <https://naomekahlo.com/o-que-e-o-ciberfeminismo-da-origem-por-donna-haraway-as-praticas-atuais/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

ST 4 . PRÁTICAS E COTIDIANOS URBANOS

MCLEOD, M. "Other" spaces and "others". In: AGREST, D.; CONWAY, P.; Weisman, L. K. (ed.). *The sex of the architecture*. New York: Harry N. Adrums, 1996. p. 15-28.

MONTANER, J. M. *Sistemas arquitetônicos contemporâneos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2010.

STEVENS, G. *O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 2003.

WANG, E. The cyberfeminists who called themselves 'the future cunt'. *Dazed, Arts+Culture* – feature, [s. l.], 15 nov. 2016. Disponível em: <https://www.dazeddigital.com/artsandculture/article/33703/1/cyberfeminist-manifesto-technology-vns-matrix>. Acesso em: 28 fev. 2023.

WILDING, F. Where is Feminism in Cyberfeminism? *NeMe, Texts*, [s. l.], [201-]. Disponível em: www.neme.org/main/392/cyberfeminism. Acesso em: 28 fev. 2023.

BEZERRA, Anna Clara Neves

Graduanda de Arquitetura e Urbanismo;
Universidade Federal do Tocantins
anna.bezerra@mail.uft.edu.br

DANIEL, Ester Melo Santos

Graduanda de Arquitetura e Urbanismo;
Universidade Federal do Tocantins
ester.melo@mail.uft.edu.br

**SOUZA, Maria Eduarda
Santana de Araujo**

Graduanda de Arquitetura e Urbanismo;
Universidade Federal do Tocantins
eduarda.satana@mail.uft.edu.br

VOZES PERIFÉRICAS
APROPRIAÇÕES DA CIDADE
PELAS MULHERES EM PALMAS



EIXO TEMÁTICO
URBANISMO E GÊNERO, POLÍTICAS
E PRÁTICAS URBANÍSTICAS



INTRODUÇÃO

Historicamente o planejamento das cidades foi concebido por homens, privilegiando-os e sem levar em consideração a vivência e demandas urbanas das mulheres, as quais experienciam a cidade de forma diferente. “Embora a palavra cidade seja substantivo feminino, essa foi historicamente pensada e projetada para atender os fluxos e prioridade dos homens”. (SARMENTO, 2019, p. 2) Isso se intensifica ao analisar a experiência de mulheres pobres e negras, evidenciando a necessidade de um planejamento urbano interseccional, que leve em consideração não apenas a perspectiva de gênero, mas também questões de raça e classe social.

O presente estudo foca na capital do estado do Tocantins, Palmas, “Cidade de urbanização dispersa, de baixa densidade habitacional, de muitos vazios urbanos e com descontinuidade no provimento de infraestrutura”. (BAZZOLI, 2019; REIS, 2018, p. 6) Isso fica evidente em vários locais da cidade, do centro à periferia há vazios urbanos, iluminação pública precária ou inexistentes em alguns pontos, matagais e diversos outros

fatores que tornam o ambiente público hostil para as mulheres.

É evidente que as políticas públicas e planejamento de transporte urbano não abarcam as inúmeras vivências da população residente em Palmas, as quais precisam ser revistas para que proporcionem boa qualidade de vida para todos seus moradores, e portanto, pensar a cidade para as mulheres torna os ambientes públicos acessíveis e amigáveis para toda a população, visto que “A perspectiva de gênero aplicada ao urbanismo significa colocar iguais condições às exigências decorrentes do mundo produtivo e derivado mundo reprodutivo, ou seja, o cuidado diário que as pessoas precisam”. (MUXI; CASANOVAS; CIACOLETTO, 2011 apud SARMENTO; PAREJA, 2018, p. 1)

Os problemas de segregação e de transporte público impedem o exercício pleno do direito à cidade e deturpam a sensação de pertencimento de quem se encontra marginalizado, as situações de insegurança enfrentadas afetam a integridade física e psicológica dessas mulheres, além de servir como instrumento de manutenção da invisibilidade dessas trabalhadoras, que abrem a cidade para

quem tem maior poder aquisitivo e retornam exaustas nos horários em que os demais vão aproveitar os espaços.

Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. Elas desempenham um trabalho perigoso, mal pago e considerado não qualificado, inalam e utilizam produtos químicos tóxicos e empurram ou transportam cargas pesadas, tudo muito prejudicial à saúde delas. Geralmente, viajam por longas horas de manhã cedo ou tarde da noite. Um segundo grupo de mulheres racializadas, que compartilha com o primeiro uma intersecção entre classe, raça e gênero, vai às casas da classe média para cozinhar, limpar, cuidar das crianças e das pessoas idosas para que aquelas que as empregam possam trabalhar, praticar esporte e fazer compras nos lugares que foram limpos pelo primeiro grupo de mulheres racializadas. (VERGÈS, 2020, p. 18)

Essa pesquisa estuda a relação entre raça, classe e espacialidade na cidade de Palmas, como se dá a questão identitária das mulheres trabalhadoras negras dado os problemas que enfrentam e as políticas públicas para mitigar as problemáticas resultantes de um planeja-

mento urbano que não foi realizado com participação popular, fator importante para que a cidade seja de fato para todos. “Somos levados a refletir que não apenas as mulheres pensam a cidade de uma maneira diferenciada, mas também que elas reivindicam que uma outra cidade – mais acolhedora e planejada para todos – seja possível”. (SARMENTO, 2019, p. 2)

METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa de viés interseccional e visando constituir a base teórica que fundamenta os questionamentos sobre a configuração atual de Palmas e seus efeitos sobre o cotidiano dessa parcela da população, foi realizado levantamento bibliográfico de obras escritas principalmente por mulheres, pessoas negras de áreas distintas que apresentam visões complementares sobre questões de urbanismo, raça e feminismo, se valendo também da realização de rodas de conversa com a comunidade acadêmica para discussão de obras e assuntos relacionados ao tema principal da pesquisa.

Devido principalmente à situação de pandemia, as redes sociais tem servido de apoio para o desenvolvimento da pesquisa e nesse sentido as reuniões com as participantes foram realizadas de forma remota via plataforma Google Meet e transacionaram para reuniões presenciais com o retorno das atividades na universidade, além do uso dos aplicativos Instagram e Facebook para divulgação das atividades.

Foi elaborado um questionário¹ com perguntas acerca do perfil socioeconômico, bem como sobre a sensação de pertencimento à cidade, segurança e demais questões subjetivas às quais as entrevistadas estão submetidas em seu cotidiano durante o percurso para o trabalho. O questionário é disponibilizado às trabalhadoras de forma *on-line*, tendo em mente os cuidados que devem ser tomados para resguardar a saúde devido à pandemia da covid-19, o contato com as trabalhadoras é feito de forma individual através do aplicativo WhatsApp.

1 Link para o questionário disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd-uTynsw2dVeiPEWUfwUtSDiiX5hzEectn3m4HA2Vp8X0BnQ/viewform>.

O REFLEXO DO PATRIARCADO NO DIREITO À CIDADE

A constituição brasileira assegura o direito ao lazer, à habitação, serviços, e circulação livre a todas as pessoas, sem distinção de raça, gênero e classe (Lei nº 10.257/2001). Infelizmente, tal direito não é concebido, visto que a cidade atual é o reflexo da sociedade historicamente marcada por desigualdades sociais, “As cidades, nos moldes que se encontram hodiernamente, não permitem que a justiça prevaleça”. (CARVALHO; RODRIGUES, 2016, p. 24)

Um estudo interseccional permite entender que pelo caráter patriarcal e paternalista, foi imposto por muito tempo para as mulheres a responsabilidade de cuidar dos filhos e da casa, sendo assim, restritas a locais privados e para os homens a responsabilidade de provedor, possibilitando que ocupassem espaços públicos. Diante disso, os espaços públicos não foram pensados e projetados com a participação de mulheres ou de acordo com as suas necessidades, principalmente para pessoas negras, e essa problemática perpetua na sociedade contemporânea.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 178)

A CAPITAL PLANEJADA

A cidade de Palmas foi a última capital brasileira construída no século XX, esperanças e otimismo foram criados em relação ao plano urbanístico moderno, que visava povoar a cidade de forma gradual e por regiões, sendo assim, possibilitaria maior diversificação populacional em cada setor. Entretanto, a especulação imobiliária feita pelo estado e empresas não permitiram que o plano fosse executado, tornando a capital reflexo de qualquer cidade comum brasileira com problemas de segregação socioespacial, que não se preocupa com a problemática de gênero, raça e classe.

Sem embargo, a especulação promovida pelos agentes imobiliários contribuiu para a elevação artificial do valor da terra urbanizada na região central e se tornou a principal razão da segregação socioespacial. A estratégia de retenção promovida por interessados em obter ganhos financeiros com a renda da terra produziu bairros afastados da região central para abrigar a população de baixa renda, como os Jardins Aurenys I, II, III e IV, Jardim Taquari, entre outros. Importante salientar que parte da periferação da cidade foi promovida pelo próprio poder público estadual, implantando bairros distantes e sem a infraestrutura necessária. (BAZZOLI, 2019, p. 17)

A partir disso, nasce o questionamento: para quem seria esse planejamento? Infelizmente, a resposta é para os homens, brancos, classe média a alta, heterossexual. Que começa a pensar a cidade sob uma ótica exclusiva, sem atender às necessidades da maioria, prejudicando principalmente as mulheres, mais especificamente mulheres negras da periferia, reflexo de um contexto brasileiro social e historicamente racista e misógeno.

Dentre os muitos problemas que assolam a vida da população negra no Brasil,

chama-se atenção para segregação socioespacial, enfrentadas pelas trabalhadoras palmenses, que perdem horas dos seus dias no deslocamento inseguro, sofrem com redução das rotas dos ônibus, a falta de pontos de ônibus nas extremidades da cidade e que lidam com assédio no trajeto e no local de trabalho, tudo isso para manter a capital planejada limpa e organizada. “São as mulheres negras, em sua maioria, que ‘abrem’ a cidade todos os dias, limpam os espaços para que o capitalismo funcione em benefício de alguns”. (REIS, 2020, p. 1)

Portanto, a vantagem de Palmas ser uma capital nova e ainda pequena possibilita mudanças. Recentemente, a prefeitura de Palmas está organizando um novo plano de mobilidade urbana com intuito de sanar ou amenizar as problemáticas enfrentadas pela população, e para isso promove audiências com a comunidade para ter uma escuta sensível. O grupo de trabalho GPMAU tem participado das reuniões e suscitado reflexões com o intuito de que o plano de mobilidade urbana de fato abranja as necessidades de toda a população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa, ainda em fase de aplicação dos questionários, obteve 19 respostas, o número pequeno de respostas se justifica pela dificuldade de contatar as trabalhadoras, seja em seus horários de trabalho, situação inconveniente para abordá-las ou após o expediente, quando estão cansadas retornando para casa ou a caminho da faculdade, outro fator limitante foi a situação atual de pandemia que impossibilitou que as pesquisadoras saíssem para encontrar as trabalhadoras, ainda assim houve o cuidado de estabelecer um contato mais pessoal com as entrevistadas para garantir a autenticidade das respondentes e por se tratar de questões subjetivas sensíveis, reitera-se a relevância da pesquisa devido ao seu caráter qualitativo.

Quanto aos dados obtidos, 70% identificam-se como sendo pardas, idade predominante de 23 e 24 anos, 80% trabalham no setor terciário, 50% têm um rendimento mensal entre R\$1.100,00 a R\$2.199,00 e 80% utilizam o transporte público como principal meio de locomoção e 80% consideram o transporte público de péssima qualidade relatando problemas de superlotação, poucas linhas

de ônibus que operam na região em que residem e falta de manutenção que por vezes resultou em o ônibus quebrar durante o trajeto.

Quando analisadas as opiniões sobre o lugar em que moram predomina a visão de um local esquecido e negligenciado pelos poderes públicos, sendo necessárias manutenções urbanas como o asfaltamento de ruas, roçagem dos lotes vazios e melhoria da infraestrutura, e relatos de que se sentem inseguras pela ocorrência frequente de assaltos. O depoimento 15 relata sobre um dos bairros:

O Taquari é um setor que é tratado como favela pois ele é fora de Palmas, porém é um dos bairros maior de Palmas com 22 mil habitantes uma verdadeira cidade só precisa mais de desenvolvimento pelos nossos gestores.

Entretanto é um local visto com potencial pela crescente oferta de emprego, mas que não recebe incentivos ou verbas para o seu desenvolvimento, o mesmo depoimento confirma

Taquari é lindo por natureza, tem praia, tem aldeia, no final do Taquari é a praia dos Buritis que hoje virou Flamboyant, tem aldeia dos pescadores que lá é uma

prainha deserta, Taquari é lindo, maravilhoso, só precisa ser enxergado por outras formas o desenvolvimento tá aqui dentro de Palmas, aqui dentro do Taquari, cada dia que passa Taquari só cresce... hoje tá cheio de supermercados, lojas de construções, desenvolveu muito, Taquari hoje tá asfaltado, mas precisa de melhoria.

Quanto ao sentimento de pertencimento à cidade, há divergências quanto ao motivo de não se identificar como moradora da capital. O fator principal para que 65% dessas mulheres não se sintam pertencentes à cidade é a distância em relação ao centro, 60% sentem que moram muito longe do núcleo de Palmas, aqui percebe-se o impacto da segregação espacial causada pela especulação imobiliária que força as pessoas de baixa renda a residirem em áreas mais afastadas, em segundo lugar é relatado a falta de infraestrutura urbana de onde residem, o que ocasiona a necessidade de ter de se deslocar ao centro para resolverem questões de caráter legal, financeiro e de saúde, o que não é facilitado pois observa-se que quanto mais ao extremo da cidade, menos pontos de ônibus são encontrados e menos linhas

de ônibus circulam pela região, o depoimento 15 destaca:

[...] a parte ruim é o deslocamento, pois os ônibus só andam lotados, cheios demais, pouca linha de ônibus apesar que a gente já correu, fez manifestação, colocamos outras linhas, mas a quantidade de ônibus está muito pouco para tanta demanda de trabalhadores que trabalham no centro.

Isso leva essas mulheres a terem que esperar por longos períodos de tempo nos pontos de ônibus, sujeitas a assaltos e situações de importunação sexual.

CONCLUSÃO

Pelos questionários respondidos até o momento fica evidente que desde seu planejamento inicial Palmas não abarcou as diversas vivências de quem a habita, sendo necessárias manutenções urbanas, criação e implementação de políticas públicas que tenham base de fundamentação interseccional e envolvam a participação pública para que de fato todos tenham a oportunidade de desfrutar do seu direito à cidade de forma plena, assim como está sendo o desenvolvimento atual do plano de mobilidade urbana.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras de Palmas que residem na região sul envolvem problemas com o transporte público, segregação espacial, segurança, ocorrência de crimes sexuais, dentre outros. O presente estudo analisou apenas uma região da capital tocantinense, portanto há ainda muitas outras mulheres de diferentes perfis e regiões que passam pelas mesmas situações e também outras não contempladas pela pesquisa. Por fim, denota-se a necessidade de levar em consideração as demandas urbanas das mulheres trabalhadoras negras e periféricas para a criação de um ambiente urbano sustentável e acessível para todos.

REFERÊNCIAS

BAZZOLI, J. A. *Palmas em foco: contradições de uma cidade planejada*. Palmas: EDUFT, 2019. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/8qrSMhLpTGev1BFpQ0YGJg>. Acesso em: 5 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2001. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=11/01/2001>. Acesso em: 5 maio 2022.

CARVALHO, C.; RODRIGUES, R. *O direito à cidade*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, [s. l.], ano 10, n.1, p. 171-188, 2002.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 7 maio 2022.

MUXI, Z. Mujeres Públicas. In: VALDIVIA, B. G.; CIACOLETTO, A. (coord.). *Estudios urbanos, género y feminismo: teoría e experiencias*. Barcelona: Coletiu Punt 6, 2012. p. 433-451. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/22574?locale-attribute=es>. Acesso em: 9 maio 2022.

REIS, P. O. B. dos. *Modernidades tardias no cerrado: arquitetura e urbanismo na formação de Palmas*. Florianópolis: Insular, 2018.

REIS, P. O. B. dos. Quem limpa a cidade planejada? *Jornal do Tocantins*, Tendências e Ideias, [s. l.], 24 ago. 2020. Coluna Opinião. Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/opiniao/tend%C3%AAncias-e-ideias-1.1694943/quem-limpa-a-cidade-planejada-1.2107243>. Acesso em: 7 maio 2022.

SARMENTO, D. *Lugares das mulheres: a participação da mulher na construção da cidade contemporânea*. Florianópolis: Liquidificador, 2019.

SARMENTO, G.; PAREJA, D. A participação da mulher na construção da cidade contemporânea: contribuições para um

novo modelo de planejamento urbano em Blumenau, Santa Catarina. *Dearq*, Bogotá, n. 23, v. 2, p. 64-71, 2018. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/dearq/article/view/3355>. Acesso em: 9 maio 2022.

VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ed. Ubu, 2020.

CAPÍTULO 19

GONÇALVES, Beatriz Rezende

Arquiteta e urbanista; Universidade Federal
de Goiás (UFG)/ PPG Projeto e Cidade
beatrizrezendegoncalves@hotmail.com

O CORPO DA MULHER E A CIDADE

TEORIAS DE SUJEIÇÃO
E TEORIAS DA CIDADE



EIXO TEMÁTICO
URBANISMO E GÊNERO, POLÍTICAS
E PRÁTICAS URBANÍSTICAS



INTRODUÇÃO

Todas as desigualdades sociais, econômicas, culturais e de gênero são realçadas no espaço urbano. Isso acontece, pois, a cidade é, em si, a súpula das relações que nela ocorrem. Por conta disso, o desequilíbrio presente nas relações entre mulheres e homens se apresenta nesse espaço e também o compõe.

Durante toda a história da sociedade ocidental a mulher teve sua posição relacionada a atividades domésticas, subvalorizadas, e o homem se relaciona a atividades produtivas, consideradas sociais e vitais. Muito já mudou na esfera social, hoje as mulheres votam, se divorciam e podem tomar suas decisões sozinhas. Mas a cidade ainda espelha esse outro momento, em que as conquistas sociais e políticas ainda eram escassas.

É possível perceber, assim, que as mulheres ocupam espaços que antes não tinham direito, mas a cidade não foi adaptada para essa nova realidade. Essa falta de adaptação reflete-se na cidade através do assédio, da violência, do medo e da hostilidade que ficam marcados no local e no imaginário urbano sobre o espaço.

TEORIAS DE SUJEIÇÃO

Neste ponto, busca-se produzir um estudo sobre os contornos das relações históricas sociais que levaram às mulheres a este papel delegado de “outro” no qual elas se encontram, assim como a relação de seus corpos com a historiografia da cidade para possibilitar um entendimento sobre a experiência da mulher dentro da urbe.

Teorias de gênero

A sociedade contemporânea ocidental é pautada em um modelo de dominação político-sexual patriarcal que é responsável pela reprodução da ideia de inferioridade feminina perante o masculino. Segundo Simone de Beauvoir (2019) a construção do ser-mulher nesse contexto foi edificada sobre a ideia de um destino pré-estabelecido a ser cumprido por homens e mulheres que justificaria a separação do público/privado, confinando as mulheres no âmbito privado do lar. Segundo a autora essa diferenciação de papéis sociais relegados aos homens e as mulheres foram instituídos em decorrência de diferenças biológicas. A autora afirma que a capacidade de gestação

da mulher fez com que esses indivíduos tivessem seu “potencial de trabalho” diminuído em razão da gravidez, partos e da menstruação. E este atributo, aliado à aptidão física masculina, relegou às mulheres os trabalhos agrícolas sedentários e regulares ao passo que os homens ficaram com as funções relacionadas à caça, conflitos e guerras.

Teorias urbanas

Segundo Philip Yang (2020), o surgimento das cidades resultou da necessidade de aglomerações humanas em torno da produção de bens e serviços, que substituiu o sistema nômade de coleta e caça. Há, posteriormente, uma especialização do trabalho quanto ao pastoreio e a plantação de alimentos e os excedentes dessas produções se transformam em material de troca e venda. Surgem nesse momento os dois grandes pilares da sociedade contemporânea: o mercado e o estado.

O surgimento desses dois conceitos prevê a ideia da propriedade privada: os indivíduos que detêm a posse de terras e meios de produção possuem também poder sobre a produção e, portanto,

controlam o mercado. Para Beauvoir (2019) esse é um momento de grande impacto na história das mulheres: os homens passaram a reivindicar também os corpos dessas como propriedades.

E num sistema social em que os bens passam de pais para filhos era imprescindível para os homens garantir que os seus herdeiros fossem legítimos, e essa convicção se dava pela castidade e controle da sexualidade feminina. Nesta lógica as mulheres são providas somente de adjetivos necessários à produção de bens (neste caso, herdeiros), são somente receptáculos, propriedades. O homem é dono de suas terras e também de sua mulher, assim nasce o fundamento da sociedade patriarcal.

A cidade como fruto de dinâmicas históricas, políticas e sociais espelha todas as relações que ali acontecem. Dessa maneira, todas as opressões sobrepostas sobre as mulheres refletem-se nesse local. É necessário, então, mudar o cenário que historicamente existe entre o espaço e quem possui poder sobre ele. A ideia de *direito à cidade*¹ insere-se

1 Segundo David Harvey (2008, tradução nossa) é “o direito de mudar a nós mesmos,

nessa lógica e objetiva reformular os pilares urbanos que atendem somente a este nicho que tradicionalmente detém poder sobre os espaços. A construção cultural e social histórica dos gêneros é a grande base na qual se desenvolvem as relações patriarcais contemporâneas. A mensagem que é reverberada ainda é a mesma: à mulher cabe a casa, ao homem a rua. O patriarcado apresenta-se no urbanismo nesse momento reiterando os papéis de gênero através da espacialidade.

Apesar de na atualidade as mulheres estarem nos espaços públicos, no mercado de trabalho e fazer parte do colegiado eleitoral que escolhe os representantes responsáveis pela produção e manutenção das cidades, grande parte dos espaços urbanos que existem hoje no mundo ocidental foram produzidos em um momento em que somente os homens (brancos, heteros, cis, com renda média) tinham voz nas decisões.

mudando a cidade. Aliás, com frequência, não se trata de um direito individual uma vez que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização”.

[...] no processo convencional de planejamento urbano e construção, mal se levavam em conta suas necessidades e problemas específicos. Grande parte dessas necessidades específicas deriva da imposição de papéis e responsabilidades de gênero: o cuidado do lar e da família. A ‘mulher ideal’ de hoje já não é a dona de casa recatada de antigamente, mas aquela que trabalha e, ao mesmo tempo, cuida eficazmente da casa. (MON-TANER; MUXÍ, 2014, p. 205)

Atualmente, após várias conquistas sociais relevantes, as mulheres conseguiram o direito de desenvolver outro papel além daquele imposto culturalmente ao seu sexo. Já é imprescindível a participação feminina na produção econômica para gerar renda e manter famílias, empresas e países. É possível afirmar ainda que elas estiveram presentes em todos os momentos decisivos da história ocidental, mas foram invisibilizadas e, ainda hoje, elas são silenciadas e seu movimento deslegitimado. (MONTANER; MUXÍ, 2014)

E as mulheres, que hoje já realizam tarefas produtivas, – que antes lhes eram negadas – continuam com a mesma carga de atividades reprodutivas. Ou seja,

ainda desenvolvem trabalhos reprodutivos ligados ao cuidado da casa e da família; sendo na maior parte das vezes as principais, se não as únicas responsáveis por deslocamentos relacionados a compras, educação dos filhos, consultas e emergências médicas, lazer etc.; além de se tornaram responsáveis por trabalhos produtivos com vínculos empregatícios.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019), a diferença de horas semanais dedicadas a afazeres domésticos entre homens e mulheres é de 8,1 horas a mais para mulheres. Esses dados são importantes pois reforçam o quanto a divisão sexual do trabalho ainda interfere na vida e produção das mulheres. Hoje, por conta da divisão desigual de tarefas, a mulher é ao mesmo tempo o sujeito mais vulnerável e que mais circula na cidade. É ela quem faz as compras, quem cuida dos filhos, a responsável pela saúde dos mais velhos e, em muitos casos, ainda é a principal fonte de renda do núcleo familiar.²

Por essa razão, em uma cidade na qual as distâncias entre serviços e residência é longa os problemas que as mulheres enfrentam são agravados. Os percursos entre escolas, supermercados, hospitais, emprego e residência interferem profundamente no rendimento desses sujeitos. A desigualdade expressa-se também no espaço público degradado, nas condições precárias do transporte público, dos locais de trabalho e da moradia. A percepção da cidade para homens e mulheres são distintas enquanto os usos, as distâncias, a visibilidade e os percursos são chaves na produção de cidades mais acessíveis.

O CAMINHAR FEMININO

As cidades em geral são produzidas para homens que possuem poder aquisitivo o suficiente para possuir um carro, índices que comprovam essa afirmação podem ser encontrados em ruas com calçadas menores, as garagens como as únicas entradas para os edifícios e todas as construções com muros e grades.

2 As mulheres são as principais responsáveis pela renda da família em 37,7% dos lares bra-

sileiros, segundo censo demográfico de 2010 do IBGE (2020).

(SOLNIT, 2016) O medo e o receio conceberam toda uma prática arquitetônica que gera mais insegurança e temor. Cria-se então um ciclo de medo que transforma as cidades em locais cada vez mais estranhos e assustadores para seus habitantes. Por consequência essa prática arquitetônica e urbanística produz cidades menos igualitárias e acessíveis. Além disso, tratando-se da questão de gênero, segundo Montaner e Muxí (2014) o caminhar feminino é por diversas vezes transformado em uma invasão íntima por olhares, falas e gestos. A invasão que as mulheres sofrem diariamente ao percorrer o espaço público é muitas vezes justificada pelo argumento de que as mulheres caminham por performance, não por necessidade, mas para serem vistas por uma plateia masculina. (SOLNIT, 2016)

Hoje, todas as cidadãs e cidadãos têm medo de ser assaltados, a arquitetura do medo atinge a todos. Mas as mulheres temem também a violência sexual, isso torna todos os homens uma ameaça iminente. Esta eminência está presente em palavras, em gestos e em olhares. O medo cerce as mulheres a permanecerem no seu lugar patriarcal tradicional: no íntimo da casa, longe da rua, do público e do perigo. (SOLNIT, 2016)

O problema é que “Somente os cidadãos familiarizados com sua cidade enquanto território prático e simbólico, capazes de se reunir a pé e acostumados a caminhar pela cidade, conseguem se rebelar”. (SOLNIT, 2016, p. 362) E o medo faz com que as mulheres deixem de vivenciar, conhecer e reconhecer sua própria cidade e esse temor se faz mais presente de noite, quando a cidade murada se torna deserta, morta.

Porém, apesar de tudo o que foi exposto até o momento, é errôneo dizer que as mulheres não têm espaço representativo no ambiente urbano, seus corpos estão presentes através de propagandas e cartazes que as tratam como objetos sexuais, com o único intuito de vender um produto: “Só assim, como objeto sexual, a mulher tem seu pleno espaço na cidade. Um grande paradoxo”. (GONZAGA, 2011, p. 176)



Figuras 1, 2 e 3. Como estão representadas as mulheres no centro de Goiânia
Fonte: acervo pessoal. Setembro de 2020.

Seguem algumas imagens que mostram como são representadas as mulheres no centro de Goiânia (Figuras 1, 2 e 3). É importante ressaltar a diferença da maneira como os corpos estão neste espaço. O corpo da mulher sempre intende vender um produto e as personagens são apresentadas de forma sensual, frágil e com muitas partes despidas, muitas vezes parecendo distraídas. Já a figura masculina, que em grande parte apresentam-se em monumentos, são representados de maneira vigorosa, forte e gloriosa.

As desigualdades que a luta da feminista busca superar é a invisibilidade das mulheres na cidade; a falta de simetria da força desses indivíduos durante a his-

tória resultou em ruas, becos, bairros, transportes e equipamentos urbanos sem qualquer consideração as particularidades referentes a sua presença nesses espaços.

A REPRESENTATIVIDADE

Para que ocorra de forma efetiva a mudança no caráter desses espaços é necessário que as demandas cheguem naqueles que os produzem, é preciso que as mulheres acessem os cargos públicos que têm real poder para advogar pela apropriação e produção dos espaços.

A falta de representatividade feminina no cenário político brasileiro é latente e,

apesar de representarem mais de 52% do eleitorado do país, de acordo com o Censo da Democracia³ de 2020 (e mais de 54%⁴ no caso de Goiânia), a participação política de mulheres em todos os cargos eleitos não chega a 15% e cai ainda mais no estado de Goiás, chegando à 12,81%.⁵ Porém uma entrevista levantada pelo senado demonstra que 79% das entrevistadas afirmam já ter votado em alguma mulher para um cargo eletivo.⁶ Vê-se então que não falta vontade das eleitoras de mudarem essa realidade,

3 Disponível em: www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/tse-eleicoes-2020-perfil-do-eleitorado/at_download/file. Acesso em: 21 set. 2020.

4 Disponível em: apps.tre-go.jus.br/internet/eleicoes/2016/spelho-2016/12173.html. Acesso em: 21 set. 2020.

5 Disponível em: www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mais-mulheres-na-politica-retrato-da-subrepresentacao-feminina-no-poder. Acesso em: 21 set. 2020.

6 Disponível em: www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mais-mulheres-na-politica-retrato-da-subrepresentacao-feminina-no-poder. Acesso em: 21 set. 2020.

mas ao mesmo tempo falta investimento e apoio a essas candidaturas. Os estudos mostram que as maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres nos processos eleitorais são os investimentos de recursos, prova disso é que desde 2006, em Goiás, nenhum recurso foi destinado a candidaturas de mulheres para cargos de governadora ou senadora.

Outra dificuldade enfrentada quanto a representação civil no poder público é a necessidade de estarem presentes em reuniões oficiais para terem suas demandas ouvidas. Isso é um problema para todos os cidadãos, mas é especialmente difícil para as cidadãs pois essas possuem mais responsabilidades uma vez que, a exemplo do que já foi exposto, elas são responsáveis quase que integralmente pelos trabalhos reprodutivos e, na maior parte, também por um trabalho produtivo.

De acordo com Montaner e Muxí (2014), nessa conjuntura não é justo esperar que elas estejam disponíveis para estarem em reuniões de bairro, em assembleias ou em sessões abertas à população civil. É necessário buscar uma forma de ouvir as demandas no começo, durante e após as obras urbanas, de uma maneira

que não exija mais do que as mulheres têm a oferecer. As intervenções devem ocorrer com a participação popular, mas a forma que isso acontece precisa ser pensada visando as particularidades da população de determinado local, em determinado tempo. Segundo os autores, experiências de métodos de projeto participativo que tiveram êxito foram aquelas que não foram impostas, implantadas ou inventadas por um agente externo, mas sim que surgiram naturalmente através de movimentos sociais locais no qual o estado está presente somente de forma a dar o suporte necessário para que a voz do movimento seja ouvida e potencializada. (MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 205)

A OCUPAÇÃO URBANA

A política precisa chegar ao cotidiano dessas mulheres e a forma mais direta é pela ocupação dos espaços urbanos, seja mediante protestos organizados ou cotidianamente, por meio de seus trajetos e usando seu direito básico de ir e vir livremente. É justamente através de práticas cotidianas como o caminhar que

esses indivíduos podem se apropriar do espaço público.

O caminhar pode representar desde uma ação corriqueira de passagem à união, comunhão e protesto. Conforme apresenta Solnit (2016), “[...] já se escreveu uma boa parte da história com os pés dos cidadãos que andaram por suas cidades”. Porém, esse simples ato rotineiro não é bem visto quando se é uma mulher. Por outro lado, a partir do momento que o ato de caminhar é negado a esses indivíduos, o fato deles continuarem caminhando e ocupando a rua torna-se uma forma de resistência, pois o direito de pleno acesso à rua e ao espaço público só será conquistado de fato, na rua e no próprio espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, o que é necessário para transformar esses espaços em lugares receptivos e em harmonia com todos os corpos? Segundo Terezinha Gonzaga (2011) em um primeiro momento é imprescindível que o Estado, a partir dos representantes eleitos, proponha intervenções que revertam as desigualdades sociais e urbanas através de políticas afirmativas. Apesar

do meio político ainda configurar maioria masculina, os dados mostram um significativo aumento da participação de mulheres nos pleitos. A presença delas é necessária para mudar esse cenário e inserir um novo olhar sobre cidades, enriquecendo o debate.

Além de uma representatividade política que venha propor medidas para garantir o direito à cidade, existe a necessidade de garantir no meio técnico, um projeto de cidade também centrado nessa questão, isso tanto na escala do planejamento urbano, como do projeto urbano. Em relação à prática urbanística é necessário agir através de artifícios que venham a incentivar a segurança das mulheres nos espaços urbanos. Em *Vida e morte de grandes cidades*, Jane Jacobs (2011) fala sobre como tornar cidades mais acolhedoras para pessoas. E, segundo a autora, algumas características urbanas tornam esses espaços mais acessíveis como: iluminação de qualidade, variedade de usos (atividades mistas), transporte adequado às necessidades de mobilidade pendular das mulheres, produção arquitetônica de acordo com escalas humanas fora do padrão, calçadas que visam a mobilidade de carrinhos de bebê/ cadeiras de rodas, vegetação ao longo

dos percursos, revezamento dos horários de funcionamento dos edifícios comerciais, entre outros.

É necessário, também, que as ruas e calçadas sejam permeáveis de forma que a visibilidade do caminho a ser percorrido seja completa, o que pode diminuir o incômodo causado pelo desconhecimento do percurso a frente. É importante que o campo de visão do pedestre esteja liberado, tornando-o mais agradável.

As cidades também precisam estar “vivas”, Jacobs (2011) discorre sobre o conceito de “olhos da rua”. Para ela, quanto mais pessoas nas ruas, mais os cidadãos se sentem confortáveis através de uma “vigilância natural”. Teoricamente os olhos da rua tornam todas as ações que ali ocorrem, públicas, inibindo atos de violência e/ou discriminatórios. Para isso ocorrer de maneira eficiente, é importante que as fachadas das casas e edifícios sejam “ativas”, ou seja, que as aberturas das edificações estejam em contato direto com a rua.

É imprescindível que as mulheres tenham autonomia em relação ao suporte que a cidade pode oferecer através da iluminação, do mobiliário e de equipamentos

urbanos, pois estes interferem nas decisões sobre os caminhos a tomar. Assim, quanto melhor planejada a cidade, mais liberta e segura a mulher torna-se para escolher seu percurso. A cidade feminista, segundo Montaner e Muxí (2014), é também uma cidade participativa e sustentável, pois a igualdade só é praticável num cenário em que o reconhecimento é regido por uma arquitetura sustentável e socialmente consciente aos vestígios que ela deixa. A ideia de produzir cidades sustentáveis tem a ver com critérios mensuráveis: envolve a preferência de trabalhar com a recuperação de edifícios abandonados ou em mal uso, reestruturando bairros tradicionais e antigos; envolve a integração de um paisagismo pensado para a utilização real do edifício, não como simples ornamento; tem a ver com a utilização de energias inteligentes.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CIDADES possíveis: construção coletiva - Philip Yang. [S. l.]: Instituto CPFL, 2020. 1 vídeo (51min33s). Publicado pelo canal Café Filosófico CPFL. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=7Vo-YYns5c4&t=452s&ab_channel=Caf%C3%A9Filos%C3%B3ficoCPFL. Acesso em: 16 nov. 2020.
- GONZAGA, T. de O. *A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero*. São Paulo: Annablume, 2011.
- HARVEY, D. The right to the city. *New Left Review*, [s. l.], n. 53, 2008. Disponível em: newleftreview.org/issues/ii53/articles/david-harvey-the-right-to-the-city. Acesso em: 1 dez. 2020.
- IBGE. Estatísticas de gênero. *IBGE*, [s. l.], 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-15,-16,53,54,55,-17,-18,128&ind=4704. Acesso em: 1 dez. 2020.
- IBGE. *Outras formas de trabalho*: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101722>. Acesso em: 1 dez. 2020.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.
- SOLNIT, R. Caminhadas depois da meia-noite: mulheres, sexo e espaço público. In: SOLNIT, R. *A história do caminhar*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

pós-pandemia (?) pós-pandemia (?)

3º SEMINÁRIO

**MULHER,
CIDADE E
ARQUITETURA**



ATIVIDADES DA SESSÃO TEMÁTICA 1



ANAIS 3º SEMINÁRIO
MULHER, CIDADE E ARQUITETURA

Proponentes

Marcela C. Porto

Beth Soares

Igor Queiroz

Marta R. Alves

Nathan Bastos

OFICINA AMARUA



ATIVIDADE 1

A Oficina Amarua realizada durante o 3º Seminário Mulher, Cidade e Arquitetura (3SMCA) encandeou uma extensa discussão sobre as contradições sociais e econômicas que determinam as tensões entre os meios de controle do estado em suas formas de produção capitalista do espaço urbano. Nesse sentido, o debate foi fortemente caracterizado pela análise dos valores de comunidade pautados pela formulação do discurso urbanístico feminista, em que a assimilação de sucessivos signos, formas e símbolos que referenciam a comunidade e sua própria compreensão acerca do conteúdo imagético que as circundam são colocados como estratégia de transformação do ambiente edificado e urbano bem como da paisagem imediata. Tomando como pilar da discussão a tragédia imposta pela mercantilização do acesso à terra e a hegemonia das visualidades urbanas escancarada em suas inadequações por violência, abandono e silenciamento dos estratos sociais oprimidos, questão há muito desvelada por Friedrich Engels em seu texto “As grandes cidades”, a proposta contou com a participação de estudantes e pesquisadores refletindo coletivamente acerca das demandas específicas apresentadas pelas mulheres

e crianças do projeto Em Cantos de São Lázaro. Entendemos por fim, que o discurso urbanístico em perspectiva feminista que venha a fundamentar as bases da política urbana das cidades mergulhadas sobre a ordem do capital buscarão pleitear e refletir a produção em massas das cidades sob novas categorias conceituais – no que diz respeito aos aspectos econômico, organizativo, ideológico, cultural, mas essencialmente, científico e técnico – a partir da esfera da produção material, elaboração que se revela na dialética das formas de produção que se integram e complementam-se em suas diferenciações.



ANAIS 3º SEMINÁRIO
MULHER, CIDADE E ARQUITETURA

Proponentes

Atilon Matos
Flora Tavares
Marina Muniz
Marina Novaes
Matheus Tanajura
Lucas Ribeiro
Luisa Caria
Zara Rodrigues

PODCAST ELAS FAZEM CIDADE

COLETIVO TRAMA



ATIVIDADE 2

O *podcast* *Elas Fazem Cidade: protagonismo feminino nas tramas do cotidiano*, consiste numa série de entrevistas que contam as histórias de Salvador e dos seus territórios populares negros através de diálogos com lideranças femininas de movimentos sociais nestes espaços, afim de dar protagonismo a estas mulheres negras – mães, chefes de casa, líderes comunitárias, comerciantes, empreendedoras, educadoras – que estão cotidianamente exercendo papel central na produção da cidade a partir de suas vivências e reexistências. Com o *podcast*, buscamos ouvir memórias de vivências que demonstram o quanto estas vozes femininas em seus mundos (bairros) são capazes de criar articulações que colaboram na coconstrução de diversos outros (a própria cidade). Por isso, pode-se entender enquanto ação não somente a produção do *podcast*, mas também a criação de um espaço fértil de escuta e de contação dessas histórias e a construção de um acervo potente e único sobre estas trajetórias que fazem a história da cidade. Nesse sentido, propomos como atividade um momento de escuta coletiva do primeiro episódio, seguido de discussão sobre questões suscitadas por ele. No primeiro episódio, Irmã Jacira

Queiroz e Suzany Varela costuram memórias sobre suas experiências de vida em seus respectivos territórios, Valéria e Ladeira da Preguiça. Juventudes, educação, preconceitos e cuidado coletivo são alguns dos temas que narram a pluralidade dos territórios e a confluência de atuações para outros futuros possíveis, trazendo políticas e práticas urbanísticas cotidianas através de uma perspectiva de gênero e raça. Defendemos a importância de visibilizar outras narrativas que também contam a história da cidade, para além daquelas definidas em registros/referenciais oficiais comuns, criando senso de pertencimento e enraizamento das populações que fazem parte de territórios populares e negros da cidade, ao compreenderem seu lugar e sua relevância, também, em todo este processo.

Acesse o *podcast* em: <https://bityli.com/BLLr9N>



ANAIS 3º SEMINÁRIO
MULHER, CIDADE E ARQUITETURA

Proponentes
Clara Passaro

CORPO, DANÇA E ARQUITETURA

UM CONVITE À ESCUTA
DO ESTAR LADO A LADO



ATIVIDADE 3

Há tempos, a situação política, econômica, social e ambiental brasileira nos convida a experienciar esta pressão lateral enquanto potente qualidade do encontro, identificação, posicionamento e luta. Mais especificamente, o gesto do “estar lado a lado” caminha na direção oposta do sentido de abafar nossa pulsação pessoal em prol da luta do coletivo. Trata-se de um gesto do sensível. São alguns pequenos convites a movimentos que buscam habitar essa força lateral gerada por um estar lado a lado – praticando o encontro, aguçando a sensibilidade e a escuta das diferenças. A escuta de Si ao mesmo tempo que nos permitimos o encontro e a escuta do Outro. O objetivo da oficina não é estar junto em prol de algo, mas estar junto em prol de estar junto. Em respeito à pulsação pessoal de quem se sentiu convidado, e na escuta da densidade deste coletivo de quem estiver lá. É a alegria em habitar o momento de estar “lado a lado”. Reelaboração das proximidades e distâncias. Ajuntamentos, fluxos. O que vai ser desse encontro só o encontro pode dizer.



pós-pandemia (?) pós-pandemia (?)

3º SEMINÁRIO

**MULHER,
CIDADE E
ARQUITETURA**



ATIVIDADES DA SESSÃO TEMÁTICA 2



ANAIS 3º SEMINÁRIO
MULHER, CIDADE E ARQUITETURA

Proponentes

Luciana Jobim Navarro

OFICINA IMERSIVA DE FOTOGRAFIA URBANA E LEITURA IMAGÉTICA



ATIVIDADE 4

Propondo investigações e reflexões teóricas e práticas sobre gênero e o espaço público, utilizando de metodologia interdisciplinar imersiva, que se cruza com a etnografia urbana, para a investigação dos sujeitos sociais no espaço urbano a partir do olhar sobre as relações de gênero, classe e raça. A oficina consistiu em três partes:

1. Entender a leitura da imagem a partir das teorias das representações sociais e do recorte de contexto. Compreender o papel social do fotógrafo enquanto sujeito urbano parte do contexto histórico e a fotografia como “texto” imagético capaz de narrar histórias e criar discursos;
2. Vivência urbana no centro da cidade, dividindo em grupos que devem embarcar para regiões diferentes e registrar os momentos urbanos. Não é necessário equipamentos profissionais, podem ser utilizados celulares, câmeras analógicas etc.;
3. Apresentação dos resultados com mapeamento das experiências e debate.



ANAIS 3º SEMINÁRIO
MULHER, CIDADE E ARQUITETURA

Proponentes

Luar Vieira Santos
Aleida Fontoura Batistoti
Anna Raquelle Edington
Vanessa Alves Cordeiro
Yago Bruno Santos de Souza
Zara Pereira Rodrigues Silva
Marina Silveira Muniz Ferreira

PENSAR E NARRAR A CIDADE NO ENCONTRO

EXPERIMENTANDO
LINGUAGENS



ATIVIDADE 5

Nos dias 18 e 19 de agosto, durante o 3º Seminário Mulher, Cidade e Arquitetura (3SMCA), o grupo de estudos Margear, sediado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), promoveu a expo-oficina Pensar e narrar a cidade no encontro: experimentando linguagens. Com o objetivo de refletir sobre a produção de conhecimento no campo dos estudos urbanos, tensionando o “dentro” e “fora” da universidade, uma ética da pesquisa acadêmica e propondo experimentações teórico-metodológicas, a expo-oficina propõe criar um espaço comum de partilha e criação em torno destas dimensões que têm nos atravessado enquanto grupo, assim como permitir aberturas a outras discussões. Para a experimentação de linguagens, o grupo compartilha parte de seu acervo imagético/reflexivo produzido a partir das pesquisas de suas integrantes, assim como material para a confecção de colagens e lambes, a serem construídos coletivamente a partir das trocas e discussões na oficina. Esse material se transformará em intervenção urbana, em momento posterior. A ação simbólica de deixar vaziar a intervenção do espaço da FAUFBA, através da colagem

dos lambes no espaço urbano, manifesta a intenção de que as discussões presentes nas colagens/lambes/pinturas também possam reverberar em diálogos que não se encerram apenas na universidade, mas tocam e fazem pensar diferentes dimensões da cidade e da sociedade, construindo pontes e cruzos com as muitas outras fazedoras de cidade.

Acesse o artigo em: <https://bityli.com/UzI7nA>



pós-pandemia (?) pós-pandemia (?)

3º SEMINÁRIO

**MULHER,
CIDADE E
ARQUITETURA**



ATIVIDADES DA SESSÃO TEMÁTICA 3



ANAIS 3º SEMINÁRIO
MULHER, CIDADE E ARQUITETURA

Proponentes

Beatriz Rezende Gonçalves

URBANA

GUIA DE PRODUÇÃO
URBANA FEMINISTA



ATIVIDADE 6

Proponho uma exposição de produções gráficas (desenhos, rabiscos, mapas e fotografias) que compõe uma coleção que parte de um trabalho que busca analisar estratégias urbanas femininas para lidar com um espaço urbano construído para corpos masculinos. O lócus é o centro da cidade de Goiânia, Goiás, mas o tema é comum para este outro corpo. A exposição é dividida em três momentos: segurança, autonomia e pertencimento, e explora as estratégias pessoais e urbanas que podem ser utilizadas para uma produção urbana mais acessível à diferentes corpos.

Acesse o trabalho em: <https://bityli.com/uoj8HB>



ANAIS 3º SEMINÁRIO
MULHER, CIDADE E ARQUITETURA

Proponentes

Clarissa Vaz Oliveira Barbosa
Verônica Vaz Oliveira Barbosa

CAÇA ÀS MULHERES



ATIVIDADE 7

Pôster, 50x80 cm.

Propomos refletir sobre essa realidade que persiste independente do cenário pandêmico. Existe na arte e/ou na arquitetura e urbanismo alguma forma de ação que transforme esse cenário de insegurança para o corpo, lido como feminino, no uso da rua?

Entramos na pandemia acreditando que sairíamos dela pessoas melhores. Ao longo de dois anos, observamos ações de solidariedade e empatia, porém, também nesse mesmo período, fomos bombardeadas com as notícias que compõem parte deste trabalho.

Repetidos atos de violência contra mulheres, de diferentes idades e em horários diversos, no uso do espaço público e do transporte coletivo.

Nossa sociedade é misógina, transfóbica, homofóbica e racista. Possui esse combo de ações discriminatórias que estão ligadas essencialmente às formas de poder.

Nós não reivindicamos inclusão. Nós lutamos pelo direito de ser e estar em qualquer ambiente, em caminhar e experienciar a cidade em segurança, sem que nossos

corpos sejam alvo ou sinônimo de permissão para abusos de qualquer tipo.

Acesse o trabalho em: <https://bityli.com/0kJiwj>



pós-pandemia (?)

3º SEMINÁRIO

**MULHER,
CIDADE E
ARQUITETURA**



POSFÁCIO



ANAIS 3º SEMINÁRIO
MULHER, CIDADE E ARQUITETURA

CARTA DE SALVADOR

POR UMA CONSTRUÇÃO DA CIDADE
NA PERSPECTIVA DO GÊNERO



O Seminário Mulher, Cidade e Arquitetura (SMCA) vem trazendo, desde a sua primeira edição em 2019, a necessidade de pensarmos os processos de construção da cidade de forma crítica, levando em consideração como eixo central de discussão a questão do gênero. A realização da terceira edição do SMCA, possui um duplo significado: primeiro, porque ele vem se consolidando como o primeiro, e talvez o único, evento especializado na área que aborda essa temática; e segundo, porque acontece em um ano eleitoral chave que demanda uma reflexão sobre o espaço ocupado pelas mulheres, em sua pluralidade e diversidade, na sociedade brasileira. Compreender esse momento de inflexão social, a partir da perspectiva feminista, e neste contexto da arquitetura e urbanismo, é um passo essencial na construção de políticas públicas mais inclusivas e democráticas.

Como resultado das mesas e dos debates fomentados pelo seminário, as pessoas participantes do SMCA: pós-pandemia (?). Colocamos algumas propostas e reflexões, apresentadas aqui em três pontos fundamentais:

MULHERES: PLURALIDADE, DIVERSIDADE E REPRESENTATIVIDADE

A organização socioeconômica estabelecida pelo capitalismo e o patriarcado é fundamentada na divisão de classe, raça e gênero. Dentro desta lógica o sujeito central, é o homem cis, branco, heterossexual eventualmente da classe alta. A subversão destes valores, como sabemos, só é possível a partir da construção de espaços diversos, interseccionais e verdadeiramente representativos. Propomos:

- a. fortalecimento de redes e coletivos existentes na cidade, principalmente em áreas periféricas, a partir da escuta e do diálogo entre os diversos agentes;
- b. estabelecer mecanismos de representatividade interseccionais, capazes de não só permitir que grupos minorizados socialmente acessem espaços antes negados, mas que possam influenciá-los e transformá-los;
- c. principalmente no âmbito das representações políticas, ser mulher não é o suficiente, desejamos representantes

que levem as nossas pautas feministas e possuam uma ação interseccional.

contribuíram e contribuem para o desenvolvimento do conhecimento.

UNIVERSIDADE: CONHECIMENTO E VIVÊNCIA

Historicamente as universidades brasileiras eram espaços de pouca diversidade e representatividade social, distantes da sociedade e com produções científicas excludentes ou parciais. Realidade que começou a mudar com a implantação de cotas raciais e sociais. Para melhorar esta relação, propomos:

- a. rever a estrutura universitária hierarquizada, implementando políticas do afeto e do cuidado;
- b. criar espaços acadêmicos mais horizontalizados, empáticos e democráticos. Fortalecendo a extensão universitária como projeto de universidade popular, mais próxima da universidade como um todo;
- c. incentivar pesquisas feministas, revisões historiográficas que possam contribuir para estabelecer uma leitura mais apurada da história, tirando da invisibilidade todas, todes e todos que

CIDADES DEMOCRÁTICAS, JUSTAS E EQUÂNIMES

As cidades são organizadas, em sua maioria, a partir da divisão sexista do trabalho, reprodutivo e produtivo, na qual os espaços privados são atribuídos às mulheres, bem como, as obrigações de cuidado e reprodução da vida. Essa organização coloca cada vez mais à margem as mulheres e aqueles que não estão mais distantes da normatividade, estabelecendo cidades hostis, segregadas e injustas. Neste contexto entendemos que é urgente:

- a. a disseminação de informações e popularização do acesso à informação, desde a infância, em espaços de grandes fluxos e circulação sobre direito à cidade. Mostrando assim, que o espaço público é coletivo e de direito universal. Naturalizando, normalizando pluralidade e combatendo a segregação e exclusão;
- b. adotar o cuidado como uma dimensão relevante para a construção de espaços, tornando-o uma responsabilidade

POSFÁCIO

- coletiva. Na prática, garantir o direito ao cuidado à todas as pessoas;
- c. adotar soluções adequadas para a inclusão e ampliação dos acessos das mulheres na cidade, a partir da compreensão profunda e horizontal da forma que as mulheres vivenciam a cidade. Tanto na segurança como na mobilidade;
- d. investir e adotar as mulheres como agentes de transformação social e coletiva, garantindo participação em programas sociais, acesso ao trabalho e à moradia.

Assinam esta Carta

Alexandre Pajeú Moura (UFBA)

Ana Carolina Medeiros Dutra

Dandara Luigi (FAM)

Elaine Mirelly de Almeida Carvalho (UFBA)

Gisele Costa Santos (UFBA)

Izabeli Santana da Silva

José Carlos Huapaya Espinoza (UFBA)

Julia Bianchi Ferreira (UNB)

Laís da Silva Cerqueira (UFBA)

Luiza Rego Dias Coelho (UNB)

Manuella Cândida Novais Pedra (UFBA)

Maria Eduarda Santana de Araújo Souza (UFT)

Maribel Aliaga Fuentes (UNB)

Mayana de Souza e Souza

Patrícia Orfila Barros dos Reis (UFT)

Valentin Alban

Verônica Vaz Oliveira Barbosa (UFBA)

Viviane Oliveira de Jesus (UFBA)



ANAIS 3º SEMINÁRIO
MULHER, CIDADE E ARQUITETURA

PROGRAMAÇÃO



PROGRAMAÇÃO

DIA 18/08/2022

[QUINTA-FEIRA]

CRENCIAMENTO / INSCRIÇÕES

(Presencial)

LOCAL: PÓRTICO DA FAUFBA
8h00 – 9h00

ABERTURA DO EVENTO (Presencial)

LOCAL: AUDITÓRIO 2
8h30 – 9h00

Prof. Dr. Sergio Ekerman

Diretor FAUFBA

Prof. Dr. Fabio Macedo Velame

Coordenador PPGAU/UFBA

Prof. Dr. José Carlos Huapaya Espinoza

Coordenador do 3ºSMCA

Profa. Dra. Maribel Aliaga Fuentes

Vice-Coordenadora do 3ºSMCA

ATIVIDADE (Presencial)

LOCAL: PÓRTICO DA FAUFBA
9h00 – 10h30

Título: AMARUA

Proponentes: Marcela C. Porto; Beth Soares; Igor Queiroz; Marta R. Alves; Nathan Bastos

ATIVIDADE (Presencial)

LOCAL: SALA DA CONGREGAÇÃO
10h30 – 12h00

Título: TRAMA

Proponentes: Atilon Matos; Flora Tavares; Marina Muniz; Marina Novaes; Matheus Tanajura; Lucas Ribeiro; Luisa Caria; Zara Rodrigues

12h00 – 13h30: *Almoço*

SESSÃO TEMÁTICA I (Presencial)

“HISTORIOGRAFIA E RAÇA: NARRATIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS”

Coordenadora: Zara Pereira Rodrigues Silva (UFBA)

LOCAL: SALA DA CONGREGAÇÃO
13h30 – 16h00

Artigo: População das Mulheres Negras: Produzindo as Cidades e Dominando o Comércio de Rua: Breves Considerações Sobre Mulheres Negras e o Direito às Cidades

Autoras: Maria Asenate Conceição e Henrique Cunha Júnior

Artigo: Florim: A Representação da Mulher Negra na Cidade de Salvador

Autoras: Isabele Brotas do Rosário Macedo e Liliane Vasconcelos de Jesus

Artigo: A Mulher na Cidade: A Socialização do Cuidado no Contexto Urbano

Autoras: Milena Damasceno; Liliane Vasconcelos e Liana Viveiros

SESSÃO TEMÁTICA II (Presencial)

“OLHARES NA CIDADE NA PERSPECTIVA DO GÊNERO”

Coordenadora: Vanessa Alves Cordeiro (UFBA)

LOCAL: SALA AU+E
13h30 – 16h00

Artigo: Ensino, Caminhabilidade e Gênero: Breve Análise

Autora: Verônica Vaz Oliveira Barbosa

Artigo: Mulheres na Vivência das Cidades - O Exercício de Projetar um Parque Público Inclusivo

Autoras: Lorena Costa Colares; Mylena Costa; Verônica Donoso e Alice Lautert

Artigo: Pensar o Limite a Partir do Gênero: As Propostas do Transporte Ativo “A Pé”, do Plano de Mobilidade Sustentável de Salvador

Autora: Claudia Puzzuoli dos Santos Costa

Artigo: Práticas Urbanísticas Feministas: Da Habitação à Cidade

Autoras: Phâmela Ales; Laura Baccarin; Eloísa Parteka; Maria Rita Soares e Andréa Viana

MESA TEMÁTICA I (Presencial)

“CIDADES MAIS JUSTAS. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS”

Coordenadora: Maribel Aliaga Fuentes (UnB)

PROGRAMAÇÃO

LOCAL: AUDITÓRIO 2

16h00 – 18h00

Maria França - **Movimento Vai Ter Gorda**

Raíssa Uchoa - **Movimento Olga Benário/BA - Casa de Referência Preta Zeferina**

Gilcinéa Barbosa da Conceição - **Instituto Odara**

Jecilda Cruz Mello - **Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)**

18h00 – 19h00: *Intervalo*

Conferência Magistral (Presencial)

LOCAL: SALA AU+E

19h00 – 20h30

Maria Marighella

DIA 19/08/2022

[SEXTA-FEIRA]

ATIVIDADE (Presencial)

Título: Oficina Corpo, dança e arquitetura

Proponente: Clara Passaro

LOCAL: SALA PPGAU

9h00 – 10h30

ATIVIDADE (Presencial)

Título: Oficina Imersiva de Fotografia Urbana e Leitura Imagética

Proponente: Luciana Jobim Navarro

LOCAL: SALA CONGREGAÇÃO

10h30 – 12h00

12h00 – 13h30: *Almoço*

SESSÃO TEMÁTICA III (Híbrido)

**“PENSAR A CIDADE:
OUTRAS PERSPECTIVAS”**

Coordenadora: Laís da Silva Cerqueira (UFBA)



SALA DA CONGREGAÇÃO
13h30 – 16h00

Artigo: Ensayo para una Cartografía Feminista: Ponderações em Direção à uma Produção de Conhecimento Espacial Feminista

Autora: Renata Nogueira Morais Costa

Artigo: Mulheres Ocupam: Um Olhar para as Movimentações Femininas na Cidade

Autoras: Beatriz Brunialti Justo; Adriano Tomitão Canas e Patrícia Andrea Soto Osses

Artigo: Direito à Cidade: Uma Perspectiva Feminista em Cachoeira do Sul/RS

Autoras: Raquel Pahim e Ricardo Rocha

Artigo: Ateliê de Urbanismo e Paisagismo: Urbanismo Igualitário e Gênero

Autoras: Anelis Rolão Flores; Juliana Lamana Guma e Ananda Medina Xavier

Coordenadora: Chrys de Araújo Oliveira (UFBA)

SALA AU+E
13h30 – 16h00

Artigo: Mulheres e o Ensino de Arquitetura e Urbanismo: Ensinando a Transgredir

Autora: Dandara V. Luigi

Artigo: Trabalho Sexual e Pandemia: Repressão e Resistência das Mulheres em São Paulo

Autora: Patrícia Costa dos Santos

Artigo: Corpos Estranhos, Fragmentos Ativos: Desobediência e Marginalidade na Constituição e Desenvolvimento dos Espaços e Cidades

Autora: Thaysa Malaquias

Artigo: A Nova Mulher Soviética e o Trabalho Doméstico

Autora: Cristiane Nanami Ito e Flávia Brito do Nascimento

SESSÃO TEMÁTICA IV (Híbrido)

“PRÁTICAS E COTIDIANOS URBANOS”

PROGRAMAÇÃO

Artigo: Vozes Periféricas:
Apropriações da Cidade pelas
Mulheres em Palmas

Autora: Anna Clara Neves Bezerra;
Ester Melo Santos Daniel e Maria
Eduarda Santana de Araujo Souza

18h00 – 19h00: *Intervalo*

Conferência Magistral (Híbrido)

19h00 – 20h30

Ana Falú

MESA TEMÁTICA II (Híbrido)

**“(RE)CONSTRUINDO A
ARQUITETURA: DA FORMAÇÃO
A PRÁTICA DESAFIOS PARA
PROFISSÃO MAIS EQUÂNIME”**

Coordenadora: Luiza Rego Dias Coelho
(UnB)

LOCAL: AUDITÓRIO 2
16h00 – 18h00

Camila Leal Costa - **Conselheira
Federal do CAU/BR e
Coordenadora adjunta da
Comissão Temporária Raça,
Equidade e Diversidade**

Ariadne Moraes Silva - **CAU/BA**

Maria Elisa Baptista - **IAB**

Brunna Barcelos Gianordoli -
**Diretora Geral da Federação
Nacional dos Estudantes de
Arquitetura**

Ricardo Trevisan - **ENANPARQ**



DIA 20/08/2022

[SÁBADO]

**ELABORAÇÃO DE “A CARTA
DE SALVADOR”** (Presencial)

LOCAL: AUDITÓRIO 2
8h30 – 12h30

**Título: PENSAR E NARRAR
A CIDADE NO ENCONTRO -
EXPERIMENTANDO LINGUAGENS**

Proponentes: Luar Vieira Santos, Aleida Fontoura Batistoti; Anna Raquelle Edington; Vanessa Alves Cordeiro; Yago Bruno Santos de Souza; Zara Pereira Rodrigues Silva; Marina Silveira Muniz Ferreira

ENCERRAMENTO DO 3ºSMCA

Prof. Dr. José Carlos Huapaya Espinoza
(Coordenador do 3ºSMCA)

Profa. Dra. Maribel Aliaga Fuentes (Vice-
Coordenadora do 3ºSMCA)

**INSTALAÇÕES PERMANENTES
[ESPALHADOS PELO ESPAÇO FÍSICO
DA FAUFBA]** (Presencial)

12h30 – 13h00

Título: CAÇA ÀS MULHERES

Proponentes: Clarissa Vaz Oliveira
Barbosa e Verônica Vaz Oliveira
Barbosa

**Título: URBANA - GUIA DE
PRODUÇÃO URBANA FEMINISTA**

Proponentes: Beatriz Rezende Gonçalves

REALIZAÇÃO



LAB20



OBSERVATÓRIO
AMAR.É.LINHA.

APOIO



ARQUITETAS
INVISÍVEIS

APOIO CULTURAL



REVISTA
PROJETO

Formato · 18 x 25 cm

Tipografia · Alte Haas Grotesk | Bahnschrift

Extensão digital · PDF



pós pandemia (?) pós pandemia (?)

ANAIS DO
3º SEMINÁRIO

MULHER, CIDADE E ARQUITETURA

SALVADOR . 18 a 20 de agosto de 2022



ISBN 978-65-5631-087-9



9 786556 310879